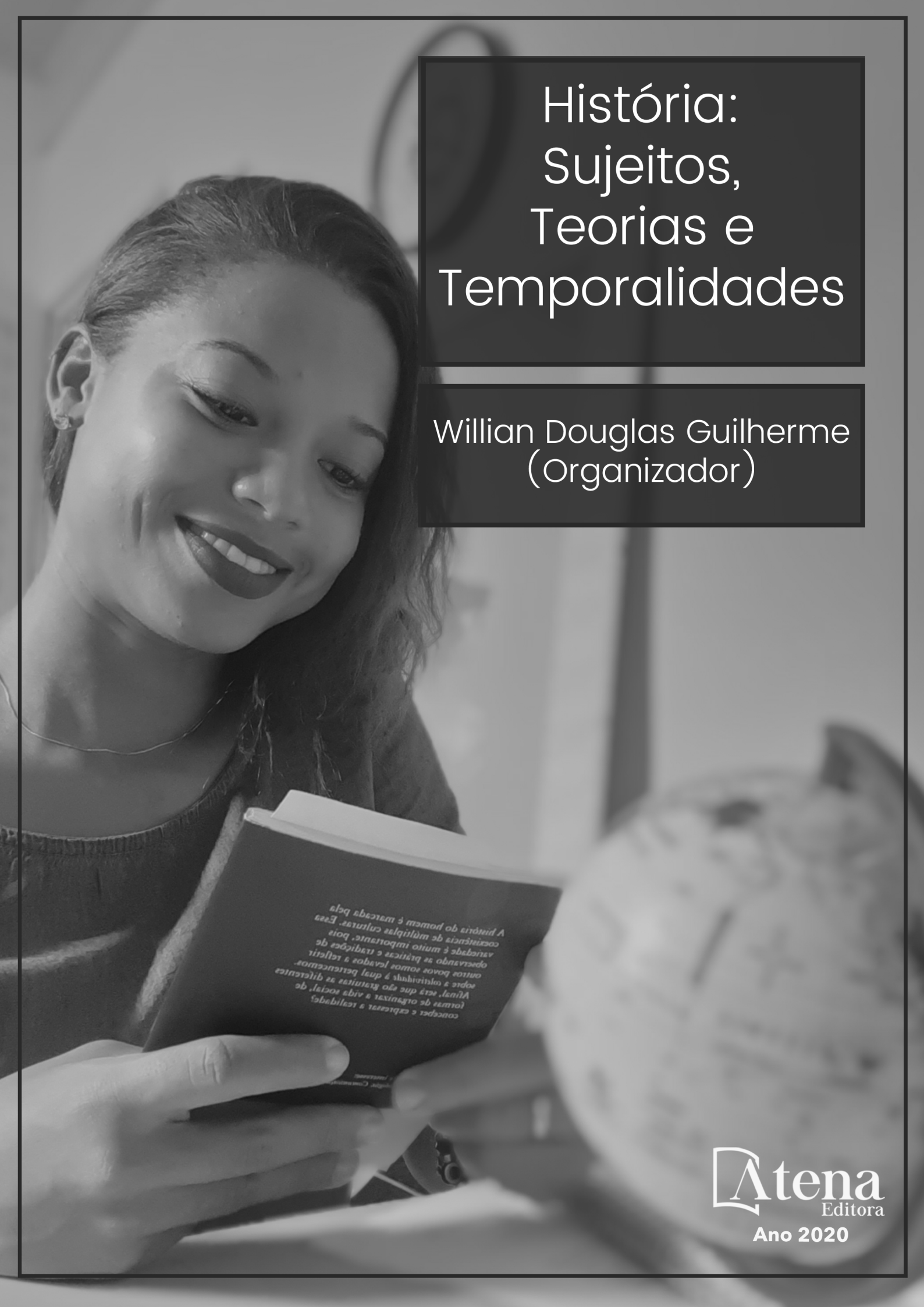


História: Sujeitos, Teorias e Temporalidades

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

A história do homem é marcada pela
consciência de múltiplas culturas. Essa
avaliação é muito importante, pois
avalia os aspectos e tradições de
operação de diversas culturas e tradições.
O livro apresenta a história da humanidade
e a evolução das culturas e tradições.
A história do homem é marcada pela
consciência de múltiplas culturas. Essa
avaliação é muito importante, pois
avalia os aspectos e tradições de
operação de diversas culturas e tradições.



História: Sujeitos, Teorias e Temporalidades

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Camila Alves de Cremo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elói Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahel – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	<p>História [recurso eletrônico] : sujeitos, teorias e temporalidades / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-65-5706-154-1 DOI 10.22533/at.ed.541200107</p> <p>1. História – Pesquisa – Brasil. 2. Historiografia. I. Guilherme, Willian Douglas.</p> <p style="text-align: right;">CDD 907.2</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

No e-book “História Sujeitos, Teorias e Temporalidades”, foram reunidos quinze artigos que fazem um debate historiográfico em torno dos sujeitos, teorias e temporalidades. Os artigos foram dispostos em cinco grupos.

No grupo um, são três artigos. O primeiro, trazendo um novo olhar sobre a colonização da então capitania de Minas Gerais no século XVIII. O segundo, discute a Lei de Terras em 1850, transitando entre as famílias ricas e pobres. O terceiro, fala sobre o movimento integracionista europeu a partir da segunda metade do século XX.

No grupo dois, os artigos discutem o sofrimento em Nietzsche, o sujeito moderno em Voltaire e o papel da memória como fonte para a história.

No terceiro grupo, são quatro artigos. O primeiro apresenta a investigação baseada na obra de Gustavo Barroso e propõe um estudo dos termos patriotismo e nacionalismo. O segundo texto traz uma reflexão sobre educação patrimonial tendo como su eito, inusitadamente, o Exército Brasileiro. O terceiro, ressalta a atuação do ex-Senador Eduardo Suplicy com referência aos temas cidadania e Programa de Garantia de Renda Mínima. Por fim, são trazidas as influências sofridas por Sérgio Buarque de Holanda em parte de suas obras.

Para o quarto grupo iniciamos com um estudo baseado nos diários de campo de Frederick Starr em suas viagens comerciais ao Congo nos anos de 1905 e 1906. Seguimos com um interessante estudo que entrelaça religiosidade e Marco (Colonial) de Touros, de 1501, localizado no Rio Grande do Norte. Fechando este grupo, um estudo de caso realizado entre os anos de 2012 e 2014, na cidade Cachoeira da Serra/PA, demonstrando o avanço da “contra-reforma-agrária” sobre a Amazônia.

O quinto grupo fechamos com dois artigos. Iniciando com um texto provocante sobre os lugares de sociabilidade em Recife na segunda metade do século XIX. E fechando o quinto grupo e a obra, é apresentada a Companhia Têxtil Brasil Industrial, então localizada na cidade de Paracambi/RJ e sua importância para a história da cidade e do Brasil.

Desejo boa leitura a todos!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A FACE OCULTA DA COLONIZAÇÃO: MEDIDAS DE CONTENÇÃO À MISCIGENAÇÃO NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS (1719-1732)	
Hilton César de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5412001071	
CAPÍTULO 2	12
A LEI DE TERRAS DE 1850 NO CENTRO DA DISCUSSÃO: UM ELO COERCITIVO SOBRE AS FAMÍLIAS LIVRES E POBRES	
Leandro Neves Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.5412001072	
CAPÍTULO 3	23
A INTEGRAÇÃO EM DISPUTA: MOVIMENTO HISTÓRICO E PERSPECTIVAS SOBRE O PROCESSO INTEGRACIONISTA EUROPEU	
Daniel Wanderley Caliman	
DOI 10.22533/at.ed.5412001073	
CAPÍTULO 4	35
O PROBLEMA DO SOFRIMENTO EM NIETZSCHE	
Gabriela Ferraz Costa	
DOI 10.22533/at.ed.5412001074	
CAPÍTULO 5	49
O SUJEITO MODERNO EM VOLTAIRE	
Dagmar Manieri	
Elias Rocha Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.5412001075	
CAPÍTULO 6	58
TEMPO, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: REFLEXÕES SOBRE AIMÉ BOMPLAND	
Alessandra da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5412001076	
CAPÍTULO 7	64
PERSONIFICAR A NAÇÃO – NARRATIVA HISTÓRICA E ESCRITA BIOGRÁFICA EM GUSTAVO BARROSO	
Erika Moraes Cerqueira	
DOI 10.22533/at.ed.5412001077	
CAPÍTULO 8	74
REFLEXÕES SOBRE OS LUGARES DE MEMÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: AS INICIATIVAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO	
Ivan de Freitas Vasconcelos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.5412001078	

CAPÍTULO 9	86
A CIDADANIA E O PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA: AS IDEIAS DO SENADOR INTELECTUAL EDUARDO SUPPLY (1990-2006)	
Glauber Eduardo Ribeiro Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.5412001079	
CAPÍTULO 10	96
SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: ENTRE O HISTORICISMO ALEMÃO E OS ANNALES	
André Augusto Abreu Villela	
DOI 10.22533/at.ed.54120010710	
CAPÍTULO 11	113
COMÉRCIO, CONHECIMENTO E CULTURA: AS SOCIEDADES CENTRO-AFRICANAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX A PARTIR DOS TESTEMUNHOS DE FREDERICK STARR	
Paulo Roberto Firmino Marques	
DOI 10.22533/at.ed.54120010711	
CAPÍTULO 12	126
O MARCO DE TOUROS: UM SÍMBOLO DA RELIGIOSIDADE POPULAR	
José Willians Simplício da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.54120010712	
CAPÍTULO 13	141
TERRITORIALIDADE, IDENTIDADE E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO SUDOESTE PARAENSE	
Karina Andréa Tarca	
DOI 10.22533/at.ed.54120010713	
CAPÍTULO 14	154
RESTAURANTES E CAFÉS: OS LUGARES DE SOCIABILIDADES E GASTRONOMIA NO RECIFE DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	
Eliza Brito Santos	
DOI 10.22533/at.ed.54120010714	
CAPÍTULO 15	167
UMA PROPOSTA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL DA <i>COMPANHIA TÊXTIL BRASIL INDUSTRIAL</i> EM PARACAMBI - RJ	
Angelissa Tatyane de Azevedo Silva	
Davi Pereira Romeiro Neto	
DOI 10.22533/at.ed.54120010715	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	184
ÍNDICE REMISSIVO	185

A FACE OCULTA DA COLONIZAÇÃO: MEDIDAS DE CONTENÇÃO À MISCIGENAÇÃO NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS (1719-1732)

Data de aceite: 01/06/2020

Hilton César de Oliveira

Universidade Estadual de Minas Gerais -UEMG

Faculdade de Educação, Campus BH

RESUMO: o presente artigo busca trazer a lume parte dos resultados de minha pesquisa de pós-doutoramento realizada no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Seu mote principal é retratar o modo como a autoridade da Coroa se estabelece na capitania de Minas Gerais, sobretudo, durante o governo de dom Lourenço de Almeida (1721-1732). Ainda que já sinalizada no final da administração de seu antecessor - o governador dom Pedro de Almeida Portugal - o problema do avanço da população mestiça já se fazia presente na redação das correspondências oficiais trocadas entre o governo das Minas, o Conselho Ultramarino e a Coroa. Com a posse do novo governador em 1721, é deflagrada uma campanha contra as uniões livres, como um modo de tolher a mestiçagem. Para isso procurou-se difundir de modo deliberado o sacramento do matrimônio, fazendo-se que para tal fossem tomadas várias medidas dentre as quais: a imigração de casais das ilhas

africanas, o impedimento de que mulheres fossem para o reino tornassem freiras, o uso de pastorais e visitas dioceses como forma de coerção ao concubinato.

PALAVRAS-CHAVE: Colonização, autoridade, família, casamento, mestiçagem

ABSTRACT: this article seeks to bring to light the result of my postdoctoral research carried out in the Postgraduate Program in History at the Federal University of Minas Gerais. Its main motto is to portray the way in which the authority of the Crown was established in the captaincy of Minas Gerais, especially during the government of Dom Lourenço de Almeida (1721-1732). Although already signaled at the end of the administration of his predecessor - Governor Dom Pedro de Almeida Portugal - the problem of the advancement of the mestizo population was already present in the drafting of official correspondence exchanged between the government of Minas, the Overseas Council and the Crown. With the inauguration of the new governor in 1721, a campaign against free unions was launched, as a way to curb miscegenation. For this purpose, the sacrament of marriage was deliberately disseminated, with the result that several measures were taken, among which: the immigration of couples from

African islands, the impediment of women going to the kingdom to become nuns, the use pastoral and diocese visits as a form of coercion to concubinage.

KEYWORDS: Colonization, authority, family, marriage, miscegenation

A colonização da área compreendida pelo atual Estado de Minas Gerais teve início com o deslocamento populacional originado do reino, do nordeste da América Portuguesa, sobretudo, a partir do recôncavo baiano e de São Paulo, cujos bandeirantes assumiram seu protagonismo (Antonil, 1982). Tão logo se dá notícia das descobertas das primeiras lavras de ouro é grande o fluxo migratório para a região, e os primeiros núcleos populacionais são erigidos em curto espaço de tempo. O ativo demográfico deslocado para o que viria a ser a partir de 1720, a capitania de Minas Gerais era em sua grande maioria homens, fossem eles cativos ou não. Em se tratando dos reinóis, esses vinham com o desejo de se enriquecerem o mais rápido possível para voltarem à Portugal, mas muitos deles acabaram permanecendo por aqui (Holanda, 2015).

Eram para esses últimos os quais a administração da Coroa voltava seus olhos, por serem considerados os responsáveis pela instabilidade nas Minas, devido seu comportamento insubordinado e dados à lascívia por se aproximarem das negras, mulatas e índias e por isso serem pouco afetos ao casamento. Sobre tal situação dom Lourenço de Almeida, então governador das Minas, manifestou do seguinte modo:

Tudo se evitaria se grande parte dos moradores dessas vilas fosse casada, porque estes vivem sempre com mais sossego, atendendo a conservação de suas famílias e da terra aonde a querem perpetuar (...) Os poucos casados que há nessa terra são muito mais trabalhadores em desentranharem ouro da terra, do que estes solteirões que só levam o tempo em cuidarem de extravagâncias¹.

Devido a esse fato torna-se imperativa a constituição de famílias convencionais, por intermédio do sacramento do matrimônio, realizado entre brancos, que pudessem ampliar mais rapidamente a fixação dos colonos à terra. Isto porque o casamento na colônia, via de regra já era difícil, em virtude da pouca oferta de mulheres brancas aptas ao enlace matrimonial, e das altas somas que deveriam ser despendidas para a sua consecução. Esse ponto em particular constitui-se em algo com que se deliciaram os historiadores demógrafos, que a partir daí puderam traçar um perfil pormenorizado da família mineira setecentista fora do modelo convencional², servindo-se para isso de farta documentação paroquial.

Em não havendo considerável número de casamentos sacramentados pela Igreja, posto que, os pais em sua grande parte brancos optassem por uniões livres realizadas com negras, mulatas e índias. Esse tipo de uniões produzia uma prole ilegítima quase sempre afastada da presença paterna, posto que, esses pais acometidos que eram pela

1. Sobre haverem casamentos nessas Minas. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XXXI, 1980, p.110-111.

2. Essas famílias em sua grande maioria eram constituídas por uniões livres, quais sejam, uniões não celebradas no sacramento matrimonial convencional.

febre do ouro, andavam sempre daqui e dali a procura de novas lavras. Com isso tem-se, por conseguinte, a rarefação de famílias convencionais em grande escala, aquelas que produziam a fixação dos entes familiares em um determinado local sob o controle do pátrio poder. Face a esse comportamento demográfico peculiar na capitania (Souza, 1995) tudo passou a ser explicado pela mobilidade populacional: enfeitados, concubinato, ilegitimidade, fogos chefiados por mulheres, mulheres abandonadas, dentre outros.

No que se refere ao chamado “*aluvisionismo*” (Souza, 1995) da população mestiça, acredita-se que, de fato, o caráter itinerante da população mineira dificultou sensivelmente a efetivação de um maior número de matrimônios desejáveis na época, aqueles em que o enlace era feito entre um homem branco e uma mulher branca. Disso, contudo, reforce-se aqui as outras duas importantes dificuldades já citadas anteriormente: as pesadas somas que se deveriam desembolsar no custeio das taxas eclesiásticas e a pouca disponibilidade de mulheres brancas casadoiras.

Não se deve concluir, contudo, que o amasio fosse uma opção movida apenas pela lascívia dos primitivos colonizadores das Minas, como faz parecer as fontes da época, pois foi antes de tudo uma necessidade. Tal advertência se justifica pela frequente banalização que se faz do concubinato como se fosse um comportamento espontâneo e livre de culpa. Salvo os casos particulares, se fosse possível uma opção, a escolha se daria pelo casamento, não pelo concubinato.

Mesmo no reino, o concubinato só aparece com incidência sob determinadas situações em que existiam dificuldades na efetivação do casamento. A região do Minho, ao norte de Portugal, apresenta, no decorrer do século XVIII e início do século XIX, altíssima taxa de ilegitimidade³ em comparação com o resto de Portugal e demais países da Europa, apesar das constantes admoestações das visitas arquidiocesanas. Tal fato poderia se justificar, inversamente em relação a Minas Gerais, pela pouca existência de homens aptos para o casamento, uma vez que essa região foi responsável pelo fornecimento da maior parte do contingente migratório masculino para a região das Minas.

Ana Silvia Volpi, procurando discutir a tese de que a sociedade colonial, ao dar vazão à prática do concubinato, na realidade, espelhava uma situação em que o traço da heterogeneidade cultural seria decisivo, demonstra que a prática do amancebamento deveria ser percebida como algo também corrente no Minho, e que, inversamente ao que propõe a historiografia, o concubinato em Minas Gerais pode estar ligado às tradições importadas do norte de Portugal (Scott, 2001).

A autora, ao se preocupar excessivamente com a demonstração das similitudes entre o Minho e Minas Gerais, se ateve menos à explicação das razões que teriam motivado naquela região a prática do amasio, o que se relacionou à diminuta oferta de homens disponíveis para o casamento. Em virtude de ao norte de Portugal ser frequente a saída

3. Refere-se a correlação entre nascimentos de filhos legítimos - aqueles cujos os pais eram casados - e aqueles cujos os pais não eram casados e, portanto, eram filhos ilegítimos.

da população masculina para o ultramar, houve certa tolerância frente às mães solteiras que chegavam a representar até 15% ou 20% da população (Ramos, 1993).

Na América Portuguesa e, em especial nas Minas, embora a prática do concubinato fosse algo corrente - sendo a demografia histórica especialmente reveladora dessa realidade - algumas dúvidas podem permanecer sobre a forma como a sociedade se comportava perante os praticantes desse delito. Em especial observa-se em alguns documentos um tom de repulsa e condenação, no trato desse assunto.

O amancebamento visto como algo condenável por ser ofensivo a Deus, podendo causar a danação da alma, obviamente, provocava consternação na comunidade e mal-estar em quem o praticava, por essa razão a manutenção do segredo apresentava-se como algo de fundamental importância dentre os casais. O que era bastante difícil, posto que a tacanhice dos núcleos populacionais tornaria essa tarefa praticamente impossível. Portanto o casal concubinado ficava à mercê de seus vizinhos, que poderiam denunciar ou não o seu “escandaloso comportamento”.

Nas denúncias do amasio era muito comum os depoimentos virem qualificados com as expressões “público”, “notório e “escandaloso”, como uma espécie de superlativo ao delito. Isto se deve ao fato de que só se poderiam caracterizar o amasio com a anuência da comunidade, ou seja, a sua prática deveria ser do conhecimento da maior parte da população do lugar, e que ainda causasse escândalos dentre os moradores. Para se evitarem transtornos, a descrição, desde que possível, poderia ser uma saída. Isso se se pudesse escapar da vigilância dos vizinhos, que nas vilas da capitania de Minas Gerais, viviam via de regra, em casas parede-meia.

No que se refere ao uso dos vocábulos acima referidos, na esfera eclesiástica, o procedimento acima descrito se constitui também em uma postura usual, sendo que as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia são reveladoras a esse respeito, ao associar a caracterização do concubinato ao escândalo e a fama pública:

“Se alguma pessoa eclesiástica, ou secular, solteiros ou casados, que estejam amancebados com escândalo e disso haja fama na freguesia, lugar, roça ou aldeia ou na maior parte da vizinhança ou na rua⁴”.

Ao que tudo indica, a Igreja teria sido a responsável pela introdução da ideia do público e do escandaloso associada ao concubinato, o que permite concluir que, na realidade, a instituição sabia de suas limitações no combate ao delito, preferindo transferir para o seio da comunidade a responsabilidade da expurgação dos transgressores, reservando para si, na maior parte dos casos, o papel de executora da vontade da comunidade local.

A Igreja atuava prioritariamente nas consciências dos fiéis incutindo a condenação dos ajuntamentos carnavais fora dos cânones tridentinos. Isso era viabilizado pela ampla ação pastoral dos clérigos no interior da sociedade. A competência em expiar os pecados,

4. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, feitas e ordenadas por dom Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Biblioteca do Senado Federal, 2007.

reservada à Igreja, fazia com que, de uma forma, ou de outra, ela fosse lugar de passagem obrigatória àqueles que queriam redimir-se da culpa. Tratava-se, então, não de se extirpar totalmente o pecado, mas sim de administrá-lo a contento.

Equivale salientar que, em uma atmosfera de tamanha religiosidade, uma vez definido o que é pecado, há naturais mecanismos de adaptação (Gruzinsky, 2001) internos em uma dada sociedade. Necessário frisar que a adaptação, por sua vez, não produz um padrão único de comportamento, pois está associada intimamente à sociedade que a produz. Talvez seja isso o que deve ser considerado ao se debruçar especialmente sobre o problema do concubinato em Minas Gerais colonial. Por último, a presença da escravidão e o modo de vida tipicamente urbano dá contorno particular, à formação social que se constitui nas Minas.

O praticante do amasio, além de se vê também às voltas com sua consciência, sabe perfeitamente que está incorrendo em um crime passível de execração perante a comunidade. A comunidade, por sua vez, pode ou não se insurgir contra o transgressor. Sua atitude estará relacionada ao papel exercido por seu membro em seu interior. Talvez seja por essa razão que as petições formuladas às autoridades coloniais, denunciando o mau comportamento de indivíduos em particular, vêm sempre compostas a uma delação de amancebamento. É o que se depreende de uma carta escrita por dom Lourenço de Almeida à Coroa, ao se defender de algumas acusações feitas pelo clérigo Pedro Francisco de Hinojosa, preocupando-se primeiramente em desqualificá-lo dizendo que ele vivia

“Escandalosamente amancebado com uma filha de um tal Matheus do Coxo, até que fugiu com ela para o sertão deixando nessas Minas mais de cinco arrobas de ouro de dívida por cuja causa fugiu, e constam das citações e causas que corriam contra ele no juízo do vigário de vara...”⁵

No estudo da constituição da sociedade mineira setecentista convém considerar o transplante de muitas características da sociedade portuguesa, especialmente da região do Minho, responsável pelo fornecimento do maior contingente de imigrantes para a região das minas. Ana Silvia Volpi Scott, apresenta dados reveladores a esse respeito ao enfatizar as surpresas reservadas ao pesquisador brasileiro que não está a par dos resultados obtidos nas últimas décadas, acerca dos estudos de demografia histórica em Portugal. Em especial, a sociedade minhota, responsável pelo maior fluxo migratório para a América Portuguesa, que apresentava elevada quantidade de nascimentos ocorridos fora do casamento legitimado pela igreja.

Sugere a autora ao pesquisador, a compreensão não só da evolução e a especificidade da sociedade colonial e suas articulações com a família (e vice-versa), mas sim a necessidade de procurar menos as diferenças, e mais as semelhanças ou permanências que apesar de tudo aproximariam as duas sociedades, instaladas nas margens opostas de dois mundos (ALMEIDA, 1992).

5. Sobres se defender o governador de algumas queixas que contra ele lhe são feitas em Lisboa, 10 de julho de 1729, Revista do Arquivo Público Mineiro RAPM, ano 31, 1980, pp.249-52

O caráter tardio da implantação dos pressupostos da reforma tridentina no tocante ao sacramento do casamento na região do Minho acabou também por contribuir para a permanência dos antigos costumes, dentre os quais figurava de forma incontestável a prática da mancebia.

Associam-se a esse fato os próprios instrumentos da lei que, ambigualmente, acabava por incentivar as uniões concubinárias. O casamento contratual, por exemplo encontrava refúgio nas próprias Ordenações, ao passo que o processo de legitimação tornava sempre possível o reconhecimento da prole obtida fora do sacramento do casamento (ALMEIDA, 1992).

Nada mais natural seria então concluir que o transplante dos costumes reinóis acabava, pois, por delinear a peculiar constituição da família mineira do século XVIII. Neste particular parece prevalecer certa unanimidade na historiografia. A pergunta então deveria ser alocada em outra direção: deve-se acatar a sugestão de Ana Silvia Volpi Scott e se debruçar nas regularidades existentes em uma face e outra do Atlântico? Ou ao contrário deve-se levar em consideração, a despeito das contribuições da cultura minhota, a fusão de culturas que também detinham tradições no tocante às relações maritais?

Ficar-se-á com a segunda opção por se considerar a sociedade mineira setecentista fortemente marcada pelos traços culturais dos três grupos étnicos que lhe dão contornos, embora a fusão com o elemento indígena fosse mais frequente nas zonas de conquista no final do século XVIII e século XIX.

No que se refere ao pressuposto maior dessa investigação, as particularidades da sociedade mineira expressas em sua economia, em sua geografia e na forma singular com que aqui se organiza, traduzem uma tipologia singular ao delito do concubinato. Não se quer, contudo, afirmar que nada se deva levar em consideração da transposição dos costumes do reino, o que se quer chamar a atenção, é que a despeito do caráter contraditório sugerido por Ângela Mendes de Almeida, no que se refere à legislação e aos costumes no tocante ao matrimônio, talvez se deva levar em consideração que em cada época as sociedades procuram erguer redes ou teias de significados para atos correntes, mais ou menos descortináveis à luz de preceitos normativos, os quais não só conferem unidade à estrutura da família como modelam profundamente a convivência que no seu interior se estabelece (ARAUJO, 1996).

Feita essa breve introdução em que foi tratado o problema do concubinato, o passo a seguir será abordar como as autoridades locais e metropolitanas se posicionavam sobre o principal produto do amasio: os mestiços. Nesse sentido, verificou-se de modo volatizado nos diversos documentos compulsados, iniciativas de contenção à mestiçagem, sobretudo, no período que coincide com os governos de dom Pedro de Almeida Portugal (1717-1721) e de dom Lourenço de Almeida (1721-1732). Muito mais do que um emaranhado de atos dispersos, a hipótese é que havia na Capitania de Minas Gerais uma ação articulada entre diversos organismos de poder metropolitanos que visava, senão de todo suprimir

a *mulaticie*, pelo menos criar condições favoráveis para que houvesse a expansão da população branca. É o que se pode perceber a partir do documento citado

Uma das maiores ruínas que está ameaçando estas Minas, é a má qualidade de gente de que elas vão se enchendo, porque como todos esses povos vivem licenciosamente sem a obrigação de casados, vai havendo nelas tão grande quantidade de mulatos, que dentro em breves anos, será sem comparação muito maior o seu número que os dos brancos, e como estes tais mulatos, assim pelas conveniências que dá de si o país, como por serem herdeiros de seus pais, necessariamente hão de todo possuir cabedais, confesso a Vossa Majestade que será esta gente a mais perniciosa que pode haver nestes povos pela distância e largueza desses sertões, se faz muito dificultoso o poder de Vossa Majestade conservar nelas as tropas que bastem para dominar tão má casta de gente, e tanta quanta vai havendo e seguro Vossa Majestade que , sendo os mulatos de todo o Brasil muito prejudiciais, por serem todos inquietos e revoltoso, estes de Minas hão de ser muito piores por terem circunstâncias de ricos (...) ⁶

A mestiçagem sempre foi associada pelas autoridades metropolitanas à constante instabilidade das Minas. Na medida em que iam avançando os anos do século XVIII, algumas iniciativas são tomadas com vistas a resolver o problema. Os governos de dom Lourenço de Almeida na Capitania de Minas Gerais e de dom frei Antônio de Guadalupe na Cúria do Rio de Janeiro (1725-1740) merecem destaque a esse respeito, por intensificarem o uso de medidas coercitivas à expansão da mestiçagem. Nesse sentido, a proibição do acesso à comunhão aos fiéis, que publicamente viviam em concubinato, constante na pastoral redigida pelo bispo do Rio de Janeiro em 1726 (RODRIGUES,2005), deve ser colocada lado a lado com a iniciativa do governador das Minas em patrocinar o casamento via a emigração de casais das Ilhas e a sugestão de que se impedisse a saída de mulheres das Minas sem a autorização real.⁷

A frequência de ilhéus citados nos livros de batismo e também nos livros de termos de testemunhas de devassas, com destaque para as mulheres, dá a forte impressão de que as ações de dom Lourenço de Almeida e de dom frei Antônio de Guadalupe tiveram alguma aplicabilidade prática, fazendo-se sentidas na ampliação dos casamentos entre brancos, posto que, essas medidas não visavam, exclusivamente, à promoção de matrimônios, mas também a desaceleração do crescimento da população mestiça⁸. Tome-se por exemplo, 1250 testamentos arrolados para a Comarca do Rio das Velhas, em que dentre os testadores, os ilhéus constituíam-se no segundo grupo imigrante mais expressivo, ficando à frente de adventícios oriundos de províncias como Beiras e Trás-os-Montes.

6. Sobre não herdarem os mulatos nestas Minas, 20 de abril de 1722, Revista do Arquivo Público Mineiro - RAPM, ano 31, 1980, pp.112-13

7. Sobre haverem casamentos nas Minas. Revista do Arquivo Público Mineiro - RAPM, 1979, v. XXX, p. 110-111.

8. Nos livros de devassa, sobretudo, há menções frequentes de indivíduos com origem de nascimento no bispado de Angra. Há ainda menção de nascidos na ilha de Fayal. O que ocorre na verdade é a absoluta inexistência de estudos sobre a presença de ilhéus nas Minas, estudos estes que seriam muito úteis na tarefa de se precisar as ações oficiais executadas no intuito de tolher a mestiçagem na região das Minas.

Ilhas	Outros reinos	Alentejo	Minho	Estremadura	Algarve	Trás-os-Montes	Beiras	Não Identificado	TOTAL
132	6	6	850	76	2	71	74	53	1270
10,39%	0,47%	0,47%	66,93%	5,98%	0,15%	5,59%	5,82%	4,17%	100%

TABELA 1: Testamentos Comarca do Rio das Velhas por naturalidade do testador (século XVIII)

Fonte: Banco de dados testamentos. Projeto Memória Social e Administrativa da Comarca do Rio das Velhas no século XVIII

Em 1727, dom João V determinou ao governador dom Lourenço de Almeida a composição de uma lista precisa na qual se apontasse a quantidade de pessoas que habitavam as vilas e as demais povoações, precisando-se quantos eram os brancos e os mulatos, bem como quantos eram os casados com mulheres brancas, mulatas ou negras e a extensão de cada uma das vilas e povoações⁹. Essa iniciativa da Coroa portuguesa também pode ser entendida dentro do esforço de contenção da expansão da população mestiça, cujo primeiro passo seria conhecer seu quantitativo (SOUZA, 1995).

No flanco eclesiástico, as cartas pastorais diocesanas foram instrumentos importantes na tentativa de contenção da já acentuada quantidade de uniões livres, vigente nas Minas, e na consequente promoção do sacramento do matrimônio. Dom frei Antônio de Guadalupe veio pessoalmente às Minas, quando esta ainda estava colada à Diocese do Rio de Janeiro. O seu principal objetivo era combater as “iniquidades” dos mineiros, sobretudo, no que se refere ao costume de se amasiarem com suas escravas.

Outro instrumento muito conhecido de tolhimento da mestiçagem eram as devassas eclesiásticas. Um dos registros mais antigos dessas inquirições que se tem notícia no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana registra a passagem pela Comarca do Rio das Velhas, no ano de 1727, de uma comitiva visitadora que teve por alvo o Arraial Velho, pertencente à freguesia de Raposos, a freguesia de Roças Grandes e a vila de Sabará. Curiosamente, nas três localidades, só se apuraram casos de concubinato, destacando-se aqueles em que os próprios denunciadores eram também arrolados como réus da devassa. Ao final dos trabalhos realizados na vila de Sabará, o escrivão da visita teve o cuidado de relacionar todos os oitenta e cinco admoestados numa criteriosa organização por ordem alfabética.

LOCALIDADES VISITADAS	ADMOESTADOS POR CONCUBINATO
Vila de Sabará	85
Roça Grande	13
Arraial Velho	08

TABELA 2: Admoestados por concubinato- Comarca do Rio das Velhas (1727)

Fonte: AEAM, devassas 1727-1748, folhas 61.

9. Sobre remeter uma lista da gente de que se compõe as vilas e mais povoações destas Minas. Revista do Arquivo Público Mineiro -RAPM, ano XXX, 1979, p. 259. Não foram encontrados indícios de que a lista tenha sido elaborada.

Vale destacar o fato de que, em sua quase totalidade, os concubinários apontados eram homens brancos e que, no documento, há uma única menção a um indivíduo mestiço vivendo em concubinato, o que, certamente, não confere com a realidade daquela sociedade. O que se quer argumentar é que os alvos preferenciais da visita não eram os homens mestiços, e que os visitantes podem tê-los ignorado, bem como a prática de outros delitos cometidos por eles. Kathleen Higgins, em seu trabalho sobre os libertos para a vila de Sabará, no século XVIII, parece identificar quem eram os homens brancos que frequentavam as devassas, ao chamar a atenção para duas características presentes no contexto social da manumissão: “1) os colonizadores da região eram em grande parte *brancos*, mas raramente acompanhados de mulheres brancas; 2) nas primeiras décadas da era mineradora em Sabará, uma em cada quatro crianças mestiças (mulatas) alforriadas era reconhecida por seus pais, homens livres brancos” (HIGGINS, 1994). Observe-se ainda que o *modus operandi* dessa visita, ao dedicar atenção quase que exclusiva à população branca, na repreensão à prática do amasio, enquadra-se no discurso pastoral de dom frei Antônio de Guadalupe em dar maior ênfase às ações pastorais que tinham como pauta principal o combate à prática dos pecados da carne. Visto desse ângulo, em particular, vê-se claramente a evolução de um programa que articulasse a ação pastoral, as devassas diocesanas e mesmo as ações governamentais. A sincronia entre os discursos e as ações, até aqui demonstradas, evidenciam um projeto articulado de controle social¹⁰.

AMANCEBADOS	CATIVAS	FORRAS	LIVRES	MISTIÇAS	SEM INDICAÇÃO	TOTAL
Livres	37	13	10	1	18	79
Padres	04	--	--	--	01	05
Pardos	01	--	--	--	--	01
TOTAL	42	13	10	1	19	85

TABELA : Acusações de concubinatos na vila de Sabará (1727)

Fonte: AEAM: devassas 1727-1748, folha 61.

Na tarefa de aquilatar a função de cada elo da corrente que se produziu com intuito de obstar a mestiçagem deve-se considerar, como já apontado, que essas ações eram articuladas e tinham uma unidade de procedimento. Elas estariam presentes: 1) na redação das pastorais e na orientação das devassas diocesanas, que primaram por reprimir os casos de concubinato, 2) nas diversas petições endereçadas à Coroa que pediam a supressão do direito de herança aos mulatos e o impedimento a que esses viessem a ser eleitos camarários, na proibição de casamentos entre brancos e negras e mesmo mulatas 3) no consenso observado na documentação de que os mulatos eram os responsáveis pela inquietação da população das Minas, 4) na adoção de medidas

10. É bem provável que a Comarca do Rio das Velhas tenha sido alvo de novas visitas entre os anos de 1728 e 1733. Nesse sentido, deveria haver algum registro nos livros de batismo que atestassem tal presença, posto que os visitantes eram obrigados a visitar os livros paroquiais, como dispunham as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. No entanto, isso não é evidência suficiente da sua não ocorrência.

restritivas à saída de mulheres das Minas e do incentivo à migração de casais das Ilhas, 5) na escolha dos clérigos que viriam ocupar a diocese do Rio de Janeiro após 1726 e as paróquias das Minas.

Os conflitos decorrentes da miscigenação ocuparam grande parte do tempo das autoridades metropolitanas, na tarefa da obtenção da almejada estabilidade política das Minas. Ao contrário do que sugere grande parte da historiografia, as ações por elas empreendidas não se constituíram em atos isolados sem qualquer aplicabilidade prática. Muito antes pelo contrário, os grupos dirigentes agiram de modo organizado para tentar tolher a expansão da população mulata, fazendo uso de um diversificado repertório de ações. Como demarcado as formas de contenção aconteciam em várias frentes e obtiveram considerável grau de sucesso, ao tolher de forma significativa, o acesso aos mestiços do que mais se buscava naqueles tempos: a distinção que os faria nobres da terra, ao ocupar cargos que passaram a ser ocupados exclusivamente por brancos, após a outorga de leis restritivas pela Coroa. A condição de mestiço tornou-se impedimento legal a essa condição, ainda que eventualmente dispusessem de riquezas.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Ângela Mendes de. *O gosto pelo pecado Casamento nos manuais dos confessores dos séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p.121.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1982.

ARAÚJO, Ana Cristina. A esfera pública da vida privada: a família nas artes de bem morrer. *Revista Portuguesa de História*, Lisboa, t.XXXI, vol.2, 1996, p. 342.

GRUZINSKY, Serge. *O pensamento mestiço*: São Paulo Cia das Letras, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

HIGGINS, Kathleen. *Licentious liberty in a brazilian gold-mining region: slavery,gender and social control in eighteen century Sabará, Minas Gerais*. Pensylvania State University Press, 1994, p. 145.

OLIVEIRA, Hilton César de. *A devassa da vida cotidiana: O delito do concubinato em Minas Gerais setecentista*. Dissertação de mestrado, Franca: Unesp, 1999.

RAMOS, Donald. From Minho to Minas: the portuguese roots of the mineiro family. *Hispanic American Review*, 1993, vol. 73, nº4, p. 645.

RAMOS, Donald. *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz: a voz popular e a cultura popular no Brasil do século XVIII*. Lisboa: Estampa, 137-154.

RODRIGUES, Flávio Carneiro. *Cadernos históricos do Arquivo Eclesiástico de Mariana: As Visitas Pastorais do século XVIII no bispado de Mariana*. Ouro Preto: Editora dom Viçoso, 2005, p. 35.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Desvios morais nas duas margens do Atlântico; o concubinato no Minho e em Minas nos anos setecentos*. Guimarães: Universidade do Minho, 1998

SOUZA, Laura de Melo e. Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. São Paulo: Graal, 1995.

A LEI DE TERRAS DE 1850 NO CENTRO DA DISCUSSÃO: UM ELO COERCITIVO SOBRE AS FAMÍLIAS LIVRES E POBRES

Data de aceite: 01/06/2020

Data de submissão: 05/05/2020

Leandro Neves Diniz

Universidade Federal de Pernambuco /
Recife – PE

E-mail: leandro_ndiniz@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/3748302814199647>

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar um processo que estava em curso a partir da promulgação da Lei de Terras de 1850. Esta lei permitiu aos proprietários darem início aos cadastramentos de suas posses e a atitude de registrar suas terras era reflexo das transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas na sociedade imperial. Porém os efeitos dessas mudanças foram diversos e cada região reagiu à sua maneira. As declarações de terras efetuadas pela população livre da Freguesia de Cabaceiras revelam a ação da lei no interior da Paraíba oitocentista. Nas províncias cafeeiras a dinâmica ocupacional também foi afetada, a regulamentação da ocupação territorial alterou a relação da força de trabalho e os empreendimentos agrícolas. Portanto, é importante ressaltar os

desdobramentos da promulgação dessa lei, seus resultados e consequências durante o período que concerne a discussão e efetivação do decreto.

PALAVRAS-CHAVE: Ocupação Territorial; Lei de Terras; Famílias Livres e Pobres.

THE LAND LAW OF 1850 UNDER DISCUSSION: A COERCIVE LINK ON FREE AND POOR FAMILIES

ABSTRACT: This article aims to analyze a process that was in progress since the promulgation of Land Law in 1850. This law made possible the landowners to initiate the registration of their possessions and that attitude of registering their lands was a consequence of social, political and economics changes occurred in the imperial society. However that changes caused diverse effects and each region reacted in its own way. The land declarations made by the free people from the Parish of Cabaceiras reveal the law action in Paraíba hinterland in the nineteenth century. In coffee producers provinces the occupation process also was affected and the legislation of territorial occupation modified the workforce relationship and the agricultural enterprise. Therefore it's important to emphasize the consequences

of the promulgation of this law, its results and effects during the period of discussion and implementation of the decree.

KEYWORDS: Free and poor families; Land Law; Territorial occupation.

O desenvolvimento do sistema econômico capitalista associado à expansão dos mercados no século XIX veio contribuir na mudança de concepção quanto aos valores da terra, seus usos, assim como a mão de obra a qual também está relacionado. O sistema capitalista de mercado, que vivenciava neste período profundas transformações, traz como consequência a expansão dos campos de agricultura para a produção em larga escala, visando atender as necessidades desse sistema. Por outro lado, resultou na expulsão de arrendatários, meeiros e posseiros das pequenas propriedades, onde dedicavam-se a economia tradicional, posteriormente absolvidos como trabalhadores assalariados nas fazendas comerciais ou migravam para as cidades (COSTA, 1999, p. 170).

Para que fique clara a mudança ocorrida ao longo dos tempos acerca do valor atribuído a terra, remontaremos ao início da colonização portuguesa na América. Neste período a terra pertencia a Coroa e para ser adquirida só através de doação do Rei, como forma de retribuição por trabalhos prestados a Coroa e, portanto, na Colônia a aquisição da terra derivava do *arbitrium* real. A partir do século XIX a terra torna-se domínio público, patrimônio da nação. De acordo com a Lei de Terras de 1850, o acesso só seria possível por meio da compra, assim o governo atuaria como mediador entre o domínio público e o provável proprietário (COSTA, 1999, p. 172).

A política de terras no Império foi uma questão amplamente debatida pelos ministérios, assim como a política de abolição, mas foi no início da década de 1840 que surgiram as principais discussões na Câmara. Em 1842 o ministro do Império solicitou a elaboração de propostas para projetos de legislação sobre sesmarias e colonização estrangeira, o projeto da seção foi encaminhado ao Conselho Pleno nesta instância sofreu poucas alterações. Em 1843 o projeto apresentado pelo ministro da Marinha Joaquim José Rodrigues Torres visava atender aos problemas centrais contidos na proposta formulada na seção do ano anterior, porém, esse projeto demorou anos para ser definitivamente aprovado, sofrendo inúmeras interrupções. José Murilo aponta algumas possíveis causas dessa demora:

A demora na votação no Senado e as mudanças introduzidas no projeto refletiam em parte mudanças políticas e econômicas. O domínio dos liberais, o Aberdeen Act de 1845 e o êxito norte-americano na questão da imigração (CARVALHO, 2013, p. 341).

O projeto apresentado em 1843 pelo ministro da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres, era basicamente do interesse dos cafeicultores do Rio de Janeiro. Naquele momento, quando o café assumia a liderança na exportação e se alastrava pelo Vale do Paraíba, este projeto buscou fazer com que os grandes proprietários pagassem pelos custos de importar mão de obra livre e assim suprir a redução de mão de obra escrava, a qual era um problema a ser superado pelo Império (CARVALHO, 2013, p. 336-338).

Para obter trabalhadores livres à proposta era que a aquisição das terras ocorresse através da compra legítima, e não mais através de doações ou ocupações. A corriqueira obtenção de terras através da ocupação indiscriminada dificultava a atração dos trabalhadores livres, a fim de venderem sua mão de obra. A partir do momento da proibição dessa forma de acesso “aumentar-se-ia o valor das terras e dificulta-se sua aquisição, sendo então de se esperar que o emigrado pobre alugue o seu trabalho e efetivamente por algum tempo, antes de obter os meios de se fazer proprietário” (CARVALHO, 2013, p. 332).

A história da Lei de Terras no Império foi repleta de resistências até sua real efetivação, além de evidenciar a incapacidade do governo em superar esses obstáculos e pô-la em prática. Para exemplificar o grau das resistências Carvalho ressalva que:

Houve resistência até mesmo ao registro paroquial das terras. O governo queixava-se da lentidão do processo, da resistência dos párocos em promover o registro e remeter os livros, e da arbitrariedade das declarações (não se exigiam provas documentais da propriedade e de suas delimitações) (2013, p. 343).

Mesmo com toda coesão que a Lei atribuiu, para que seu objetivo fosse alcançado, ela fracassou nas legitimações e revalidações das terras. Fracassou, também, no simples cadastro e as arrecadações das multas não atingiam a abrangência necessária, caracterizando o sentido de uma recusa geral por parte dos proprietários. Nesta direção, a política de terras não ia além do debate no legislativo e dos relatórios dos burocratas, sendo, assim, “ela foi vetada pelos barões” (CARVALHO, 2013, p. 350).

A tese do fracasso da Lei, defendida por Carvalho, se sustenta, entre outros pontos, na leitura dos relatórios dos ministros do Império que sinalizavam não terem conseguido resultados positivos nas províncias do Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe. Desse modo:

A Lei de Terras, na realidade, mostrou a incapacidade do governo central em aprovar ou implementar medidas contrárias aos interesses dos proprietários na ausência de pressões extraordinárias, como sejam a ameaça externa ou a pressão do Poder Moderador. Mas mostrou também a falta de unidade da classe proprietária (2013, p. 331).

Ao analisarmos a Lei por outro viés historiográfico fomos levados a questionar a interpretação em torno do fracasso da aplicação da Lei Imperial conhecida como “veto dos barões”. Christillino, em sua tese de doutorado, aponta uma outra faceta expressa pela Lei, a de que seu fracasso não se deve aos chefes locais, pois a aplicação coerente provocaria uma sobrecarga política sobre o Império, portanto, a Lei existia, mas deveria ser aplicada com cautela apenas para atender os interesses da elite imperial, assim como também aos interesses dos grandes proprietários de terra (2010, p. 214).

A Lei possibilitou a barganha política, a partir disso o Império espalhou seus sustentáculos administrativos, angariando o apoio dos chefes locais e dos grandes fazendeiros das províncias, pois estes eram sujeitados aos rigores da Lei. A normativa impunha a revalidação, legitimação ou o cadastro das terras, porém as redes de relações

sociais facilitariam nos processos encaminhados. Os proprietários buscavam posições estratégicas junto aos presidentes de províncias para que suas terras conseguissem o aval da lei e não fossem prejudicados (CHRISTILLINO, 2010, p. 214).

As irregularidades eram recorrentes, as apropriações e a condição de cultura efetiva nem sempre eram respeitadas e as terras não conseguiam o amparo legal da lei. Os processos encaminhados eram analisados pelos presidentes de província: “Cabia ao presidente de província o julgamento final dos processos, o que oferecia margem à negociação política para a afirmação de propriedade” (CHRISTILLINO, 2011, p. 21). Daí a preocupação em manter vínculos com o aparato político imperial e conseguir a legalidade de suas propriedades.

A regulamentação da Lei de Terras mostra que sua aplicação foi redirecionada para não impor os processos de legitimação e revalidação aos fazendeiros, por que isso questionaria seu direito de propriedade. “Os grandes fazendeiros não estavam isentos das punições previstas no Regulamento contra a invasão das terras públicas, pois seus artigos poderiam ser utilizados em qualquer momento por algum inimigo” (CHRISTILLINO, 2011, p. 15), por isso os proprietários mantinham-se sempre próximos dos chefes políticos, devido ao direcionamento político da aplicação da Lei.

O projeto da Lei de Terras levou 7 anos para ser aprovado na Câmara do Senado, sofrendo uma série de prorrogações e alterações desde o projeto inicial até sua versão final, em 18 de setembro de 1850. A Lei foi sancionada como Lei nº 601 e continha 23 artigos. Suas principais finalidades foram regulamentar o acesso à terra e angariar recursos financeiros para serem usados com a imigração estrangeira, já que esta era uma das soluções apontadas a partir do fim do tráfico internacional para suprir o déficit da mão de obra cativa.

A Lei nº 601 de 1850 só veio a ser regulamentada 4 anos depois em 1854, quando foi publicada em oficial como Decreto nº 1.318 de 20 de janeiro de 1854, sendo composto por nove capítulos e 108 artigos. Segundo Marcia Motta, “o Regulamento procurou dar conta das inúmeras situações relacionadas à ocupação das terras” (2008, p. 167).

A Lei determinaria, em primeiro lugar, as condições para a concessão de terras a proprietários, em segundo lugar, o uso que se faz daquele solo e por quanto tempo o faz, terceiro a maneira pela qual o proprietário conseguiu o acesso até aquela data em que a lei passa a valer (1850, p. 308-310). Estas determinações ajudariam a identificar e organizar as terras privadas, apontando as terras de domínio público que serão vendidas ou usadas como colônias de povoamento. Outro fator importante quanto a regência da Lei e do Regulamento era o caráter de organizar e mapear as terras das províncias, tributando-as a seus proprietários e regulamentando suas posses.

Após entrarem em vigor a Lei e o Regulamento passam a dificultar o acesso das famílias livres e pobres a terra, excluindo a eles o direito de posse (desordenada) como ocorria antes, dessa forma, os mesmos, só conseguiriam ter acesso à terra por meio da

compra. Segundo os defensores do projeto, a Lei criaria condições de submeter os homens livres e pobres ao trabalho das grandes fazendas, pois tais homens não conseguiriam adquirir a posse das terras e os grandes fazendeiros necessitavam de mão de obra, uma vez que a força de trabalho cativa estava cada vez mais escassa nesse período (COSTA, 199, p. 179).

Para que tenhamos ideia das normativas da Lei e do Regulamento fizemos um panorama geral de como os seus artigos se entrelaçam para atender aos interesses dos grandes proprietários de terras, e, assim, resolver esse problema de mão de obra imprescindível para a economia agrária, deixando os pequenos proprietários na dependência de se enquadrar as determinações.

Como forma de regularizar as condições de propriedade da terra no Império, a Lei de Terras deveria ser posta em vigor em toda a extensão do Império, o que não era nada fácil devido às dimensões territoriais e a precariedade governamental em expandir seus sustentáculos a locais distantes. Desse modo, ficou estabelecido à criação de uma repartição específica, conforme o Art. 6º do Regulamento orienta:

Haverá nas Províncias uma Repartição Especial das Terras Públicas nelas existentes. Esta repartição será subordinada aos presidentes das províncias e dirigida por um delegado do diretor-geral das terras públicas; terá um fiscal, que será o mesmo da tesouraria; os oficiais e amanuenses, que forem necessários, segundo a afluência do trabalho e um porteiro servindo de arquivista (BRASIL, 1854, p. 12).

Portanto, a criação dessa repartição tinha como objetivo fiscalizar mais de perto os andamentos dos trabalhos impostos pela Lei, e garantir a eficácia da sua aplicabilidade, tendo em vista que muitas vezes a Lei acabava sendo descumprida. A criação dessa repartição pública versa na determinação do Art. 13º da Lei nº 601, pois ficava definido que:

O mesmo Governo fará organizar por freguesias o registro das terras possuídas, sobre as declarações feitas pelos respectivos possuidores, impondo multas e penas àqueles que deixarem de fazer nos prazos marcados as ditas declarações, ou as fizerem inexatas (BRASIL, 1850, p. 310).

Assim caberia ao Estado a responsabilidade em viabilizar as medições, receber os livros de registros das paróquias e encaminhar para a Repartição Geral das Terras Públicas, que ficou subordinada ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.

Ao Regulamento coube a tarefa de definir quais as terras que estariam sujeitas à Legitimação, tendo em vista que em seu Art. 24º fica definido que as posses que se encontrarem em poder do primeiro ocupante deve-se submeter às medições, assim como também as posses de segundo possuidor (BRASIL, 1854, p. 15). Já o Art. 11º da Lei, refere-se as posses que forem transferidas a outrem o seu domínio também serão sujeitas a Lei, pois os posseiros estão obrigados a tirar o título dos terrenos, já que sem eles não poderão hipotecar nem os alienar por qualquer modo. Estes títulos seriam atribuídos

pelas repartições provinciais que o Governo designaria e seus proprietários teriam que pagar os direitos de Chancelaria pelo título expedido (BRASIL, 1850, p. 310).

Assim de acordo com o artigo 11º da Lei de Terras, podemos considerar que as posses transferidas por herança também teriam que ser submetidas ao registro obrigatório para obtenção dos títulos dos terrenos. As propriedades declaradas em inventários *post mortem* partilhadas por muitos membros de uma mesma família ou até mesmo menores órfãos deveriam ser registradas sem exceções. Portanto, o acesso à terra mesmo por via da herança precisaria se adequar as normativas da Lei e do Regulamento.

O Sr. Felisberto, por exemplo, teve seus bens inventariado em 1861, ano de seu falecimento, dentre suas posses constavam terras que haviam sido registradas em 1855 na freguesia de Cabaceiras, sendo assim, os herdeiros contemplados com as terras poderiam usufruir da posse de acordo com o enquadramento da lei. Conforme identificamos através da pesquisa documental o acesso à terra por via da herança estava intrinsecamente relacionado ao registro. Os documentos nos levaram a acreditar que as propriedades inventariadas após 1858 haviam sido registradas através da incidência de terras registradas em Cabaceiras entre os anos de 1855 – 1858. Portanto, tais terras foram partilhadas e a partir daí alienadas de acordo com o mercado de terra.

A venda por meio do cumprimento da Lei era a forma de conseguir o objetivo central, alçar dividendos para a imigração estrangeira, desse modo, a lei limitou o acesso à terra a indivíduos que tivessem condições de adquirir seu pedaço de terra através da compra a partir daquela data em que a lei entrava em vigor, conforme o Art. 1º da Lei salienta: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas, por outro título que não seja o de compra”. Dessa forma as terras havidas por outros meios, que não a compra, não estariam nos conformes do seu regimento e assim poderia passar por punições jurídicas como consta nos seus tramites, outro fator seria o não respeito as posses estabelecidas depois da publicação do regulamento.

No Art. 6º da Lei ficou determinado que os simples roçados, derrubadas ou queimas de matos ou campos, levantamentos de ranchos ou outros atos de semelhante natureza, não garantiriam, aos posseiros, condições de legitimação da terra. Os mesmos estavam sujeitos ao despejo caso não conseguissem comprovar morada habitual, nem princípios de cultura. Desse modo, os posseiros deveriam conseguir comprovar a posse de forma efetiva, o que em muitos casos não haviam condições devido suas práticas agrárias, outro obstáculo seria a falta de recursos financeiros para o pagamento das taxas de medição, para poder receber os títulos da terra. Denise Moura é precisa ao descrever os efeitos da Lei de Terras em Campinas – São Paulo, segundo ela, “com a obrigatoriedade da demarcação judicial da terra, determinada pela lei de 1850, muitos desses caipiras podem ter sido obrigados a sair de suas terras, pois as despesas com os processos demarcatórios e divisórios eram altas, impedindo que muitos pudessem legalizar suas posses” (1998, p. 42).

A Lei de Terras, dessa forma, tem o caráter de criar meios de discriminar o domínio público do privado, regularizar e fiscalizar as propriedades fundiárias, como também suprir, de forma indireta, com a mão de obra livre e pobre aos grandes proprietários de terras. Neste contexto, os homens livres e pobres, muitas vezes pequenos posseiros, ficaram sem suas terras e ainda tinham que servir como força de trabalho para manterem a grande e pequena economia agropecuária. Neste momento de “substituição” do trabalho escravo pelo trabalho livre assalariado, os legisladores “estavam dispostos a dar ao governo o poder para controlar a terra e o trabalho, apenas para assegurar o sucesso da economia do tipo *plantation*”. (COSTA, 1999, p. 180).

A Lei e o Regulamento deviam ser fontes regulamentadoras de acesso à terra das províncias, no entanto, seu real objetivo foi desvirtuado, verificamos que tanto um quanto o outro foram utilizados como estratégias políticas por parte da Corte (CHRISTILLINO, 2011, p. 11) atendendo aos interesses dos grandes proprietários e submetendo as famílias livres e pobres as influências dos mesmos. Verificamos nos Registros Paróquias de Terras, por exemplo, que os grandes proprietários não atendiam as regras estabelecidas pelo Regulamento da Lei. Diante dessa conjuntura, somada ao fim do tráfico e a consequente diminuição do número de cativos, surge à necessidade de desenvolver estratégias para manter a produtividade das áreas cultivadas. Usar o mínimo possível de mão de obra, optar por culturas alternativas, diversificar o uso do solo, essas foram algumas das práticas utilizadas em algumas províncias do Império.

A Lei Euzébio de Queiros pois fim ao tráfico internacional de escravos e acenou para uma abolição lenta e gradual, por sua vez, a Lei de Terras, ambas de 1850, buscou regulamentar o acesso à terra e amparar legalmente aos proprietários o direito a suas propriedades. As Leis pareciam tão claras, no entanto, muitos proprietários de escravos e terras buscavam formas de flexibilizá-las e burlá-las, como já expresse neste artigo e comprovados por meio da análise de processos de litígios da época, onde ficam explícitos o não cumprimento de ambas as leis.

Para a consolidação das Leis Euzébio de Queiros e Lei de Terras, um longo período foi percorrido, com a revogação da concessão de sesmarias em 17 de julho de 1822, o Brasil conquistou a independência sem uma legislação que organizasse o acesso à terra. A lei de 1831, que legitimava o fim do tráfico de escravos, não surtiu o efeito esperado e possibilitou o acréscimo acentuado da entrada de escravos no Brasil durante toda a década de 1840. Percebemos, também, que ambas as leis combinadas serviram de mecanismos solidários e complementares na constituição dos mercados de trabalho e terras. João Antônio de Paula vai mais além e assinala que “apegado a um projeto de dominação em que a produção de riqueza e as relações econômicas, políticas e sociais estavam sintonizadas às velhas aspirações de status e poder de uma elite apegada ao patrimonialismo e ao Antigo Regime” (2012, p. 199).

As Províncias de exportação cafeeiras do Sul foram as mais atingidas pela Lei

Euzébio de Queiros que pôs fim ao tráfico internacional de escravos e a Lei de Terras que regulamentou as propriedades, limitando o acesso à terra de forma indiscriminada, além de amparar legalmente o questionamento à posse da terra. Essas províncias eram as que mais sofriam com relação à mão de obra escassa, suas técnicas agrícolas e consequentemente suas grandes extensões de terras exigiam uma demanda de trabalhadores ainda maior. Para se produzir em larga escala e com boa qualidade havia a necessidade de ocupar largas faixas de terras para que a rotatividade do cultivo garantisse a qualidade do café em solo fértil, seriam as injunções do mercado que iriam imprimir o ritmo desse movimento, limitado pela oferta de terras e de força de trabalho (CASTRO, 2009, p. 40).

No que diz respeito a região de cultivo para a economia interna, Hebe Castro, em estudos realizados na Província do Rio de Janeiro mais especificamente na Freguesia de Capivari, analisa e compara com outras regiões da mesma província, concluindo que esta Freguesia constituía um caso singular durante a segunda metade do século XIX (2009, p. 19). A autora descreve que a base da economia agrária daquela localidade atendia ao mercado local e regional, diferentemente das grandes lavouras de exportação. Outros dados fundamentais são as médias do tamanho das propriedades, como também a quantidade de escravos que compõem a população.

Ao analisar os registros paróquias de terras de Capivari, Hebe Castro identificou uma impressionante concentração fundiária (2009, p. 19). Dentro daquela conjuntura social foi perceptível a divisão entre os proprietários mais forte que buscavam atingir os centros comerciais, daqueles subordinados aos primeiros, os sitiantes. A quantidade de escravos, as moradias e dependências, os tamanhos de suas propriedades e demais características distinguiram os fazendeiros dos sítios comerciais.

A dinâmica de ocupação e do uso da mão de obra da Freguesia de Capivari tomaram direções bem distintas durante o processo de desagregação do trabalho escravo, pois “a questão da crise do trabalho escravo havia sido solucionada pelas elites agrárias locais com uma estratégia de redução do processo de ampliação dos empreendimentos agrícolas” (CASTRO, 2009, p. 53). Além disso, com a valorização da escravaria, os fazendeiros passaram a se valer deles como alternativa de diversificar os investimentos. Por sua vez, os sitiantes concentravam a força de trabalho disponível nas lavouras de café, além de buscarem acumular mais terras devolutas daquele município para estabelecerem coerção juntos aos trabalhadores livres (CASTRO, 2009, p. 54-55).

Os sitiantes de Capivari entendiam como o poder sobre a terra era importante para expandir suas teias de relações sociais, de modo que “a luta pela terra expressava, em suma, não somente a possibilidade de obter o domínio sobre a mesma, mas também sobre os homens que ali habitavam ou desejavam habitar” (MOTTA, 2008, p. 45), e assim, fazerem frente aos grandes fazendeiros na concorrência pela mão de obra livre daquela região.

Ao analisar a Freguesia de Capivari, Hebe Castro, percebeu o quanto a terra é

imprescindível para o futuro da produção em curta e em longa escala. O solo como pré-requisito para a concentração de mão de obra é fator elementar, pois é nessas localidades, aptas ao cultivo, onde concentraram famílias em busca de trabalho, não apenas para o beneficiamento da terra do proprietário, como também para a sua própria subsistência.

Com o decréscimo da mão de obra escrava os grandes latifundiários se viram impossibilitados de trabalharem grandes faixas de terra e acabam concentrando forças nas áreas mais produtivas de suas propriedades, o que possibilitou a formação de espaços à margem destas sem uso para o cultivo. São nestes terrenos devolutos, pequenas faixas de terra, que famílias e mais famílias fixam-se e cultivam para a sua subsistência, estes núcleos familiares são formados pelos “os chamados homens livres pobres, imprecisa camada intermediária da sociedade brasileira escravista, que dificilmente podem ser definidos do ponto de vista estrutural enquanto despossuídos” (CASTRO, 2009, p. 72).

Ao compararmos as análises feitas por Castro sobre a Freguesia de Capivari com a ocupação territorial na região do Cariri paraibano, percebemos algumas diferenças e semelhanças. A principal diferença era a atividade agrária exercida na região do Cariri, onde o plantio do algodão e a pecuária tinham grande destaque. Por sua vez, a freguesia fluminense priorizava o cultivo do café, produto este que gerava uma lucratividade bem mais acentuada.

A concentração fundiária de ambas as regiões difere bastante, a estrutura fundiária presente em Capivari apresentou uma concentração de pequenas propriedades voltadas a atenderem a economia local, denominadas pela autora por sítios comerciais. Na Freguesia de Cabaceiras detectamos a existência de famílias numerosas, dividindo a mesma propriedade, a mão de obra familiar impulsionava a economia local com o excedente da produção.

O cultivo do algodão como também a pecuária não exigia um número de mão de obra tão elevado como a cafeicultura ou a produção açucareira. Desse modo, mediante a incidência do tráfico interprovincial de escravos que reduziu o número de cativos da província da Paraíba, essa produção não sofreu um forte abalo, pois, a mão de obra utilizada na agropecuária tinha como principal elemento as famílias livres e pobres.

Os fatores de semelhanças ficam por conta de se tratarem de produções que exigiam longas faixas de terras, pois o café necessitava de uma rotatividade maior do solo, tal como a pecuária, pois quanto maior os campos e pastagens, maior a capacidade de crescimento dos rebanhos. Já o principal ponto de semelhança diz respeito ao elevado número da população de livres e pobres povoando estas regiões. Capivari, por estar localizada na província detentora da segunda maior escravaria do país, registrou aproximadamente 73,6% de sua população na condição de livres¹, percentual bastante revelador para aquela localidade.

1. Dados extraídos do Recenseamento de 1872. Segundo o censo a província do Rio de Janeiro detinha a segunda escravaria do Império com 292.637 cativos, atrás apenas de Minas Gerais com 370.459 cativos.

Com uma população majoritariamente composta de indivíduos livres, encontramos no Cariri paraibano do século XIX sujeitos desprovidos de largas faixas de terras aráveis, nem tão pouco produzindo para a agricultura exportadora, porém, conseguiam dinamizar a economia local se utilizando da mão de obra familiar tornando-se independentes dos grandes latifundiários como também provendo o seu sustento através do seu trabalho, portanto, podemos considerá-los:

Pobres, mas não despossuídos, pois, mesmo quando sem terras ou escravos, conseguiam prover sua subsistência com o resultado de suas lavouras – diferenciando-se, assim, fundamentalmente do trabalhador cativo, que, antes de tudo, trabalhava a lavoura de outro. (CASTRO, 2009, p. 72).

São esses braços livres que destacamos, não apenas por dinamizar a economia, como também, por resistir e negociar os seus interesses frente as ações do governo e dos senhores mais abastados. Consequentemente, “é no seio dessas práticas continua e cotidianamente reelaboradas que se vislumbram as nuances de um cenário marcado pelo declínio do escravismo e o delineamento de formas de trabalho livre” (MOURA, 1998, p. 148).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Terras de 18 de setembro de 1850**. In: Coleção das Leis do Império do Brasil – 1850, v. 1., p. 307-313.

_____. **Regulamento para execução da Lei N° 601 de 18 de setembro de 1850**. In: Coleção das Leis do Império do Brasil – 1854, v. 1., p. 10-28.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil em 1872 - Parahyba**. In: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v5_pb.pdf>. Acessado em 18 de julho de 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política. Teatro de sombras: a política imperial**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009.

CHRISTILLINO, Cristiano Luis. **Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa (1850-1880)**. 350f. Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFF, Niterói, 2010.

_____. **Sob a pena presidencial: a Lei de Terras de 1850 no Rio Grande do Sul e a negociação política**. Editora Tempo, 2011.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 7ª Ed. São Paulo: Fundação Editorial da UNESP, 1999.

MOTTA, Márcia. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito no Brasil do século XIX**. 2ª Ed. Niterói: EdUFF, 2008.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. **Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo**. Editora UNICAMP, Campinas, 1998.

PAULA, João Antônio de. O processo econômico. In: CARVALHO, José Murilo de. **A construção nacional 1830-1889**, v 2, Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

Arquivo Público do Estado da Paraíba

-Registro Paroquial de Terras da Freguesia de N. Sra. da Conceição de Cabaceiras – 575 declarações.

Arquivo do Fórum Dr. João Agripino Filho de Cabaceiras

CABACEIRAS (Município Paraibano). **Inventário *post-mortem* de Felisberto Pereira da Silva**. Arquivo do Fórum Dr. João Agripino Filho de Cabaceiras, 1861.

A INTEGRAÇÃO EM DISPUTA: MOVIMENTO HISTÓRICO E PERSPECTIVAS SOBRE O PROCESSO INTEGRACIONISTA EUROPEU

Data de aceite: 01/06/2020

Data de submissão: 23/03/2020

Daniel Wanderley Caliman

Universidade Federal de Uberlândia (Egresso)

São Paulo – SP

<http://lattes.cnpq.br/1308417153954344>

RESUMO: Este artigo busca lançar luz sobre os variados aspectos que contribuíram ou compõe a dinâmica da integração europeia, apresentando seu histórico, desde a formação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, até a constituição da mais avançada experiência integracionista até o presente momento, a União Europeia. A partir disso se debruça sobre os aspectos teóricos que perpassam a organização, se dedicando em especial ao debate entre as teorias neofuncionalista e intergovernamentalista. Como um desdobramento, analisa a integração tendo por base o processo decisório em seu interior, mais especificamente ao mecanismo de co-decisão. Se coloca, então, a tarefa de analisar as debilidades da integração, identificadas principalmente na matéria de segurança e defesa, assim como na ascensão de uma

extrema-direita com discurso exacerbadamente nacionalista e portanto, avessa ao processo integracionista. Por fim, como medida de identificação da atuação da União Europeia como ator internacional coeso, o trabalho se dedica às interações entre a UE e o Mercosul.

PALAVRAS-CHAVE: Integração, Europa, União Europeia

DISPUTED INTEGRATION: HISTORICAL MOVEMENT AND PERSPECTIVES ON THE EUROPEAN INTEGRATIONIST PROCESS

ABSTRACT: This paper seeks to light up the varied aspects that contributed or compose the dynamic of european integration, presenting its history since the formation of the European Coal and Steel Community till the the constitution of the most developed integrationist experience so far, the European Union. From this point, the paper focus on the theoretical aspects that pervade the organization, dedicating itself specially to the debate between the neofunctionalist and intergovernmentalist theories. As an outspread of, it analyzes the integration taking the organization's decision making process as background, more specifically, its co-decision mechanism. Thereafter, emerges the task of analyzing the integration's debilities, wich are

mainly identified in the security and defense matters, as in the rise of a political extreme-right wing with a nationalist speech, therefor averse to the integrationist process. At last, as a mean of identifying European Union's performance as a cohesive international actor, the paper dedicates itself to the interaction between the European Union and the Mercosul.

KEYWORDS: Integration. Europe. European Union

INTRODUÇÃO

A experiência europeia ultrapassa em muito as expectativas geradas em torno da integração, colocada em contraste com outras regiões do mundo, ainda mais se considerado o seu processo pacífico e voluntário. Com esses fatores em mente, é possível entender a integração europeia, sintetizada na construção da União Europeia (UE), com um referencial para as diversas tentativas integracionistas ao redor do globo. (SCHMITTER, 2010)

Dar potencial de aplicação a esse referencial, passa pela capacidade em se absorver o conteúdo teórico, analisando padrões colocados e fazendo as necessárias abstrações em relação às diferenças culturais, sociais e estruturais das diversas regiões. Daí pode-se lograr a aplicabilidade de seus mecanismos de desenvolvimento. O presente trabalho buscará desanuiar o campo das diversas teorias que se interpõe com relação à integração europeia. (SCHMITTER, 2010)

Seguindo para o emaranhado de ações da UE, um dos fatores mais relevantes em relação ao movimento integracionista na Europa é a sua capacidade de integração na área da segurança, que permanece incipiente. Apesar da criação da Política Externa e de Segurança (PESC) em 1992 pelo Tratado de Maastricht, a matéria sofre entraves devido aos desafios encontrados em relação à OTAN e também das ações de alguns Estados membro. Isso leva a capacidade de uma política única de segurança a ser debilitada, frente a uma falta de capacitação e dificuldade de estabilização em matéria de segurança internacional. (OZELO, 2007)

Isso nos leva a pensar sobre os desafios integracionistas para União Europeia, podendo ser identificados como a lida com as vaidades oriundas da soberania, com a necessidade de eficiência diante dos avanços tecnológicos e o compromisso com a prática democrática. Se torna necessário, portanto, a análise sobre o alto grau de imbricação dos Estados membro, mediante a atuação na instituição internacional que os coloca diante de tais relações, que se pode viabilizar através de um olhar mais atento ao processo de tomada de decisões. Para tal objetivo se faz pertinente a atenção ao processo de evolução da instituição, fazendo um apanhado geral de suas perspectivas históricas, transversalmente à ótica da tomada de decisões, permeada pela análise dos dispositivos que a fazem possível. A observação dos tratados constitucionais que permitam tais processos e sua interação com o processo de integração, aliada a uma breve passagem pela configuração

de seus dispositivos, como o Conselho, o Parlamento e a Comissão, pode nos dar mais nitidez em relação ao processo decisório. (MEDEIROS; CAMPOS, 2009)

Os processos decisórios europeus passam pelas interposições entre os diversos sistemas nacionais, suas relações políticas internas e a dinâmica das relações partidárias estabelecidas no seio de cada país da região. Diante dessa realidade, é de eminente importância compreender as movimentações recentes dadas à realidade política do continente. Em um cenário onde existe a ascensão de uma extrema direita, avessa ao sentimento integracionista, faz-se pertinente a análise do perfil ideológico dos partidos políticos, e de suas respostas à agenda regional de integração, tendo em mente as ameaças representadas à integração diante do crescimento eleitoral das extremas-direitas nacionais. Isso se carrega de significado mediante a uma realidade em que a atuação dos chefes de Estado, ministros e atores políticos em geral não mais se circunscrevem à dinâmica nacional, mas sofrem interferência de âmbito regional. (TOSTES, 2009)

Por fim, com base nas informações coletadas e fazendo as suas devidas correlações, partir-se-á para uma análise da aproximação inter-regional entre União Europeia e o Mercosul, entendendo seus impactos para ambas regiões. Em 1995, fora assinado um acordo prevendo uma maior liberdade comercial, o investimento, a cooperação econômica e o diálogo político entre os países das duas regiões, no entanto as negociações ainda se encontram em curso, apesar da boa fluidez no diálogo, devido a entraves representados principalmente pela Política Agrícola Comum (PAC) e as mudanças no cenário internacional após os atentados do 11 de setembro. Diante das dificuldades observados no Mercosul, para a constituição de um mercado comum de fato, será analisada essa relação, tendo como ponto de partida a capacidade da UE em agir como um ator internacional coeso. (SARAIVA, 2004)

A rigor, o presente trabalho buscará oferecer um panorama geral do processo histórico e analítico da integração europeia, buscando compreender e tomar lições que possibilitem efetivar novos caminhos rumo à integração, tomando como base a excepcional experiência europeia.

HISTÓRICO

Quando se fala em integração regional, apesar das várias experiências ao redor do mundo, o que nos vem à mente é a Europa, com seu profundo processo, por muitos anos exitoso, de integração nos níveis político, social e econômico, através da experiência da União Europeia (UE). Para que isso fosse possível, foi necessário um longo caminho, permeado por negociações e a construção de um interesse comum em constituir-se como bloco.

Os primórdios desse processo remontam à 1952, quando se assinou em Paris o Tratado que daria início à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), constituído

por seis países, a Bélgica, a Alemanha Ocidental, a França, a Itália, Luxemburgo e os Países Baixos (Holanda). Em 1955, os países decidem por estender o tratado para toda a economia, que levaria em 1957 à instituição da Comunidade Econômica Europeia (CEE), junto à Comunidade Europeia de Energia Atômica (CEEa). Em 1960, a Associação Europeia de Comércio Livre passa a reunir vários países não pertencentes à CEE. O processo de unificação dessas iniciativas se daria com um tratado de fusão entre a CECA, a CEE e CEEa, em 1965. A partir daí o processo passou a incorporar cada vez mais Estados, avançando sobre temas como a mobilidade e a constituição política e identitária do bloco, através da inclusão do Parlamento Europeu em sua estrutura, sendo em 1979 a sua primeira eleição direta. Buscando o estreitamento das relações em temas como política externa e segurança comum, firma-se, em 1992, o Tratado da União Europeia, ou Tratado de Maastricht. Em 1999, 11 países reunidos no bloco se juntam em torno do Banco Central Europeu, numa união monetária que deu origem ao Euro, que entraria em circulação em 2002. Ao passo da história os países foram aderindo à União Europeia e ao Euro, sendo que atualmente há 28 integrantes no primeiro e destes 19 constituem a zona do Euro. (OZELO, 2007)

ABORDAGEM TEÓRICA DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA

Para compreender o processo integracionista europeu, é necessário ter em mente a consideração às várias teorias que a permeiam, ou seja, a não presença de uma perspectiva teórica dominante, o que se demonstra surpreendente, diante da análise ostensiva que se fez por sobre a gama de interações que levaram à um programa intenso de integração. De acordo com Schmitter (2010), existe um nível elevado de concordância em relação aos fatos e às motivações que levaram Estados soberanos a tomarem para si, voluntariamente, a interdependência econômica oriunda de tal processo. No entanto isso não levou a consolidação de uma teoria única capaz de explicar as suas relações.

Ligado por afinidade ao neofuncionalismo, o autor explica sua tendência a, apesar de compreender a relevância dos atores estatais no integracionismo europeu, compreender seus processos tomando com maior importância a atuação dos atores não estatais, como o secretariado da organização e o funcionamento dos movimentos sociais e associações de interesse que se constituem na realidade regional, sendo estes fatores primordiais para a definição do alcance e direção das mudanças obtidas através da interação entre atores. Partindo-se das premissas da teoria neofuncionalista, compreende-se a integração regional como um caminhar esporádico e conflituoso, mas que define sua relevância por meio de relações democráticas e pluralistas, que determinam uma maior suscetibilidade dos governos nacionais às pressões regionais, terminando por ceder autoridade às organizações regionais. Esse processo leva a uma transferência das expectativas dos indivíduos para o âmbito de uma identidade regional, o que, segundo Schmitter, eleva a

satisfação e possibilita a transformação da integração sócio-econômica em política.

Apesar dos avanços de tal perspectiva, ela continua sendo descreditada na sociedade acadêmica, que tem como *mainstream* a identificação com o intergovernamentalismo. Para essa teoria, associada fortemente à ortodoxia do neorrealismo, o interesse nacional está acima de outras nuances, sendo portanto a matéria do poder, fundamental para a compreensão dos processos integracionistas. Ou seja, o direcionamento da integração, assim como suas raízes e possíveis desdobramentos têm sua origem na vontade dos Estado soberanos. Dessa forma se apreende de tal perspectiva que a intencionalidade da integração se dá mediante a intenção de fortalecer os Estados e sua soberania. (SCHMITTER, 2010)

É possível também encontrar na ideologia do federalismo explicações para a integração europeia. Tomando como base a política comparada e apesar de suas tentativas de partir de outros pressuposto, tem-se na Europa do pós Segunda Guerra uma afinidade com o projeto estadunidense de federalismo, que tomou lugar à luz, após décadas de contenção, com a proposta da elaboração de uma Constituição Europeia, que fora tratado na Convenção sobre o Futuro da Europa. (SCHMITTER, 2010)

É necessário dizer que existe uma vasta gama de perspectivas teóricas atidas à tarefa de explicar a integração regional e estas se colocam em disputa, não meramente acadêmica, no que se refere ao entendimento sobre o processo europeu. Para delinear com maior nitidez o que dá corpo a essas teorias, aqui será utilizada uma abordagem mais holística para compreender suas nuances, compreendendo suas naturezas ontológicas e epistemológicas.

Para diferenciar ontologicamente as teorias podemos partir da percepção do papel das instituições supranacionais para o interior do Estado, ou seja, se elas reproduzem as características dos Estados membros ou se transforma a natureza dos Estados. Na perspectiva epistemológica vemos a diferenciação entre aqueles que consideram os eventos políticos dramáticos e os que consideram as relações socioeconômicas e culturais. (SCHMITTER, 2010). A partir dessas distinções é possível categorizar as teorias e compreender seus níveis de afinidade e oposição.

Ainda do bojo dessa definição, em que se situa o chamado institucionalismo, surge o conceito de Governança em Múltiplos Níveis (GMN), que se define com um arranjo de tomada de decisões que envolveria múltiplos atores, independentes politicamente, mas interdependentes em diferentes níveis, sem a presença de hierarquização entre eles. É necessário também descrever o que seria chamado de Governança Policêntrica, sob a qual passa a haver uma delegação de atribuições às agências dispersas e relativamente autônomas que não se veem controladas por uma única instituição. Segundo Schmitter (2010), essas relações se fazem de crucial importância para o conhecimento sobre as teorias que versam sobre a integração europeia, uma vez que se tornaram onipresente como descrição da União Europeia contemporânea, pois soam menos proibitivas e

ameaçadoras e passam a ser explicadas pelas múltiplas teorias existentes.

ANÁLISE DA A INTEGRAÇÃO EUROPEIA

Coloca-se aqui, no centro da integração europeia, o conjunto de processos decisórios que permitem com que esta se encontre no estado evolutivo em que está, assim como possibilitam a compreensão dos seus entraves. É importante constatar que ainda existem na experiência europeia muitos desejos e interesses conflitantes que se colocam entre as competências institucionais nacionais e supranacionais. O mecanismo de cooperação na tomada de decisões se formalizou a partir do Ato Único Europeu, instituído em 1987, e teve como mérito possibilitar a conciliação de duas lógicas, a da cooperação interativa e a supranacional, logrando com isso dar mais liberdade à atuação do Parlamento Europeu, retirando-o de seu papel estritamente consultivo. O processo de co-decisão se fortalece então com o Tratado de Maastricht, que institui o conceito de cidadania europeia, a criação de mecanismos de auditoria, recebendo denúncias dos cidadãos, a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e outros artifícios que possibilitaram à Comunidade Europeia a intitular-se de tal forma, diante de uma união nos níveis econômico e político. (MEDEIROS; CAMPOS, 2009)

A integração europeia deu fruto a uma série de instituições responsáveis pela coordenação política do processo, a saber: Conselho, Parlamento, Comissão Europeia, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Provedor de Justiça Europeu e Autoridade Europeia para Proteção de Dados, além de outros órgãos de caráter consultivo.

Desses, aqueles que se fazem mais relevantes ao processo de tomada de decisão são o Conselho, o Parlamento e a Comissão Europeia, conhecidos como o triângulo institucional. O bloco possui uma presidência rotativa, trocada semestralmente, de caráter simbólico, uma vez que todas as ações devem ser consultadas previamente no interior do Conselho, que dá materialidade à presidência. No tocante ao Parlamento, é preciso analisar a sua composição extremamente mista, que faz com que no interior dele se organizem diferentes grupos políticos, de acordo com suas diversas ideologias e interesses. Suas atribuições são vastas, versando sobre controle orçamentário, assuntos externos, comércio internacional, emprego e assuntos sociais, transporte e trânsito, assuntos jurídicos, cultura, educação e outras temáticas pertinentes. Ainda dentro do triângulo institucional, a Comissão Europeia é responsável pela elaboração, proposição e acompanhamento da execução das deliberações adotadas e também por fazer cumprir o direito comunitário, tendo como responsabilidade o acionamento do Tribunal de Justiça. Seu caráter executivo se ergue sobre a missão de desprender-se das questões nacionais, visando exclusivamente o bem comunitário. (MEDEIROS; CAMPOS, 2009)

Com essas atribuições em mente, e identificando a variabilidade das instituições europeias, podemos compreender o emaranhado de procedimentos que levam ao processo

decisório, levando em consideração o seu sistema misto, que as vezes é unicameral, passa por situações em que prevalece o modelo bicameral e pode inclusive chegar à dimensão tricameral, sendo que uma de suas câmaras passa pelo crivo de múltiplas maiorias qualificadas. Devido às características de seu triângulo institucional, Medeiros e Campos (2009) ressaltam a natureza cambiante da UE, por vezes apresentando-se como organismo supranacional, mas sem excluir suas características de um regime intergovernamental, tendo essa dualidade repercussões direta sobre a tomada de decisões.

Diante dessa constatação é possível atribuir às abordagens neofuncionalista e intergovernamentalista capacidade de elevar perspectivas adequadas sobre o processo, uma vez que a primeira releva os aspectos da mudança exercida pela entidade supranacional por sobre os regimes nacionais, considerando inclusive as pressões exercidas por grupos políticos e movimentos sociais, o que se mostra pertinente, reconhecendo a composição mista do Parlamento e o caráter político das indicações para a Comissão. No caso intergovernamentalista, podemos observar a composição do Conselho por representantes de Estado e governo, com base em aspectos populacionais e econômicos, em que os interesses nacionais se colocam de forma mais evidente, e dada a capacidade de interferência e por vezes, deliberação do órgão se faz possível aplicar os pressupostos teóricos dessa vertente à análise do processo decisório no interior da União Europeia.

O processo de co-decisão tem evidente evolução a partir do Tratado de Maastricht, em que se institui uma nova relação entre o Conselho e o Parlamento, conferindo a este poder de veto sobre as decisões do primeiro, com isso se tem uma consolidação do caráter supranacional da organização, fortalecendo o Parlamento, que anteriormente era responsável apenas por questões de caráter consultivo e burocráticos. Diante disso, o processo de co-decisão está presente hoje no pilar da Integração Econômica, correspondendo a 43 áreas dessa temática. Isso instituiu um compartilhamento das atribuições da tomada de decisões na EU, entre o Conselho e o Parlamento, ainda que não se relavam os diferentes regimes utilizados para tais atribuições. Esse modelo não é livre de controvérsias, principalmente no tocante à composição do Conselho, em que países muito populosos e de grandes economias têm mais vagas, fazendo com que os pequenos países necessitem uma maior articulação junto a outros para passar matérias de seu interesse. (MEDEIROS; CAMPOS, 2009)

Ao passo em que o processo decisório passa a ter maior influência pelo Parlamento, eleva-se o caráter representativo formal da União Europeia, já que este órgão tem sua composição com base em eleições livres e universais e assim reforça-se o interesse comunitário. Em verdade, apesar do alto desenvolvimento da co-decisão possibilitado por essa movimentação, ainda restam algumas arestas a serem aparadas, apontando para a necessidade de uma reformulação no Parlamento, possibilitando mais transparência ao

processo decisório.

Com essas perspectivas em voga, é possível afirmar que houve um aprofundamento nas relações políticas no interior do bloco, a partir da evolução institucional da União Europeia, o que tem grande influência no processo de co-decisão instituído. Apesar disso ainda existe uma forte tendência intergovernamental em seu interior, já que grande parte de suas medidas ainda são tomadas pelo Conselho, um órgão formado e guiado por governos. Com isso é possível inferir que ainda que se constitua como o mais completo e avançado modelo de integração, a UE ainda padece de falhas democráticas, como o fato de a ação do Parlamento se circunscrever à temática econômica, limitando o processo de co-decisão, se alijando das tarefas de coordenação política, como a decisão sobre cooperação policial e judicial e temas relevantes à segurança comum.

SEGURANÇA E INTEGRAÇÃO

Apesar de bem-sucedida em vários aspectos, fazendo a União Europeia despontar, inclusive, como potência mundial devido a seu processo integracionista, muitas são as faltas no que concerne à política de segurança e defesa para o bloco. Data de 1952, com o Plano Pléven as tentativas de unificação em torno da temática, com a proposta de criação de um exército europeu, sob o comando de um Ministro de Defesa e também da Comunidade Europeia de Defesa (CED). Este projeto não foi adiante, identificando o resvalar nos interesses nacionais colocados no âmbito regional. Nos anos 1960 desponta uma nova iniciativa, de se integrar nas áreas de política externa e defesa, denominado Plano Fouchet e mais uma vez o desacordo entre os países minou a proposta. Apenas em 1970, começa a tomar corpo a cooperação em termos políticos e de defesa, com a criação da Cooperação Política Europeia (CPE), de caráter intergovernamental e independente. Mais tarde, em 1986, se institucionalizaria a CPE, junto a estrutura de tratados da Comunidade Econômica Europeia e daí se partiria para a elaboração da Política Externa de Segurança Comum (PESC), viabilizado no Tratado de Maastricht. (OZELO, 2007)

A PESC teria o intuito de dar respaldo a uma identidade regional frente ao cenário internacional, atribuindo a sua política externa mais coerência. Em 2001, o Tratado da União Europeia seria revisto, separando a segurança em três vertentes: política, econômica, e militar e de defesa. Com isso é criada a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), como um braço da PESC. (OZELO, 2007)

Para fins de análise das dificuldades enfrentadas na integração europeia, faz-se pertinente retomar os impactos da Organização Tratado do Atlântico Norte (OTAN) por sobre a política de defesa e segurança da Europa. Com o fim da dinâmica bipolar estabelecida no pós Segunda Guerra, surgem oportunidade de avanços em relação à independência da política europeia diante dos Estados Unidos, com o surgimento de

debates acerca da autonomia frente à OTAN, no entanto a crise institucional em que foram lançados os países do leste europeu, com debacle do sistema socialista real, fez surgir muitos conflitos com as quais a PESC não poderia lidar sozinha, minando sua empreitada autonomista. Diante disso se faz a constatação que o sistema PESC-PESD ainda não possui as estruturas necessárias para a confecção de tal autonomia. A empreitada em se postular potência mundial, passa pelo desafio em consolidar sua integração para além do âmbito econômico, no entanto isso se torna mais difícil com o fim do sistema bipolar, pois naquela situação a Europa se encontrava segura no campo capitalista liderado pelos EUA, e após esse período se depara com as dificuldades em desafiar a hegemonia estadunidense. (OZELO, 2007)

UMA AMEAÇA AO PROCESSO INTEGRACIONISTA

Os impactos da integração europeia não se circunscrevem à dinâmica regional, mas são reverberados por entre as diversas nacionalidades. O inverso também se faz verdadeiro, com as movimentações internas representando influências diretas ao processo de integração, sejam eles positivos ou negativos. Essa complexa relação dialética se constrói em meio a um cenário global em que se faz cada vez mais imperativo fatores como as movimentações exercidas no espectro político, de cunho ideológico.

Diante de tal configuração, é possível observar que a transferência de aptidões realizada no bojo da União Europeia, do nacional para o regional traz consequências diretas para o cálculo eleitoral realizado pelos partidos no âmbito nacional, disseminando-se por todas as áreas da disputa política. Nasce daí a preocupação com o fortalecimento de uma extrema-direita que se demonstra avessa às constituições de identidade da cidadania europeia supranacional. Dessa dinâmica se coloca como obrigatória a preocupação de todos os partidos políticos com a temática integracionista, com efeito de disseminação em todos os níveis, locais, nacionais e regionais. Aqui se colocam como entraves à integração o crescente apoio dos eleitores à uma agenda xenófoba e intolerante colocadas pela extrema-direita. (TOSTES, 2009)

É necessário, no intuito de analisar os entraves da intolerância à integração, distinguir as duas formas com que se apresentam a extrema-direita no continente, uma tradicional, mais ligada ao espírito fascista e os novos, atrelados a uma nova clivagem política, fruto de uma “sociedade pós-industrial”. Apesar de lugar comum, não se pode atribuir ao crescimento desse campo político fatores simplistas como a presença de imigrantes, o aumento da violência ou o fraco desempenho econômico, uma vez que a realidade mostra uma oposição dos fatos a tais percepções. (TOSTES, 2009)

Dados apontam que enquanto a Europa abriga hoje 11% da população mundial, em 2050 apresentará apenas 4% do total, o que faz com que seja essencial o incentivo a fluxos migratórios para a região, com a finalidade de manutenção de seu poderio, fazendo

contraditória a onda xenófoba que percorre os países. Portanto, é possível compreender que o voto numa extrema direita opositora à integração, se faz como mecanismo de protesto, em relação à desconfiança dos eleitores em relação a seus políticos mais tradicionais. (TOSTES, 2009). Em profunda conexão com a realidade globalizada, essa ascensão destrói princípios integracionistas na Europa e no mundo. O paralelo com a situação brasileira e em aspecto mais amplo, sul-americano é pertinente e demonstra a ação em rede de tal campo político.

Mais recentemente têm-se colocado entraves ao processo de aproximação entre União Europeia e Mercosul, em parte como resultado da ascensão do fascismo e de culturas não democráticas na região.

A RELAÇÃO COM O MERCOSUL

Data de 1995 as relações inter-regionais entre a EU e o Mercosul, com a assinatura do Acordo Marco Inter-regional de Cooperação com os Países do Mercosul, que pretendia avançar no diálogo político, assim como na liberalização do mercado e cooperação econômica. Os entraves colocados ao aprofundamento da cooperação entre as duas regiões levam ao questionamento da capacidade da União Europeia em atuar com ator internacional único, de acordo com seu processo de integração. (SARAIVA, 2004)

A capacidade em transformar a integração europeia em prática política internacional, ou seja, apresentar-se como um ator internacional, começa a despontar em 1980, uma vez que a existência de recursos econômicos (apesar da falta de recursos militares) possibilitou com que a se exercesse, como bloco, uma influência sobre Estados terceiros, outras organizações regionais e negociações multilaterais e assim a Europa passa a ter maior relevância no cenário internacional. Com isso abre-se maior espaço e confere-se maior importância ao diálogo inter-regional, abrindo espaço para as relações com a América Latina e mais especificamente com o Mercosul. (SARAIVA, 2004)

Apoiada em uma longa tradição democrática, a Europa encontrou empecilhos no aprofundar das relações com a América Latina, no limiar da década de 1970, devido a presença de vários governos autoritários então presentes na região. Apesar de vistas como secundárias, as relações políticas passam a tomar maior relevância no decorrer dos anos 1980, uma vez que os processos de democratização no continente passaram a abrir maior espaço para isso. No final da década de 1990 tomam lugar reuniões entre representantes da UE e mandatários de países andinos, do México, Mercosul e Chile, o que serviu para aprofundar as relações, apesar do caráter secundário delas para a Europa. (SARAIVA, 2004)

Segundo Saraiva (2004), as intenções da União Europeia para a região latino americana seguiu uma agenda comum à relacionada a todos os países em desenvolvimento, incluindo a atenção à democracia, estabilidade política, confirmação do Estado de direito

e proteção aos direitos humanos.

Daí pode-se partir para a relação específica da União Europeia com o Mercosul. A assinatura do Tratado de Assunção em 1991 despertou grande interesse da Europa, por se tratar de uma região que já mantinha muitas relações econômicas com o bloco e possuía vasto potencial de crescimento. A União Europeia segue sendo o principal parceiro comercial dos países do bloco sul-americano. Com base nessas relações se firmou em 1992 o Acordo de Cooperação Interinstitucional, visando o aprimoramento das instituições do Mercosul, através da cooperação. Ao passo em que se desenvolviam as interações e negociações, tornou-se possível a instituição do Acordo Marco Inter-regional de Cooperação, em 1995, que reservou aos sul-americanos muitas expectativas e que para os europeus poderia permitir uma maior liberalização, ampliando as importações pela região de produtos de alto valor agregado, como a tecnologia, enquanto por sua parte absorviam produtos primários e de baixo valor agregado. Isso sempre sob a sombra do compartilhamento de valores. (SARAIVA, 2004)

Apesar dos impulsos recebidos para ampliar a integração inter-regional, ainda não foi possível atingir tal patamar. A empreitada se enfraquece com as suspeições por sobre o sistema democrático sul-americano, em especial, a elevação do tom fascista proveniente do Brasil, que faz com que surjam no interior da União Europeia inúmeras oposições ao processo de integração, como forma de retaliação e proteção.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como intenção apresentar um panorama geral sobre os vários aspectos que rodeiam o processo de integração que hoje culmina na União Europeia. A partir dele pode-se ter uma visão sobre o processo histórico delineador da integração europeia, compreendendo sua colocação nas diversas conjunturas internacionais que a permearam. Daí pode-se depreender que a União Europeia não é apenas fruto da intencionalidade coletiva, mas sim um longo processo em que se colocaram as necessidades nacionais, num cenário em que se precisava fazer frente às situações como a expansão soviética e mais tarde a onipotência estadunidense.

Identifica-se também a alocação teórica transversal à constituição da integração. Compreendendo que o caráter intergovernamental da instituição foi gradativamente sendo permeado pela ação de grupos configurados socialmente e daí emanando transformações intra-organizacionais e também da organização para as configurações nacionais. Essa visão, aproximada da teoria neofuncionalista, não é livre de oposições, principalmente vindas da formulação intergovernamentalista, que ainda não abdicam da primazia da ação estatal por sobre a configuração do regime regional possibilitado pela integração europeia. A partir da teoria pode-se desenhar também o vasto campo da tomada de decisões no interior da UE, que aqui conclui-se que passa por uma experiência

mista, em que importância das decisões estatais, no bojo do Conselho, são relativizadas e ponderadas por um sistema influenciado pelas movimentações da sociedade civil, diante do caráter democrático do Parlamento, ou seja, sua eleição de forma direta.

Ao falar-se da atuação da União Europeia como ator internacional coeso, é trazida a capacidade em articular-se como bloco frente a outras regiões integradas, como o Mercosul, que demonstram a atuação como ator internacional da EU. No entanto, essa mesma capacidade se vê debilitada devido à sua dificuldade em estabelecer uma política comum de segurança e defesa, fazendo com que ainda se confira aos países membro da organização uma atuação bastante autonomizada em relação à temática.

Por fim, é possível ver que com a crise mundial ditando uma dinâmica que impõe agendas retrógradas e nacionalistas, a Europa não está a salvo dessa intempérie, vendo na ascensão da extrema-direita uma ameaça a seu processo de integração. É nítida uma articulação internacional que visa destruir articulações, frente à crise de hegemonia e mesmo a Europa, com sua longa tradição democrática e alinhamento aos Estados Unidos, não está livre de tentativas de desestabilização.

REFERÊNCIAS

MEDEIROS, Marcelo de Almeida; CAMPOS, Cinthia Regina. União Européia, reformas institucionais e déficit democrático: uma análise a partir do mecanismo de co-decisão. **Revista Brasileira de Política Internacional**, São Paulo, v. 52, n. 01, p.29-52, 2009.

OZELO, Carolina Castro. Integração Europeia em Segurança: a Política Externa e de Segurança Comum (PESC). In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRI, 1., 2007, São Paulo. **Integração Regional**. São Paulo: Abri, 2007. p. 1 - 17.

SARAIVA, Miriam Gomes. A União Europeia como ator internacional e os países do Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, São Paulo, v. 46, n. 01, p.84-111, 2004.

SCHMITTER, Philippe C. A experiência da integração europeia e seu potencial para a integração regional. **Lua Nova**, São Paulo, v. 80, p.9-44, 2010.

TOSTES, Ana Paula. Razões da Intolerância na Europa Integrada. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 02, p.335-376, 2009.

O PROBLEMA DO SOFRIMENTO EM NIETZSCHE

Data de aceite: 01/06/2020

Data Submissão: 23/03/2020

Gabriela Ferraz Costa

Graduação Universidade de São Paulo,

Departamento de Filosofia

São Paulo – SP

<http://lattes.cnpq.br/4071996907352761>

RESUMO: O trabalho irá procurar compreender porque a “vontade de nada” seria um elemento central do niilismo da fraqueza e como o “nada querer” superaria o nojo da existência através da vontade de destino (Lowith, 1969). A vontade de nada seria fruto do problema do sofrimento (Reginster, 2006) em que a vida passa a ser condenada porque a dor é entendida como algo indesejado. Assim a superação da vontade de nada somente será possível através de uma reinterpretação do sofrimento que deve deixar de ser entendido como uma mazela. A reavaliação do sofrimento se dará dentro do quadro da vontade de potência, em que dor e prazer passam a ser inseparáveis, já que o deleite passará a depender de uma superação de resistências. Estas resistências, por sua vez, geram sofrimento ao indivíduo, de forma

que a vontade de potência, ao afirmar a vida e o poder, irá indiretamente exaltar a dor e o sofrimento. Neste sentido a vontade de nada deverá ser substituída pela vontade de poder em que o indivíduo desagua a sua força no mundo, já que não teme mais as resistências que a sua vontade possa encontrar. A vontade de potência irá fazer uma releitura do desejo, superando a concepção de que os anseios seriam fruto de uma privação, para encará-los como produto do contentamento (Birault, 1967). No limite o bem-estar que norteia os desejos desemboca em um nada querer no qual o indivíduo aceita o destino tal como ele se manifesta. Para Giacóia (2013) os indivíduos fisiologicamente exuberantes seriam os únicos capazes de amar as condições positivas e negativas da vida, porque não operariam dentro do regime do ressentimento, mas sim sob a tutela da gratidão.

PALAVRAS-CHAVE: ideal ascético, vontade de nada, nada querer, sofrimento, vontade de potência.

THE PROBLEM OF SUFFERING IN NIETZSCHE'S PHILOSOPHY

ABSTRACT: The project aims at analyzing how the ‘will to nothing’ is a central element of

the nihilism of weakness and how the 'lack of will' overcomes the dissatisfaction with life through the 'will to destiny' (Lowith, 1969). The 'will to nothing' is a byproduct of the problem of suffering in Nietzsche's philosophy (Reginster, 2006) in which life is condemned because pain is understood as an inconvenience. Therefore, the 'will to nothing' will be overcome by a reinterpretation of suffering under the scope of will to power in which pain and pleasure will become intermingled due to the fact that joy will depend on the overcoming of resistance. The close association between pain and pleasure is due to the fact that resistance in general produces pain and because in the will to power pleasure depends on the overcoming of resistance, pain will be praised. The ascetic 'will to nothing' must be substituted by the will to power in which the aggressive instincts of the individual is discharged into the world, because there isn't a condemnation of the resistance the will might find. The will to power will reinterpret volition, overcoming the Schopenhauerian comprehension that the will is a consequence of a lack. In a Nietzschean point of view, volition will be associated with contentment and joy leading to a lack of will in which individuals accept destiny as it is (Birault, 1967).

However only the strong individuals will be able to love the positive and negative conditions of life, because they escape resentment by gratitude (Giacóia 2013).

KEYWORDS: ascetism, will to nothing, lack of will, suffering and will to power.

1 | INTRODUÇÃO

Nietzsche coloca no *Crepúsculo dos Ídolos* (2012, p. 15) “ em todos os tempos, os homens mais sábios fizeram o mesmo julgamento da vida: ela não vale nada... Sempre, em toda parte, ouviu-se de sua boca o mesmo tom — um tom cheio de dúvida, de melancolia, de cansaço da vida, de resistência à vida.” Para o filósofo a interpretação de que a vida seria uma ‘colônia penitenciária’ não é um fato evidente em si mesmo, mas sim fruto de uma análise feita por indivíduos debilitados que enfrentam dificuldades para subsistir. Conforme a *Genealogia da Moral* (Nietzsche, 1998, p.118) “(...) a natureza pecaminosa do homem não é um fato, mas apenas a interpretação de um fato, ou seja, uma má disposição fisiológica – vista sob uma perspectiva moral-religiosa que nada mais tem de imperativo. – Que alguém se *sinta* ‘culpado’, ‘pecador’, não demonstra absolutamente que tenha razão para sentir-se assim (...)”. A adversidade enfrentada por estes seres decadentes fez com que rendessem homenagem ao ideal ascético, porque este teria sido capaz de dar sentido para o desgosto enfrentado por estas criaturas, aliviando a sua tendência ao suicídio.

Neste sentido o ascetismo foi uma forma de preservar a vida dos enfermos, já que colocaria condições mais propícias de existência para estes seres que buscam a quietude, devido a uma escassez de força para agir. Ao buscar a quietude e a resignação, o ideal ascético condena qualquer demonstração de vontade por parte do indivíduo, já que a libertação estaria associada com o apaziguamento da vontade. Conforme a *Genealogia da Moral* (Nietzsche, 1998, p. 95) “e para voltar à nossa primeira questão, que significa um

filósofo render homenagem ao ideal ascético?, eis aqui ao menos uma primeira indicação: ele quer livrar-se de uma tortura.” Esta tortura seria justamente a excitação da vontade que deve ser apaziguada, de modo que o indivíduo possa supostamente encontrar a beatitude.

Para Nietzsche a resignação não levaria ao bem-estar, mas sim a domesticação do sujeito através de uma obstrução da sua força. O exercício da vontade é o que faz os homens serem temíveis e fortes, algo que o ascetismo quer evitar através do quietismo e da condenação da força. Ao condenar os aspectos que levariam ao fortalecimento da humanidade, o ascetismo alastra a compaixão e o nojo ao homem, engendrando o que Lowith (1969) chama de niilismo da fraqueza em que o ser humano passa a ter repulsa pelas condições que permitiriam afirmar a sua existência. Conforme a *Genealogia da Moral* (Nietzsche, 1998, p. 35) “(...) junto com o temor do homem, perdemos também o amor a ele, a reverência por ele, a esperança em torno dele, e mesmo a vontade de que ele exista. A visão do homem agora cansa – o que é hoje o niilismo, se não isto?... Estamos *cansados* do homem...”

A Terceira Dissertação da *Genealogia da Moral* faz uma crítica ao ideal ascético, colocando que o ascetismo foi unânime até o momento, porque teria sido o único capaz de dar sentido para o sofrimento, de forma a combater a depressão inerente aos decadentes. Neste sentido a moral ascética foi capaz de refrear a tendência para a autodestruição do indivíduo enfermo, ao colocar o sofrimento sob a perspectiva da culpa, de modo a preservar a vontade no animal homem. O ponto é que o ser humano não nega o sofrer, mas sim a ausência de resposta do porquê se sofre, conforme a *Genealogia da Moral* (1998, p. 148):

“O ideal ascético significa precisamente isto: que algo faltava, que a monstruosa lacuna circundava o homem – ele não sabia justificar, explicar, afirmar a si mesmo, ele sofria do problema do seu sentido. Ele sofria também de outras coisas, era sobretudo um animal doente: mas o seu problema não era o sofrer mesmo, e sim que lhe faltasse a resposta para o clamor da pergunta “para que sofrer?” (...) A falta de sentido do sofrer, não o sofrer, era a maldição que até então se estendia sobre a humanidade – e o ideal ascético lhe ofereceu um sentido!”

Para Nietzsche o sofrimento seria fruto de um empobrecimento fisiológico, que adquire o aspecto de ser um fenômeno psicológico, por conta de uma perspectiva religiosa que transforma o sofredor em pecador. Neste sentido a religião não fornece uma cura para a miséria, porque o tratamento não perpassa pela fisiologia do sujeito, que para o filósofo seria a verdadeira fonte da insatisfação com a vida. Desta forma o ideal ascético seria simplesmente um tipo de narcótico, que visa fazer com que o indivíduo tolere e deseje o sofrimento como forma de expiar a sua culpa. A transformação do desgraçado em pecador oferece um sentido para o sofrimento, porque faz com que o sujeito encontre um responsável pela dor. O suposto causador da injúria será atacado pelo desgraçado como forma de desaguar o seu ressentimento e produzir um alívio temporário. A inovação

do ideal ascético reside no fato que ele internaliza a agressividade do indivíduo ao fazer com que o próprio infeliz seja o responsável pela sua aflição. Ao interpretar a dor desta maneira o ideal ascético acaba fazendo com que o indivíduo passe a tirar prazer no seu martírio, desembocando em um masoquismo moral (Freud, 1995).

O que caracteriza o masoquismo moral seria a culpa inconsciente, que faz com que o sujeito sinta o desejo de ser punido. A culpa seria produto da internalização da crueldade que faz com que os instintos agressivos que visam atuar sobre a realidade se voltem para o próprio indivíduo, de forma que a dominação deixe de se realizar no mundo para se efetivar no plano psíquico. Para Freud (1995) a origem do masoquismo estaria associada a uma insuficiência da libido que é incapaz de fazer com que os fins agressivos do instinto de morte sejam revertidos para o exterior. Assim no masoquismo, a crueldade do instinto de morte passa a ser desaguada no próprio sujeito, fazendo com que o mesmo sinta prazer em causar sofrimento a si mesmo. Assim como ocorre na análise freudiana, Nietzsche também conclui que se o instinto agressivo não for externalizado na forma de vontade de poder ele será internalizado, produzindo a culpa, no qual o sujeito lacera a si mesmo com a sua agressividade. De fato, a insuficiência da libido preconizada por Freud se assemelha a uma ausência de força fisiológica na interpretação nietzschiana, de forma que se pode colocar que o masoquismo moral seria fruto de uma situação doentia, em que existe uma exaustão por parte do organismo. Conforme a *Genealogia da Moral* (Nietzsche, 1998, p. 80):

“Já terão adivinhado o que realmente se passou com tudo isso, e sob tudo isso: essa vontade de se torturar, essa crueldade reprimida do bicho-homem interiorizado, acuado dentro de si mesmo, aprisionado no ‘Estado’ para fins de domesticação, que inventou a má consciência para se fazer mal, depois que a saída mais natural para esse querer-fazer-mal fora bloqueada – esse homem da má consciência se apoderou da suposição religiosa para levar seu auto martírio à mais horrenda culminância.”

Em termos freudianos (1995), o ideal ascético faz com que o ego se torne masoquista e sempre requeira punição por parte de um superego sádico, que domina as outras estruturas que compõem a individualidade. Esta situação decorre de um meio civilizatório que impede que os instintos se manifestem de maneira adequada, gerando a domesticação do homem, que desemboca no niilismo da fraqueza (Lowith, 1969). Para Nietzsche, o fato de que a civilização busca reprimir certos instintos seria uma condenação dos pressupostos fisiológicos que permitem afirmar a vida.

A vontade de que haja um sentido para o sofrimento seria para Nietzsche uma vontade de nada que diz não à existência tal como ela se manifesta. A necessidade de que exista uma finalidade para a miséria nasce do ressentimento no qual o sujeito condena a dor inerente à vida, fazendo com que sinta repulsa pela existência. Conforme a *Genealogia da Moral* (Nietzsche, 1998, p. 149):

“(...) Não se pode em absoluto esconder o que expressa realmente todo esse querer que do ideal ascético recebe sua orientação: esse ódio ao que é humano, mais ainda ao

que é animal, mais ainda ao que é matéria, esse horror aos sentidos, à razão mesma, o medo da felicidade e da beleza, o anseio de afastar-se do que seja aparência, mudança, morte, devir, desejo, anseio – tudo isso significa, ousemos compreendê-lo, uma vontade de nada, uma aversão à vida, uma revolta contra os mais fundamentais pressupostos da vida, mas é e continua sendo uma *vontade!*”

Para Nietzsche o elemento central do ideal ascético é a condenação do sofrimento, de forma que a transvaloração dos valores deverá justamente reinterpretar a dor, fazendo com que seja um elemento constitutivo da felicidade. Neste sentido o ideal ascético se opõe à vontade de potência, porque o segundo almeja desaguar a força que existe no interior do indivíduo de forma a superar resistências. A expansão da força sempre provoca oposição que, por sua vez, engendra dor e sofrimento, que ao serem superadas fazem com que o indivíduo sinta prazer. É justamente a interrelação entre dor e gozo que é incompreensível ao ideal ascético, justificando a sua recomendação de internalização do desejo de dominação. Neste sentido a vontade de poder deve reverter o masoquismo moral ao defender um desaguamento da força, de forma a estabelecer uma relação de mando com o mundo.

Ao fazer com que a externalização da crueldade seja um empreendimento voluntário, a execução do poder passaria a ser algo condenável, já que o sujeito teria a capacidade de não executar uma determinada ação. Isso, por sua vez, desemboca em uma exaltação da renúncia tal como ocorre na filosofia de Schopenhauer (1960) no qual o apaziguamento da vontade será apresentado como o caminho para libertar o ser humano do sofrimento inerente à existência. O que regeria tal análise seria a leitura de que a vontade teria como origem um estado de privação e de falta, fazendo com que houvesse uma equiparação entre sofrimento e desejo que será criticada por Nietzsche através do nada querer. Na *Genealogia da Moral*, o filósofo deseja mostrar que a renúncia de Schopenhauer não pode ser considerada uma ausência de vontade, porque de fato seria uma manifestação da vontade de nada, já que o desejo oculto que move a resignação seria a busca pelo estado de nirvana, ou, de quietude.

Neste ponto cabe retomar Freud para elucidar a crítica que Nietzsche fará a Schopenhauer. Conforme o pai da psicanálise (1996), a vida nervosa dos indivíduos seria regida por um princípio de nirvana que faz com que os sujeitos constantemente busquem remover ou reduzir a tensão interna e externa, de forma a atingir a estabilidade. A busca pelo estado de nirvana seria o responsável por associar respectivamente: i) o prazer com a redução da excitação psíquica e ii) o descontentamento com o aumento dos estímulos (Freud, 1996). O princípio de nirvana teria como o pressuposto o fato de que os seres vivos teriam uma tendência regressiva, porque constantemente almejariam retornar a um estado de maior tranquilidade, ou de quase-morte no qual prevalece uma sensação de segurança e de conforto. Neste sentido, a resignação de Schopenhauer não pode ser considerada uma ausência de vontade, porque estaria permeada pela vontade de nada em que se procura a ausência de dor, de tensão e de sofrimento (Birault, 1967).

Conforme Nietzsche para que de fato se processe um nada querer deve-se alterar a maneira como se entende a vontade que deve deixar de ter como origem uma falta ou privação, para se vincular com o bem-estar. Isso, por sua vez, levará a uma superação do elogio à renúncia de modo a permitir que os instintos agressivos e dominadores possam novamente desaguar sobre o ambiente externo. O sofrimento que surgiria da resistência à vontade deixaria de ser um malefício e passaria a ser um elemento constitutivo da felicidade. Assim ao colocar o contentamento como origem da vontade se desemboca no nada querer que se traduz em uma vontade de destino no qual o sujeito almeja que nenhum elemento de sua existência seja diferente do que é.

2 | VONTADE DE NADA

A vontade de nada apresentada na terceira dissertação da Genealogia da Moral remete à Dores do Mundo (Schopenhauer, 1960, p. 8) em que a vida é apresentada “como um episódio que perturba inutilmente a beatitude e o repouso no nada”. Esta interpretação faz com que o início do mundo seja fruto de uma falta que deve ser expiada para que se possa retornar a um estado de paz e de tranquilidade. Por conta disso o ideal ascético coloca que a existência seria resultado de um crime que deve ser purgado, porque conforme Dores do Mundo (Schopenhauer, 1960, p.9) “é a pesada culpa do mundo que causa os grandes e inúmeros sofrimentos a que somos votados; e entendemos esta relação no sentido metafísico e não no físico e empírico (...) Porque a nossa existência assemelha-se perfeitamente à consequência de uma falta e de um desejo culpado”. Para Schopenhauer o sofrimento seria a evidência de que o mundo seria fruto do erro e da culpa humana, de forma que a existência passa a ser encarada como uma ‘colônia penitenciária’, no qual o ser humano deve expiar a sua separação do uno original. Conforme a Genealogia da Moral (Nietzsche, 1998, p. 106), “o asceta trata a vida como um caminho errado, que se deve desandar até o ponto onde começa; ou como um erro que se refuta – que se deve refutar com a ação: pois ele exige que se vá com ele, e impõe aonde pode, a sua valoração da existência.”

Para o ideal ascético, os indivíduos seriam indigentes, já que o desejo estaria intimamente associado a uma privação, de forma que a vontade estaria estreitamente vinculada ao sofrimento. Conforme Dores do Mundo (Schopenhauer, 1960, p. 14) “querer é essencialmente sofrer, e como o viver é querer, toda a existência é essencialmente dor”, porque o desejo nasce de uma necessidade, ou seja, de um sofrimento. Em oposição a isso, Birault (1967) irá colocar que a filosofia dionisíaca de Zaratustra irá justamente rejeitar a perspectiva de que toda vontade nasce de uma privação e de uma necessidade, dissociando-a da privação e da miséria. Será justamente a vinculação da vontade à indigência que fará com que a libertação para Schopenhauer esteja relacionada à negação da vontade, principalmente da vontade de vida. O objetivo é fazer com que o

indivíduo experimente um repouso profundo que o livra da dor, conforme *Dores do Mundo* (Schopenhauer, 1960, p. 45):

“ O homem seduzido pela ilusão da vida individual, escravo do egoísmo, só vê as coisas que o tocam pessoalmente, e encontra aí motivos incessantemente renovados para desejar e querer; pelo contrário, aquele que penetra a essência das coisas, que domina o conjunto, chega ao repouso de todo o desejo e de todo o querer. Daí em diante a sua vontade desvia-se da vida, repele com susto os gozos que a perpetuam. O homem chega então ao estado da renúncia voluntária, da resignação, da tranquilidade verdadeira, e da ausência absoluta de vontade.”

O objetivo da resignação é fazer com que o indivíduo entre em um estado de paz inabalável que o permita fugir das torturas associadas ao desaguamento do desejo e da força. Conforme a *Genealogia da Moral* (Nietzsche, 1998, p.95) “e que *significa* um filósofo render homenagem ao ideal ascético? eis aqui ao menos uma primeira indicação: ele quer livrar-se de uma tortura”, esta tortura que deve ser extirpada pela renúncia será justamente o ‘trabalho forçado da vontade’. O intuito do ideal ascético é fazer com que o homem olhe com indiferença para o mundo e para a fortuna que o rege, porque o sentimento que o comanda é o desejo de ser e de estar em outras condições.

Para Nietzsche a renúncia não seria uma ausência de vontade tal como preconiza Schopenhauer, mas sim uma vontade de nada. Conforme a *Genealogia da Moral* (1998, p. 87) “ porém, no fato de o ideal ascético haver significado tanto para o homem se expressa o dado fundamental da vontade humana, o seu *horror vacui* [horror ao vácuo]: ele precisa de um objetivo – e preferirá querer o nada à nada querer.” Conforme Birault (1967) a valorização da quietude representa uma vontade de nada porque faz com que o indivíduo rejeite a vida em prol de um estado de estabilidade em que o homem descansa dentro da segurança ao blindar-se da fortuna. Conforme o comentador a beatitude teria como pano de fundo o desejo do indivíduo de dormir ou de morrer no eterno repouso.

A necessidade de atingir a quietude remete ao mal-estar presente em alguns seres humanos que questionam o que deve ser feito para que se deixe de sofrer com a vida (Birault, 1967) . A *Genealogia da Moral* (Nietzsche, 1998, p. 122) faz o seguinte comentário a respeito do quietismo:

“(...) para nós é pouco difícil permanecer sérios ante a estima em que o sono profundo é tido por esses cansados da vida (...) sono profundo entendido como ingresso no Brama, como efetivação da *unio mystica* com Deus (...) o hipnótico sentimento do nada, o repouso no mais profundo sono, *ausência de sofrimento*, em suma – para os sofredores e profundamente desgraçados é lícito enxergar nisso o bem supremo, o valor entre os valores, isto tem de ser considerado positivo por eles, sentido como positivo mesmo. (Segundo a mesma lógica do sentimento, em todas religiões pessimistas chama-se ao nada *Deus*.)”

Desta forma as religiões seriam filhas do sofrimento e do mal-estar e visam justamente interpretar a dor primitiva da vida sobre a perspectiva da culpa, com intuito de torná-la suportável. Conforme Nietzsche (1998, p. 129) o objetivo do ideal ascético era “despertar o homem de sua longa tristeza, pôr em fuga ao menos por instantes a sua surda dor,

sua vacilante miséria, e sempre sob a cobertura de uma interpretação e ‘justificação’ religiosa”. A justificação religiosa para o sofrimento permitiu que se salvasse um certo tipo de volição e que seria justamente a vontade de nada.

3 | O SENTIDO PARA O SOFRIMENTO

Conforme Leiter (2005) o objetivo do ideal ascético seria justamente dar um sentido ao sofrimento de forma a combater o niilismo suicida que assolava a humanidade. Conforme Nietzsche (1998, pg. 149):

“A falta de sentido do sofrer, não o sofrer, era a maldição que até então se estendia sobre a humanidade – e o ideal ascético lhe oferecia um sentido! Foi até agora o único sentido; qualquer sentido é melhor que nenhum (...) Nele o sofrimento era interpretado, a monstruosa lacuna parecia preenchida, a porta se fechava para todo niilismo suicida. A interpretação – não há dúvida - trouxe consigo novo sofrimento, mais profundo, mais íntimo, mais venenoso e nocivo à vida: colocou todo sofrimento sob a perspectiva da culpa (...)”

O ascetismo dá sentido à dor através do ressentimento e da culpa, fazendo uso destes elementos para preservar a vida dos indivíduos que degeneram. O ressentimento é fruto da incapacidade do ser humano de produzir uma resposta adequada para os estímulos externos desagradáveis, já que o indivíduo não tem controle sob as condições de sua existência (Leiter, 2005). Para o sujeito ressentido a determinação da causa do seu sofrimento será importante porque esta permitirá ao sofredor descarregar as suas emoções fortes de forma a anestesiar a dor e livrá-lo da depressão. Neste sentido a aflição somente será suportável se houver um culpado que seja capaz de receber a responsabilidade pelos danos causados. Entretanto somente haverá um culpado e uma descarga forte de emoção se houver um sentido para o sofrimento que permite identificar o responsável por uma certa situação (Leiter, 2005). Conforme a Genealogia da Moral (Nietzsche, 1998. p. 116):

“Pois todo sofredor busca instintivamente uma causa para o seu sofrimento; mais precisamente, um agente; ainda mais especificamente, um agente **culpado** suscetível de sofrimento – em suma, algo vivo, no qual possa sob algum pretexto descarregar seus afetos, em ato ou *in effigie*: pois a descarga do afeto é para o sofredor a maior tentativa de alívio (...)”

Por conta disso a ausência de sentido para o sofrimento será o maior problema para a humanidade, porque sem ele haverá um acúmulo de ressentimento que desaguará em um niilismo suicida.

O ideal ascético foi o único ideal que até o momento foi capaz de alterar a direção do ressentimento ao colocar que o próprio sofredor é o culpado pela sua situação, aplacando a tendência ao suicídio (Leiter, 2005). O indivíduo passará a ser o culpado pelos sofrimentos que enfrenta na vida terrena, porque supostamente teria alguma dívida para com a divindade, conforme a Genealogia da Moral (Nietzsche, 1998, p. 81):

“Uma dívida para com Deus: este instrumento tornou-se instrumento de suplício. Ele apreende em Deus as últimas antíteses que chega a encontrar para seus autênticos incompressíveis instintos animais, ele interpreta esses instintos como culpa em relação à Deus (...) a vontade do homem de sentir-se culpado e desprezível, até ser impossível a expiação (...) Aqui há doença, sem qualquer dúvida, a mais terrível doença que jamais devastou o homem.”

A inovação do ideal ascético reside justamente no fato de que o sofredor passa a ser o objeto do seu próprio ressentimento. A meta é fazer com que a dor seja entendida como uma punição que possa levar a um estado de paz e de tranquilidade, mantendo os homens apegados à vida.

A vida passa a ser entendida como uma colônia penitenciária no qual o sujeito deve encarar as suas dores como uma punição por algum pecado cometido. Neste sentido o ideal ascético faz com que o sofredor se transforme em um pecador, conforme a Genealogia da Moral (Nietzsche, 1998, p. 129) “(...) a primeira indicação sobre a causa do seu sofrer: ele deve busca-la em si mesmo (...) o doente foi transformado em pecador (...) – para aonde quer que nos voltemos, em toda parte o olhar hipnótico do pecador, movendo-se sempre na mesma direção (na direção da “culpa”, como a única causa do sofrer).” Suportar a dor será importante para que o indivíduo possa ser recompensado com uma vida futura em que inexistente sofrimento, de forma que esta vida passará a ser entendida como uma ponte para uma outra existência melhor. Conforme a Genealogia da Moral (Nietzsche, 1998, p. 106):

“O pensamento em torno do qual aqui se peleja, é a valoração de nossa vida por parte dos sacerdotes ascéticos: esta (juntamente com aquilo a que pertence, ‘natureza’, ‘mundo’, toda a esfera do vir a ser e da transitoriedade) é por eles colocada em relação com uma existência inteiramente outra, a qual exclui e à qual se opõe, a menos que se volte contra si mesma, que negue a si mesma: neste caso, o caso de uma vida ascética, a vida vale como uma ponte para essa outra existência.”

Por conta disso o ideal ascético seria um instrumento que visa preservar a vida dos indivíduos debilitados, através de uma interpretação do sofrimento que possa mantê-los apegados à existência. Desta maneira deve-se rejeitar a leitura de que o ideal ascético se oporia à vida, porque de fato ele visa superar o niilismo suicida que assola os indivíduos debilitados (Leiter, 2005). Conforme a Genealogia da Moral (Nietzsche, 1998, p. 109):

“Está claro que uma contradição como a que se manifesta no asceta, ‘vida contra vida’, é considerada fisiologicamente, não mais psicologicamente, simplesmente um absurdo. (...) a realidade dos fatos: o ideal ascético nasce do instinto de cura e proteção de uma vida que degenera, a qual busca manter-se por todos os meios, e luta por sua existência; indica uma parcial inibição e exaustão fisiológica (...)”

4 | DEBILITAÇÃO DA PSICOFISIOLOGIA

A forma como o indivíduo lida com a dor está associado com a sua psicofisiologia, de forma que o ressentimento é uma atitude que tipicamente nasce da exaustão (Giacóia,

2013). Segundo o comentador, Nietzsche divide os sofredores em dois tipos distintos: i) primeiro os fisiologicamente debilitados, que estariam cansados de sofrer e que buscariam a beatitude estabilizadora do ideal ascético e ii) segundo os fisiologicamente potentes que suportariam uma psicofisiologia do excesso, porque teriam a capacidade de exercer a sua força para realizar uma ‘modificação plástica da realidade’. No caso do indivíduo debilitado não existe força fisiológica para digerir as experiências, de modo que o sujeito acaba por se entregar ao desejo de nada, porque não seria capaz de interpretar e transfigurar o vivido. Desta forma o doente esgotado acaba por cair na tentação do ressentimento que o mantém preso na reação e que o inibe de processar novas vivências. (Giacóia, 2013).

Conforme Bataille (1985), Nietzsche faz uma oposição entre o registro do medo e o registro da felicidade, em que: i) no primeiro haveria um esforço para limitar os efeitos do tempo de modo a gerar estabilidade, enquanto que ii) no segundo busca-se as explosões e as mudanças presentes no interior da temporalidade. Estes dois estilos que regem a economia dos afetos, produzem dois tipos distintos de seres humanos: i) no primeiro existe a preferência pela tranquilidade e pela estabilidade enquanto que ii) no segundo haveria uma propensão para o combate. Conforme A Gaia Ciência (Nietzsche, 2000, p. 133):

“Qualquer arte, qualquer filosofia podem ser consideradas como remédios da vida, adjuvantes do crescimento ou bálsamos dos combates e postulam sempre sofrimento e sofredores. Mas estes últimos pertencem a duas espécies: para uns o sofrimento provém de uma superabundância da vida, reclamem uma arte dionisiaca, e querem, concreta ou abstrata, uma visão trágica da vida; os outros sofrem, pelo contrário, de um empobrecimento dessa vida; pedem à arte e ao conhecimento repouso, o silêncio, o mar calmo, o esquecimento de si (...)”

Para Bataille (1985) o que comanda a vida do indivíduo debilitado é o medo da destruição-criativa que rege o funcionamento do tempo de forma que o indivíduo precisa se proteger com a criação de uma vida após a morte aonde inexiste mudança. O indivíduo potente, por outro lado, aceita com amor tanto as mudanças favoráveis como negativas que o tempo possa implicar em sua vida, de forma que não precisa se refugiar em um nada que o protege dos efeitos da temporalidade. Para Bataille (1985) a vontade de nada estaria associada com o desejo de se afastar da temporalidade e do vir-a-ser, já que representa a busca por uma ausência de movimento que seria fruto do medo do destino.

Neste sentido o indivíduo exuberante se opõe ao indivíduo debilitado, porque não se revolta contra a adversidade, porque teria uma postura amorosa de gratidão para com a existência que o blinda contra a condenação da vida (Giacóia, 2013). O que diferencia o indivíduo exuberante do debilitado é que o primeiro aceita e busca a dor como forma de superação, enquanto que o segundo interpreta o sofrimento como algo indesejado que deve ser evitado a qualquer custo (Reginster 2006). Neste sentido a superação do ascetismo e da vontade de nada dependeria de uma reavaliação do sofrimento que deveria deixar de estar associado a um malefício, porque o indivíduo potente agradece e deseja

as dificuldades que a vida lhe impõe. Isso ocorre porque haveria uma diferença de apetite entre o indivíduo enfermo e o indivíduo saudável, já que o primeiro almeja um estado de preguiça e de descanso que seria insuportável para o segundo que almeja exercer a sua força, superando resistências (Reginster 2006).

5 | INTERNALIZAÇÃO DA AGRESSIVIDADE

Conforme Marton (1990) a ficção de um sujeito neutro, que controlaria as manifestações da força, tem como objetivo mascarar o fato de que seria a fisiologia obstruída do decadente que o impede de ter força o suficiente para agir neste mundo. Neste sentido a incapacidade de dominar e de fazer valer a própria vontade não é livremente escolhida, porque de fato seria fruto de um enfraquecimento da libido, ou da fisiologia. A ficção do sujeito neutro tem como principal função domesticar e enfraquecer os indivíduos exuberantes, fazendo com que seu sadismo seja revertido em direção a si mesmo. Será justamente a ficção de um sujeito neutro subjacente que permitirá ao homem do ressentimento separar a força de sua manifestação. Conforme a Genealogia da Moral aforismo 13 (Nietzsche, 1998, p.36):

“exigir da força que não se manifeste como força que não seja uma vontade de subjugar, uma vontade de abater, uma vontade de dominar, uma sede de inimigos, resistências e triunfos, é tão absurdo quanto exigir da fraqueza que se manifeste como força (...) a moral do povo discrimina entre a força e as expressões da força, como se por trás do forte houvesse um substrato indiferente que fosse livre para expressar ou não a sua força.”

Esta ficção é importante porque passa a ilusão de que o fisiologicamente debilitado é livre para ser forte, assim como o fisiologicamente exuberante seria livre para ser fraco, de forma que a fraqueza passa a ser entendida como uma virtude e a força como uma crueldade que deve ser evitada. Conforme Marton (1990) o fato de o forte ser livre para ser fraco, faz com que o mesmo seja responsável pela maneira como age no mundo, de forma que sob égide da responsabilidade o mesmo possa ser punido pelas suas ações.

Seria somente pela figura fictícia do sujeito que controla as suas ações que a moral pode realizar uma internalização da agressividade que domestica a espécie humana. O objetivo é fazer com que a agressividade e a dominação deixem de se manifestar no mundo exterior e passem a se efetivar no âmbito psíquico, fazendo com que a tendência sádica que existe no ser humano se transforme em masoquismo (Freud, 2015). Este processo será tido como o ápice do processo civilizatório conforme Mal-Estar na Civilização (Freud, 2015, p.77):

“Quais os meios que a civilização utiliza para inibir a agressividade que se lhe opõe, torná-la inócua ou, talvez, livrar-se dela? (...) Sua agressividade é introjetada, internalizada; ela é, na realidade, enviada de volta para o lugar de onde proveio, isto é, dirigida no sentido de seu próprio ego. Aí, é assumida por uma parte do ego, que se coloca contra o resto do ego, como superego, e que então, sob a forma de ‘consciência’, está pronta para pôr

em ação contra o ego a mesma agressividade rude que o ego teria gostado de satisfazer sobre outros indivíduos, a ele estranhos.”

O trecho acima remete ao masoquismo moral descrito por Freud (1995) no qual o indivíduo tira prazer em provocar sofrimento a si mesmo, já que a impossibilidade da crueldade se desaguar no mundo faz com que o superego se torne demasiadamente sádico e o ego excessivamente masoquista. A tensão entre o superego e o ego produz o sentimento de culpa que gera uma necessidade de punição, que para Nietzsche seria um desejo do indivíduo de agredir a si mesmo. Neste sentido o objetivo da civilização seria justamente o controle do instinto de agressão, fazendo com que a crueldade seja ‘internalizada’, o que, por sua vez, enfraquece e domestica os seres humanos.

Ao fazer com que o instinto agressivo seja internalizado, o processo civilizatório produziria um ‘adoecimento do animal de rapina’, minando a sua vitalidade. Segundo Reginster (2006), o ascetismo também teria como objetivo a internalização da vontade de dominação, porque ao invés de existir um inimigo externo que deve ser sujeitado, existiria um adversário interno que deve ser fortemente controlado. Neste sentido o instinto agressivo que visa dominar o ambiente externo deve ser revertido para a interioridade do indivíduo, fazendo com que uma parte da psique exerça um forte controle sobre outra.

Conforme Marton (1990) o objetivo tanto do ideal ascético como da civilização é fazer com que a afirmação da vontade seja entendida como um mal, de modo que tanto a renúncia como a resignação sejam caminhos para beatitude. Reginster (2006) irá mostrar que a condenação do sofrimento é um elemento central do ideal ascético e consequentemente da condenação da vontade, porque o seu objetivo será justamente eliminar a dor do mundo. Conforme Nietzsche (1998, p. 119):

“a mitigação do sofrimento, consolo de toda espécie – isto se revela como seu gênio mesmo; com que inventividade compreendeu ele sua tarefa de consolador. O cristianismo, em especial, pode ser considerado um grande tesouro dos mais engenhosos meios de consolo, pelo tanto de aliviador, mitigador, narcotizante que há nele acumulado, pelo tanto de perigoso e temerário que arriscou para este fim, pelo modo sutil, refinado, meridional-refinado com que intuiu sobretudo os afetos estimulantes com que pode ser vencida a funda depressão.”

Neste sentido a vontade de potência visa justamente superar a condenação do sofrimento feita pelo ideal ascético, já que sob esta outra chave de leitura a felicidade estará intimamente associada a superação de resistências que causam sofrimento. Assim sob a égide da vontade de potência, alegria e sofrimento estariam indissociáveis, já que a felicidade seria fruto do desaguamento dos instintos agressivos que visam superar obstáculos que causam dor (Reginster, 2006).

6 | CONCLUSÃO

A filosofia de Nietzsche implica em uma mudança radical de ótica, já que rompe com

as religiões e filosofias ascéticas que teriam como ponto de partida o mal-estar, visto que sob a égide da vontade de potência a felicidade deve se dar na realidade imediata do indivíduo e não pode jamais ser construída através de atitudes como a renúncia (Birault, 1956). Para o comentador é neste sentido que haveria uma diferença entre o homem fisiologicamente debilitado que prepara a sua felicidade e o indivíduo exuberante que é eternamente feliz tanto nas situações boas como nas difíceis. Neste sentido o mal-estar seria fruto de uma fisiologia mal constituída, de forma que a capacidade de afirmar a existência diante das dificuldades depende de uma certa constituição psicofisiológica. Por conta disso, a filosofia de Nietzsche rejeita a tese de que seria possível sair de uma situação de tristeza para uma condição de felicidade, já que o bem-estar deve ser um estado inerente ao ser humano. (Birault, 1965).

A reinterpretação da vontade seria o elemento constitutivo desta mudança de perspectiva, já que reverte a posição defendida por Schopenhauer de que a vontade seria fruto da privação e que, portanto, estaria associada ao sofrimento. Isso, por sua vez, acaba por invalidar a recomendação ascética de que a vontade deve ser mortificada para que seja possível atingir a libertação. Para esta nova perspectiva a vontade advinda da alegria e do bem-estar deve ser santificada, ao passo que as volições associadas à miséria e à falta devem ser condenadas (Birault, 1965). Quando a volição pode ter como origem o bem-estar, se supera a vontade de nada presente no ideal ascético, porque se altera a forma como o ser humano deseja tanto as coisas boas como as ruins.

Ao superar a associação entre vontade e privação, produz-se o que Nietzsche chama de ‘nada querer’ em que o ser humano passa a ter uma posição de gratidão pela existência, suplantando o desejo ascético de ser e estar em outro lugar. Será justamente o nada querer que permitirá transformar o niilismo da fraqueza em um niilismo da força, já que para Lowith (1969) o niilismo da fraqueza seria um sintoma de decadência e de nojo perante a existência, fruto da condenação do sofrimento pelo ideal ascético. O niilismo da força, por outro lado, seria o primeiro sinal de recuperação da força e da vontade de existir, ao alterar a forma como o indivíduo entende a relação entre vontade e sofrimento. A superação do niilismo da fraqueza somente será possível para aqueles que forem capazes de processar uma alteração na essência da vontade em que o “tu deves” da fé cristã, se transforma no “eu quero” que por fim se transmuta na vontade de um destino, em que a necessidade passa a ser livremente desejada (Lowith, 1969).

A transformação da vontade faz com que o tradicional “eu quero” se transforme no “eu sou”, em que o indivíduo almeja que tudo seja exatamente como foi. O desejo de destino na filosofia de Nietzsche superará a vontade de nada do ideal ascético, porque o nada querer implica na vontade de que tudo ocorra da mesma forma, aceitando e amando a vida tal como ela se manifesta. Conforme Birault (1959, pg. 27) a reforma da vontade proposta por Nietzsche faz com que o homem se reconcilie com a realidade e se sinta feliz com que o se é na brevidade do instante que passa, não exigindo mais nada de diferente.

Nesta interpretação o nada querer se transforma no amor pelo destino, em que o sujeito exalta os sofrimentos e as felicidades que a vida lhe concede, porque estes formariam a sua personalidade (Nehamas, 1985).

REFERÊNCIAS

BATAILLE, G. **Visions of Excess**. Translated by Allan Stoekl. University of Minnesota Press: 1985.

BIRAULT, H. De la Beatitude chez Nietzsche. **Colloque de Royaumont Nietzsche**. Fondation Royaumont: Paris, 1967.

FREUD, S. Além do Princípio de Prazer. **Livro XVIII - Obras Psicológicas de Sigmund Freud**. Editora Imago: 1996.

FREUD, S. The Economic Problem of Masochism. In. **Essential Papers on Masochism**. Translated by Margaret Ann Fitzpatrick Hanly. New York University Press: New York, 1995.

FREUD, S. **O Mal-Estar na Civilização**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XXI. Editora Imago: Rio de Janeiro, 2015.

GIACÓIA JR., O. Modernidade e Economia Pulsional: para uma Psicofisiologia do Excesso. **IDE**, vol. 35, no. 55, São Paulo, jan. 2013.

LEITER, B. **Nietzsche on Morality**. 2 ed. Routledge: New York, 2015.

LOWITH, K. **De Hegel à Nietzsche**. Traduit par Rémi Laureillard. Éditions Gallimard, 1969.

MARTON, S. **Nietzsche das Forças Cósmicas aos Valores Humanos**. 1 ed. Editora Brasiliense: São Paulo, 1990.

NEHAMAS, A. **Nietzsche: Life as Literature**. Harvard University Press: Cambridge, 1985.

NIETZSCHE, F. W. **Crepúsculo dos Ídolos**. Tradução Paulo César de Souza. Companhia das Letras: São Paulo, 2012.

NIETZSCHE, F. W. **Genealogia da Moral uma Polêmica**. Tradução Paulo César de Souza. Companhia das Letras: São Paulo, 1998.

NIETZSCHE, F. W. **A Gaia Ciência**. Tradução Alfredo Margarido. 6 ed. Guimarães Editores: Lisboa, 2000.

REGINSTER, B. **The Affirmation of Life: Nietzsche on Overcoming Nihilism**. Harvard University Press: Cambridge, 2006.

SCHOPENHAUER, A. **Dores do Mundo**. Editora Pub Brasil: 1960.

O SUJEITO MODERNO EM VOLTAIRE

Data de aceite: 01/06/2020

Data de Submissão: 29/04/2020

Dagmar Manieri

Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Curso
de História (Araguaína)
Araguaína (Tocantins - TO)
<http://lattes.cnpq.br/0328674543484561>

Elias Rocha Rodrigues

Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Curso
de História (Araguaína)
Araguaína (Tocantins - TO)
<http://lattes.cnpq.br/4027293858504089>

RESUMO: O objetivo desse texto é empreender um estudo do pensamento de Voltaire com o objetivo de configurar a representação do sujeito moderno. Intelectual polêmico e considerado um dos fundadores do Iluminismo, Voltaire através de seus escritos apreende com um sentido positivo o novo modelo social propugnado pela burguesia ascendente. Tal modelo implica na formação da sociedade civil em um regime de liberdade, promovendo uma renovada representação do sujeito, concebido como um ser de razão e interpretado em um espaço social de liberdade.

PALAVRAS-CHAVE: Iluminismo; Voltaire;

tolerância religiosa; sociedade civil; razão.

THE MODERN SUBJECT IN VOLTAIRE

ABSTRACT: The purpose of this text is to undertake a study of Voltaire's thought in order to configure the representation of the modern subject. Controversial intellectual and considered one of the founders of the Enlightenment, Voltaire through his writings apprehends with a positive sense the new social model advocated by the rising bourgeoisie. Such a model implies the formation of civil society in a regime of freedom, promoting a renewed representation of the subject, conceived as a being of reason and interpreted in a social space of freedom.

KEYWORDS: Enlightenment; Voltaire; religious tolerance; civil society; reason.

1 | INTRODUÇÃO

Se no Renascimento houve algumas dificuldades para se erigir uma representação positiva em torno do homem, já na era das Luzes isto se efetiva com sucesso. De verdade, os Iluministas configuram uma nova imagem do homem que servirá de fundamento para a modernidade. Aqui, abordaremos um pensador que contribuiu, de forma decisiva,

para a gênese do homem moderno: Voltaire. Não podemos deixar de ressaltar - ao nos referirmos sobre a nova representação sobre o homem - da presença da burguesia como classe social em ascensão. Aqui se pode localizar uma das carências do Renascimento. Foi a partir do século XVII que a burguesia se faz presente como classe social hegemônica; ela realiza a emancipação política e promove seus valores para os vários segmentos sociais. Lawrence Stone ressaltava que no século XVII inglês, houve um “deslocamento e perturbação experimentados por quase todos os setores da sociedade” (STONE, 2000, p. 196). O que o historiador indica, historicamente, como “crise de confiança”, de um ponto de vista sociológico implica em reconhecer que ocorreu uma diferenciação social com o incremento das novas formas de capital. Dessa forma, as denominadas revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII inauguram uma nova etapa da formação do Estado, bem como na configuração de um novo modelo societário.

Mesmo com o cuidado de não se ingressar no reducionismo, pode-se afirmar que em Voltaire verifica-se a presença (na forma de um subtexto) da visão de mundo da burguesia. Não seria um equívoco associar suas ideias à hegemonia que a própria burguesia erige em seu percurso como classe dominante; relação complexa, mas que necessita estar sempre presente. Em caso contrário, as ideias (ou representações) adquirem um nível por demais abstrato. Kant é um dos fundadores do liberalismo político; já Voltaire é considerado por muitos intérpretes como um pensador relacionado à nova mentalidade burguesa. Quando Marx nomeia um intelectual que defende as causas burguesas, utiliza o termo “voltairiano”. Voltaire esteve exilado na Inglaterra de 1726 a 1728; se lermos suas *Cartas filosóficas* pode-se constatar seu apreço pelo novo regime inglês (burguês) político do pós-1688.

Assim como verificamos com John Locke, Kant e Voltaire erigem uma nova representação sobre o homem moderno. Grande inovação para a história das representações, pois desde os gregos antigos não tínhamos uma positividade da condição humana. Agora, com o Iluminismo o homem pode abandonar a cosmovisão religiosa e inaugurar uma nova era na qual, provavelmente, ainda pertencemos.

2 | O HOMEM TOLERANTE DE VOLTAIRE

O *Tratado sobre a tolerância* de Voltaire nasce de um caso judiciário que se tornou famoso na França do século XVIII. Em fins de 1761, na residência de um comerciante de tecidos em Toulouse, Jean Calas, ocorre a morte de seu filho mais velho, Marc-Antoine. A família era calvinista e Marc-Antoine, segundo a vizinhança, havia se convertido ao catolicismo. O caso logo toma proporções religiosas com a versão popular de um complô calvinista contra a Igreja Católica. René Pomeau na Introdução do *Tratado sobre a tolerância* comenta que a “versão da rua” parece convincente ao magistrado, bem como ao chefe de polícia: “Cerca de meia-noite, encarcera na prisão do Capitole todas as pessoas

da casa (...)” (VOLTAIRE, 2000, p. XIII). Em 9 de maio de 1762, Jean Calas é condenado a ser “quebrado vivo”. Os integrantes da família aguardam o julgamento na prisão. É neste instante que através de um negociante marseilhês (Dominique Audibert), juntamente com seus amigos, que Voltaire é informado do caso. Assim, desde 1763, o texto do Iluminista francês sobre a tolerância já circula clandestinamente pela França.

O que se presencia no *Tratado sobre a tolerância* é uma defesa do pluralismo religioso. Em sua estadia na Inglaterra, Voltaire havia presenciado a liberdade de culto e tinha concluído que a paz social não era incompatível com a liberdade religiosa. Ao comentar sobre alguns governantes da Europa, ele se expressa, desta forma:

O tempo, a razão que faz tantos progressos, os bons livros, a mansuetude da sociedade não penetraram nos que conduzem o espírito desses povos? E não percebemos que quase toda a Europa mudou de face de uns cinquenta anos para cá? (Ibid., p. 22).

O que se verifica nesta passagem é um acentuado senso histórico. Em nome da razão, Voltaire advoga uma nova fase histórica. A tendência que observa parece correta: “Por toda a parte o governo se fortaleceu, enquanto os costumes abrandaram” (Ibid., p. 22). Ele tece elogios a alguns países (ou “regiões”) como Alemanha, Inglaterra e Holanda. Comenta que no passado se derramou muito sangue nesses locais; “hoje, no entanto, a diferença das religiões não causa nenhum problema nesses Estados (...)” (Idem).

Essa é a tese que Voltaire advoga: a tolerância (religiosa) é um elemento que provoca a paz social. Nas *Cartas filosóficas*, ele dá o exemplo da Inglaterra (Carta VI); segundo ele, neste país as várias religiões convivem de forma pacífica. Com um tom irônico, descreve a Bolsa de Valores de Londres que, para ele, se transformou em um local mais respeitável que muitas Cortes europeias:

Ali, o judeu, o maometano e o cristão tratam um com o outro como se fossem da mesma religião e atribuem epíteto de infiéis apenas aos que vão à bancarrota; ali, o presbiteriano confia no anabatista e o anglicano recebe a promessa do quacre. (Voltaire, 2007b, p. 24).

Assim, o ambiente da Bolsa de Londres é descrito como “reuniões pacíficas e livres”. O pluralismo religioso é concebido segundo a mesma lógica que a divisão de poderes em Montesquieu, ou seja, entendida como algo benéfico, saudável. No exemplo de Voltaire, a divisão de visões de mundo religiosas é interpretada como algo positivo: “Se houvesse na Inglaterra apenas uma religião, seu despotismo seria terrível; se houvesse apenas duas, elas se degolariam; mas existem trinta e elas vivem em paz e felizes” (Ibid., p. 25).

Em síntese, há em Voltaire o nascimento do próprio mundo burguês com a sociedade civil e o indivíduo juridicamente livre. Outro exemplo deste mundo burguês que merece ser destacado está nas *Cartas filosóficas* sobre as Academias (Carta XXIV). Ele defende a importância da “prática”:

Estou bem longe de inferir, com isso, que nos devamos limitar apenas a uma prática cega; mas seria auspicioso que físicos e geômetras unissem, na medida do possível, prática e especulação. Será preciso que tudo o que mais honra o espírito seja quase

Percebe-se, assim, o utilitarismo em Voltaire. O polemista francês cita, inclusive, Jacques Coeur e comenta que este “grande negociante” chegou até a esta posição só com “as quatro regras de aritmética e o bom senso”; enquanto isso “um pobre algebrista passa a vida procurando nos números relações e propriedades espantosas, mas sem utilidade, (...)” (Ibid., p.132). Por isso ao comentar sobre as invenções, ele as associa à vida prática. Invenções que não resultam em algo prático são como “as estrelas que situadas muito longe de nós, não nos dão nenhuma claridade” (Idem).

Outro exemplo no qual encontramos este espírito burguês é seu famoso *Cândido*. O herói segue as ideias de seu mestre, Pangloss. Este último tem uma concepção da história segundo a filosofia de Leibniz: “(...) não há efeito sem causa, (...) tudo está necessariamente encadeado e arranjado para o melhor possível” (VOLTAIRE, 2003, p. 13). As terríveis adversidades por que passa Cândido mostra que as coisas não são tão boas, assim como o futuro se torna uma dimensão imprevisível. O subtexto de *Cândido* indica a possibilidade de uma práxis fundadora em um mundo que não está tão ordenado como indica a filosofia de Leibniz. Por isso o grande tema (a dimensão textual de “devir”) de *Cândido* é o trabalho. Ver, particularmente, uma afirmação de Pangloss no término da obra: “(...) quando o homem foi posto no jardim do Éden, ali foi posto *ut operatur eum*, para que trabalhasse; isso prova que o homem não nasceu para o repouso” (Ibid., p. 162).

Cândido no final de suas aventuras está em uma fazenda. A grande conclusão diante de suas aventuras pelo mundo é que há uma contingência na história. Mesmo com a insistência de Pangloss de que “todos os acontecimentos estão encadeados no melhor dos mundos possíveis”, ele complementa: “Isto está bem, (...), mas é preciso cultivar nosso jardim” (Ibid., p. 163). Por isso, *Cartas filosóficas* e *Cândido* são dois exemplos que comprovam a importância da “prática” e do “trabalho” no universo voltairiano; dois termos do novo mundo burguês que se contrapõem a uma visão aristocrática de mundo.

Outra característica importante em Voltaire é o senso histórico. Observa-se no *Tratado sobre a tolerância* um sentido histórico que é inédito e que irá corresponder a uma das características do Iluminismo. Voltaire não deixa de indicar a “liberdade de consciência” como uma das conquistas da época moderna (VOLTAIRE, 2000, p. 29). O passado que mostrava o conflito religioso é concebido por ele como uma era de superstição. Observar, nesta passagem, o próprio espírito do Iluminismo:

O grande meio de diminuir o número de maníacos, se restarem, é submeter essa doença do espírito ao regime da razão, que esclarece lenta, mas infalivelmente, os homens. Essa razão é suave, humana, inspira a indulgência, abafa a discórdia, fortalece a virtude, torna agradável a obediência às leis, mais ainda do que a força é capaz. (Ibid., p. 30).

Passagem importante do *Tratado sobre a tolerância*. Ela nos mostra que a razão é um elemento de integração social, mais eficaz que os próprios valores religiosos. Voltaire comenta sobre a “tranquilidade pública” e o “regime suave”; o que está em vias de

nascimento é a sociedade civil, espaço com um regime de liberdade capaz de promover a paz pública.

O homem tolerante de Voltaire é um ser humano que tem a consciência do poder da razão; ele é consciente de que seu tempo histórico é superior aos tempos pretéritos. Isso implica em dizer que o sujeito moderno do Iluminismo deve se distinguir, como um indivíduo, das instâncias do poder. A prática do indivíduo na sociedade civil é diversa das atitudes do governante. Por isso, o poder constituído não pode mais se apoiar na prática da intolerância: “(...) aplicar o suplício da roda ou da forca, ou condenar às galés pessoas que não são da nossa opinião” (Ibid., p. 103).

3 | O HOMEM MODERNO E A BURGUESIA ASCENDENTE

O sujeito moderno de Voltaire não deixa de ser um homem frágil. Ele frequentemente utiliza a metáfora do átomo (ou seja, um ser minúsculo) para se referir ao homem: um “átomo que pensa”. Em uma passagem do *Tratado sobre a tolerância*, Voltaire denomina os homens como “átomos de um momento” (Ibid., p. 123). Aqui, já se pode notar a dimensão temporal em relação ao homem. Então, somos seres pequenos e estamos condicionados pelo tempo histórico. A riqueza desta concepção sobre o homem descortina até a concepção perspectivista desenvolvida plenamente (principalmente por Nietzsche) só no século XIX. Em *Conselhos a um jornalista* (texto datado de 1737) há uma interessante passagem. Aqui, Voltaire comenta sobre a diversidade das histórias, antiga e moderna. Os historiadores antigos não descreveram um mesmo acontecimento de forma diversa, pois “teriam semeado a dúvida sobre coisas que hoje consideramos incontestáveis” (VOLTAIRE, 2006, p. 9). Já os historiadores contemporâneos narram um mesmo tema de forma diversa; ainda mais que “a mesma nação, ao cabo de vinte anos, não tem as mesmas ideias que tinha sobre o mesmo acontecimento e a mesma pessoa (...)” (Idem.). A conclusão de Voltaire se expressa, assim: “Os homens diferem entre si quanto ao estado, ao partido, à religião. O guerreiro, o magistrado, o jansenista, o molinista não veem os mesmos fatos com os mesmos olhos (...)” (Ibid., p. 8, 9). Se observarmos com atenção é a própria concepção de sociedade que se transforma neste século XVIII. A partir desta data surgem os partidos políticos que passam a ser reconhecidos em sua “normalidade”: eles expressam visões (e, conseqüentemente, propostas) diversas sobre o mundo social. Assim, notar que a própria noção de tolerância está intimamente relacionada a esta concepção perspectivista (em relação às imagens de mundo dos indivíduos). A boa sociedade não é mais representada como aquele modelo que se assemelha a um corpo (com seus diversos membros e uma parte superior), ou seja, um modelo integrista. O conflito de visões de mundo torna-se algo “natural” para uma representação social que constata as diversas perspectivas individuais; observar, neste caso, o contraste com aqueles que advogam a *auctoritas* antiga ao conceber o conflito (de ideias) como um

perigo, entendido como uma espécie de “doença” facciosa.

No Capítulo XX do *Tratado sobre a tolerância* (“Se é útil manter o povo na superstição”) Voltaire comenta sobre “a fraqueza do gênero humano”. Iluminismo que funda um novo humanismo, com a concepção de homem como um ser frágil. Esta ideia se relaciona com o conceito de reflexividade, presente no liberalismo que configura o homem como um ser razoável. Assim, o Iluminismo relativiza a concepção de homem ao indicar que a pretensão de verdade não pode se tornar algo absoluto. Nas palavras de Voltaire, “odiar o próximo por suas opiniões” (VOLTAIRE, 2000, p. 116).

Há uma passagem importante no *Tratado sobre a tolerância* que expressa, de forma admirável, a concepção de Voltaire sobre o sujeito. Ele se posiciona como um representante da natureza que se dirige aos homens. Na primeira abordagem da natureza, diz: “Fiz todos vós nascerem fracos e ignorantes, para vegetarem alguns minutos na Terra e adubarem-na com vossos cadáveres” (Ibid., p.136). Já que os homens são fracos, eles devem se unir; como são ignorantes, devem se instruir. E, além do mais, se esses mesmos homens são seres existencialmente precários (eles servirão de “adubo”), devem se tolerar. A natureza ainda acrescenta que se a grande maioria dos homens tivesse a mesma opinião e só um deles uma concepção contrária, mesmo assim esse ser solitário deveria ser perdoado, “pois sou eu [natureza] que o faço pensar como ele pensa” (Idem.). A natureza prossegue, dizendo que deu os braços aos homens para que eles cultivem a terra e um “pequeno lume de razão” para se guiar na vida. Indica que introduziu nos corações humanos “um germe de compaixão para que uns ajudem os outros a suportar a vida”. Assim, é o “germe da compaixão” que reside nos corações humanos que deve ser cultivado. A natureza expressa suas intenções de forma clara: “Não sufoqueis esse germe, não o corrompais, compreendei que ele é divino e não troquei a voz da natureza pelos miseráveis furores da escola” (Idem).

Homem que tem o auxílio da natureza e quando as leis falham só ela pode inspirar a justiça. Como se percebe no *Tratado sobre a tolerância* o sujeito moderno se mostra como um ser tolerante porque é um ser frágil, minúsculo. Há, portanto, dois movimentos que não se dirigem para um mesmo sentido. O primeiro que relativiza a importância do homem; aqui, pode-se comprovar que o humanismo Iluminista é diverso do humanismo grego antigo. Nas palavras de Voltaire, o homem é um átomo que pensa e um ser do momento. Já o segundo movimento indica a dimensão crítica da razão. Neste, visualizamos a gênese das ciências naturais com seu experimentalismo e uma postura racional diante do objeto de conhecimento. Observar em relação a este segundo movimento, a forma como Voltaire trata o tema “história”. Em *O pirronismo da história* há uma denúncia ante a “credulidade imbecil”; ele nos dá um exemplo segundo a obra *Histoire*, de Fleury. Afirma que esta obra pode ser concebida como “volumes (...) repletos desses contos” (VOLTAIRE, 2007c, p. 8). No Capítulo XIII (“sobre Nero e Agripina”) de *O pirronismo da história*, Voltaire comenta:

Todas as vezes que li a abominável história de Nero e de sua mãe, Agripina, fiquei tentado a não acreditar em nada. É do interesse do gênero humano que todos esses horrores tenham sido exagerados; eles envergonham demais a natureza (Ibid., p. 32).

O polêmico pensador cita Tácito para mostrar o comportamento sedutor de Agripina ante seu filho nos banquetes do palácio. Posteriormente, Voltaire acrescenta: “O filho, logo cansado dela, não a teria coberto de opróbrio? Ela não teria sido a execração de toda a Corte?” (Ibid., p.33). Para reforçar sua ideia, cita ainda Fabius Rusticus, outro historiador da época; o juízo crítico de Voltaire é que “nada disso é verossímil” (Ibid., p. 34). Sobre a morte de Agripina, ele se mostra cético ante a narração de Tácito. São vários detalhes que expõe para mostrar a criação imaginativa do narrador. No término deste Capítulo, comenta sobre as atrocidades que se narram sobre os príncipes asiáticos: “Os viajantes dão livre curso a tudo o que ouvirem dizer na Turquia e na Pérsia” (Ibid., p. 36). Observar, então, a postura crítica de Voltaire diante dos textos que eram considerados como narrativas históricas; para ele trata-se de “histórias mescladas de fábulas (...)” (Idem).

No Capítulo XVI (“Sobre difamações”), Voltaire realiza um estudo sobre as condições de produção do discurso histórico. Em primeiro lugar, denuncia a distorção dos “fatos”: “Se uma mulher tem dois ou três amantes, logo atribuem-lhe centenas. (...) [E] os historiadores contemporâneos não deixam de repetir essas mentiras; (...)” (Ibid., p. 42). Por que isto ocorre? Ele afirma que muitos homens não são razoáveis; por isso “o público prefere as fábulas (...)” (Ibid., p.43). Diante desta abordagem crítica, pode-se interrogar: que tipo de história seria mais apropriada para Voltaire? Ele comenta que deveria ser uma história que mostrasse “os direitos dos povos”, assim como “as leis segundo as quais cada pai de família pode dispor de seus bens”. Enfim, deveria ser uma narrativa de “acontecimentos que interessam a toda a nação”, como “os progressos das artes úteis e os abusos que expõem continuamente a maioria à tirania da minoria (...)” (Idem). Eis o sentido da história que se deveria mostrar, ou seja, algo “tão difícil quanto perigosa”; já a história que se produziu trata-se de “distração” e não de “um estudo”.

Essas obras de Voltaire, como *O pirronismo da história* e *A filosofia da história* são exemplos que comprovam como o estudo da história se transforma na era do Iluminismo. A história, agora, já recebe um tratamento segundo uma linha evolutiva. Quando Voltaire se refere aos romanos antigos, faz uma série de objeções à sua índole imperialista; mas no decorrer do tempo, eles se civilizaram: “Amar a pátria era matar e despojar outros homens; mas no seio da república houve virtudes. Os romanos, civilizados com o tempo, civilizaram todos os bárbaros vencidos e se tornaram, por fim, os legisladores do ocidente” (VOLTAIRE, 2007a, p. 216). Um intelectual que se vê como moderno ao olhar para a Roma antiga, não deixa de expressar certa ironia; Voltaire indica que lá havia uma deusa, Pertunda, que simbolizava as “galinhas sagradas” e a deusa Cloacina, das cloacas. Então, trata-se de uma época que cultivava “uma multidão de superstições”. Em sua reflexão, esse período antigo mostra uma “razão inicial e errônea” (Ibid., p. 217). É a própria razão

que fundamenta o juízo e que, conseqüentemente, mede o grau de civilização de uma época. Também é a mesma razão que dissipa as superstições.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando Slavoj Žižek no final de *A visão em paralaxe* comenta sobre o tema dos “direitos humanos”, não deixa de compartilhar da desconfiança dos marxistas ante o modelo de emancipação política que nasce na era das revoluções políticas da burguesia. Ele se interroga, nesses termos: que sentido há nesta “ideia” (dos direitos humanos) se na vida prática o homem está expropriado de sua humanidade? O mesmo Žižek na obra *Em defesa das causas perdidas* acentua que a necessidade histórica foi utilizada para se justificar um devir do nascimento da humanidade. Eis a grande diferença entre esses dois modelos que configuram tanto a humanidade, quando a figura do homem. No Iluminismo tal modelo está fundado, posto em sua racionalidade. Voltaire comenta em *A filosofia da história* que “Deus nos deu um princípio de razão universal, como deu penas às aves e pelagem aos ursos; (...)” (VOLTAIRE, 2007a, p. 63). Em *Dois tratados sobre o governo*, Locke enfatiza que o homem em estado de natureza já é livre. Kant na *Crítica da razão prática* acentua a “liberdade enquanto propriedade de um ser inteligível, (...)” (KANT, 2016, p. 96). Nesses autores há uma universalidade em torno das noções de homem e de humanidade. Tal universalidade tem sua história mais imediata no advento do estoicismo e do cristianismo. Quando Tzvetan Todorov estuda a relação dos invasores espanhóis com os índios da América, não deixa de enfatizar essa universalidade presente no cristianismo dos invasores. O debate que Todorov reproduz em sua interpretação é realizado entre Gines de Sepúlveda e Bartolomé de Las Casas. O primeiro, aristotélico, defende uma concepção hierárquica ante o julgamento sobre a “natureza social” dos índios; já este último defende o universalismo cristão. Para Las Casas, “todos, sem exceção, podem tornar-se cristãos: as diferenças de fato não correspondem a diferenças de natureza” (TODOROV, 1993, p. 158). Na reflexão de Todorov, “a hierarquia é irreduzível nesse segmento da tradição greco-romana, assim como a igualdade é um princípio inabalável da tradição cristã; (...)” (Idem). Então, a fundamentação cristã permite a Las Casas defender a igualdade dos índios ante os dominadores; para Todorov, “já que o cristianismo é universalista, implica uma in-diferença essencial de todos os homens” (Ibid., p. 159). Do cristianismo ao Iluminismo a noção de universalidade da representação sobre o homem seculariza-se. Em Kant ela torna-se transcendental; em Locke e Voltaire, ampara-se no elemento natural. A gênese do sujeito moderno implica na fundação de princípios positivos em torno do homem; já o mundo terreno é recuperado (diante de seu antigo estatuto de danação) em Locke e Voltaire; ele se transforma em um campo no qual há a possibilidade de humanidade, ainda que lenta.

Voltaire é um bom exemplo de pensador que possui a consciência de ser “moderno”. Falecido em 1778, ele não presencia a grande Revolução Francesa de 1789. Mas em contraposição, conhecia a Inglaterra. Neste país, desde o final do século XVII a burguesia já introduz um regime parlamentarista, derrubando a monarquia absoluta. Por isso o mundo voltairiano não é só devir: na Inglaterra ele era uma realidade. Quando Voltaire comenta sobre Newton, enfatiza que ele teve duas felicidades. A primeira de “ter nascido num país livre”; a segunda de viver “numa época em que, banidas as impertinências escolásticas, apenas a razão era cultivada (...)” (VOLTAIRE, 2007b, p. 62). Aqui já temos o próprio espírito do Iluminismo nesse elogio ao físico inglês. Por isso se o Renascimento corresponde a um período de crise e incertezas, no Iluminismo já há um fundamento em torno do sujeito moderno. E para a efetivação desse fundamento, sem dúvida, é necessário se lembrar de Voltaire.

REFERÊNCIAS

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. Tradução de Monique Hulshof. Petrópolis: Editora Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2016.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. 2ª Ed. Tradução de Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 2005

STONE, Lawrence. **Causas da Revolução Inglesa – 1529-1642**. Tradução de Modesto Florenzano. Bauru: EDUSC, 2000.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. Tradução de Beatriz P. Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VOLTAIRE. **A filosofia da história**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2007a.

_____. **Cândido**. Tradução de Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Cartas filosóficas**. Tradução de Márcia V. M. de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2007b.

_____. **Conselhos a um jornalista**. Tradução de Márcia V. M. de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **O pirronismo na história**. Tradução de Márcia V. M. de Aguiar. São Paulo: wmf Martins Fontes, 2007c.

_____. **Tratado sobre a tolerância**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ZIZEK, Slavoj. **A visão em paralaxe**. Tradução de Maria B. de Medina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

_____. **Em defesa das causas perdidas**. Tradução de Maria B. de Medina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

TEMPO, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: REFLEXÕES SOBRE AIMÉ BONPLAND

Data de aceite: 01/06/2020

Alessandra da Silva

Doutoranda no Pós-Graduação em História da UPF. Mestre em Artes Visuais pela UFSM (2019). Pós-graduada no curso de Ensino de Arte Perspectivas Contemporâneas pela UNOCHAPECÓ (2016). Graduada em Artes Visuais Licenciatura pela UNIASSELVI (2012), Artes Visuais Bacharelado pela UNOCHAPECÓ (2009) e Pedagogia Licenciatura pela UDESC (2006).

RESUMO: O presente trabalho apresenta uma breve reflexão sobre o tempo, memória e o esquecimento, ressaltando o papel do historiador e a importância da manutenção da memória como um combustível para a história. No decorrer da pesquisa é realizada uma breve introdução sobre a trajetória de Aimé Bonpland, visando identificar suas contribuições na história, bem como, levantando possíveis fontes de pesquisas futuras.

PALAVRAS-CHAVE: Tempo. Memória. Esquecimento. História. Bonpland.

ABSTRACT:

The present work presents a brief reflection on time, memory and forgetfulness, emphasizing

the role of the historian and the importance of maintaining memory as a fuel for history. During the research, a brief introduction is made about Aimé Bonpland's trajectory, aiming to identify his contributions in history, as well as, raising possible sources of future research.

KEYWORDS: Time. Memory. Forgetfulness. History. Bonpland

1 | INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como base revisão bibliográfica dos autores Reis (1996), Ricoeur (2017), Assis Brasil (2012), buscando refletir sobre os conceitos de tempo, memória e esquecimento, abordados na disciplina História, Região e Fronteira, relacionando ao tema de pesquisa. Analisando a importância das memórias para a preservação da história e do papel do historiador como pesquisador e escritor dessas memórias.

2 | 1 TEMPO E MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

Desde o início do pensamento filosófico, a problemática do tempo levanta questionamentos tornando-se a frente dos debates no meio acadêmico que perpassaram

gerações. Muitos filósofos dedicaram grande parte de suas obras, para tentar entender melhor o tempo em suas mais diversas características.

Segundo José Carlos Reis (1996), temos dois tipos de tempo - o tempo físico – na perspectiva da física o tempo como movimento natural, que pode ser medido por sua quantidade e extensão, ou seja, o tempo é o número de posições que um corpo ocupa no espaço ao longo da sua trajetória - e o tempo filosófico – o tempo como “mudança vivida” pela consciência que se caracteriza pela incomensurabilidade, a qualidade, o vivido concreto, a irreversibilidade, a sucessividade, a intensidade, a curta duração.

Considerando a existência do tempo em nosso meio, como algo real, por tanto, demonstrável do ponto de vista filosófico. Embora a consciência se esforce para reter ela esquece. Ao se mover o ser não é mais o mesmo. O ser deixa de ser, separa-se, esquece-se.

O tempo histórico permite acompanhar a passagem dos homens suas mudanças, sua descrição e análise. Cabe ao historiador a mediação entre o tempo vivido e o tempo eu há por vir. Ele sabe o que o homem é no tempo, o que ele muda, o que é finito ou não. O historiador media um diálogo entre o passado, o presente e o futuro.

Para Santo Agostinho (Sec. IV)

Existem na minha alma estas três espécies de tempo e não as vejo em outro lugar: memória presente respeitante às coisas passadas, visão presente respeitante às coisas presentes, expectativa presente respeitante às coisas futuras. (AGOSTINHO, Confissões, XI, 26)

Tal citação nos faz pensar no papel da memória sobre os fatos passados que ora são vistos pela visão presente. Nesse sentido, Paul Ricoeur (2007) aborda a consciência da memória. Onde se situa a história? Ela está no limite do fato ou no limite da teoria? A memória é um dos combustíveis da história – Memória é uma maneira de manter vivo o evento ela é construída com fatores emocionais. A memória estimula e alimenta amores e ódios. Por isso a história não pode tomar a memória como uma verdade. Ricoeur, chama nossa atenção, sobre a consciência da memória e a seletividade com que se dá, por isso, ele trabalha com o conceito de esquecimento. O que nós escolhemos esquecer? O esquecimento é sinônimo de perdão? Quando contamos um evento como selecionamos as memórias? Quais validamos? Quais invalidamos? Quem perdoamos? Como escolhemos os vilões e nosso posicionamento?

O verbo ser é aberto a uma pluralidade de acepções como a famosa declaração de Aristóteles “o ser se diz de múltiplas maneiras”. O autor usa esse argumento para explorar os recursos da interpretação que privilegia o ser como ato e como potência. Ricoeur considera o “poder fazer memória”, assim como “poder falar, poder agir, poder contar, o poder ser imputável aos próprios atos”.

Ao traçar um debate com o filósofo alemão Martin Heidegger. Ricoeur cita um livro de Heidegger “Ser e Tempo” publicado em 1927 que inicia dizendo: “Hoje a questão do ser

caiu no esquecimento” e que busca entender a “questão do sentido do ser”.

Algumas considerações que mantêm proximidade com as análises de “Ser e Tempo” ao mesmo tempo levantam controvérsias. Primeiramente na tentativa de distinguir o modo de ser que somos de outros modos de ser o autor cita um conceito heideggeriano de *Dasein* (ser-aí ou ser-aí-no-mundo), ou seja, o modo como nos relacionamos como nossa própria existência. *Dasein* é o termo principal na filosofia existencialista de Martin Heidegger.

Heidegger manipula três palavras na língua alemã para designar existência: *Dasein*, *Vorhandenheit* e *Existenz*. Onde *Vorhandenheit* significa "estar presente", "encontrar-se defronte", "presente à vista", "existir" em sentido amplo, "subsistencialidade": para Heidegger, *Vorhandenheit* designa "[...] o caráter ontológico dos entes desprovidos do modo de ser do ser-aí humano, dos entes que podem ser compreendidos em função da descoberta de suas propriedades essenciais", como, por exemplo, a natureza, os utensílios, as coisas, os objetos etc.

A segunda consideração: a ideia condutora de Ser e Tempo, de que a temporalidade constitui não somente a característica principal do ser que somos, mas assinala a relação desse ser com o ser enquanto ser. O ser como ato e como potência, onde ser e potência tem a ver com o tempo e o tempo figura como uma metacategoria.

A terceira consideração: propõe uma análise da temporalidade que articula três instâncias temporais do futuro, do passado e do presente. Como em Santo Agostinho e em Koselleck, o passado – qualidade passada do passado a preteridade – somente compreendida a qualidade futura do futuro e a qualidade presente do presente. Ou seja, o passado só pode ser compreendido através de abstração feita no futuro. A memória tem por objeto exclusivamente o passado. O presente está implicado no paradoxo do ausente. O futuro é posto entre parênteses na formulação desse passado.

Ricoeur cita Husserl e a teoria da retenção e da relembração. A cultura da memória como *ars memoriae* constrói-se sobre tal abstração do futuro. A investigação do passado histórico implica em três posições temporais das quais duas estão no passado e uma está no presente: a do acontecimento-alvo, a dos acontecimentos intercalados entre este e a posição temporal do historiador e enfim o momento da escrita da história. Ricoeur cita a definição de história proposta por Marc Bloch como “a ciência dos homens no tempo”.

A quarta consideração: em Ser e Tempo, Heidegger propõe uma hierquização dos modos de temporalização: - a temporalidade propriamente dita, introduzida pela orientação para o futuro o ser-para-a-morte; - a historicidade introduzida pela consideração do intervalo que se estende do nascimento até a morte; e a – intratemporalidade ou ser-no-tempo em que predomina a preocupação que nos torna dependentes no presente das coisas presentes e manejáveis junto das quais existimos no mundo.

Ricoeur faz uma breve introdução dos termos *Geschichtlichkeit* "historialidade" construída com base no substantivo *Geschichte* "história" através do adjetivo *geschichtlich*

"histórico". Na página 362 ele destaca a questão do discurso sobre o histórico (na vida cotidiana, na ficção e em história) ressaltando o duplo emprego da palavra história como conjunto dos acontecimentos (fatos) decorridos, presentes e futuros e como conjunto dos discursos desses acontecimentos no testemunho, nas narrativas, na explicação e finalmente na representação historiadora do passado. Fazemos a história e fazemos história porque somos históricos. A ordem sobre a qual está construída a temporalidade em Ser e Tempo: temporalidade, historicidade e intratemporalidade.

Heidegger pôs a ênfase principal no futuro colocando a futuridade sob o signo do se-para-a-morte submetendo o tempo infinito da natureza e da história a dura lei da finitude mortal. É em torno do tema da *Geschichtlichkeit* que o debate entre ontologia e historiografia se estreita. Ele marca sua diferença ao colocar o fenômeno da extensão entre o nascimento e a morte sob a égide da experiência mais autêntica do ser para a morte. A história não apenas como uma evocação dos mortos, mas como uma encenação dos vivos de outrora.

3 | REFLEXÕES SOBRE AIMÉ BONPLAND

"No pampa tudo é passado" diz Assis Brasil nas primeiras páginas do livro *Figura e Sombra* (2012). Essa frase marca uma passagem do tempo que leva as memórias muitas vezes ao esquecimento.

Se tudo é passado, tudo é memória, embora a palavra memória esteja quase ausente desse delicado retrato da vida de uma figura quase esquecida dos discursos oficiais. A palavra esquecimento, contudo, é mencionada inúmeras vezes e, como sabemos, não há memória sem esquecimento, ambos constituindo não uma relação de oposição dialética, mas de complementaridade. (BERND, S/Ano, p. 1)

Mas o que esquecer? O que lembrar? Por quê alguns acontecimentos históricos nos instigam a pesquisar, a perpetuar essas memórias as gerações futuras? Esses são alguns questionamentos levantados na disciplina História Região e Fronteira e que me remetem ao meu objeto de estudo "a trajetória de Aimé Bonpland". Analisando quem foi essa figura a sombra que ora se revela, através de fatos que marcam sua passagem e suas contribuições no cenário atual.

Aimé Bonpland (1773-1858) foi um médico e botânico francês nascido perto de La Rochelle que viveu parte de sua vida na América do Sul, na fronteira entre o Brasil, Paraguai e Argentina. Pouco se sabe sobre sua vida antes do encontro com Alexander Von Humboldt (1769-1859) um artista, geógrafo, naturalista alemão. Apenas que desde muito jovem se interessou pelas Ciências Naturais, influenciado por seu pai que era cirurgião. Estudou anatomia em Paris (1791). Aprofundou seus estudos em Botânica e Anatomia. Conheceu Humboldt em Paris em 1798, onde os mesmos trocaram ideias sobre grandes viagens e pesquisas¹.

¹ ESCOLA, Equipe Brasil. "Aimé Goujaud Bonpland"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/>

Humboldt empreendeu a primeira viagem à América do Sul entre 1799 e 1804 juntamente com Aimé Bonpland, eles visitaram Cuba, atravessaram o centro e o norte dos Andes e, em seguida, o México no intuito de estudar os aspectos físicos da terra, coletar amostras e estudar diversas espécies de plantas e animais. Retornando a Europa em 1804.

Em 1816, Bonpland regressa às Américas, traz em sua bagagem uma infinidade de semente sonhando em fundar um Jardim Botânico. Instalando-se em Buenos Aires passou a exercer sua profissão de médico, e também a colaborar com periódicos locais em questões ligadas às ciências naturais, dividindo seu tempo entre o exercício da medicina e o coletar de espécies vegetais raras. Ao encontrar vestígios do cultivo de erva-mate pelos Jesuítas, Bonpland se interessa em estudar a planta.

Bonpland chegou ao Rio da Prata quase no final de 1816, trazendo consigo vasta bagagem que incluía sementes e duas mil plantas vivas.” As expectativas da elite de Buenos Aires quanto ao que ele poderia realizar eram enormes, entre elas a idéia de que seria capaz de introduzir novos métodos de agricultura prática baseados em suas observações na Inglaterra, França e América. O cientista logo se engajou num reconhecimento botânico da região de Buenos Aires. No fim do ano de 1818, ao investigar a ilha próxima de Martín García, suas descobertas incluíram o que restava do mate cultivado pelos jesuítas; estes haviam plantado pés de mate aos milhares em suas missões do Alto Prata.’ Esse chá verde, elemento básico na dieta dos habitantes da região, parece ter instigado a imaginação de Bonpland. O caráter científico e o potencial comercial do mate tornaram-se preocupações primordiais pelo resto de sua vida. (STEPHEN, 1992. p.67)

Bonpland ficou conhecido por seus escritos e descrições de plantas classificadas como “úteis”, dando ênfase às suas finalidades. Enquanto os demais coletavam elementos que eram estudados posteriormente na Europa, ele se diferencia ao realizar estudos, enquanto residente estabelece viagens por um longo período, observando mais detalhadamente, principalmente plantas e suas utilidades, sendo responsável pela catalogação de diferentes espécies de erva-mate, araucárias e plantas medicinais.

Em Porto Alegre Bonpland permaneceu três meses e quatro dias, como ele anotou em seu diário. Ao longo desse tempo ele visitou todo esse tipo de empreendimento, anotando detalhadamente os procedimentos envolvidos na fabricação de velas, de sabão, de queijos dos Alpes e, também, de cápsulas de copaíbas, cal, vinagre de vinho, lixívia, sabão medicinal etc. (AMARAL, 2003, p.279)

A convivência com colonizadores imigrantes e índios favorecia o desenvolvimento de seus estudos, através da troca de informações com as pessoas da região sobre as plantas. Mesmo que, ocupando-se com a comercialização Bonpland dedicava boa parte do seu tempo a estudos detalhados de espécies de plantas e animais.

Entre os viajantes, um em especial se dedicou no empreendimento ervateiro, Aimé Bonpland, também conhecido como Dom Amado. Ele possuía vasta experiência no cultivo de ervas. Em sua fazenda na região de Santa Ana (Argentina), Bonpland cultivou sistematicamente até ser interrompido pelo governo Paraguaio, que o acusou de espionagem. Devido a isso, Dom Amado teve seus ervais destruídos e permaneceu preso cerca de uma década. Após ser liberto por Rodrigues Francia, no ano de 1831, Aimé Bonpland foi extraditado para a Província do Rio Grande do Sul, onde residiu cerca de 20 anos.

aime-goujaud.htm. Acesso em 26 de fevereiro de 2020.

O paradigma europeu de progresso viu na erva mate uma importante riqueza comercial. O conhecimento técnico e científico de Bonpland, possibilitou a o cultivo de ervais, tão fundamentais ao crescimento econômico na época. As sementes eram protegidas por um maciço, Bonpland estudou técnicas de germinação possibilitando o cultivo de ervais de forma independente do ciclo natural da planta.

Logo ao chegar no novo País, ele arquitetou um primeiro plano de empreendimento comercial, em sociedade com o senhor Antonio Rodrigues Chaves. Ambos pretendiam plantar e cultivar pés de *Ilex paraguariensis*. Os relatos de Bonpland detalham essa tentativa de negócio: a mão de obra requisitada, os registros da administração, as características geomorfoclimáticas ideais ao plantio, os meios de produção, entre outros. Entretanto, apesar de seis meses de esforços e planejamentos, a parceria comercial com o senhor Antonio Chaves não engendrou. Foi somente na cidade de São Borja, um tempo depois, local onde ele residiu por cerca de 20 anos, que Dom Amado obteve sucesso com a criação de ovelhas e com a produção ervateira: cerca de 1.500.00 pés de mate (CONDE D'EU, 1981, p. 115)

Ao ignorar o fato de que na época o monopólio da erva-mate era do Paraguai, Bonpland acaba atraindo para si inimizades que levaram a destruição de suas plantações de erva-mate e sua prisão por dez anos no Paraguai. Em 1831 liberto da prisão, Bonpland instala-se em São Borja onde segue seus estudos e coletas de plantas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marise Basso. **Histórias de viagem e a produção cultural da natureza: a paisagem do Rio Grande do Sul segundo os viajantes estrangeiros do século XIX**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. **Figura na sombra**. Porto Alegre: L&PM, 2012

BERND, Zilá. **Figura na sombra ou Aimé Bonpland Habitando a Distância e o Esquecimento**. UFRGS/Unilasalle S/Ano.

REIS, José Carlos. O **conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e “Annales”**: uma articulação possível. Sintese Nova Fase, Belo Horizonte, v.23, n.73, 1996.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. (Trad) Alaim François. Ed 1º, UNICAMP, 2007.

ROSA, Lilian da. O complexo ervateiro na Província do Rio Grande do Sul oitocentista visto sob as impressões de viajantes. UNICAMP, 2014.

SANTO AGOSTINHO, **Confissões**, IN-CM, Lisboa, 200. Disponível em http://www2.uefs.br/filosofia-bv/pdfs/agostinho_01.pdf. Acesso em 10/02/2019

PERSONIFICAR A NAÇÃO – NARRATIVA HISTÓRICA E ESCRITA BIOGRÁFICA EM GUSTAVO BARROSO

Data de aceite: 01/06/2020

Data de submissão: 03/04/2020

Erika Moraes Cerqueira

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
Barbacena – MG

<http://lattes.cnpq.br/2115009396178787>

RESUMO: O presente artigo objetiva analisar, dentre as diferentes culturas políticas que integravam e disputavam o espaço nacional, alguns aspectos de uma cultura política conservadora no Brasil, acentuadamente nacionalista, em grande medida próxima ao fascismo, que teria se configurado nas primeiras décadas do século XX. Neste ponto, nos deteremos sobre a história dos termos patriotismo e nacionalismo, na expectativa de compreender o que eles vieram a significar para os intelectuais brasileiros que empreenderam análises históricas decifradoras da identidade nacional. A investigação se concentrará, especificamente, na obra de Gustavo Barroso (1888-1959), historiador brasileiro que difundiu, sobretudo em sua obra biográfica, uma concepção de nação associada à heroificação

de militares, durante os anos 1930.

PALAVRAS-CHAVE: Gustavo Barroso; Nacionalismo; Cultura Política; Biografia; Militares.

PERSONIFY THE NATION – HISTORICAL NARRATIVE AND BIOGRAPHICAL WRITING IN GUSTAVO BARROSO

ABSTRACT: This article aims to analyze, among the different political cultures that integrated and disputed the national space, some aspects of a conservative political culture in Brazil, markedly nationalist, largely close to fascism, which would have been configured in the first decades of the 20th century. At this point, we will dwell on the history of the terms patriotism and nationalism, in the hope of understanding what they came to mean for Brazilian intellectuals who undertook historical analyzes that decipher national identity. The investigation will focus, specifically, on the work of Gustavo Barroso (1888-1959), a Brazilian historian who spread, above all in his biographical work, a concept of nation associated with the heroization of the military, during the 1930s.

KEYWORDS: Gustavo Barroso; Nationalism; Political Culture; Biography; Military.

1 | INTRODUÇÃO

Encheram a terra de fronteiras,
carregaram o céu de bandeiras,
mas só há duas nações
- a dos vivos e dos mortos.

Mia Couto, 2013

O conceito de cultura política será pensado, ao longo da investigação que se segue, como um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado pela sociedade brasileira, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2009). Nessa perspectiva, tomaremos as representações como elementos que configuram um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizam, assim, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma cultura visual (DUTRA, 2002). A escolha deste conceito, como chave para a interpretação da obra barroseana, reside em sua capacidade de revelar outras dimensões explicativas para os fenômenos políticos, como a força dos sentimentos (paixões, medo), a fidelidade a tradições (família, religião) e a adesão a valores (moral, honra, patriotismo). Cultura política implicaria, assim, a suposição de que pessoas aprovam determinadas representações por serem capazes de lhes oferecer uma compreensão do mundo, ao mesmo tempo em que fornecem identidades às quais se filiar. Refletindo acerca de o que o patriotismo veio a significar e mobilizar ao longo da história, parece-nos bastante evidente a necessidade de pensá-lo pela chave da cultura política.

2 | DESENVOLVIMENTO

Fernando Catroga, ao delinear os contornos do conceito de patriotismo, aponta que, desde os poemas homéricos, o termo *patris* remete para a *terra dos pais*, expressão que denotaria tanto o enraizamento quanto a fidelidade a uma terra e a um grupo, marcado por uma herança comum, quer seja real ou fictícia. Em sua incursão pela “geografia dos afetos pátrios”, sugere que o termo possuiria um aspecto paternal, o que pressuporia uma ancestralidade, sustentada e reproduzida pelo culto aos mortos, ritual que possuiria um caráter cívico, essencial para difundir o sentimento de *pertença* e unificação da comunidade. Ao analisar a experiência grega, notadamente em Atenas, seguiu o percurso traçado por Hannah Arendt, desde a distinção aristotélica entre o nível político e as sociabilidades naturais, ressaltando a compreensão da vida cívica como o degrau superior da humanização, uma vez que a participação nos negócios da *polis* significava a sobreposição das palavras e da persuasão sobre a força e a violência.

Nesse aspecto, a aldeia ou a família seriam incapazes de possibilitar a prossecução dos fins superiores do humano, sujeito dotado de razão e de palavra. Assim “a sociedade

humana só se distanciava do determinismo biológico mediante a participação dos que tinham cidadania nos negócios da *politeia*” (CATROGA, 2013:11), além disso, “a emergência da condição política do homem também significava a vitória, sempre provisória, da *cultura* contra a *natureza*” (CATROGA, 2013:11).

Ao investigar a representação da *polis* como mãe, Catroga destaca que este apelo matricial visava, fundamentalmente, garantir a defesa do território e a propriedade da terra – assegurados pelos afetos íntimos e identitários mobilizados no processo de projeção entre o habitante e a terra uterina. A compreensão da pátria como *terra dos pais* a “metaforiza como um corpo moral, mística e misticamente feminizado” (CATROGA, 2013: 11), conforme a exortação de Cícero à fidelidade à mãe pátria e sua admoestação acerca do não cumprimento do dever patriótico. Neste incursu, a pátria como *mátria* transsubstanciava seus filhos em uma *fátria* de *com-patriotas* que, ao se reconhecerem como filhos, seriam incitados a morrerem juntos pela *mãe de todos* – ideia que se impõe como herança e como dever de transmissão, como um destino ou, mesmo, uma vocação. Ressalta que essa narrativa, ao conferir uma memória à pátria, temporaliza-a, ao mesmo tempo em que a territorializa, no desenho das apropriações afetivas de seu espaço, em que este é transformado em *paisagem* – noção desenvolvida ao longo de sua obra, a partir do romantismo e de pensadores como Ortega y Gasset. Catroga chama a atenção para o fato de que, se o afeiçoamento pátrio exige, por um lado, um tempo e um espaço concretos, por outro, ele sobrevive, mesmo em quadros de desterritorialização, conforme se verifica nas experiências contemporâneas. Afirma, ainda, que Edgar Morin teria captado bem algo que é essencial ao sentimento pátrio, a saber, o fato de possuir uma forte componente psicoafetiva, que poderia ser definida como *matripatriótica* (mãe-pátria feminina, que seus filhos devem amar e proteger) e *paterno-viril* (autoridade justificada, imperativa, que chama às armas e ao dever).

Pontua-se, aqui, a não identificação entre os termos pátria, nação e Estado, sendo o poder deste último algo passível de ser exercido sobre as várias pátrias e, até mesmo, sobre as várias nações – o que denotaria sua capacidade de unificar e consensualizar sentimentos. As análises a respeito das diferenciações entre as acepções de pátria e de nação apontam para o fato de a pátria ser ôntica, lógica e cronologicamente anterior à nação. Entre os afetos pátrios e a racionalidade do Estado, Catroga destaca que coube à nação realizar a ponte entre os dois termos. Em suas palavras, somente o *calor* do patriotismo seria capaz de empreender o enraizamento do Estado-Nação, mais burocrático e homogeneizador, de tal forma que todas as revoluções empreendidas entre os séculos XVIII e XIX que se pretendiam refundadoras da nação agiam em nome do patriotismo. Ao perscrutar os sentidos que a ideia de nação adquiriu ao longo da história, evidenciou-se, especialmente, a identificação desta a grupos étnico-culturais e linguísticos, nomeadamente entre os judeus durante a Idade Média, conhecidos como *povo de nação*. O conceito também teria servido para critérios de distinção interna nas

ordens de cavalaria, mosteiros, concílios e ligas comerciais – sendo associado, desde o início, à delimitação negativa entre o próprio e o estrangeiro, conforme Habermas teria observado.

A partir da modernidade, a nação passaria a exigir um território e uma população, para se afirmar como um *nós*, sendo este o momento em que se verificaria a narrativa desta como um onipresente sujeito coletivo que, “no tempo, realiza um destino sacral ditado pelas origens” (CATROGA, 2013: 17); em que se percebe a *marca* dos mitos estruturantes das identidades nacionais, reivindicando uma memória (como legado) e o cumprimento de um desígnio. Nesta incursão, o ideal de patriotismo seria aquele que alentou, ideologicamente, o movimento que alicerçou a ideia de nação política e de Estado moderno, sendo este último o responsável, não raro, por promover um patriotismo nacional, com vistas a transformar os indivíduos em cidadãos, de forma a demarcar os nacionais e os estrangeiros. Neste aspecto, chama a atenção o fato, bem observado por Anthony Smith, de que os modernos movimentos de independência nacionais tenham evocado, em seus discursos legitimadores, a existência de uma pátria sacralizada, anterior ao Estado. O sacrifício de si, em prol de uma causa, seria mais facilmente mobilizado pelo patriotismo e os sentimentos a que este arrasta, afinal, *difícilmente se encontraria alguém que estivesse disposto a dar a vida pelo Estado*.

Em síntese: ainda que irmanadas com a ideia de nação e, em menor grau, com a de Estado, foram as ideias de pátria e de patriotismo que desempenharam o papel nuclear no que respeita à mobilização de fidelidades grupais e mais coletivas, função bem expressa, desde a Antiguidade, tanto nas ações de resistência aos poderes tirânicos, despóticos ou usurpadores, como nas sublevações antinapoleônicas, nas revoluções de cunho liberal e republicano e nos movimentos anticoloniais nos séculos XVIII e XIX (CATROGA, 2013: 20).

A história dos conceitos destacaria que, durante a Revolução Francesa, o termo patriota teria adquirido o sentido de uma verdadeira obsessão, vinculado à noção de fidelidade, calcado na ordem da natureza, englobando um aspecto regional com dimensão patrimonial; sentimento que alimentaria o desejo por autonomia, estruturante deste acontecimento histórico (HAROCHE, 2002). Quanto ao vocábulo patriotismo, este teria adquirido sentidos distintos e sido apropriado por ideologias igualmente distintas e, não raro, antagônicas. Em sua função de criar identidades, demarcar as diferenças e prometer destinos históricos, o patriotismo possuiria um aspecto mais abrangente e mobilizador, de tal forma que não se poderia pensar a nação sem este aspecto acolhedor que a pátria proporciona (DÉLOYE, 2002). A intensificação das lutas entre os Estados-nação, entretanto, teria ampliado e acelerado a nacionalização das massas, objetivando um consenso interno e, fundamentalmente, a mobilização para a guerra, sendo este “o período em que o nacionalismo absorveu o patriotismo” (CATROGA, 2013: 29). De tal forma que, para muitos, a Primeira Guerra Mundial seria a última *guerra das pátrias*, o que teria impulsionado a grande onda nacionalista da primeira metade do século XX.

Foi, neste íterim, que os movimentos de independência nacionais, ocorridos a partir de 1945, mobilizaram um investimento no sentido de radicar um patriotismo nacional, com vistas a postular uma identidade autônoma (apesar das fronteiras traçadas pelo colonizador), mediante a invenção de uma *religião civil*. Trata-se de um termo caro à esta investigação, especialmente pela capacidade de a *religião civil* conter determinados elementos comuns às demais, notadamente a sacralização dos mitos de origem e seus heróis, disseminando novos símbolos e novos ritos. Catroga assinalaria ainda que os termos nação e Estado, ou melhor, a anterioridade daquela em relação este, teriam se ajustado à legitimação do imperialismo e à fundamentação do direito que o mais forte teria para conquistar o *espaço vital*, como algo necessário ao desenvolvimento de suas autoproclamadas capacidades civilizadoras superiores. Observar-se-ia um privilégio das teses raciais como determinantes para o caráter das nações, cujas consequências seriam, desde 1871, profundamente danosas. Cumpre mencionar que as ideias de patriotismo foram usadas para dar força a projetos autoritários e nacionalistas e, nomeadamente na Alemanha do entreguerras, ou mesmo no Brasil, identificamos um expressivo número de intelectuais comprometidos com a disseminação dessas agendas, mormente alguns historiadores.

Ainda na esteira destas questões, faremos uma digressão sobre a obra de Gustavo Barroso, pensador brasileiro que veiculou, nas diversas atividades que empreendeu, um olhar sobre o nacional, com contornos patrióticos. Durante seu tempo de vida (1888-1959) e, particularmente, na época em que realizou suas produções letradas, Barroso foi o intelectual dedicado ao estudo da história militar brasileira. Esta orientou, inclusive, sua prática museológica, empreendida ao longo do período em que foi diretor do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. Sob sua orientação, o MHN foi dividido em duas seções: uma dedicada à história do Brasil e outra à numismática. A vintena de salas da primeira seção, a mais visitada, levava o nome das grandes personagens da história nacional, segundo Barroso: dom João VI, dom Pedro I, dom Pedro II, Deodoro da Fonseca (a República), os militares Tamandaré (Marinha) e Caxias (Guerra do Paraguai). Inaugurado no Arsenal da Marinha, o MHN devia ser o relicário dos conflitos em que os soldados brasileiros haviam alcançado distinção: nos pátios, escadarias e vitrinas do museu viam-se canhões holandeses, troféus diversos da Guerra do Paraguai, retratos e objetos pessoais do duque de Caxias ou do General Osório (MAGALHÃES, 2010).

A consagração da história militar do Brasil ocorreu, especialmente, por intermédio da escrita de biografias de alguns de seus protagonistas: Osório, Caxias, Tamandaré – elaboradas entre 1920 e 1940. Além dessa marca autoral, cumpre mencionar, a que mais foi sublinhada pela memória dos pósteros diz respeito à sua trajetória política, demarcada por uma admiração pelo Nazismo alemão. A difusão de um caráter bélico da história nacional ocorreu de forma concomitante à produção integralista, além dessas, identificamos também obras voltadas para a investigação do Folclore Nacional. As teorias

antisemitas, divulgadas em seus escritos, são consideradas as principais razões para um lento, mas decisivo ostracismo vivenciado pelo autor ainda em vida, e que se mantém, de certa forma, até os dias atuais. Ao longo de sua trajetória, Barroso participou ativamente dos círculos de sociabilidade intelectual que marcaram os ritmos da missão de redescobrir o Brasil, decantada por homens de letras e de ciências, a partir, notoriamente, de 1930.

Embora nossa análise se concentre nas obras elaboradas por Barroso ao final dos anos vinte e na década seguinte, consideramos que as questões que orientaram sua “operação historiográfica” estão, em grande medida, relacionadas às ideias que mobilizaram a intelectualidade brasileira no imediato pós-Segunda guerra. No período anterior ao conflito havia um forte sentimento de otimismo em relação ao futuro, o que foi colocado em xeque pela experiência da guerra, que assinalou os limites dessas promessas de progresso infinito. A crítica à modernidade foi acompanhada por uma sensação de desencanto frente, em muitos casos, a um mundo em ruínas, promovendo questionamentos acerca dos limites e das possibilidades do moderno. A experiência do conflito, assim como as reconfigurações oriundas de seu término, evidenciou a distância que separava o Brasil das nações industrializadas e incutiu o temor a respeito de nossa capacidade para manter a unidade e independência nacionais. Mais do que exaltar a beleza natural e as potencialidades da terra, passou-se a “advogar a necessidade urgente de conhecer, explorar, administrar e defender o território” (DE LUCA, 2003:40). Por um viés ufanista, insuflava-se o orgulho nacional pela imensidão do território, cujas proporções fomentavam a imaginação, todavia, assegurar a sua posse constituía uma dificuldade.

O Exército, instituição capaz de garantir a manutenção das fronteiras, foi revestido por um novo simbolismo que visava, fundamentalmente, promover o reconhecimento de suas atividades (CASTRO, 2012). Empreendeu-se uma campanha em prol do Serviço Militar obrigatório, percebido não apenas pelo ângulo defensivo, mas antes como uma escola de civismo que objetivava resolver os problemas de uma nacionalidade inconclusa. Tornava-se premente que os brasileiros se assenhorassem efetivamente de seu país, o que incluía, sobretudo, o conhecimento acerca de seu passado. Afinal, se o futuro poderia ser contemplado como um horizonte aberto, faltava ao Brasil, na visão de muitos intelectuais, o passado glorioso, raiz desse tempo vindouro. Tornava-se necessário, pois, criar esse passado. Barroso intentou, por meio de sua obra historiográfica, narrar a epopeia de construção da nação, privilegiando certos indivíduos e eventos em um trabalho de consagração. Identifica-se em sua obra a ideia de que a terra, mais que uma dádiva, deve ser concebida como o resultado de um esforço coletivo, conscientemente realizado pelos antepassados, de forma a garantir a posse do território. O trabalho de reordenação do tempo envolveu a exaltação dos protagonistas da história, personalidades capazes de promover a confiança nos destinos da nação, assim como afirmar a excelência de um povo aguerrido, que soube defender o seu patrimônio.

A nação, em uma concepção orgânica, teria sido gestada em um longo processo que

envolvia o alargamento de suas fronteiras, fruto das campanhas militares empreendidas, prioritariamente, durante o Segundo Reinado. A produção do espaço nacional, por esta perspectiva, forneceria a moldura capaz de reenquadrar o passado, atribuindo-lhe um tom épico e, ao mesmo tempo, extirpando-lhe as tensões e ambiguidades que inviabilizavam a sua utilização na construção da identidade (DE LUCCA, 2003). O pretérito, reabilitado, não poderia ser responsabilizado pelas chagas do presente, sendo, portanto, necessário representá-lo sob uma lente patriótica. Afinal: “Para as elites políticas e intelectuais da Federação da década de 1920, a questão não era mais, como nos tempos dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, escrever a história do Brasil, e sim disseminar entre o povo o germe da consciência nacional” (ENDERS, 2014: 357). Desta feita, a história, enquanto conhecimento disciplinar, fora percebida como um instrumento essencial na constituição da identidade nacional, contudo, a discussão sobre como ela deveria ser escrita e, especialmente sobre quais sujeitos deveriam protagonizá-la, colocava a questão sobre os indivíduos que, de fato, teriam construído a nação. Na busca pelo desenho das singularidades nacionais, buscou-se identificar aquilo que particularizava nossa cultura, o que seria, mais à frente, denominado de brasilidade (GONTIJO, 2007). Nesses termos, as narrativas de vida foram inseridas entre os elementos capazes de promover o traçado da comunidade brasileira e de inserir, no concerto das nações civilizadas, a nação brasileira. Tal processo envolvia, em uma dimensão mais ampla, a renovação das letras nacionais, debate caro às décadas de 1930 e 1940, e, nesse ínterim, o biográfico passou a figurar como gênero de destaque: “A biografia, desde que humanizasse seus protagonistas, seria uma estratégia, de primordial importância, entre as iniciativas de renovar a escrita da história nacional”. (GONÇALVES, 2010: 128).

Ao narrar a trajetória dos combatentes do passado – como agiram e como viveram – Barroso almejava transformar os leitores em espectadores ou “testemunhas”, oferecendo-lhes uma experiência de tempos anteriores. Os indivíduos que se distinguiram pela honra foram, mediante o relato do autor, transformados em heróis, cuja função passava a ser, essencialmente, personificar a nação. (ENDERS, 2014). Havia uma ambição pedagógica, pois o que se acompanhava, por meio desses relatos, não era a evolução do caráter do herói, mas antes a maneira como suas virtudes eram postas à prova em diferentes momentos: “Fez com estas palavras o resumo de sua grande vida: coragem tranqüila, independência sem orgulho, a pátria acima de tudo e a constância no sacrifício”. (BARROSO, 1932: 198). A Barroso interessavam a singularidade do percurso individual – fundamentalmente, a exemplificação da eficácia de uma virtude, presente no herói nacional –, e os desastres resultantes de determinado vício, encontrados na figura do “anti-herói” das nações vizinhas: “A degola e o fuzilamento não lhe eram bastantes para acabar de reduzir aquela sociedade à expressão mais simples. [Rosas] Lançou mão de outros meios, dos piores. Foram-se-lhe todos os escrúpulos. E praticou atos inomináveis” (BARROSO, 1929:19). Ao falar sobre os indivíduos do passado, Barroso

narrava o seu próprio tempo, como bem argumentou François Dosse: “Cada época cria seus heróis e lhes atribui, quer sejam de uma época distante, próxima ou atual, seus próprios valores. O herói cristaliza em si uma simbolização coletiva” (DOSSE, 2009:152). *A saída de si em direção ao outro* – o passado histórico ou a própria realidade histórico-social – apresentava-se como um caminho possível para o diagnóstico dos males que afligiam a nação e, em grande medida, representava a possibilidade de reordenamento do tempo, capaz de promover a confiança no futuro.

História Militar do Brasil, publicação de 1938, desenvolve uma análise sobre a gênese da nação, associando-a aos embates travados entre o Brasil e seus vizinhos, de forma que a identidade nacional está expressamente definida por oposição ao estrangeiro. Sobressai, igualmente, a compreensão do território como sagrado, identificado como o *corpo* da nação, no qual a ideia de fronteira assume uma função capital, tanto como referência do espaço onde a nação se desenvolve, quanto como algo que exige defesa. Pontua-se, aqui, a íntima associação entre a mobilização para a guerra e a formação da nação – assim como sua continuidade ao longo da história – de tal forma que o povo é apresentado como aquele que se configura nos embates que empreende, notadamente formado na *constância do sacrifício*.

Ao ataque imprevisto, todo o Brasil se moveu como um só homem. Nos campos de batalha, reuniram-se os brasileiros de todas as procedências. A Nação inteira comungou do mesmo sangue derramado. Entremearam-se e conheceram-se, amaram-se e juntos se sacrificaram todos os descendentes dos antigos bandeirantes esparsos no imenso corpo da pátria. Foi, portanto, essa guerra o último episódio da grande epopéia escrita por todos os quadrantes da terra brasileira pelos nossos antepassados. (BARROSO, 1938: 217).

Os termos pátria e nação são empregados ao longo da narrativa sem que, contudo, exista uma diferenciação entre o emprego de um ou de outro, de tal forma que, à primeira vista, torna-se difícil mapear seus contornos. Por uma outra via, pode-se perceber a recorrência à noção de pátria como *terra dos pais*, em seu aspecto familiar e hereditário, profundamente evidente como aquela que comunga de um mesmo *sangue*, de uma mesma origem e destino. Há, sobretudo, a divulgação de um patriotismo acentuadamente viril, de forma que a pátria é apresentada como aquela que convida às armas e reclama o sacrifício; conceituado como algo que reúne e move a pátria: “A vitória sobre o Paraguai plasmou definitivamente num só corpo e numa só alma a Nação Brasileira” (BARROSO, 1938:228). Mais que a comunhão carnal, a guerra dotaria a nação de um aspecto espiritual, algo que promoveria a comunhão de sentidos e a compreensão de um destino transcendente: “Sendo o homem a continuidade moral e física de seus pais, a nação é a continuidade física e moral das gerações unidas pela experiência e pela sucessão dos fatos através dos séculos” (BARROSO, 1938:123). A transubstanciação dos filhos da nação em uma sociedade de compatriotas está assegurada pelo recurso ao passado, como aquele que dota a nação de uma *substância* que, ao mesmo tempo que a particulariza, também lhe

dá uma orientação.

Estava finda a guerra. O Brasil Imperial varrera do Prata seu derradeiro caudilho de grande vulto. Essa obra demandara grandes sacrifícios, mas plasmou numa só alma os brasileiros de todas as Províncias. (...) A força, porém, dessa coesão dum grande povo continua latente. E' preciso despertá-la para novos prodígios! (BARROSO, 1938: 346).

Se a guerra congrega o povo e confere a dimensão de sua *força*, ela também assinala certo dever de transmissibilidade, que impera a necessidade de mobilização para novas realizações, marcada por certo armamento psicológico: “Foi, portanto, essa guerra o último episódio de grande epopéia escrita por todos os quadrantes da terra brasileira pelos nossos antepassados” (BARROSO, 1938:217). A história nacional, tal como é veiculada na obra de Gustavo Barroso, seria a responsável pela difusão deste sentimento de *pertença*, expresso na busca por traçar os contornos da particularidade nacional, assim como por reforçar os laços de comunhão de sentido. Em outros termos, essa narrativa privilegiaria origem e herança, em um trabalho de memória que enlaçaria, retrospectivamente, vivos e mortos, em uma cadeia de solidariedade. Neste aspecto, torna-se importante recorrer às admoestações feitas por Fernando Catroga acerca do nacionalismo e patriotismo, quando afirma ser um erro fundir ambos os conceitos, tendo em vista que possuem origens e significados semânticos distintos. Embora, desde meados do século XIX, o nacionalismo tenha se apresentado como um gerador do patriotismo comum, com o intento de absorver o seu *calor* e o colocar a serviço da política de nacionalização das massas, a hipótese é de que Barroso não tenha feito uso destes termos como sinônimos. Antes, ele teria empregado a noção de pátria por compreender seu maior alcance afetivo e, dessa forma, mobilizar o sentimento, nesse projeto que assumia, claramente, o intento de promover um armamento psicológico, em um momento marcado por certa instabilidade política. O patriotismo seria, em Barroso, algo a alentar o nacionalismo, devido a sua capacidade de englobar o sentimento natalício e a fidelidade a uma terra e a um povo identificado por uma herança comum. Devido à forte carga afetiva que o patriotismo engendraria, calcada nas relações de ancestralidade (com certa aura de sacralidade), seria mais eficaz no processo de levar os indivíduos a aceitarem os imperativos de uma doação que levaria, em última instância, ao sacrifício da própria vida.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos limites deste trabalho, espera-se ter explorado, ainda que timidamente, algumas das interpretações sobre os termos nacionalismo e patriotismo, em diálogo com as ideias veiculadas por Gustavo Barroso, especialmente em sua obra *História Militar do Brasil*. Dentre as diferentes formas de representação do passado, Barroso optou pela escrita da história militar como história do Brasil, de forma a enaltecer o caráter belicista do passado, em que o patriotismo, não raro apresentado como sinônimo de nacionalismo, parecia mais adequado para mobilizar uma projeção afetiva, necessária àquele processo que era de transposição de

ideias e, sobretudo, de uma proposta de ritualização do poder e do tempo; práticas reiterativas cruciais para a reprodução no tempo de uma cultura política nacionalista.

REFERÊNCIAS

- BARROSO, G. **A Guerra do Rosas**. 1ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1929.
- BARROSO, G. **Osório, o centauro dos pampas**. RJ: G. M. Costa, 1932.
- BARROSO, G. **Tamandaré: O Nelson Brasileiro**. RJ: G. M. Costa, 1933.
- BARROSO, G. **História Militar do Brasil**. 2ª ed. RJ: Cia Editora Nacional, 1938.
- CASTRO, Celso. **Exército e Nação**. RJ: FGV, 2012.
- CATROGA, F. **A geografia dos afectos pátrios. As reformas político-administrativas (sécs. XIX-XX)**. Coimbra, Almedina, 2013. 406 p.
- COUTO, MIA. **Um Rio Chamado Tempo, Uma Casa Chamada Terra**. SP: Companhia das Letras, 2013.
- DE LUCA, T. R. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- DÉLOYE, Y. A nação entre identidade e alteridade. In: BRESCIANI, et al. **Razão e paixão na política**. Brasília: editora da Universidade de Brasília, 2002.
- DOSSE, F. **O desafio biográfico – escrever uma vida**. SP: Edusp, 2009.
- DUTRA, R. de F. História e Culturas Políticas Definições, usos, genealogias. In: **Varia História**, nº 28 Dezembro, 2002.
- ENDERS, A. **Os Vultos da Nação: Fábrica de Heróis e Formação dos Brasileiros**. RJ: FGV, 2014.
- GONÇALVES, M. **Em terreno movediço: história e memória em Octávio Tarquínio de Souza**. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.
- GONTIJO, R. Capistrano de Abreu, viajante. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, n. 59, p. 15 – 36, 2007.
- HAROCHE, Claudine. O que é o povo?. In: BRESCIANI, et al. **Razão e paixão na política**. Brasília: editora da Universidade de Brasília, 2002.
- MAGALHAES, A, M. **Troféus da Guerra Perdida...** Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: PPGHIS/ UFRJ, 2010.
- MOTTA, R. P. S. **Culturas Políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

REFLEXÕES SOBRE OS LUGARES DE MEMÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: AS INICIATIVAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Data de aceite: 01/06/2020

Data de submissão: 02/03/2020

Ivan de Freitas Vasconcelos Junior

Centro Universitário Internacional

Curitiba/PR

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8319899Z6>

A presente obra é fruto do trabalho final de conclusão do curso de licenciatura em História, do Centro Universitário Internacional (UNINTER), sob orientação da professora Maria Silvana Frezarin.

RESUMO: Este estudo visa refletir sobre lugares de memória e educação patrimonial. O objetivo geral é elencar as estratégias adotadas pelo Exército Brasileiro (EB) para a promoção da educação patrimonial nos últimos vinte anos. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica em acervos e na internet considerando as contribuições de autores como Nora (1993), Pelegrini (2007), Marchette (2016), entre outros, procurando verificar a relação entre identidade, lugares de memória e patrimônio. Para conhecerem suas

identidades, os homens buscam referências e vestígios no passado que possibilitem o suporte do ser no mundo, assim, os lugares de memória dão sentido, pertencimento e completude ao indivíduo. Nesse escopo, constatou-se que o Parque Histórico Nacional dos Guararapes, o Forte de Copacabana, o Museu Histórico do Exército e o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial são lugares de memória para o EB, desempenhando papel importante na preservação da memória da Instituição, já que materializam a formação da identidade da Força Terrestre. Os resultados da pesquisa revelam que o EB compartilha a problemática de preservação dos lugares de memória e educação patrimonial. Verificou-se iniciativas adotadas pelo Exército na promoção da educação patrimonial como: busca do fortalecimento da identidade da Instituição, compartilhamento de informações sobre acervos com a comunidade, visitas aos lugares de memória, realização atividades culturais e educacionais, divulgação dos valores e tradições do Exército, dentre outros. Concluiu-se que o EB vem contribuindo na preservação dos espaços públicos sob sua responsabilidade, no respeito aos lugares de memória da Força Terrestre e na educação patrimonial dos brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: Lugares de memória. Identidade. Patrimônio. Educação Patrimonial. Exército Brasileiro.

REFLECTIONS ON PLACES OF MEMORY AND HERITAGE EDUCATION: THE INITIATIVES OF THE BRAZILIAN ARMY

ABSTRACT: This study aims to reflect on places of memory and heritage education. The general objective is to list the strategies adopted by the Brazilian Army (EB) for the promotion of patrimonial education in the last twenty years. To this end, a bibliographic search was carried out on collections and on the internet considering the contributions of authors such as Nora (1993), Pelegrini (2007), Marchette (2016), among others, seeking to verify the relationship between identity, places of memory and heritage. In order to know their identities, people seek references and traces in the past that enable the support of being in the world, thus, the places of memory give meaning, belonging and completeness to the individual. In this scope, it was found that the Guararapes National Historical Park, the Copacabana Fort, the Army Historical Museum and the National Monument to the Dead of World War II are places of memory for EB, playing an important role in preserving the memory of Institution, since they materialize the formation of the Brazilian Army identity. The survey results reveal that EB shares the problem of preserving places of memory and heritage education. There were initiatives adopted by the Army to promote heritage education, such as: seeking to strengthen the institution's identity, sharing information on collections with the community, visiting places of memory, carrying out cultural and educational activities, disseminating the Army's values and traditions, among others. It was concluded that EB has contributed to the preservation of public spaces under its responsibility, respecting the places of memory of the Brazilian Army and in the patrimonial education of Brazilians.

KEYWORDS: Places of memory. Identity. Patrimony. Patrimonial Education. Brazilian Army.

1 | INTRODUÇÃO

Em 1980, Pierre Nora utilizou a expressão *lugares de memória* ao refletir sobre a conexão entre história e memória. Seu propósito era chamar a atenção para a transitoriedade do presente em relação à preservação do passado (MARCHETTE, 2016). Segundo Nora (1993), o intuito de um lugar de memória é evitar o esquecimento e concretizar o intangível de modo a prender o máximo de sentido nos mínimos sinais. São exemplos de espaços que desempenham essas funções: museus, monumentos, santuários, cemitérios, etc.

A memória ajuda a constituir o bojo da identidade do indivíduo e do grupo social. Os lugares de memória dão ao grupo, tanto um sentido de pertencimento, quanto de completude, já que heranças identitárias e tradições são transmitidas e preservadas nesses locais de memória.

Nesse contexto, cresce de importância a educação patrimonial como processo de aproximação dos cidadãos ao patrimônio cultural que os representam simbolicamente, de modo a aumentar o entendimento da história (MARCHETTE, 2016).

Dessa maneira, o tema do artigo trata acerca das reflexões sobre os lugares de memória e a educação patrimonial, e também das iniciativas de educação patrimonial tomadas pelo Exército Brasileiro (EB) em benefício da sociedade brasileira nos últimos 20 (vinte) anos. Resolveu-se abordar esse tema por não haver quantidade expressiva de pesquisas relacionadas à educação patrimonial dentro do EB, ou seja, parte da população acaba ficando sem acesso às práticas de educação patrimonial desenvolvidas pela Instituição. Dessa forma, o trabalho tem importância para área de conhecimento da História, pois os resultados obtidos podem servir de ponto de partida para futuras reflexões sobre o tema apresentado.

Para estruturar a pesquisa, partiu-se do seguinte questionamento: Quais estratégias foram adotadas pelo Exército Brasileiro para a promoção da educação patrimonial nos últimos 20 (vinte) anos? O objetivo geral da pesquisa é elencar as estratégias adotadas pelo Exército Brasileiro para a promoção da educação patrimonial nos últimos 20 (vinte) anos. Dentre os objetivos específicos da pesquisa, estão:

- Estabelecer a relação entre lugares de memória, formação da identidade e patrimônio histórico;
- Refletir sobre a importância de alguns lugares de memória na formação identitária do Exército Brasileiro;
- Caracterizar o papel da educação patrimonial como forma de instrumento de cidadania.

Utilizou-se como recurso metodológico a pesquisa qualitativa, por meio da observação e levantamento bibliográfico. A pesquisa partiu de uma revisão na literatura e seguiu na coleta de materiais publicados no meio eletrônico.

2 | METODOLOGIA

Com o intuito de esclarecer acerca dos procedimentos lógicos seguidos no processo de investigação científica, utilizou-se o método de abordagem dedutivo para a explicação dos fatos e da validade das generalizações. Dessa maneira, seguiu-se o pensamento de Gil (1999), no sentido de entender que este tipo de método dá um bom esclarecimento acerca dos procedimentos técnicos a serem utilizados na pesquisa proporcionando, ao investigador, os meios adequados para garantia da objetividade e da precisão no estudo de ciências sociais.

Quanto ao método de procedimento, utilizou-se o método histórico já que a problemática em questão pode ser analisada e entendida a partir da perspectiva e

evolução histórica.

Utilizou-se como recurso metodológico a pesquisa qualitativa, por meio da observação e levantamento bibliográfico. A pesquisa partiu de uma revisão na literatura e seguiu na coleta de materiais publicados no meio eletrônico. O critério utilizado para a escolha das obras consultadas foi a relevância da temática dentro do panorama de estudo (sociedade brasileira e Exército Brasileiro).

Buscou-se, desse modo, fundamentar a pesquisa nas ideias e concepções de autores como: Le Goff (1990), Nora (1993), Pelegrini (2007) e Marchette (2016). Além disso, buscou-se informações nas páginas eletrônicas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e da 7ª Região Militar.

3 | 3 LUGARES DE MEMÓRIA, FORMAÇÃO DA IDENTIDADE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Retomando as reflexões sobre memória e lugares de memória, Le Goff (1990) explica que a memória contribui para que o passado não seja esquecido, pois ela leva o homem a atualizar impressões e informações anteriores.

Pierre Nora (1993, p. 12) também traz outra contribuição com o tema ao afirmar que não existe memória espontânea e que “os lugares de memória são, antes de tudo, restos.” Sem essa memória espontânea, utiliza-se a memória reconstituída para dar o sentido necessário de identidade, dessa maneira, “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, [...], notariar atas, porque estas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13).

Os homens visam o passado, em busca de conhecer suas origens, referências e vestígios do tempo, a fim de possibilitar o suporte do ser no mundo. As recordações, desse modo, correlacionam-se aos múltiplos espaços estabelecendo lugares de memória.

O intuito do lugar de memória é evitar o esquecimento e materializar o intangível a fim de prender o máximo de sentido no mínimo de sinais (NORA, 1993). Os arquivos, museus, cemitérios, santuários e monumentos são exemplos de espaços de memória.

A memória serve para constituir a base da identidade do indivíduo, dos grupos sociais e da nação. Por consequência, lugares de memória dão sentido de pertencimento e completude ao grupo, pois as heranças identitárias são preservadas nesses lugares.

Nesse panorama, evidencia-se outra ideia relacionada aos lugares de memória, que é o conceito de patrimônio histórico definido por Choay (2011, p. 11) como:

Um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos.

O patrimônio histórico serve para recordar imagens do passado, assim como, objetos

e fatos que merecem ser preservados, já que são significativos para um grupo social. Desse modo, as ações de preservação do patrimônio e educação patrimonial devem perdurar a fim de que lugares de memória continuem sendo repassados para as novas gerações:

3.1 OS LUGARES DE MEMÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO

São vários os lugares de memória relacionados ao Exército Brasileiro. Por se tratar de uma Instituição multissecular, o Exército participou de inúmeros eventos intrínsecos da história do Estado brasileiro, muitos deles em regiões longínquas do nosso território. Muitos arquivos, parques, museus, monumentos, fortes e fortalezas possuem uma conexão com a memória coletiva do nosso povo, trazendo consigo uma lembrança do passado.

Alguns desses lugares de memória já não estão sob a responsabilidade do Exército, alguns foram passados para a administração de órgãos federais ou estaduais. Dos que estão sob a guarda o Exército, elencou-se 3 (três) locais para discorrer acerca da importância desses lugares na formação identitária do Exército Brasileiro, bem como, tecer algumas considerações acerca do resgate da memória da Força Terrestre.

3.1.1 *Parque Histórico Nacional dos Guararapes (PHNG)*

Dentre os lugares de memória situados no Brasil, destacam-se os Montes Guararapes, situado na cidade pernambucana de Jaboatão dos Guararapes. Nesse local, lutas sangrentas foram travadas entre holandeses e luso-brasileiros por ocasião da Insurreição Pernambucana, no século XVII.

Nos Montes Guararapes foram travadas duas batalhas que abriram o caminho para a rendição do invasor holandês, após assinatura da rendição No Campo do Taborda, em 26 de janeiro de 1654,

A importância para o Exército Brasileiro dos Montes Guararapes se deve ao fato de marcar oficialmente o início das atividades da Força Terrestre. Desse modo, a data de 19 de abril de 1648 foi reconhecida simbolicamente como o marco da constituição do Exército no território brasileiro.

A Batalha dos Guararapes também possui valor social, pois foi a primeira vez em que brasileiros (portugueses, escravos e índios) lutaram pela soberania do território.

Devido ao aprimoramento das políticas acerca da preservação do patrimônio, a área dos Montes Guararapes foi inscrita como “Berço da Nacionalidade Brasileira” no Livro de Tombo Histórico nº 334, datado de 30 de outubro de 1961. Segundo o IPHAN (2014), estão relacionados no Livro de Tombo Histórico os bens culturais com valor histórico, composto pelos bens móveis e imóveis situados no território brasileiro, cuja conservação é de interesse público por estar vinculado aos fatos memoráveis da história.

Quando se fala em patrimônio, esse termo é logo associado aos conceitos de

memória e identidade, já que se entende o “patrimônio cultural como *locus* privilegiado onde as memórias e as identidades adquirem materialidade” (PELEGRI, 2007, p. 1). Dessa forma, o bem cultural tende a ser preservado pela associação que mantêm com a identidade cultural.

Por estimular a memória dos indivíduos, o patrimônio é cerne de políticas voltadas para promoção e preservação de lugares de memória. Nesse panorama, o Decreto nº 68.257, datado de 19 de abril de 1971, autorizou a criação do Parque Histórico Nacional dos Guararapes. Desse marco, ações administrativas foram realizadas no processo de revitalização do local como, por exemplo, a elaboração do Plano Diretor do PHNG (COMANDO DA 7ª REGIÃO MILITAR, 2015).

O EB vem atuando na conservação do parque no âmbito de sua esfera administrativa, na tentativa de seguir os princípios de preservação do patrimônio. Pode-se citar, por exemplo, o estabelecimento do Plano de Revitalização do Parque Histórico Nacional dos Guararapes através da Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB), no ano de 2004, em parceria com o IPHAN.

Também foi elaborado o Projeto Cultural Parque Histórico Nacional dos Guararapes que, segundo a FUNCEB, já foi aprovado pelo Ministério da Cultura e passou a contar com benefícios fiscais da Lei Rouanet a eventuais parceiros. O projeto possui três módulos, conforme divulgação no site da instituição (<http://www.funceb.org.br>), porém, foi concluído somente o módulo 2. Esse módulo contou com patrocínio da BASF S/A e possibilitou a construção da sede administrativa do PHNG, de um mirante e de um estacionamento. A Fundação Cultural Exército Brasileiro ainda busca parceiros para construção dos módulos 1 e 3.

3.1.2 Forte de Copacabana e Museu Histórico do Exército (MHEx)

No século XVI, as nações europeias souberam das riquezas nas terras “conquistadas” pelos portugueses, dessa forma, algumas dessas nações passaram a adotar uma estratégia de invasão aos domínios ultramarinos de Portugal.

Uma das preocupações dos governantes era proteger a Baía de Guanabara em virtude de sua importância estratégica. Desse modo, foram construídos na região da Baía as seguintes fortificações: Forte do Pico, Forte de Copacabana, Forte Duque de Caxias, Forte São Luiz, Fortaleza de Santa Cruz da Barra e Fortaleza de São João.

O Forte de Copacabana (Figura 1) localiza-se ao final da Praia de Copacabana, no Rio de Janeiro/RJ. Sua construção se deu em formato de casamata, com paredes externas em 12 metros de espessura, nas quais canhões alemães *Krupp* estavam posicionados para o mar. Possuía dois canhões de 305 mm, dois canhões de 190 mm e duas torres de canhões de 75 mm (TEIXEIRA, 2016).



Figura 1 – Vista frontal da entrada do Forte de Copacabana

Fonte: Teixeira (2016, p. 44).

Segundo Teixeira (2016, p. 47), o Forte de Copacabana foi o único projeto, na América do Sul, que integrava “câmaras de tiro, cozinha, depósito de víveres, paiol de munição, alojamento para oficiais e praças, oratório, oficina, telégrafo, observatórios, almoxarifado, cisterna de água, banheiros e enfermaria”.

A importância desse forte no resgate à memória dos brasileiros se deve ao fato dele fazer parte de um episódio ímpar da história de nossa República: a revolta do Forte de Copacabana ou “Revolta dos 18 do Forte”, como ficou conhecida. Entre os dias 5 e 6 de julho de 1922, jovens oficiais do Exército lideraram uma revolta com o objetivo de derrubar o regime da República Velha e acabar com o domínio das oligarquias no poder, além disso, reivindicava outras pautas como, por exemplo, a implantação de um sistema eleitoral justo e sem fraudes.

O Forte de Copacabana é um ícone na defesa da Baía de Guanabara e, em virtude de tudo o que representa na história do Brasil, foi criado o Museu Histórico do Exército nas instalações do Forte de Copacabana no ano de 1987. Existem dois salões mobiliados com acervos que retratam parte da história brasileira: Salão Colônia Império e Salão República (Figura 2). O museu possui também outros espaços que são usados em exposições temporárias e em eventos sociais (TEIXEIRA, 2016). Atualmente é um polo de atração turística e cultural, recebendo anualmente milhares de visitantes.



Figura 2 – Vista do Salão Colônia Império do MHEx

Fonte: Teixeira (2016, p. 52).

3.1.3 Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial

O Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, também conhecido por Monumento aos Pracinhas, está localizado no Parque Brigadeiro Eduardo Gomes do Complexo do Parque do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. A obra foi idealizada pelo Marechal Mascarenhas de Moraes, comandante da Força Expedicionária Brasileira, para recebimento dos restos mortais dos militares brasileiros mortos na Itália.

Na data de 20 de junho de 1960, partiu uma comissão para a Itália com a responsabilidade de exumar e transladar 462 corpos enterrados no cemitério de Pistoia. Em 15 de dezembro de 1960, a comissão chegou à cidade do Rio de Janeiro/RJ trazendo os corpos em caixas de zinco, fechadas em urnas de madeira. Posteriormente, essas urnas foram levadas ao Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, para serem depositadas nos jazigos do mausoléu. (FOLHA MILITAR, 2013).

O monumento é composto por três estruturas: o mausoléu, o museu (com peças utilizadas pelos combatentes durante a guerra) e a plataforma elevada com 31 metros de altura.

Esse local é um lugar de memória para os integrantes do Exército Brasileiro, pois evoca as lembranças e os feitos heroicos dos pracinhas, que contribuíram para o esforço de guerra com o objetivo de acabaram com o nazifascismo da Europa. A conduta dos pracinhas nesse conflito bélico deve ser permanentemente relembrada como exemplo às futuras gerações.

3.2 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE CIDADANIA

A Educação Patrimonial é uma importante ferramenta na construção da cidadania. No ambiente escolar essa atividade deve ser continuamente incentivada, de modo a permitir que o discente possa desempenhar um papel cada vez mais ativo na construção do conhecimento acerca do patrimônio. Trata-se, portanto, de um processo permanente, centrado no Patrimônio Cultural, como instrumento de afirmação da cidadania (HORTA et

al., 1999 apud FUZZI, 2019).

Um dos objetivos da Educação Patrimonial é estimular a comunidade na gestão do patrimônio, já que ela também é responsável pela conservação e preservação dos bens patrimoniais. O conhecimento histórico e a apropriação pelos membros da comunidade são indispensáveis à preservação dos bens culturais. Esse processo possibilita a produção de novos conhecimentos, em uma ação contínua de enriquecimento cultural, seja individual, seja coletivo ou institucional.

Dentre os objetivos da Educação Patrimonial pode-se elencar, dentre outros: propiciar o fortalecimento da identidade cultural (individual e coletiva); estimular a apropriação do patrimônio cultural pela comunidade; estimular o diálogo e a troca de conhecimentos entre a comunidade e os órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio cultural; promover a produção de conhecimento sobre a dinâmica cultural da sociedade; e experimentar e desenvolver metodologias de educação patrimonial.

Embora não seja missão precípua do Exército Brasileiro, a Instituição contribui com a sociedade para que alguns dos objetivos listados no parágrafo anterior possam ser cumpridos.

No Parque Histórico Nacional dos Guararapes, por exemplo, o Exército busca fortalecer a identidade da Instituição deixando o espaço aberto para visitação e atividades culturais. Vale destacar, neste caso, o espetáculo “Batalha dos Guararapes: assim nasceu a nossa pátria”, que narra os episódios da história pernambucana e culmina com a encenação daquela batalha. O espetáculo conta com o engajamento da Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes, com apoio do Exército Brasileiro e do Governo do Estado de Pernambuco.

Quanto ao estímulo à apropriação do patrimônio cultural dos Montes Guararapes pela comunidade, pode-se dizer que as iniciativas ainda são bem tímidas. Para fins de exemplificação, no site da empresa TripAdvisor, embora haja elogios acerca da limpeza e conservação do patrimônio, pode-se perceber algumas críticas relacionadas à falta de divulgação do parque e a pouca utilização de espaço pela comunidade.

Já a educação patrimonial desenvolvida no Forte de Copacabana se desenvolve basicamente por meio de projetos educacionais. Desde o ano de 1996, o local conta com um setor de projetos educativos com o intuito de receber o público infantojuvenil para contar a história do Exército Brasileiro. Também são montadas oficinas no decorrer do ano, seguindo o calendário cívico comemorativo: a Semana do Exército; a Semana da República; a Semana Nacional de Museus, com a atividade “Um dia na Vida do Soldado” e a Primavera dos Museus (TEIXEIRA, 2016).

Em 2014, a administração do Forte de Copacabana iniciou uma parceria com o “Festival Curta com Teatro”, em que apresentações mensais de filmes e peças curtas são realizadas para o público escolar, bem como, oficinas de educação patrimonial oferecidas ao público idoso e do EJA (Educação de Jovens e Adolescentes).

Também é oferecida uma programação cultural gratuita de maneira a aproximar o Forte de Copacabana com a comunidade. O projeto “Encontro de Corais” dá início às atividades culturais do mês, no primeiro sábado. Nos dois primeiros domingos, é realizada uma “Roda de Chorinho”. No segundo sábado, é a vez do projeto “Interdanças” subir no palco. O projeto “Banda no Forte” se apresenta no terceiro domingo. O “Música no Museu” acontece na última terça-feira, o “Centro de Literatura” na última quinta-feira, a “Orquestra de Violões” no último sábado e o “MPB no Forte”, no último domingo do mês (TEIXEIRA, 2016).

Por último, o Museu do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial e o Museu Histórico do Exército, buscam estimular a troca de conhecimentos entre a comunidade e o Exército por meio de visitação pública, bem como, disseminar os valores, as tradições e a memória do Exército Brasileiro.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o estudo das relações entre identidade e lugares de memória abre um leque de possibilidades de conhecimentos acerca das questões relacionadas à herança cultural e ao patrimônio. Dessa maneira, verificou-se que a memória molda a personalidade do indivíduo por meio da acumulação de lembranças e de valores ao longo da existência do ser humano. A memória é um componente fundamental para a formação da identidade de um cidadão, grupo ou nação, sendo essencial para a integração entre os membros de uma sociedade.

Constatou-se também que, no intuito de conhecerem suas identidades, os homens se debruçam sobre o passado e buscam referências e vestígios em diversos locais, de modo a possibilitar o suporte do ser no mundo. Assim, a existência dos lugares de memória é primordial para consolidar a identidade de um grupo e evitar o esquecimento dos fatos passados.

Verifica-se que, o Forte de Copacabana, o Parque Histórico Nacional dos Guararapes, o Museu Histórico do Exército e o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial são lugares de memória para o Exército Brasileiro, desempenham um papel importante na preservação à memória da instituição, pois materializam a formação da identidade da Força Terrestre no Brasil.

Ao longo do trabalho, pôde-se averiguar a importância da memória patrimonial no desenvolvimento das heranças culturais do Exército. Essa memória patrimonial se expressa através da documentação, dos monumentos, dos prédios e dos lugares de memória em geral, formando uma significação histórica que passa a se constituir na herança cultural dos militares da Força Terrestre.

Por último, verificou-se que o poder público seguiu a tendência contemporânea de preservação do patrimônio histórico e dos lugares de memória. As entidades públicas

estão desenvolvendo projetos de revitalização e conservação do PHNG, de modo a salvaguardar o legado histórico-cultural e permitir o acesso dessa herança cultural para as futuras gerações.

Utilizando-se o raciocínio dedutivo, parte-se da premissa maior de que o território brasileiro está repleto de lugares de memória. Muitos desses lugares estão sob a responsabilidade de órgãos governamentais que investem na preservação desses bens e na educação patrimonial para a população. Seguindo uma cadeia de raciocínio em ordem descendente (análise do geral para o particular), percebe-se que em uma premissa menor, o Exército Brasileiro faz parte do grupo de órgãos governamentais que possuem responsabilidade sobre alguns lugares de memória.

Dessa maneira, em uma construção lógica a partir dessas premissas, chega-se à conclusão de que o EB compartilha da problemática de preservação dos lugares de memória e na educação patrimonial para os cidadãos brasileiros. Isso pôde ser verificado nas iniciativas adotados pelo Exército na promoção da educação patrimonial nos últimos anos. No Parque Histórico Nacional dos Guararapes, o Exército buscou fortalecer a identidade da Instituição deixando o espaço aberto para visitação e atividades culturais.

No Forte de Copacabana, a educa o patrimonial se desenvolve por meio de projetos culturais e educacionais contando, desde 1996, com o setor de projetos educativos com a finalidade de oferecer memória patrimonial para o público infantojuvenil. O Museu do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial e o Museu Histórico do Exército, buscam estimular a troca de conhecimentos sobre seus acervos com a comunidade, abertura de suas instala es para visita o pública, bem como, disseminar os valores, as tradi es e a memória do Exército Brasileiro.

Do exposto, espera-se ter respondido o questionamento inicial deste trabalho acerca das estratégias adotadas pelo Exército Brasileiro para a promo o da educa o patrimonial nos últimos vinte anos. Todos os lugares de memórias apresentados neste trabalho trazem uma memória patrimonial e um legado, passado de gera o a gera o, centrado na forma o da nacionalidade brasileira e na constitui o de uma força armada terrestre capaz de defender o território brasileiro das ameaças externas.

Por último, embora a problemática da educa o patrimonial não seja a missão precípua do Exército, de acordo com a Constitui o Federal de 1988, entende-se que as institui es devem assumir parte dessa tarefa, contribuindo para a forma o de cidad es críticos, conscientes do espaço em que vivem e do mundo que os rodeia. Nesse sentido, o Exército Brasileiro vem contribuindo na preserva o dos espaços públicos sob sua responsabilidade, no respeito aos lugares de memória da Força Terrestre e na educa o patrimonial da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001, 304 p.

COMANDO DA 7ª REGIÃO MILITAR. **Parque Histórico Nacional dos Guararapes**. Recife, 14. mai. 2015. Disponível em: < <http://www.7rm7de.eb.mil.br/index.php/parque-historico>>. Acesso em: 12 out. 2019.

FOLHA MILITAR. **Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial**. 28 fev. 2013. Disponível em: <<http://folhamilitar.com.br/2013/02/monumento-nacional-aos-mortos-da-segunda-guerra-mundial/>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

FUZZI, Ludmila Pena. **Educação Patrimonial: Perspectivas e Conceitos**. 19 mai. 2019. Disponível em: <<https://www.profludmilapenafuzzi.com/single-post/2019/05/19/Educação-Patrimonial-Perspectivas-e-Conceitos#!>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

IPHAN. **Livro do Tombo Histórico**. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>>. Acesso em: 12 out. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. **Educação patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil**. 1 ed. Curitiba: Intersaberes, 2016. 235 p.

NASCIMENTO, Ednair Rodrigues. Patrimônio cultural: uma colaboração para a construção da cidadania de um povo. **Arte da Cena (Art on Stage)**, v. 2, n. 2, p. 098-104, 11 out. 2016.

NORA, Pierre. Entre Memória e História - a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, dez. 1993.

PELEGRIINI, Sandra C. A. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. **Patrimônio e Memória**, UNESP/FCLAs/CEDAP, v.3, n.1, p. 95-109, 2007. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/viewFile/33/459>>. Acesso em: 22 out. 2019.

TEIXEIRA, Paulo Roberto Rodrigues. Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana. **Revista Da Cultura**. Rio de Janeiro: FUNCEB, 27 ed, nov. 2016. Disponível em: <http://funceb.org.br/images/revista/31_REV_FUNCEB_1p8s1u.pdf>. Acesso em: 27 out. 2019.

A CIDADANIA E O PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA: AS IDEIAS DO SENADOR INTELLECTUAL EDUARDO SUPPLY (1990-2006)

Data de aceite: 01/06/2020

Data de submissão: 01/04/2020

Glauber Eduardo Ribeiro Cruz

Mestre em História – Universidade Federal de
Minas Gerais

Santa Luzia – Minas Gerais

<http://lattes.cnpq.br/8019126169754074>

RESUMO: A luta no Parlamento nacional por parte do senador Eduardo Suplicy teve dois temas norteadores da ação política: a cidadania e o Programa de Garantia de Renda Mínima. Sua dedicação as temáticas se desenvolveu na atuação parlamentar por meio dos discursos – encontrados no Diário do Senado Federal – e na publicação de livros que podem ser considerados sínteses das suas reflexões políticas. O texto – de caráter introdutório – pretende analisar a concomitância entre o amadurecimento das ideias políticas, no parlamento, por meio dos discursos e a publicação de livros, numa ação intelectual, para defesa das práticas cidadãs. A expansão dos espaços de sociabilidades na sociedade brasileira nos proporciona conceber o Parlamento como local político propício para a defesa de propostas e ideais sociais para a

implantação de leis que efetivamente possam alterar a realidade do país, no caso específico, a garantia de uma renda mínima para todo cidadão brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectual; Senador; Programa de Garantia de Renda Mínima; Cidadania; Eduardo Suplicy.

CITIZENSHIP AND THE MINIMUM INCOME GUARANTEE PROGRAM: THE IDEAS OF INTELLECTUAL SENATOR EDUARDO SUPPLY (1990-2006)

ABSTRACT: The struggle in the national parliament by Senator Eduardo Suplicy had two themes guiding political action: citizenship and the Minimum Income Guarantee Program. His dedication to the thematic has developed in the parliamentary performance through the speeches - found in the Diary of the Federal Senate - and in the publication of books that can be considered syntheses of his political reflections. The text - introductory - aims to analyze the concomitance between the maturing of political ideas in parliament, through speeches and the publication of books, in an intellectual action, to defend citizen practices. The expansion of spaces of sociability in Brazilian society allows us to conceive of Parliament as a political place

conducive to the defense of proposals and social ideals for the implementation of laws that effectively change the reality of the country, in the specific case, the guarantee of a minimum income For every Brazilian citizen.

KEYWORDS: Intellectual, Senator, Minimum Income Guarantee Program, Citizenship, Eduardo Suplicy.

1 | INTRODUÇÃO

O evento: a aprovação da Lei de Renda Básica de Cidadania pelo Congresso em 15 de dezembro de 2003 e sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva em 8 de janeiro de 2004. A ação: a luta parlamentar desenvolvida pelo senador Eduardo Suplicy entre 1991 e 2004 por meio dos discursos, da apresentação de projetos de lei e de conquistas e de sofrimentos no cenário político nacional e a circulação de ideias por meio da publicação de livros. Assim podemos iniciar, ou começar algo novo, no viés arendtiano, com o intuito de percorrer a trajetória do senador e do intelectual Eduardo Suplicy na sua iniciativa de defender a causa da garantia de renda mínima e da cidadania no Parlamento nacional.

Contudo, a categoria intelectual merece uma reflexão para compreender como Suplicy se adequa ao conceito. Na historiografia, na segunda metade da década de 1970, os intelectuais surgem como campo aberto no cruzamento das histórias política, social e cultural. Para Sirinelli o intelectual é um mediador cultural, em sua visão ampla e engajada, sendo importante considerar trajetórias capazes de abranger seu campo de atuação. No caso francês, os intelectuais buscaram fugir da suspeição e do ostracismo dentro da política, definindo-se como grupo social, entusiasmado pelas massas e divulgando os seus trabalhos em periódicos, buscando a assimilação de suas ideias pela população. O autor alerta que para trabalhar com os intelectuais requer: “a análise sistemática de elementos dispersos, com finalidades prosopográficas” (SIRINELLI, 1996, p. 245).

Helenice Rodrigues mostrou como o caso Dreifus – capitão de origem judia e alsaciana, Alfred Dreifus é injustamente acusado de fornecer documentos secretos ao exército alemão. Preso em 1894, ele é julgado de maneira sumária e condenado à degradação militar e a deportação. Longe de ter sido somente um erro judiciário, o “caso Dreifus” correspondeu a uma das maiores crises políticas da III República francesa (RODRIGUES, 2005, p. 399) – consolidou o surgimento da categoria social, da relação com a luta contra o poder e do direito à palavra pública na França no fim do século XIX e início do XX para os intelectuais. Com o caso Dreifus, inauguraram-se valores morais no campo político, reforçados após a Segunda Guerra Mundial, onde o intelectual passou a reivindicar moral e politicamente a sua opinião no espaço público, cultivando o uso da razão em defesa da verdade. A sua ação efetiva e concreta no espaço público consolidou

um engajamento político em defesa de princípios universais e de valores progressistas, reabilitando o homem em sua totalidade.

O intelectual como figura representativa deve ter coragem para denunciar e combater violações de liberdade e justiça por meio da sua experiência concreta no cotidiano e com ação baseada na língua e na sua intervenção. Para Edward Said “a questão central para mim, penso, é o fato de o intelectual ser um indivíduo dotado de vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público” (SAID, 2005, p. 25). O autor demonstra a importância de atribuir aos intelectuais engajados a capacidade de esclarecer aos sujeitos oprimidos a sua tarefa de restituir um sentido às suas histórias e posicionar-se em sua causa “não tenho nenhuma dúvida de que o intelectual deve alinhar-se aos fracos e aos que não tem representação” (SAID, 2005, p. 35).

A expansão dos espaços de sociabilidades na sociedade brasileira demonstrou a incipiência da discussão em torno de temáticas voltadas para a solução dos problemas sociais do país, em todo o século XX, e no seu final também adentrou no Parlamento, ganhando outro espaço de ação política.

2 | OS ANOS 1980 E A PERSPECTIVA CIDADÃ.

A criação de algo novo tem como ponto de partida a irrupção iluminadora da sanção da lei defendida por cerca de treze anos por Eduardo Suplicy. Contudo, politicamente a luta tem início com o livro publicado no ano de 1988 *Da distribuição da renda e dos direitos a cidadania* que é um marco na análise do intelectual Suplicy sobre a questão da cidadania. Na década de 1980, em meio ao regime militar e seus resquícios no governo eleito indiretamente pelo Colégio Eleitoral, o autor afirma que a ação governamental deve se tornar mais transparente e democrática para destinação de recursos para a população “antes do que em função dos objetivos de maximização de resultados das empresas que interagem com o governo” (SUPLICY, 1988, p. 10).

A luta pela cidadania, neste período, mostra como a década de 80 foi de crescente movimentação de organizações sociais como os destituídos da terra, da moradia, da educação, da saúde e da vida. Na análise de Suplicy é importante saber quem influencia e com que peso influencia as decisões de gastos, de participação nas decisões e de democratização no governo para garantir que os direitos universais se tornem uma realidade. Aqui, a prioridade governamental para investimentos públicos na área viária e o menosprezo pela questão da moradia evidencia como os governantes ignoravam as condições cotidianas para a prática da democracia, da sociedade justa e da igualdade de direitos.

Neste ponto, Eduardo Suplicy parece transitar em meio as ideias de Thomas Paine, político americano atuante durante o período de Independência dos Estados Unidos da

América. Paine demonstra como a sociedade é produzida por necessidades, promove a felicidade e encoraja o intercâmbio entre as pessoas, e as finalidades governamentais são a segurança e a liberdade. Para o autor, na ordem da criação os seres humanos são iguais, porém “a igualdade deve ter sido destruída por alguma circunstância subsequente” (PAINE, 1979, p. 16) como a distinção entre ricos e pobres.

Ao refletir sobre a cidadania e relacioná-la a democracia, justiça e igualdade, o intelectual se coloca como ator político que reivindica os direitos aos outros e quer intervir na sociedade a procura de soluções para os problemas, principalmente da desigualdade no Brasil, que pode melhorar “mas será difícil isto acontecer enquanto o conjunto da população não conquistar por si próprio o direito à cidadania que desde os tempos da senzala até os da favela continua sendo arrancado de suas mãos” (SUPLICY, 1988, p. 25).

O autor é categórico na forma e nas consequências da luta pela cidadania que “implica na possibilidade de participarem de qualquer decisão que diga respeito ao destino de suas vidas” (SUPLICY, 1988, p. 26). Nesta situação, as palavras de Hannah Arendt também se aproximam das expectativas de Eduardo Suplicy. Para a autora, a ação como condição humana só ocorre na esfera pública: “vêm à tona quando as pessoas estão com outras” (ARENDT, 1995, p. 192). E é neste espaço político, a esfera pública, que a luta permanece na década de 1980 e adentra a década posterior com mais ênfase.

3 | A DÉCADA DE 1990 E O PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA

Na década de 1990, a prática neoliberal com a privatização sem limites do Estado e dos recursos públicos, os aumentos do desemprego e da miséria, que levam ao agravamento da fome para os trabalhadores, e a má qualidade dos serviços públicos mobilizaram três dimensões da cidadania: a luta por direitos, como igualdade e diferença; a experiência concreta cumulativa da construção da democracia; e o nexos constitutivo entre a transformação social e a construção democrática. Para Evelina Dagnino, a década de 1990 foi marcada pela dinâmica dos conflitos reais, pela luta e criação de novos direitos e pela constituição de sujeitos sociais ativos, características constituintes do conceito de cidadania que não se vinculou “a uma estratégia das classes dominantes e do Estado para a incorporação política dos setores excluídos, com vistas a uma maior integração social, ou como condição jurídica e política indispensável à instalação do capitalismo” (DAGNINO, 1994, p. 108).

Na perspectiva da autora, os anos de 1990 foram marcados pelo alargamento das relações sociais igualitárias, a ampliação e a inclusão da sociedade civil nas propostas de reformas com a participação efetiva nas definições políticas e a conquista simultânea dos direitos civis, políticos e sociais. Para Dagnino, a década de 1990 evidenciou a necessidade de redefinir a relação entre o Estado e a sociedade em um espaço público de conflito

e compreender os movimentos sociais como redes políticas, múltiplas e heterogêneas, sob a perspectiva “representada pelo seu esforço de adequação à institucionalidade democrática, que revela uma alteração qualitativa nas suas práticas” (DAGNINO, 1994, p. 110).

O Partido dos Trabalhadores, ator político onde Eduardo Suplicy participou na década de 1990 como senador, definiu duas considerações acerca da cidadania nos anos 1990. A primeira no 8º Encontro Nacional, realizado entre os dias 11 e 13 de junho de 1993, no Centro de Convenções em Brasília, o PT defendeu no programa para o futuro governo, as reformas como medidas concretas para combater os monopólios, os latifúndios e os imperialistas, e se voltava “para os setores e segmentos sociais que constituem a maioria da população: os trabalhadores, os marginalizados, as classes médias, os pequenos e médios proprietários” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 551). A cidadania como proposta partidária foi defendida no Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), considerado importante instrumento para o combate da fome e da miséria e “com o objetivo de assegurar aos brasileiros um nível mínimo de renda capaz de prover suas necessidades básicas como um direito à cidadania” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 551).

E na segunda, no 11º Encontro Nacional, realizado entre os dias 29 e 31 de agosto de 1997, no Hotel Glória no Rio de Janeiro, o PT afirmou a necessidade da luta contra o capitalismo por meio da ética, da política e da economia. Na economia, a proposta foi para a orientação do desenvolvimento para a produção de bens de consumo de massa e para os serviços públicos essenciais, incluindo milhões de brasileiros, e “que priorize as condições básicas da subsistência e cidadania” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS, 1998, p. 654).

A cidadania como proposta política na década de 1990 foi assimilada pelos partidos de esquerda no país, principalmente o Partido dos Trabalhadores, que construíram seus projetos políticos vinculando os movimentos sociais à institucionalidade democrática. Aqui, os partidos esclarecem aos seus legisladores que eles estão capacitados para a tarefa de lutar em defesa da cidadania. E Eduardo Suplicy seguirá incansavelmente esta orientação, indo ao Congresso para legislar, debater, negociar e persuadir os seus pares sobre a importância da votação favorável do projeto de lei apresentado no ano de 1991.

No Senado Federal, entre os anos de 1990 e 1994, Eduardo Suplicy defendeu a aprovação do projeto de lei que implantava o Programa de Garantia de Renda Mínima no país. O projeto foi aprovado em 16 de dezembro de 1991 com o objetivo de melhorar a distribuição de renda e minimizar os graves problemas sociais no Brasil. Durante os cinco anos, o senador tentou aproximação entre o seu projeto e o do Governo Federal, por meio de estudos, de conferências e de seminários com a participação da sociedade e do Executivo, este, o qual, não demonstrou nenhum interesse em dialogar e em regulamentar o projeto aprovado no Senado. Para o senador, “se esse programa já estivesse vigorando,

um trabalhador que estivesse ganhando o salário mínimo teria direito a mais 30% da diferença entre o patamar, por exemplo, de 200,00 reais e o seu nível de renda, o que elevaria a sua remuneração para mais de 100,00 reais”.¹

A divulgação do relatório do Banco Mundial em 1995 mostrou a situação da desigualdade social e da distribuição de renda no país e motivou a discussão do projeto sobre a renda mínima nos estados e nos municípios brasileiros. O PGRM estava fundamentado nas aspirações solidárias, justas e humanas com o objetivo de erradicar a miséria e a fome pelo acesso à cidadania de todos os habitantes do Brasil, garantindo o princípio de participação de todos os brasileiros na riqueza do país, pois “é instrumento que redistribui a renda de maneira eficaz e direta. Contribui decisivamente para erradicar a miséria, um objetivo prioritário explicitado no art. 3º, inciso III, da Constituição Federal”.²

Para Eduardo Suplicy, a continuidade da defesa do projeto para a garantia da cidadania como um direito de todos mostrou sua convicção em um direito universal – um mínimo de renda garantido ou uma renda de cidadania. “Vamos por etapas; não há problemas de se progredir por etapas, mas precisamos progredir com muito mais energia do que até agora o Governo vem empreendendo”.³

Os valores defendidos por Eduardo Suplicy para o PGRM foram estímulos para a progressão das famílias na procura e na conquista do emprego, e no combate a ociosidade: “o benefício por família será uma proporção da diferença entre R\$60,00 vezes o número de pessoas na família”.⁴ Contudo, o projeto do senador ficou sem apoio dos parlamentares no Congresso Nacional para aprovação.

O PFL, no ano eleitoral de 1998, divulgou no documento partidário a justificativa para o seu posicionamento político como liberalismo social, que buscava as aspirações de liberdade e justiça social. Para Gabriela Tarouco, “nesta concepção, surgida no período entre as duas grandes guerras mundiais, aparece a noção de *Estado necessário*, nem mínimo nem máximo, deveria coexistir com a livre iniciativa e a economia de mercado, associando ao liberalismo a defesa dos princípios de igualdade” (TAROUCO, 1998, p. 69).

Nesta perspectiva, o senador Edison Lobão (PFL) considerou fundamental as privatizações e o projeto de renda mínima para a sociedade brasileira, o que atendeu aos legítimos interesses da sociedade e “quanto ao programa social, à medida em que o País se aprofunda na privatização - e essa é também uma iniciativa a que somos favoráveis - é preciso que o Estado, aí sim, ingresse mais ativamente no social”.⁵ Suplicy considerou oportunismo eleitoral a divulgação do documento com o apoio ao PGRM e duvidou da efetividade da erradicação da miséria no país pelo PFL, mas caso o documento “estiver expressando um desejo sincero, convido o referido partido a passar da retórica à prática”.⁶

1 Diário do Congresso Nacional. Seção II, 19/01/1995, p. 844.

2 Diário do Senado Federal. 1/5/1996, p. 7459.

3 Diário do Senado Federal. 4/2/1997, p. 3741.

4 Diário do Senado Federal. 12/12/1997, p. 27945.

5 Diário do Senado Federal. 3/2/1998, p. 2107.

6 Diário do Senado Federal. 3/2/1998, p. 2109.

No livro de 1998, denominado *Programa de Garantia de Renda Mínima*, Eduardo Suplicy trouxe dentro da perspectiva gradualista, o critério da idade, a vinculação das pessoas que receberiam os benefícios do programa aos programas governamentais, a oferta de serviços e bens de consumo duráveis e ao treinamento para aperfeiçoar ou ingressar no mercado de trabalho, com a pretensão de “dignificar o cidadão” (SUPLICY, 1998, p. 13). Neste ponto, identificamos uma diferença em relação a perspectiva apresentada no ano de 1990 com os critérios de idade mínima de 25 anos e o recebimento de menos de 2 salários mínimos.

Nesta obra, o senador ainda ressalta a existência de programas similares em países e cidades/estados brasileiros, a sugestão do início do programa pelos estados de menor renda per capita e cita o caso de aplicação de programa semelhante no Alasca onde a “renda igual paga a todos os residentes como um direito a cidadania” (SUPLICY, 1998, p. 22) e a criação em 1986 da Rede Europeia de Renda Básica como um fórum de debates que defende uma “renda pequena, porém incondicional, a todas as pessoas, independente de sua origem, raça, sexo, situação civil, de emprego ou econômica” (SUPLICY, 1998, p. 22).

Enfim, o surgimento de critérios para o programa de garantia de renda mínima em vários níveis demonstra como a proposta mobiliza atores sociais que também pretendem intervir socialmente. Simultaneamente explicita como Suplicy é aberto para compreender a variedade de propostas e definir uma opção para o seu projeto de lei.

4 | O INÍCIO DOS ANOS 2000: RUMO A RENDA DE CIDADANIA

A luta parlamentar continua no Senado Federal principalmente quando o Governo Federal não estabelece metas de longo prazo para a definição de uma ação política eficiente para o combate à miséria gerada pela política neoliberal, principalmente porque a desigualdade de renda e a pobreza no Brasil mantinham números alarmantes. Eduardo Suplicy apresentou projeto de lei para a instituição da linha oficial de pobreza para a diminuição de desigualdades socioeconômicas por meio de critérios e metas que eram referências nas orientações das políticas sociais no país. Neste ponto, a efetivação do Programa de Garantia de Renda Mínima contribuiria para que todas as pessoas de país participassem da riqueza da nação, recebendo o suficiente para a sobrevivência.

Um complemento de renda seria garantido a cada família como um direito à cidadania, como um direito que a nenhum conselho ou grupo de pessoas seria possível retirar daquela família, uma vez que estaria bem definido, pelo Congresso Nacional, o direito inalienável daquela família, daquelas pessoas, daquelas crianças de estarem recebendo um mínimo de renda.⁷⁷

As propostas para a erradicação da pobreza teriam a combinação do salário mínimo, da garantia de renda mínima, do imposto de renda negativo e do crédito fiscal

7 Diário do Senado Federal. 20/11/1999, p. 31266.

por remuneração recebida. As opções mostradas por Eduardo Suplicy eram a forma de o Governo Federal examinar e definir a política ser adotada. As ações do Governo Federal foram modestas e insuficientes com o programa Bolsa-Alimentação, o Bolsa-Escola e o Cartão Cidadão, principalmente porque não se estendeu para todos os municípios brasileiros. Com este intuito, Eduardo Suplicy apresentou o projeto de lei que instituiria a renda básica incondicional e de cidadania com o objetivo de implantar a igualdade econômica com a participação de todos na partilha da riqueza da nação e de evitar a burocracia e o estigma da pobreza.

Quero assinalar um fato histórico hoje para o Congresso Nacional, para o Senado Federal: pela primeira vez na história das nações, o parlamento de uma nação votou a instituição de uma renda básica de cidadania.

Sr. Presidente, a partir de 2005, pelo projeto de lei aprovado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos em caráter terminativo – há, porém, a necessidade de mais uma votação –, teremos o direito, todos os brasileiros e estrangeiros residentes há cinco anos ou mais no Brasil, de receber uma modesta renda – renda suficiente para nossas necessidades vitais. Caberá ao Poder Executivo estabelecer o montante dessa modesta renda, levando em consideração a capacidade econômica, a arrecadação financeira e o grau de desenvolvimento do país.

Tendo em vista que esta proposta está contida no Programa de Governo do PT, a partir de 2005, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva saberá dar os

passos graduais para erradicar a fome, a pobreza e garantir dignidade e liberdade a todos os brasileiros.⁸

O momento histórico ressaltado por Suplicy nos aproxima novamente do pensamento de Hannah Arendt, quando esta analisou o poder da Declaração de Independência dos Estados Unidos como a maneira em que a ação se concretiza em palavras, e onde na palavra escrita “o poder de ação é grande o suficiente para erigir seu próprio monumento” (ARENDT, 2011, p. 176). O senador Suplicy erigiu seu monumento ao conquistar a aprovação da lei que lutou por mais de dez anos no Congresso Nacional, mas também mostrou como a revelação da ação e do discurso acontece por meio da repetição, pois foram muitos discursos e muitos entraves até a aprovação da regra.

Com o projeto de Renda Básica de Cidadania apresentado em 2001, o senador Suplicy demonstrou como a luta no Parlamento visava o interesse público, ao atingir o maior grupo de pessoas possíveis por meio dos vínculos: a vacinação para as crianças, a garantia de frequência escolar para crianças e adolescentes e a alfabetização e a capacitação para o mercado de trabalho para os adultos. A perspectiva era atingir as camadas mais necessitadas da população e garantir a constitucionalidade do conteúdo da lei.

A crença do intelectual era na possibilidade da lei ser implantada por completo até 2008, pois os valores são menores que os juros da dívida pública e é possível também

8 Diário do Senado Federal. 11/12/2002, p. 25293.

diminuir o índice de desigualdade medida pelo Banco Mundial e Gini, tornando a economia mais competitiva com a expansão do crescimento e as oportunidades de trabalho e a ampliação do grau de liberdade com a construção de uma sociedade mais justa.

Tenho a convicção de que a sua aprovação pelo Congresso Nacional e sanção presidencial corresponde ao extraordinário anseio demonstrado pelo povo, na eleição de Lula, de que é agora necessário se fazer justiça e o quanto antes dar prioridade à erradicação da fome, da pobreza absoluta e à melhoria da distribuição de renda e dos direitos à cidadania no Brasil (SUPLYCY, 2004, p. 19).

Novamente, a convicção de Suplicy se aproxima do pensamento de outro revolucionário americano: Thomas Jefferson. Para este, o governo deve proteger e salvaguardar os direitos do povo, cuidando da vida e da felicidade humanas por meio de uma maioria livre de interesses privados e sob a égide da razão. Para Jefferson, a experiência de autogoverno – onde os homens de negócios podem ser retirados e colocados outros nos lugares que tenham a mesma capacidade – e a instrução da sociedade para a preservação da paz são elementos importantes para a manutenção do governo, pois “o povo é a única base de confiança para preservação de nossa liberdade” (JEFFERSON, 1964, p. 65).

Em si, a relação colocada em prática era possibilitar a liberdade da sociedade por meio de uma lei que garantiria uma renda básica para todos e simultaneamente, ter a participação social como foco importante na manutenção das políticas governamentais.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trajeto percorrido, alguns pontos merecem mais espaço para análise como o projeto apresentado em 1990 tem critérios como a idade e o valor de dois salários mínimos; o projeto apresentado em 1998 tem critérios como a idade, a vinculação das pessoas aos programas governamentais, a oferta de serviços e bens de consumo duráveis e ao treinamento para aperfeiçoar ou ingressar no mercado de trabalho; o projeto aprovado em 2001 tem a vacinação, a frequência escolar e alfabetização e a capacitação para o mercado de trabalho; o critério defendido pela Rede Europeia de Renda Básica é a renda básica para todas as pessoas, independente de distinções; e os projetos aplicados em cidades, estados e países diferentes que se efetivam na prática mostram o quanto às opções políticas de Eduardo Suplicy precisam ser problematizadas e refletidas.

Contudo, também mostram como a ação do senador é humana e revelada pelas palavras e “só se torna relevante através da palavra falada na qual o autor se identifica, anuncia o que fez, faz e pretende fazer” (ARENDT, 1995, p. 191). Isso constrói sua identidade pessoal e singular como ator político e reforça o pensamento de que não é possível prever o resultado e o fim da ação porque ela não tem fim, não é a aplicação da lei que fará o senador parar de lutar pela implantação da renda básica de cidadania. A imprevisibilidade da efetivação da lei é o que motiva o intelectual a continuar refletindo sobre a temática

da cidadania por meio da sua faculdade de prometer e cumprir promessas. O livro *Renda básica de cidadania: a resposta dada pelo vento* publicado no ano de 2006 pode ser um exemplo de continuidade da luta, mas este já é um novo início, para uma nova reflexão.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1995. 348p.

ARENDT, Hannah. **Sobre a revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 410p.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 103-115.

JEFFERSON, Thomas. As bênçãos de um governo livre. In: JEFFERSON, Thomas. **Escritos políticos**. São Paulo: IBRASA, 1964. pp. 51-74.

PAINE, Thomas. O senso comum e a crise. In: JEFFERSON, Thomas; PAINE, Thomas; HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John; TOCQUEVILLE, Alexis de. **Escritos políticos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. pp. 11-44.

Resoluções de Encontros e Congressos. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. 703p.

RODRIGUES, Helenice. O intelectual no “campo” cultural francês: do caso Dreifuss aos tempos atuais. **Varia História**, UFMG - Belo Horizonte, v. 21, p. 395-413, 2005.

SAID, Edward. **Representações do intelectual**: as conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 127p.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, R. (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, pp. 231-296.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Da distribuição da renda e dos direitos a cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1988. 342p.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Programa de garantia de renda mínima**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998. 87p.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de cidadania**: a saída é pela porta. 3. ed. aum. São Paulo: Cortez: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004. 389p.

TAROUCO, Gabriela. **O Partido da Frente Liberal**: trajetória e papel no sistema político. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1999. 175f.

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: ENTRE O HISTORICISMO ALEMÃO E OS ANNALES

Data de aceite: 01/06/2020

Data de submissão: 02/04/2020

André Augusto Abreu Villela

Graduado em História pelo Centro Universitário
UNI-BH

Graduado em Ciências Sociais pela UNIFRAN
Belo Horizonte – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/2046977314240766>

RESUMO: Este artigo tem como pretensão mostrar as influências sofridas pelo intelectual Sérgio Buarque de Holanda. Em um primeiro momento ao compor a obra *Raízes do Brasil*, em 1936, percebe-se uma maior influência do historicismo alemão, escrito sob forte influência de Weber e da historiografia alemã. Já em um segundo momento, como intelectual mais maduro, e como uma identidade uspiã, Sérgio Buarque irá se aproximar da historiografia francesa dos *Annales*, ao compor obras como *Caminhos e Fronteiras* em 1957 e *Visão do Paraíso* em 1958, sendo essa sua tese de cátedra na USP.

PALAVRAS CHAVE: Historicismo, *Annales*, Sérgio Buarque de Holanda

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: BETWEEN GERMAN HISTORICISM AND THE ANNALES

ABSTRACT: This article intends to show the influences suffered by intellectual Holanda. At first when composing the work *Roots of Brazil*, in 1936, he perceives a greater influence of German historicism, written under the strong influence of Weber and German historiography. Already in the second stage, more mature and intellectual, and as a uspiã identity, Holanda will approach the French historiography of the *Annales*, while composing works such as *Roads and Borders* in 1957 and *Paradise Vision* in 1958, this being his thesis chair USP.

KEYWORDS: Historicism, *Annales*, Sérgio Buarque de Holanda

11 O PROCESSO DE CRIAÇÃO E A INFLUÊNCIA DO HISTORICISMO ALEMÃO EM RAÍZES DO BRASIL

Segundo Reis (2012) na passagem dos séculos XX ao XXI, quando os mais ambiciosos projetos teórico-metodológicos para a história entraram em crise, após a vitória capitalista de 1989, o retorno aos clássicos da compreensão

pode oferecer um reinício mais prudente. Como analisa Reis (2012), os historicistas alemães, dos séculos XIX e XX, defendiam ainda para a história a condição de ciência, mas apresentaram outro sentido para “ciência”, oposto aquele dos neopositivistas. (REIS, 2012).

Os historicistas buscam definir “as condições de subjetividade”, que especificaram o conhecimento dos homens e sociedades, contra os neopositivistas, que definiam as “condições de objetividade”, aproximando os conhecimentos da ciência, mas dualidade. (REIS, 2012, p.208).

Ainda segundo Reis (2012), o historicismo, principalmente na figura de Dilthey, ergueu um muro alto contra a “história científica” neopositivista ao propor a “compreensão” e a “interpretação” como as operações cognitivas constituintes do método específico, das ciências do espírito.

Para Dilthey, o que o historiador faz é compreender as “manifestações da vida” dos homens do passado e do presente. A história tem como objetivo a vida. (...) O conhecimento histórico seria resultado do diálogo entre o historiador em sua vivência (presente) e os outros homens em seu vivido (passado). (REIS, 2012, p. 209).

Já Weber apresenta uma visão mais racionalista da compreensão. Para Weber, Dilthey estava errado: como ele próprio cita: a psicologia não pode ser o fundamento da compreensão. O psicologismo não é uma boa orientação metodológica, pois nem tudo que não é físico é psicológico. (REIS, 2012).

O grupo historicista era heterogêneo e sustentava posições dispares. Apesar das divergências internas, o consenso entre os dois grupos estava na aceitação do princípio de que o que diferencia as ciências humanas é a especificidade de sua operação cognitiva, a compreensão empática, que definiam ainda diferentemente. (REIS, 2012, p. 208).

Toda essa análise se torna importante, pelo fato de Sérgio Buarque, intelectual brasileiro, nos anos que permanece em Berlim, irá entrar em contato direto com o historicismo alemão, principalmente com nomes como Weber, Dilthey e Simmel. Mesmo sendo um grupo heterogêneo, sustentavam ainda algumas posições homogêneas no tocante a análise historiográfica, principalmente no que tange a análise do homem na sociedade e no tempo.

Durante o período que permaneceu na Alemanha, escreveu artigos para a revista *Duco*, e por ela entrevistou vários intelectuais, entre eles o escritor Thomas Mann, assistiu aulas de História e Ciências Sociais em Berlim, algumas aulas de Friedrich Meinecke (foi um historiador e professor universitário alemão. Provavelmente o mais famoso historiador alemão durante a primeira metade do século XX), começou a ler Max Weber, o crítico Friedrich Gundolf, e na ficção Franz Kafka. (MALERBA, 2012). Abaixo Jurandir Malerba em seu artigo cita a importância das aulas assistidas por Sérgio em Berlim. Ali talvez, foi gerado o embrião da obra *Raízes do Brasil*.

De fundamental importância foi seu encontro com Friedrich Meinecke, que havia muitos

anos era professor na Universidade de Berlim, num meio cultural conhecido como círculo de Simmel (...) Frequentar suas aulas foi um momento propício para confirmar afinidades há muito presentes em seu horizonte intelectual e amadurecer certas tendências com as quais convivia nas obras de Goethe, Schiller, Herder e Dilthey. (MALERBA, 2012, p.8).

Nota-se que Sérgio traz prontos para o Brasil dois capítulos do livro *Raízes do Brasil*, escritos sobre forte influência dos historicistas Dilthey e Simmel. Sérgio é um autor que bebeu intensamente nas obras de Nietzsche, e do sociólogo alemão Max Weber, sendo o primeiro autor brasileiro a se basear nas teorias de Weber, que propunha um projeto de democracia liberal e uma análise dos “tipos ideais” o mesmo modelo implantado com sucesso em terras norte-americanas.



Sérgio Buarque de Holanda, correspondente de *O Jornal*, Berlim, 1930.

Fonte: Fundo Sérgio Buarque de Holanda, SIARQ-Unicamp.

Pode se dizer que *Raízes do Brasil* é o único livro que é “meio alemão” segundo constata Antônio Cândido (CANDIDO, 2012). Durante o período em que esteve na Alemanha, Sérgio foi testemunha ocular de movimentos totalitários que cercavam a Europa. Viu o fascismo na Itália e mais de perto a ascensão do nazismo na Alemanha na década de 30, o que o fazia receptivo a esquerda política, o que pode ser percebido na publicação de 1936 de *Raízes do Brasil*, a partir de uma análise crítica de um passado oligárquico passível de denúncia. O próprio Nietzsche, antes de Weber, já havia demonstrando um grande desencantamento com a cultura ocidental. Sérgio, antes mesmo de ir a Berlim, já havia entrado em contato com as obras do filósofo alemão, através de traduções francesas, também conhecidas nos círculos dos jovens modernistas, dos quais Sérgio também fazia parte. (MALERBA, 2012).

Além de todos esses autores citados, como influências diretas e indiretas na obra

Raízes do Brasil, não podemos esquecer-nos da importância de Nietzsche na obra de Sérgio. A década de 30, em Berlim, vivia um clima profundamente nietzschiano, através do partido nazista, como bem pontua José Carlos Reis, em seu livro *História da Consciência Histórica Ocidental Contemporânea*, onde nos mostra que o grande inspirador do nacional socialismo na Alemanha foi Nietzsche. Para Reis, todo o pensamento de Nietzsche seria político: a vontade de potência seria a imagem de um poder disseminado nas relações entre os homens. O pensador proporia “um novo mundo, que a nova cultura alemã faria vir a luz”. Pode-se dizer que Nietzsche é “um pensador da Europa germanizada”. (REIS, 2011, p.12).

Esses anos em que Sérgio passa em Berlim o sentimento que rondava a Europa era um sentimento de mudança, do pensamento radical, de ruptura profunda com o passado (REIS, 2011). Sabe-se que ele sempre se interessou pelas ideias de Nietzsche, e que já o lia antes de sua viagem para Berlim, em traduções francesas conhecidas também no círculo dos modernistas, do qual ele fazia parte. Dois volumes das obras de Nietzsche foram encontrados em sua biblioteca, o primeiro era um livro de Alfred Baumler sobre Bachofen e Nietzsche e o outro era uma tradução francesa do livro de Karl Jaspers sobre a questão do cristianismo em Nietzsche. (CHAVES, 2008). Ernani Chaves, em seu artigo *O historicismo de Nietzsche segundo Sérgio Buarque de Holanda* cita algumas traduções das obras do filósofo encontrada na biblioteca particular de Sérgio, mantida pela Unicamp.

Em 1954, ou seja, mais de duas décadas depois, Schelechta publicou a sua edição das obras de Nietzsche, que continha um volume com os póstumos, depois igualmente questionado pela edição Colli-Montinari. É a edição Schelechta que se encontra ainda hoje na biblioteca de Sérgio, no arquivo da Unicamp. Isso mostra, sem dúvida, o seu permanente interesse por Nietzsche. (CHAVES, 2008, p. 403).

Além desses detalhes, há também várias citações diretas e indiretas em *Raízes do Brasil*, usando o pensamento de Nietzsche, principalmente quando Sérgio faz alusões e críticas ao cristianismo. (CHAVES, 2008). Além da obra *Raízes do Brasil*, encontramos outras referências do uso de Nietzsche por Sérgio, quando ele cita no *Jornal O Estado de São Paulo*, a amizade entre o jovem filósofo e Richard Wagner.

Renúncias semelhantes aquela a que se referiu Nietzsche quando escreveu que a ruptura com Wagner representa para ele uma “fatalidade” sem que isso o impedisse, mais tarde, de confessar: “Eu não teria podido suportar a minha adolescência sem a música wagneriana (...) considero Wagner o maior benfeitor da minha vida”. (JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 24 de dezembro 1948).

Na revista *América Brasileira*, Sérgio Buarque faz uma comparação do escritor francês André Gide com a do filósofo alemão Nietzsche. Gide foi um homem a frente de seu tempo, em sua obra tratava de temas como pederastia, homossexualismo e libertação da sociedade de valores moralizantes, judaico cristão, assim como Nietzsche. Abaixo Sérgio Buarque, com apenas 22 anos, descreve a comparação entre os autores.

(...) Nesse como em muitos outros pontos o seu pensamento coincide estranhamente

com o de Nietzsche. Ainda recentemente, um crítico alemão, o professor Richard Meyer, via em Gide “o anunciador de uma nova geração inimiga de qualquer contato com o passado, um discípulo francês de Nietzsche”. (REVISTA AMÉRICA BRASILEIRA, fevereiro de 1924).

Em entrevista ao historiador Richard Graham, Sérgio Buarque esclareceu que escreveu seus artigos tentando explicar o Brasil para os alemães. Para ele, “só quando você está longe é que consegue ver seu próprio país como um todo”. (GRAHAM, 1982: 5). Ele conta que pretendia escrever um livro cujo título seria *Teoria da América*. O livro nunca foi publicado, mas dois capítulos deram origem a *Raízes do Brasil* e foram tirados praticamente sem modificações daquelas páginas em desordem.

Rascunhou um primeiro calhamaço de 400 páginas, a que deu o pomposo nome de Teoria da América, nunca publicado - e de onde se extraiu, com certa maturação, o ensaio seminal “Corpo e alma do Brasil: ensaio de Psicologia social”, publicado na revista Espelho, de 1935. Era o embrião de *Raízes*, onde já lançava a celebre tese da cordialidade, emprestada de Ribeiro Couto. (MALERBA, 2012, p. 9).

Raízes do Brasil é uma obra que costuma ser dividida em duas partes, a primeira trata de nosso passado colonial, da colonização portuguesa em comparação com a espanhola e também faz menção ao homem cordial. A segunda parte faz uma sutil crítica a sociedade política da década de 30, sociedade essa na qual Sérgio estava inserido, durante o governo Vargas, prestes ao golpe do Estado Novo, ele via ali, diante dos seus olhos, o desenrolar dos fatos, principalmente quando trata desse tema no último capítulo do livro, intitulado “A Nossa Revolução”.

2 | O NASCIMENTO DOS ANNALES: TEMPOS DE MARC BLOCH E LUCIEN FEBVRE

Antes de tudo, é importante analisar e conhecer o terreno e o ano em que foi fundada a revista dos *Annales* para se compreender como se deu sua vitória e sua hegemonia em relação a outros projetos historiográficos. O ano de sua fundação é emblemático, 1929, ano esse marcado profundamente pelo crack da bolsa de Nova York, onde a crise no sistema econômico e financeiro põe a prova o sistema capitalista, levando milhares de pessoas a desempregos, fome e miséria. Como cita Le Goff: “Não é por acaso que os *Annales* nasceram em 1929, o ano da grande crise”. (GOFF, 1978, p. 214). François Dosse cita em seu livro *A História em Migalhas* como que a quebra da economia em escala mundial, abala a crença da ideia de progresso contínuo da humanidade em direção ao acúmulo de bens materiais. (DOSSE, 2003, p. 34). Já o historiador Pierre Chaunu, professor da Sorbonne, protestante e conservador, diz que “Tudo começa no horizonte de 1929-1930. A medida entrou na história através dos preços, o choque aconteceu no dia seguinte a crise de 1929”. (CHAUNU, 1974, p. 56). A geração que fundou os *Annales*, é uma geração que cresceu e se formou às vésperas da Primeira Grande Guerra, e se concretizou no período entre guerras, período esse mais produtivo dessa geração de intelectuais, um

momento singular e impar na história da cultura e da civilização europeia, que foi marcado por um momento de crise, de abalos das certezas, e da crise dos fundamentos gerais da própria razão. Pondo fim a ideia de uma Europa triunfalista e um progresso contínuo da humanidade. Cabe salientar que intelectuais desse período destacam-se Norbert Elias, Fernand Braudel, Marc Bloch, Lucien Febvre, Paul Ricœur, entre outros, que atingiram seu auge intelectual no período entre guerras.

Os tempos de Braudel e de Elias foram o de uma Europa marcada pela barbárie das duas guerras mundiais, pela tragédia da ascensão do nazismo, do fascismo e do franquismo, pelos efeitos destrutivos da crise econômica de 1929 e pela perda de uma hegemonia europeia sobre o mundo, que remontava ao século XVI. Ao mesmo tempo, esta será a Europa do florescimento de projetos críticos e contraculturais tão importantes como a Escola de Frankfurt, o marxismo gramsciano, a psicanálise de Freud, os círculos linguísticos de Viena e de Praga, a antropologia crítica inglesa ou a historiografia dos *Annales d'Histoire Economique Et Sociale*, entre muitos outros. (ROJAS, 2003, p.430).

Além de todos fatos citados, encontramos ainda os efeitos da Primeira Guerra Mundial 1914-1918, anunciando assim o fim da Belle Époque, levando a Europa a um período de crises e incertezas enquanto ao que virá no futuro, ou como dizem alguns historiadores, a Europa cometeu “suicídio” no século XX.

A guerra anuncia o fim da Belle Époque para uma Europa em que se percebe as primícias do declínio ou da decadência. Antes da guerra, tudo se decidia na Europa. O discurso eurocêntrico dos historiadores correspondia bem a um mundo unificado pelo capitalismo e dominado por Londres e Paris. Ao sair da guerra, a Europa está enfraquecida pela sangria humana que se eleva a vários milhões de mortos, pela destruição material, mas sobretudo pela ascensão de novas potências bem mais dinâmicas, como o Japão e principalmente os Estados Unidos. (DOSSE, 2003, p. 36).

Febvre afirma: “A crise da história não foi uma doença específica que atingisse unicamente a história. Foi e é um dos aspectos, o aspecto propriamente histórico de uma grande crise do espírito humano.” (FEBVRE, 1953, p. 26). Peter Burke, em seu livro *A Escola dos Annales 1929-1989* diz que a revista foi planejada, desde o começo, para ser algo mais do que uma outra revista histórica. De certa forma pretendia exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica. Como ele mesmo cita, seria o porta-voz, ou porque não o alto-falante de difusão dos apelos dos editores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da história. (BURKE, 1990). Sendo assim, percebe-se nos fundadores, a necessidade de um intercâmbio intelectual com outras disciplinas, como a psicanálise, a sociologia, geografia, antropologia entre outras. Como cita Dosse 2003, “O questionamento do evolucionismo, da ideia de progresso, desloca a reflexão da história para outros terrenos, exteriores ao seu próprio território”. (DOSSE, 2003, p. 40). Segundo Burke (1990), os *Annales*, podem ser divididos em três fases. A primeira constitui até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que é chamada de fase de formação. A segunda já com Braudel como líder, vai até o fim da década de 70, a terceira fase é marcada principalmente pela história das mentalidades, mesmo Bloch e Febvre

já fazendo uso desse artifício em *Os Reis Taumaturgos e a Religião de Rabelais*, ela só vai se concretizar nos *Annales* na terceira geração, lá pelos fins da década de 70. Duby, Le Goff, Pierre Nora e Michel Vovelle, são os principais nomes dessa geração. (BURKE, 1990).

O primeiro exemplar da revista sai em 15 de janeiro de 1929, dando proeminência a história econômica, em sobreposição a história política. Essa primeira fase da revista vai até os anos de 1959, onde Febvre passa a direção da revista a Fernand Braudel, dando assim início a segunda geração dos *Annales*, período onde a historiografia francesa vai se estabelecer com proeminência em relação a outros projetos historiográficos. Como cita Febvre: “Os *Annales* começaram como uma revista de seita herética. É necessário ser herético”. Declarou Febvre em sua aula inaugural no Collège de France. (FEBVRE, 1953).

3 | OS ANOS EM ESTRASBURGO, A INFLUÊNCIA DA HISTORIOGRAFIA ALEMÃ NOS ANNALES

Estrasburgo, cidade situada ao leste da França, que passa ao controle alemão, depois da Guerra Franco-Prussiana em 1871, e logo depois em 1918, após o término da Guerra, volta a ser território Francês. Significativo notar que Marc Bloch e Lucien Febvre se conhecem na universidade de Estrasburgo, até então território bastante germanizado, e a partir daquele momento começa a germinar a ideia da criação de uma revista voltada para a chamada história problema. De um lado o projeto historiográfico Francês em rivalidade com o projeto historiográfico alemão, disputando palmo a palmo a supremacia da escrita da história. O projeto Francês, que também é ligado aos *Annales*, e que propunham uma guerra simbólica pela dominação da historiografia em nível mundial. Rivalizando com outras potências ocidentais, como o projeto inglês, o norte americano, o italiano e principalmente o alemão, como bem analisa François Dosse.

O historicismo francês alimenta-se em grande parte, na escola historiográfica alemã, nas teses de Leopold Von Ranke da metade do século 19. Elas influenciaram bastante os historiadores franceses, que delas extraíram as bases teóricas. (DOSSE, 2003, p. 66)

Já que muito da historiografia dos *Annales* passa pela escola alemã, como cita Reis:

(...) na verdade, a escola francesa dos *Annales* não pode ser entendida sem se considerar a herança da escola histórica alemã. Os “grandes homens” dos *Annales* liam alemão e Bloch até mesmo estudou na Alemanha. (REIS, 2004, p. 101).

Ou porque não citar Braudel, quando este próprio, líder da segunda geração dos *Annales* cita a importância da historiografia alemã para os *Annales*, quando estes formados em Estrasburgo, ficaram expostos a um processo de germanização no campo da história. Sendo assim, pode-se afirmar que a Alemanha, tentava rivalizar com a França, principalmente através da Universidade de Estrasburgo, até então pertencente à Alemanha, durante o governo de Bismarck, tornando-a o símbolo da superioridade alemã

sobre a cultura francesa.

Seria então fortuito o fato de Henri Berr, Lucien Febvre, Marc Bloch e eu mesmo sermos os quatro do leste da França? Que o empreendimento dos Annales comece em Estrasburgo, face a Alemanha e ao pensamento histórico alemão? (apud DAIX, 1995, p. 173).

O que estava em jogo naquele momento era uma disputa política, através do discurso, e das relações de força, principalmente pela disputa hegemônica da História, entre França e Alemanha. O contexto também se torna importante de ser analisado, pois esse período é marcado pelo crescente revanchismo entre as duas nações, período entre guerras, nacionalismos aflorados, que acabou levando a Segunda Guerra Mundial. Onde um dos fundadores da Escola dos Annales, Marc Bloch, que inclusive fazia parte da resistência francesa, tenha analisado muito bem em sua obra intitulada *A Estranha Derrota*, escrita no campo de batalha em 1940.

Após a Guerra Franco-Prussiana, em 1871, com vitória dos alemães, percebe-se no Brasil uma influência significativa de autores alemães em contraponto aos franceses, que até então dominavam o cenário nacional através de seus escritores, como cita Dosse (2003).

“A escola historicista francesa parece ter captado bem a doutrina cientificista de Ranke para obter a eficácia alemã, manifesta no desastre da França em 1870”. (DOSSE, 2003, p. 66).

José Carlos Reis, em *As identidades do Brasil 1*, nos mostra como se deu essa “germanização” da cultura brasileira no século XIX, e como esse fato acirrou um revanchismo Francês em relação à Alemanha. Reis cita abaixo como o prestígio Francês fora abalado pela derrota na guerra em terras brasileiras. (REIS, 2007).

O desfecho da guerra franco-prussiana abalou o prestígio da cultura francesa, e os intelectuais brasileiros se abriram às influências inglesa e alemã: Spencer, Darwin, Buckle, Ranke, Ratzel. Os franceses ainda influenciavam: Comte, Taine, Tarde, Renan, G. Le Bon. (REIS, 2007, p.89).

A região de Estrasburgo será de suma importância na germinação e crescimento dos *Annales*, pois ali nascerão as ideias e as influências da escola alemã no projeto Francês. Como bem analisa Dosse, que o historicismo francês alimenta-se em grande parte, na escola historiográfica alemã, nas teses de Leopold Van Ranke da metade do século 19. Elas influenciaram bastante os historiadores franceses, que delas extraíram as bases teóricas. A escola historicista francesa parece ter captado bem a doutrina cientificista de Ranke para obter a eficácia alemã, manifesta no desastre da França em 1870. (DOSSE, 2003).

4 | A APROXIMAÇÃO DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA COM A HISTORIOGRAFIA FRANCESA

A história das mentalidades disciplina genuinamente francesa, filha dileta da escola dos *Annales*, considerada como a Prima Donna da chamada *Nova História*. (VAINFAS, 1997, p.27). Roger Chartier (1990), em sua obra *A História Cultural entre práticas e representações*, conclui que o termo *mentalité*, usado sempre para exprimir de alguma maneira algo próximo a de uma psicologia histórica coletiva. Afirma que sempre foi um termo de difícil tradução em outras línguas que não o francês, prestando-se assim a confusões e indicando, por isso, ser uma formula tipicamente francesa de pensar as questões.

No *Jornal Folha da Manhã*, publicado no dia de 18 de julho de 1950, Sérgio Buarque, em seu artigo intitulado *Apologia da História*, fará menção à recém-lançada obra de Marc Bloch, *Apologia da História*, lançado em 1949, chamando-a de obra prima.

Com efeito, em seu admirável painel da Sociedade Feudal, para bem atinar com o alcance de semelhante observação, seria bom aproxima-la da anedota referida pelo mesmo Bloch na pequena obra-prima que tinha em preparo as vésperas do seu fuzilamento pelos nazistas, durante a ocupação da França, e cujo texto inacabado está agora impresso com o título de *Apologie pour l'Histoire ou Métier d'Historien* (Paris, 1949). (JORNAL FOLHA DA MANHÃ, 18 de julho de 1950).

Em outro artigo publicado no *Jornal Estado de São Paulo*, de 1973, Sérgio Buarque vai mostrar como os *Annales* foram importantes na construção de um saber histórico na cidade de São Paulo, principalmente ao conhecimento ligado a USP:

Mas como explicar o fato de um historiador tão rigoroso como Marc Bloch dar um dos seus dois volumes sobre a sociedade feudal o subtítulo de “As classes e o governo dos homens”, onde se trata não apenas dos problemas das classes como até da consciência de classe. Restrinjo-me de propósito a um autor francês, com o qual estão mais familiarizados os leitores dos *Annales*, que tanto influíram sobre os estudos históricos em São Paulo. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 17 de junho de 1973).

José Carlos Reis percebe que há um dialogo muito próximo entre Bloch e Weber (inspirador de *Raízes do Brasil*), quando se abordam duas temáticas, o método regressivo e a história comparativa, sendo essas duas presentes tanto em *Visão do Paraíso*, quando em *Raízes do Brasil*.

Outra proposta inovadora dos *Annales* será enfatizada por Bloch: trata-se do “método regressivo/retrospectivo”, que já fora desenvolvido e defendido por Weber.(...) o passado não é compreensível se não se vai até ele com uma problematização suscitada pelo presente(...) o presente guarda uma certa autonomia e não se deixa explicar inteiramente pela sua origem(...) Bloch propõe que o historiador vá do presente ao passado e do passado ao presente. Para ele o passado explica o presente, pois o presente não é uma mudança radical, uma ruptura rápida e total. (REIS, 2013, p. 260).

Bloch não é citado nem em *Raízes do Brasil* nem em *Visão do Paraíso*, porém nota-se uma certa familiaridade entre esses dois pensadores, na maneira como trabalham. Em *Raízes do Brasil*, Sérgio vai usar o método comparativo também usado

por Bloch e Weber, quando principalmente vai estabelecer as principais diferenças entre a colonização portuguesa para a colonização espanhola. Assim como Sérgio fez uso intenso da historiografia, da sociologia e da filosofia alemã na construção principalmente de *Raízes do Brasil*, Marc Bloch também irá usar constantemente a historiografia alemã no decorrer dos anos, formação essa que se fez principalmente nos anos em que estudou em Estrasburgo, região essa muito germanizada, em que a literatura alemã foi um dos sustentáculos dos *Annales*, como cita Le Goff no prefácio de *Os Reis Taumaturgos*.

Por fim, dois fatores muito diferentes devem ter contribuído para impelir Marc Bloch ao estudo do mal régio. O primeiro é sua familiaridade com a obra dos medievalistas alemães e a sedução exercida sobre ele pela erudição alemã e pela problemática germânica. (LE GOFF, 1983, p. 15).

Porém cabe destacar que outros autores já se utilizavam do estudo das mentalidades antes dos *Annales*, como é o caso de Michelet, autor da obra *La Sorcière*, de 1862, e Georges Lefebvre, autor de *La Grande Peur*, livro sobre o qual narra a onda de pânico que varreu a França rural no contexto revolucionário francês. E fora da França temos o historiador holandês Johan Huizinga, autor de um clássico, *O Outono da Idade Média*, publicado em 1919, sobre costumes, sentimentos e religiosidades na França e nos Países Baixos nos séculos XIV e XV. (VAINFAS, 1997).

Sendo a USP influenciada nas ciências humanas pela “Missão Francesa”, Sérgio vai se moldando aos poucos a uma mentalidade de um “uspiano” e à de uma história voltada mais para a historiografia francesa. Como cita Maria Odila Silva Dias. “A rivalizar com a presença da “nova história social francesa” no pensamento de Sérgio Buarque, quando não superando-a, estaria a filosofia, a sociologia e a historiografia alemãs”. (DIAS, 1986).

Menotti Del Picchia escrevendo acerca da obra *Visão do Paraíso* para o jornal *A Gazeta*, em 17 de setembro de 1960, descreve Sérgio como ele próprio um bandeirante a serviço de São Paulo, assim relata: “Sérgio Buarque de Holanda, paulista nato, é dos que mais honram a cultura bandeirante, com uma série de estudos, alguns já clássicos”.

Contudo em 1946, Sérgio se muda para São Paulo e passa a dirigir o Museu Paulista, a partir daquele momento adquiriu de uma vez por todas uma identidade paulistana, como cita José Murilo de Carvalho.

É importante que a modificação seja reconhecida, pois ela faz parte da própria biografia intelectual do autor e, mais ainda, tem a ver com distintas tradições de pensamento, a que se formou no Rio de Janeiro e a que, a partir dos anos 1930, e se consolidou em São Paulo. Sérgio Buarque, após 1946, se paulistalizou. (CARVALHO, 2013, p. 298).

Em uma entrevista concedida ao jornal *Folha da Manhã* em 1992, Chico Buarque relata como era a relação de seu pai com as cidades do Rio e São Paulo, e Chico nos declara que seu pai era um paulista não apenas de nascimento, mas de convicção. Por essa declaração de Chico, podemos ver a consolidação das redes de sociabilidade de Sérgio, tanto na cidade carioca quanto na cidade paulista.

O papai morou muito tempo no Rio, onde deixou grandes amigos. Então, quando eles iam a São Paulo, iam também lá em casa: o Otávio Tarquínio, Rubem Braga, o Vinicius... E tinha a turma de São Paulo: Arnaldo Pedroso D'Horta, Antônio Candido, Luiz Martins, Paulinho Vanzolini, João Leite, Luiz Lopes Coelho, Caio Prado Júnior, Paulo Mendes de Almeida.. Papai adorava São Paulo, era um paulista convicto, não apenas de nascimento. (JORNAL FOLHA DA MANHÃ, 5 de julho de 1992).

Não obstante no Jornal Correio da Manhã, de 1951, no artigo intitulado *Cultura Brasileira*, Sérgio irá tecer longos elogios a Capistrano de Abreu, comparando a sua forma de fazer história a Marc Bloch, principalmente no uso dos documentos, e de como interrogar as fontes.

Capistrano de Abreu, pesquisador constante e nunca inteiramente satisfeito, tendo trabalhado mais do que qualquer outro depois de Varnhagen, para revelar, valorizar e bem aproveitar testemunhos escritos de nossa formação nacional, ele sabia, no entanto, que esses documentos só falam verdadeiramente aos que ousam formular-lhes perguntas precisas e bem pensadas. Sabia, em outras palavras, palavras de um grande mestre moderno – Marc Bloch, que em toda pesquisa histórica supõe, desde os passos iniciais, que o inquérito tenha uma direção definida. (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 15 de julho de 1951).

Mostrando a necessidade de se questionar o documento, já que o documento não fala por si só, é necessário interroga-lo e fazê-lo falar mesmo a contragosto. Como diz Le Goff em sua obra, *História e Memória*, onde o autor fala da necessidade de se tomar cuidado com as fontes, e de se fazer uma crítica em relação ao documento.

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias. No Limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. (LE GOFF, Vol. 1, 1984, p.103)

Muitos consideram Sérgio Buarque como um homem a frente do seu tempo, usando uma expressão francesa, *avant La lettre*, como historiador das representações mentais, e da história das mentalidades. Porém cabe destacar o fato que esse modelo historiográfico, vai ser de certa forma concretizado pelos *Annales* a partir da década de 70, a partir da terceira geração com Le Goff e Pierre Nora, através das análises das obras de Marc Bloch e Lucien Febvre, seus fundadores. Não tendo os *Annales* ainda um paradigma formado em relação a história das representações mentais. Como bem ressalta Ronaldo Vainfas, ao analisar *Visão do Paraíso*. Segundo ele é um livro de tamanha complexidade teórica e erudição que, na verdade, seria difícil e em vão tentar classificá-lo em qualquer esquema rígido ou escola historiográfica. (VAINFAS, 2008).

Ao se aproximar dos *Annales*, com Marc Bloch e *Os Reis Taumaturgos*, Sérgio também se aproxima sobremaneira de Lucien Febvre, que alguns dizem ser o precursor da história francesa das mentalidades. Inclusive é de Febvre (2009) o conceito de *outillage mental*, estudo esse acerca da psicologia histórica presente em sua obra *O problema da incredulidade no século XVI - A religião de Rabelais*, obra publicada no ano de 1942. Sendo assim, percebe-se um parentesco muito próximo em *Visão do Paraíso* e *A época*

da *descrença*, como bem observa Vainfas (2008) em relação à proximidade e o diálogo que se estabelece entre as duas obras.

Parentesco temático, ou seja, as crenças ou descrenças de sociedades coevas – a França do Renascimento e o mundo ibero-americano da expansão atlântica. Parentesco no tocante a eleição de fontes literárias como base de investigação histórica, o que se faz de ambos, Sérgio Buarque e Febvre, a um só tempo, historiadores e críticos literários. Parentesco no que toca a rebeldia intelectual: Febvre a enfrentar o mito de um Rabelais ateu e Sérgio Buarque a desmorrar o mito de um Brasil paradisíaco, o que se faz através de uma autêntica arqueologia do próprio mito. (VAINFAS, 2008, p. 548).

Essa aproximação fica muito clara, quando Sérgio Buarque em 1950, escreve sobre Febvre no *Jornal Diário Carioca*, tecendo elogios sobre e a forma de escrever dos *Annales* e tecendo duras críticas ao modelo metódico positivista. Onde Sérgio escreve como dito acima, a necessidade de se questionar o documento, e não simplesmente transcrevê-lo, como faziam os positivistas.

Quanto a historiografia, não há dúvida que a demissão da inteligência, e direi também da imaginação – imaginação que escolhe, que simplifica, se necessário, e que recria – associada a uma exaltação do fato puro e mensurável, pode significar em certos casos um regresso. Bem sabemos que os fatos nunca falam por si, que o verdadeiro historiador não é apenas o que conseguiu acumular-los no maior número possível, mas o que soube formular-lhes – a esses fatos – as perguntas realmente decisivas, dando-lhes ao mesmo tempo voz articulada e coerência plausível. Dos que ainda em nossos dias, se apegam teimosamente ao preconceito positivista do fato puro, pôde dizer no ano passado Lucien Febvre (em “Vers une autre Histoire”, *Révue de Métaphysique ET de Morale*, jul.-out. 1949, p.239): “eles conservam em 1949 uma espécie de respeito supersticioso ao fato: espécie de fetichismo do fato, que é em verdade a coisa mais singular que se possa conceber, e a mais anacrônica”. (JORNAL DIÁRIO CARIOCA, 23 de julho de 1950).



Sérgio Buarque de Holanda acompanhado por Lucien Febvre, Genebra, 1954.

Fonte: Fundo Sérgio Buarque de Holanda, SIARQ-Unicamp.

Além do uso desses autores na concepção da obra *Visão do Paraíso*, Sérgio também

irá manter um diálogo constante com autores do século XIX, como é o caso de Jacob Burckhardt, autor do clássico *A Civilização da Renascença Italiana*, escrito em 1864. E outro autor oitocentista o italiano Arturo Graf, autor da obra *Mitos, lendas e superstições da Idade Média*, publicado no ano de 1886. Livro esse que trata do mesmo tema abordado em *Visão do Paraíso*, porém num outro contexto, utilizando também a busca do paraíso terreal, do Éden na Terra, do Eldorado, na literatura de viagens, fossem reais, como cita Marco Polo em sua obra *O Livro das Maravilhas*, ou fossem elas fictícias como apresentado na obra de Jean de Mandeville. E por último e não menos importante o historiador alemão Ernst Curtius, citado no prefácio da segunda edição de 1968 de *Visão do Paraíso*.

Não resta dúvida que *Visão do Paraíso*, ao ser lançado em 1958, Sérgio Buarque estava na contramão do que até então se valorizava em se tratando de história brasileira. Como bem analisa Fernando Novais (1994), no prefácio de *Caminhos e Fronteiras*, o Brasil naquele contexto estava analisando a história de maneira economicista, voltada para o marxismo mais ortodoxo. Porém ao invés de trabalhar esse mesmo conceito em sua obra, Sérgio vai procurar trabalhar os motivos edênicos que levaram os ibéricos na conquista do Novo Mundo. Outro fator de análise dá-se com a obra *Caminhos e Fronteiras de 1957*, sendo Sérgio um dos pioneiros a usar o conceito de cultura material no Brasil, no melhor estilo braudeliano dos *Annales*.

Segundo Thiago Lima Nicodemo, em seu artigo *Sérgio Buarque de Holanda e a dinâmica das instituições Culturais no Brasil 1930-1960*, nos descreve que no ano de 1949, Sérgio viajou duas vezes para a Europa para participar de comitês organizados pela Unesco e para uma conferência na Sorbonne, a convite de Braudel e Febvre. Da conferência da Sorbonne, Sérgio é convidado a publicar um artigo na revista dos *Annales*. Artigo esse que em 1957 se tornaria o livro *Caminhos e Fronteiras*.

Da conferência na Sorbonne resultou a publicação na revista dos *Annales* do artigo intitulado “Au Brésil colonial: lês civilisations Du miel”, que aparece reescrito como o capítulo 3: “A Cera e o Mel”, em *Caminhos e Fronteiras*. Já o texto produzido para o colóquio em Washington, que trata das técnicas rurais no Brasil colonial, corresponde a segunda parte de *Caminhos e Fronteiras*. (NICODEMO, 2012, p. 118).

Voltando ao livro *Visão do Paraíso*, alguns sempre diziam relação ao livro: “Muito respeitado, mas pouco lido, pouco estudado e pouco citado”. (VAINFAS, 2008).

Só a partir da década de 80 é que começa de fato, a ser uma obra muito utilizada pela academia, quando se tem o lançamento de *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, de Laura de Mello e Souza. Publicado em 1986, que tratava das práticas mágicas e a feitiçaria no Brasil Colônia. Nesse dado momento começa-se a se ter uma maior valorização das representações da história das mentalidades no Brasil. Naquele contexto do fim da década de 50 e começo da década de 60, a USP é praticamente reduto de marxistas, tendo seu maior expoente na figura de Florestan Fernandes, um dos professores mais proeminentes na cátedra de Sociologia da Universidade Paulista. (VAINFAS, 2008).

Já no Rio de Janeiro, quase nenhuma atenção foi dada a *Visão do Paraíso*, que era uma obra ligada a escola de escrita paulista, sendo mais valorizada a obra *Formação História do Brasil* de Nelson Werneck Sodré. Nota-se assim, uma rivalidade entre a USP que representava a escrita paulista, e a Universidade do Brasil, que representava uma escrita carioca, remetendo novamente a uma guerra simbólica entre as duas instituições. (VAINFAS, 2008).

Cabe aqui uma citação de José Murilo de Carvalho, onde este analisa a importância da USP para São Paulo na construção de um saber histórico em rivalidade com a capital federal do Brasil.

São Paulo graças a USP, passou a disputar vantajosamente com a então capital federal a escrita e a interpretação do Brasil(...). A década de 1950 foi a da ascensão da USP a posição de destaque no cenário intelectual do país, fazendo sombra a Universidade do Brasil. Evidencia essa relevância a autossuficiência da universidade. (CARVALHO, 2013, p. 288-289).

Sendo assim, percebe-se muito pouco diálogo entre *Visão do Paraíso* e a historiografia brasileira. Varnhagen, Capistrano de Abreu e Caio Prado Júnior são citados pouquíssimas vezes, o diálogo com a nossa historiografia é muito reduzido como cita Ronaldo Vainfas.

Mas o diálogo entre a historiografia brasileira é, no conjunto, reduzido. Isso se deve, em boa parte, ao fato de ser essa obra de Sérgio Buarque de Holanda em todo originalíssima, voltada para temática que, até onde sei, jamais fora enfrentada por nossos historiadores. Não é de admirar que Sérgio Buarque dialogue mais com a historiografia europeia, que disso havia tratado, do que com a nossa. (VAINFAS, 2008, p. 553).

Conclui-se que a interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda, tem raízes no pensamento alemão moderno, que ressalta o particular, o único, a especificidade temporal de cada realidade histórica. Estava interessado em conhecer o Brasil em sua singularidade. O historicismo compreende o mundo humano por uma abordagem individualizante e não generalizante. Toda sua visão de Brasil de assenta na teoria social weberiana, Raízes do Brasil é quase integralmente weberiano, a discussão do estado brasileiro, das relações entre o público e o privado, e sua proposta de separação radical entre essas esferas e da modernização do Estado, que se tornaria mais racional e burocrático. (REIS, 2007). Porém anos mais tarde, já um intelectual maduro, Sérgio Buarque de Holanda começa a se aproximar da historiografia francesa, percebe-se uma influência dos *Annales* naquele momento, principalmente em obras como *Caminhos e Fronteiras* e *Visão do Paraíso*, onde o método historiográfico utilizado já se altera sensivelmente em relação a Raízes do Brasil de 1936. Torna-se importante destacar a criação do IEB, que está entre as mais significativas contribuições de Sérgio Buarque de Holanda para a cultura brasileira na universidade de São Paulo (USP). Fundado no ano de 1962, o IEB foi criado em uma conjuntura marcada por importantes mudanças no país e na USP. Considerados os seus objetivos, pode-se afirmar que o IEB foi o mais importante instituto criado pela USP no início da década de 60, pois, ao reunir diferentes cadeiras dedicadas aos estudos

brasileiros, apresentava-se envolvido no propósito de tornar a USP o principal laboratório de estudos sobre o Brasil. (CALDEIRA, 2008). Sendo assim, Sérgio Buarque de Holanda era acima de tudo um intelectual feliz como bem descreveu José Carlos Reis. (REIS, 2007).



Sérgio Buarque de Holanda em sua defesa de tese, no concurso para a Cátedra de História da Civilização Brasileira na Universidade de São Paulo, 1958.

Fonte: Fundo Sérgio Buarque de Holanda, SIARQ-Unicamp.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989, A revolução francesa da historiografia*. São Paulo, Editora Unesp, 1990.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Sérgio Buarque de Holanda e a criação do Instituto de Estudos Brasileiros da USP. Sérgio Buarque de Holanda, Perspectivas*. MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). São Paulo: Editora Unicamp, 2008.

CANDIDO, Antonio. *Um Homem, duas Cidades*. Seminário “Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda”. Debate promovido pelo IEB/USP. São Paulo, 2012.

CARVALHO, José Murilo. *Pensadores que Inventaram o Brasil*. In: CARDOSO, Fernando Henrique. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CHARTIER, Roger: *A História cultural entre praticas e representações*; tradução de Maria Manuela Galhardo.

-Rio de Janeiro : Bertrand Brasil ; 1990.

CHAUNU, Pierre. *Histoire, science sociale*, Paris, SEDES, 1974.

CHAVES, Ernani. *O Historicismo de Nietzsche, segundo Sérgio Buarque de Holanda. Sérgio Buarque de Holanda, Perspectivas*. MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). São Paulo: Editora Unicamp, 2008.

DAIX, Pierre. *Fernand Braudel: Uma Biografia*. São Paulo: Editora Record, 1995.

DIAS, Maria Odila. Introdução. In: *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo, Ática, 1986. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

DOSSE, François. *A História em Migalhas: Dos Annales a Nova História*. São Paulo: Edusc, 2003.

FEBVRE, Lucien. *O problema da incredulidade no Século XVI. A religião de Rabelais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. 1953

HOLANDA, Sérgio Buarque. Erudição e Imaginação. *Jornal Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 23 de julho de 1950.

_____. Sobre uma Doença Infantil da Historiografia. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17 de junho de 1973.

_____. André Gide. *Revista América Brasileira*, Rio de Janeiro, fevereiro de 1924.

_____. Apologia da História. *Jornal Folha da Manhã*, São Paulo, 18 de julho de 1950.

_____. Entre a Crítica e o Apostolado. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 24 de dezembro 1948.

_____. Introdução a Democracia. *Jornal Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1951.

_____. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HOLANDA, Chico Buarque. Chico Buarque fala sobre seu Pai. *Jornal Folha da Manhã*, São Paulo, 5 de julho de 1992.

LE GOFF, Jacques. *Documento / Monumento*. Einaud, v.1, 1984

LE GOFF, Jacques. *Os Reis Taumaturgos*, in: BLOCH, Marc. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

MALERBA, Jurandir. *Aula Magna: Atualidade de Sérgio Buarque*. Berlim, 13/04/2012. (Artigo Científico).

NICODEMO, Thiago Lima. *Sérgio Buarque de Holanda e a dinâmica das instituições culturais no Brasil 1930-1960*. Seminário “Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda”. Debate promovido pelo IEB/USP. São Paulo, 2012.

NOVAIS, Fernando. *Caminhos e Fronteiras*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

REIS, José Carlos. *Teoria e História: Tempo Histórico, História do Pensamento Histórico Ocidental e Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil 1: De Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____. *História da Consciência Histórica, Ocidental Contemporânea: Hegel, Nietzsche e Ricoeur*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. *Os Historiadores Clássicos da História: de Tocqueville a Thompson, vol.2*. In: PARADA, Mauricio. Rio de Janeiro: Editora Puc Rio, 2013.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *Norbert Elias: um paralelo com Fernand Braudel*. In: LOPES, Marcos Antônio (Org.) *Grandes nomes da história intelectual*, São Paulo, Editora Contexto, 2003.

VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. *Sérgio Buarque de Holanda, historiador das representações mentais. Sérgio Buarque de Holanda, Perspectivas*. MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). São Paulo: Editora Unicamp, 2008.

COMÉRCIO, CONHECIMENTO E CULTURA: AS SOCIEDADES CENTRO-AFRICANAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX A PARTIR DOS TESTEMUNHOS DE FREDERICK STARR

Data de aceite: 01/06/2020

Data de submissão: 04/05/2020

Paulo Roberto Firmino Marques

Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), membro do Núcleo de Estudos de Aprofundamento Marxista (NEAM) da PUC/SP e professor de Educação Básica Nível II - História na Prefeitura do Município de Cajamar/SP.

São Paulo – SP.

<http://lattes.cnpq.br/8732516927466723>

As reflexões desenvolvidas neste texto fazem parte de uma pesquisa com o mesmo título que contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Brasil por meio da concessão de uma bolsa de iniciação científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade de São Paulo (USP) do edital 2016/2017.

RESUMO: Esta pesquisa buscou compreender as relações comerciais estabelecidas entre as sociedades centro-africanas e a expedição de Frederick Starr ao Estado Independente do Congo nos anos de 1905 e 1906, utilizando como fontes os diários de campo e a coleção

etnográfica legados por esse professor da Universidade de Chicago. Para a realização desse objetivo, fez-se necessária a leitura crítica da documentação que se atentou para a identificação e análise das relações estabelecidas entre a expedição e as sociedades locais. Adotou-se uma perspectiva metodológica preocupada com a experiência histórica das populações centro-africanas, que norteia vários trabalhos historiográficos brasileiros inspirados na obra do historiador britânico E. P. Thompson. O recorte escolhido para o presente estudo compreendeu os territórios da cidade de Ndombe e da aldeia de Chicoma, organizações sociais fundadas longe de seus centros culturais originários: os reinos kuba e luba. Por serem grupos culturais mais interiorizados no continente do que os Bateke (que viviam próximo de Leopoldville) e por não terem participado ativamente do comércio atlântico de escravos, os Kuba e os Luba, segundo nossa hipótese, tiveram contato rarefeito com os ocidentais. Não tinham estabelecida entre si a forma-dinheiro, adotando, nas relações comerciais com a expedição de Starr, estratégias típicas da chamada “forma de valor simples”, isto é, a troca de mercadorias por mercadorias e não de mercadorias pelo equivalente universal dinheiro. Nossa hipótese é que, diferentemente

dos Bateke que, provavelmente, já tinham a forma-dinheiro estabelecida entre si; os Kuba e os Luba encaravam o dinheiro como apenas mais uma mercadoria. Portanto, ele deixou de ser um equivalente universal para ser apenas uma peça metálica introduzida pelos ocidentais na região.

PALAVRAS-CHAVE: África Central; Estado Independente do Congo; Bakuba; Baluba; Frederick Starr.

TRADE, KNOWLEDGE AND CULTURE: CENTRAL AFRICAN SOCIETIES AT THE BEGINNING OF THE TWENTIETH CENTURY BY FREDERICK STARR'S RECORDS

ABSTRACT: This research aims to analyze the commercial relations established between Central African societies and Frederick Starr's expedition to Congo Free State in 1905 and 1906. The main sources used were Starr's field notes and the ethnographic collection that was collected there. The critical reading of documentation focused on the identification and the analysis of the relations that was established between the expedition and African societies. We adopted a methodological perspective capable of looking at Central African societies' historical experience. This perspective guides several Brazilian historiographical works that were inspired by E. P. Thompson's books. The geographic areas addressed were Ndombe's town and Chicoma's village. These social organizations were away from their cultural centers of origin, i.e., Kuba and Luba kingdoms. Bakuba and Baluba did not participate actively in the Trans-Atlantic Slave Trade, for this reason, the people from these places had a reduced contact with the Western men. These Central African societies did not have the money form established, so they adopted the "elementary form of value" when they sold their artifacts to Frederick Starr's expedition. The people from Ndombe's town and Chicoma's village used some typical strategies from this specific form of value by e.g. to barter commodities. Our hypothesis is that the money was considered another commodity by Bakuba and Baluba people. When they sold their artifacts for money, they did not bargain the prices. For this reason, we found lower prices in these societies than the prices in Bateke villages. Bateke people were an important supplier of slaves for Brazil, so their contacts with the Western traders may have changed their society. Our conclusion is there was a great difference between Central African societies near to Leopoldville and the societies away from there. This difference concerns the forms of value established in these distinct cultural groups.

KEYWORDS: Central Africa; Congo Free State; Bakuba; Baluba; Frederick Starr.

1 | INTRODUÇÃO

O estudo intitulado "Comércio, conhecimento e cultura: as sociedades centro-africanas no início do século XX a partir dos testemunhos de Frederick Starr" almejou compreender as relações sociais estabelecidas entre as sociedades centro-africanas e a expedição de Frederick Starr (antropólogo e professor da University of Chicago) e de

Samuel Philips Verner (missionário presbiteriano) ao Estado Independente do Congo nos anos de 1905 e 1906. Esta expedição legou uma documentação de grande volume que perfaz doze diários de campo (*Notebooks: Starr's Expedition Field Notes*), que se encontram sob a guarda da University of Chicago Library; algumas publicações, como *Ethnographic notes from the Congo Free State: an African miscellany* (1909) e *Congo natives: an ethnographic album* (1912); e mais de quatro mil artefatos lotados no American Museum of Natural History em New York. No entanto, neste texto, dedicamo-nos à leitura crítica da documentação que corresponde ao período no qual Frederick Starr permaneceu como único chefe da expedição, percorrendo as terras de Matadi, de Leopoldville e de cidades locais, como Chicoma e Ndombe. No dia 16 de fevereiro de 1906, Verner, que estava em Djoko Punda (conhecida, mais tarde, por estação de Charlesville), juntou-se à expedição e ambos, em nome de um dos principais museus do mundo ocidental, passaram a definir os rumos que aquela caravana tomaria. Nessa empreitada, o antropólogo estadunidense entrou em contato com várias sociedades centro-africanas muitas delas associadas, historicamente, ao comércio atlântico (como os Bateke¹, os Bobangi e os Mbangala) e ao comércio caravaneiro na África Central (como os Kuba, os Luba e os Pende). Dessa forma, a documentação focalizada na pesquisa constituiu-se de cinco diários, o livro *Congo natives* de autoria de Starr, publicado em 1912, e 377 artefatos que foram adquiridos nesse período e que foram interpretados em consonância com os registros correspondentes a eles na documentação escrita.

Almejávamos, com isso, compreender as relações estabelecidas entre determinadas sociedades centro-africanas e a expedição de Starr e Verner nos anos de 1905 e 1906. Para a realização desse objetivo (*geral*), fez-se necessária a leitura crítica da documentação que se atentou para os seguintes elementos (objetivos *específicos*): I – a compreensão das relações pessoais estabelecidas entre Starr e os membros de sua expedição, como intérpretes e carregadores; II – a identificação e análise das relações estabelecidas entre a expedição e as sociedades locais; e III – a apreensão das ideias preconcebidas de Frederick Starr sobre as populações centro-africanas e em que medida as viagens alteraram ou não suas percepções.

2 | METODOLOGIA

Para estudar as relações estabelecidas entre as sociedades centro-africanas do Estado Independente do Congo e a expedição então chefiada apenas por Frederick Starr a partir de uma documentação produzida por um ocidental, faz-se necessária uma perspectiva metodológica preocupada não só com o autor dos registros, mas também com os indivíduos “que não tiveram oportunidade de legar fontes e testemunhos diretos”

1 Grafamos, como em Antropologia, os etnônimos que são substantivos com letra maiúscula e os adjetivos com minúscula. Adotamos também o hábito de não flexionar para o plural os etnônimos quaisquer que sejam.

(WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “A sociedade expedicionária em movimento”. In: RIBEIRO, 2013b, p. 13). Do contrário, a pesquisa apenas reforçaria o discurso daqueles ligados ao poderio colonial no continente africano. Essa perspectiva foi colocada em prática, inicialmente, pelo historiador britânico Edward Palmer Thompson que, lendo “a contrapelo” a documentação, voltou-se para a experiência histórica dos grupos tidos como subalternos e aliados dos poderes econômico e político sobretudo na Inglaterra dos Setecentos (THOMPSON, [1978] 1981, p. 15-7; Id., [1991] 1998).

A experiência histórica das sociedades centro-africanas é alvo de uma historiografia crescente e que conta com publicações sobre diversos temas, como os trabalhos de Jill Dias ([2002] 2007) sobre os grupos Vili, de Beatrix Heintze ([2002] 2004) (Frobenius-Institut) e de Isabel de Castro Henriques (2003) (Universidade de Lisboa) sobre os Chokwe, os Mbangala e os viajantes em Angola; e, mais recentemente, as pesquisas de historiadoras brasileiras que consideram que seja possível chegar à agência histórica centro-africana a partir da leitura crítica da documentação produzida pelos viajantes durante o colonialismo do final dos séculos XIX e XX. Dentre essa produção recente, destacamos: os estudos sobre as populações lunda abordadas por Márcia Cristina Pacito Fonseca Almeida (2013 e 2015) (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional); as pesquisas de Elaine Ribeiro da Silva dos Santos (RIBEIRO, 2013a, 2013b e 2016) (Universidade Federal de Alfenas) acerca dos carregadores das expedições ocidentais na região da Lunda bem como do comércio de longa distância; as reflexões sobre “as reações e acomodações ocorridas a partir da situação colonial que se impôs frente” às sociedades que compunham o Estado Independente do Congo com suas diferentes formas de organização política de Rosana Andrea Gonçalves (2016, p. 10); e, na perspectiva de pensar o Atlântico como um espaço de relações que interconectavam diferentes continentes, sociedades e grupos sociais, as publicações de Maria Cristina Cortez Wissenbach (2011 e 2015) (Universidade de São Paulo).

Tendo como base as reflexões de Thompson, as pesquisadoras brasileiras mencionadas puderam ler criticamente os relatos de viagem ao continente africano e não mais apenas realizar uma história do autor da obra, decidindo voltar-se àqueles indivíduos que aparecem de maneira difusa nestes mesmos relatos. O exercício de reflexão não se resume a compreender a maneira como diversos indivíduos foram representados, mas sim, compreender a narrativa como fundamentada em um contexto no qual ocorreram diversas relações sociais entre diferentes pessoas. Logo, os relatos de viagem não são só uma tentativa de organização da realidade por parte dos ocidentais, mas também um registro de uma realidade da qual estavam começando a tomar conhecimento. Dessa forma, é possível fazer uma história dos grupos sociais que aparecem nos relatos, sem se esquecer das limitações das informações fornecidas que estão impregnadas pelos preconceitos e pela cultura de quem as registrou.

Só é possível obter algum resultado com esse esforço de compreensão se não nos

dedicarmos a uma concepção de história que trata como alvo de sua reflexão apenas os registros que os atores históricos pretenderam transmitir, ou seja, que tiveram a intencionalidade de legar à posteridade. Thompson aponta que as evidências não intencionais também devem ser alvo da atenção da disciplina histórica, porque, além do mais, poucas fontes sobreviveram a seu tempo apenas pela intencionalidade de seus atores históricos (THOMPSON, [1978] 1981, p. 35-6). No nosso caso, a intenção de Frederick Starr foi de fornecer ao público determinadas informações organizadas à sua maneira, publicando-as em diferentes livros e suportes. Porém, são em seus diários que encontramos informações muito preciosas para o desenvolvimento das pesquisas. Além de serem de uso pessoal, seus cadernos de campo serviram como base para que ele pudesse organizar suas publicações. Por terem essas características específicas, são nesses papéis que conseguimos entrar em contato com alguns nomes de centro-africanos que conviveram com Starr no período e até conhecer um pouco das dinâmicas de compra dos artefatos que compuseram sua coleção.

3 | RESULTADOS

Ao término de dois anos de financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)², podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que crescemos muito nos âmbitos pessoal e profissional. Tivemos muitas oportunidades para poder discutir nossa pesquisa e não deixamos nenhuma passar batida. A discussão foi muito importante não só para maturar as ideias, mas também para incorporar algumas reflexões de sujeitos singulares pretéritos que muito nos auxiliaram em nossa empreitada pelo caminho das análises quantitativas e qualitativas das relações comerciais estabelecidas entre as sociedades centro-africanas e a expedição de Frederick Starr. É sobre os resultados obtidos até então que gostaríamos de tratar a seguir.

Entre meados do ano de 2016 e o início de 2017, tivemos o prazer de defender nossas interpretações a respeito das relações comerciais estabelecidas entre a expedição de Frederick Starr e os Bateke em eventos, como o seminário “África na FFLCH II: ensino, pesquisa e extensão”, que foi organizado pelo Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP)³, e o artigo “O uso comercial do conhecimento tradicional: a venda de ‘fetiches’ bateke à expedição de Frederick Starr em Leopoldville (1905)”, publicado no volume VIII da revista *Humanidades em Diálogo* (OLIVEIRA, 2017). Até então, havíamos analisado

2 Entre agosto de 2015 e julho de 2016 com o projeto “os maiores de toda a África equatorial: rastros e registros do contato dos Bakuba com as expedições ocidentais, 1884-1909 (Atual República Democrática do Congo)” (Número do projeto: 800885/2014-7; Número do processo: 151985/2015-4) e, entre agosto de 2016 e julho de 2017 com “Comércio, conhecimento e cultura: as sociedades centro-africanas no início do século XX a partir dos testemunhos de Frederick Starr” (Número do projeto: 800585/2016-0; Número do processo: 144535/2016-5).

3 Nossas reflexões apresentadas neste evento foram organizadas na forma de artigo cujo título é “Muito além do preço: algumas notas iniciais sobre a venda de ‘fetiches’ entre os Bateke e Frederick Starr em Leopoldville (1905)”, vide OLIVEIRA, 2018.

detalhadamente apenas a parte da documentação referente à estadia do mencionado professor de Chicago em Leopoldville e seu contato com as aldeias teke nos arredores da estação, o que, por si só, já nos trouxe uma série de indagações que passaram a nortear a pesquisa.

Segundo nossas análises, os Bateke (grupo cultural centro-africano historicamente envolvido com o comércio atlântico e grande fornecedor de marfim e escravos), frequentemente negociavam os preços de suas mercadorias com o referido antropólogo estadunidense e com os integrantes de sua expedição. Venderam, sobretudo por iniciativa própria, aquilo que Starr enquadrou na categoria “fetiche”, ou seja, objetos mágico-religiosos que, por conterem substâncias orgânicas e por serem sacralizados, podiam manipular as forças do mundo invisível. Os Teke disputaram o preço atribuído a seus artefatos, demonstrando não só uma larga habilidade para o comércio que foi desenvolvida ao longo de suas interações históricas, mas também o domínio de como funcionava o sistema monetário do Estado Independente do Congo. Frederick Starr pagava-lhes em francos belgas (BEF) com preços variáveis, mas acabou seguindo o padrão, forma geral, de oferecer maiores quantias pelos “fetiches” do que em relação a utensílios do cotidiano, como canecas, colares e pentes. Em vários casos, para evitar que os preços baixassem muito, os Bateke forneceram informações sobre o uso social dos “fetiches” que estavam vendendo, fazendo com que o professor de Chicago lhes oferecesse um preço adicional pela venda do conhecimento. Essa descoberta foi importante para que pudéssemos compreender que, mesmo no início do colonialismo no continente africano, os centro-africanos souberam como interagir com os agentes coloniais e como utilizar suas experiências pretéritas para agir nesse período crítico em suas vidas. Isso nos aproximou das perspectivas metodológicas adotadas pelas historiadoras africanólogas citadas na seção anterior (Metodologia). Porém, chegou um momento em que o estudo das relações comerciais por nós realizado precisava de uma base teórica mais específica que permitisse nos atentarmos para a materialidade envolvida, levando em conta as negociações que se deram. Foi na “Crítica da economia política” de Karl Marx, publicada, pela primeira vez, em 1867, que encontramos uma teia categorial que poderia dar conta (com adaptações, é claro) das interações entre as sociedades centro-africanas e a expedição de Frederick Starr. Trataremos desse tema com mais vagar na próxima seção.

4 | ANÁLISES

Após a consolidação das ideias sobre a especificidade dos Bateke, partimos para as análises de outras duas partes da documentação, já previamente selecionadas, que foram as entradas dos diários que se referiam à cidade de Ndombe e à aldeia de Chicoma⁴.

4 Referimo-nos a estas organizações sociais como cidade de Ndombe e aldeia de Chicoma, respeitando não só a nomenclatura encontrada na documentação, mas também deixando clara a relação destes locais com seus respectivos líderes, não por caso, Ndombe (um Mukuba – indivíduo kuba) e Chicoma (um Muluba).

Diferentemente das aldeias teke, esses dois locais não estavam atrelados a um grupo cultural específico. Na verdade, eles foram fundados por dois sujeitos provenientes de culturas já bem consolidadas na região da África Central (Bakuba e Baluba), que se deslocaram de seus reinos de origem juntamente com seus grupos familiares por motivos que desconhecemos e que se fixaram em terras de fácil acesso às caravanas comerciais. Ainda é muito cedo para afirmarmos se a escolha do local foi intencional ou não; porém, o que já podemos dizer é que a composição interna dessas organizações sociais era muito variável, já que contava com a presença de comerciantes de terras longínquas e de culturas variadas.

O caso da cidade de Ndombe é bastante importante, pois esse local foi largamente fotografado por Frederick Starr. Os registros da época, como as imagens 1 e 2 a seguir, nos proporcionam apreender o caráter itinerante da população⁵, tendo em vista as instalações físicas da cidade, bem como a semelhança dessas com as da corte kuba, que foram descritas pelo reverendo William Henry Sheppard (1917) em seu *Presbyterian Pioneers in the Congo* e por Jan Vansina (1964) e Joseph Cornet (1982) no final do período colonial da região. Nosso foco não foi estudar as fotografias do álbum da expedição, mas sim, nos atentarmos para as relações comerciais estabelecidas entre os habitantes da cidade de Ndombe e a expedição de Starr. Esses documentos serão revisitados com um olhar mais atencioso em nossas futuras investigações, por isso, por enquanto, nos deteremos sobre as mercadorias e seus preços.



Imagem 1 – Habitantes da cidade de Ndombe erguendo as instalações físicas do local⁶

5 Essa característica era recorrente nas sociedades centro-africanas devido às suas dinâmicas comerciais, que se pautavam em produtos que poderiam ser extraídos, muitas vezes, em locais específicos, como o caso do sal. Para uma explicação detalhada dessa teia comercial nessa região do continente, vide HEINTZE, [2002] 2004.

6 Imagem retirada de STARR, 1912, plate XXIII.

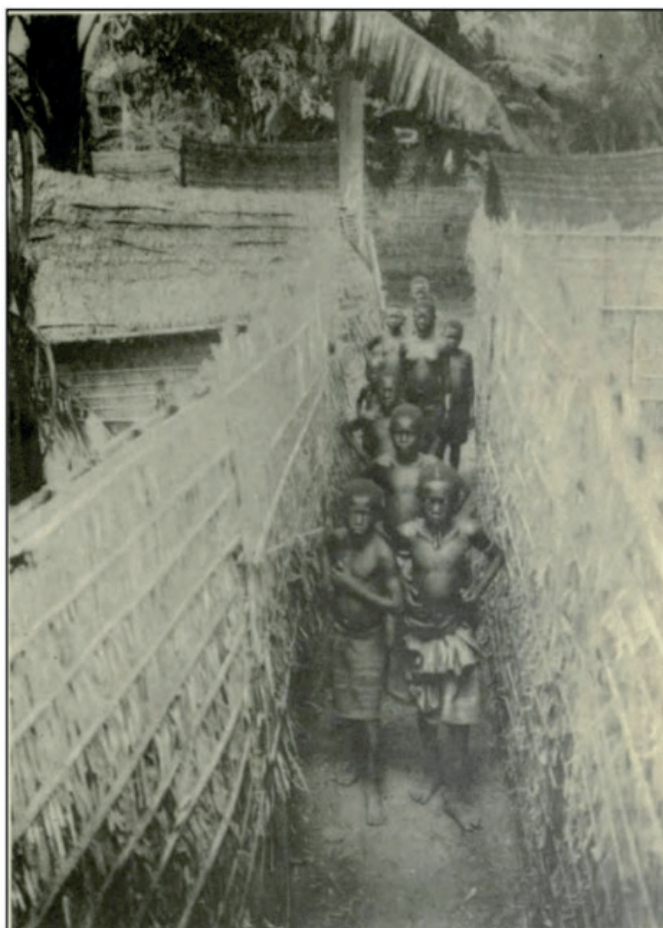


Imagem 2 – Habitantes da cidade de Ndombe entre as instalações físicas do local⁷

Foram adquiridos dos habitantes da cidade de Ndombe 73 artefatos, dos quais 83,56% (61 peças) foram por meio da compra. Mais da metade do que foi comprado (59%, ou seja, 36 peças) foi enquadrado pelo professor de Chicago na categoria “fetiche” e cerca de 60% (precisamente 61,11% – 22 peças) deste conjunto foi vendido por iniciativa dos próprios centro-africanos. Esses dados estão em consonância com nossas análises sobre as aldeias bateke que foram defendidas em momentos anteriores da pesquisa⁸. No entanto, as relações comerciais estabelecidas com os habitantes da cidade de Ndombe exigiram do antropólogo estadunidense e de sua expedição mais do que apenas moedas dos colonizadores.

Por estarem historicamente atrelados ao comércio caravaneiro centro-africano, os povos Bakuba e Baluba, muito provavelmente, estavam mais acostumados com um sistema de trocas entre mercadorias e não com a forma-dinheiro, que introduziu as moedas de metal como “equivalente universal” (MARX, [1867] 2013, p. 145). Essa hipótese ajuda a explicar por que quase metade (45,45%) dos “fetiches” vendidos por iniciativa dos centro-africanos na cidade de Ndombe foram intercambiados, ao mesmo tempo, por dinheiro e por outras mercadorias, como sal e tecidos. O preço em BEF caiu drasticamente em relação

⁷ Imagem retirada de STARR, 1912, plate XXII.

⁸ Para uma visão detalhada das análises realizadas sobre a relação comercial da expedição de Starr com os Bateke, vide OLIVEIRA, 2017.

àqueles oferecidos por Starr aos Bateke. Nos arredores de Leopoldville, o antropólogo comprava “fetiches” entre 0,5BEF e 3,0BEF, nas relações que partiam da iniciativa centro-africana, mas, com os habitantes da cidade de Ndombe, os preços variaram entre 0,05BEF e 0,3BEF, levando em conta o mesmo elemento da iniciativa comercial. “Por que será que isso ocorreu?” foi a primeira pergunta que nos fizemos, mas, para poder responder, seria necessário ter um terceiro ponto para comparação, que só foi possível com o estudo da documentação referente à aldeia de Chicoma.

Fundada seguindo um histórico semelhante ao da cidade de Ndombe, essa aldeia possuía Chicoma e sua família como núcleo central, mas, mesmo assim, sua composição era heterogênea. Como as idas da expedição à cidade de Ndombe e à aldeia de Chicoma foram poucas, os contatos com seus habitantes foram esporádicos. No caso da aldeia, todas as relações comerciais estabelecidas com seus habitantes se deram por iniciativa dos centro-africanos e a totalidade dos artefatos foi adquirida por meio da compra. Mais da metade destes (55,55%) foram o que Starr chamou de “fetiche” e nenhum exigiu em troca algo além de dinheiro. Os preços pagos pelos artefatos, quando a relação comercial partia da iniciativa centro-africana, variaram entre 0,1BEF e 0,15BEF, ou seja, houve quase uma padronização para esse conjunto de dados. Levando em conta a hipótese por nós lançada acerca dos povos Bakuba e Baluba, podemos ler os dados apresentados pela cidade de Ndombe e pela aldeia de Chicoma numa mesma chave: por se tratarem de grupos culturais nos quais há o domínio da “forma de valor simples” (MARX, [1867] 2013, p. 125), envolvendo as formas de valor relativa e de equivalente; o dinheiro assume novos usos, passando de “equivalente universal” para apenas mais uma mercadoria a ser trocada. Esses grupos não levaram em conta os números inscritos nas moedas, porque, na verdade, nem dominavam o sistema indo-arábico empregado no Ocidente, mas se importavam apenas, provavelmente, com o fato de serem peças metálicas cunhadas e perfuradas, que só passaram a circular na região após a chegada dos colonizadores. As moedas que lhes foram dadas por Frederick Starr em troca de suas mercadorias foram, geralmente, as de 5, 10 e 20 cêntimos, peças que só passaram a circular no ano de 1906, já que, até então, havia apenas os francos inteiros (CUHAJ, 2014, p. 555). Os tamanhos dessas moedas eram diretamente proporcionais a suas quantias, as de 5 cêntimos mediam 19mm de diâmetro, as de 10 cêntimos, 22mm e as de 20 cêntimos, 25mm. Todas eram constituídas de uma liga de cobre e níquel e suas faces lhes eram características: uma com monogramas encimados por coroas e a inscrição “LEOP.II R. D. BELGES SOUV. DE L’ETAT INDEP. DU CONGO” (Leopoldo II, rei dos belgas, soberano do Estado Independente do Congo); e a outra com uma estrela radiante encimada pela quantia da peça, dividindo o espaço de suas laterais com seis estrelas menores repartidas em dois trios e o ano de cunha abaixo (Ibid., p. 555).

Os habitantes da cidade de Ndombe e da aldeia de Chicoma, provavelmente, aceitavam os “baixos” preços, porque, para eles, eram ofertas “altas”. Eles estavam

recebendo o que havia de mais novo dentre as mercadorias que os ocidentais poderiam oferecer naquele momento e ainda por cima poderiam utilizar as moedas novas para trocar por mercadorias com seus povos vizinhos. Muito provavelmente essas peças monetárias não teriam grande recepção dentre os Bateke e os povos mais ao litoral, que talvez já estivessem acostumados com a forma-dinheiro e com as moedas antigas do Estado Independente do Congo que circulavam desde, pelo menos, a última década do século XIX. Essas moedas eram as de 50 cêntimos, 1BEF, 2BEF e 5BEF. Possuíam não só tamanhos diferentes das novas (17,2mm, 23mm, 27mm e 37mm respectivamente), mas suas faces eram radicalmente distintas das que viriam em 1906. A face cara possuía o perfil do rosto de Leopoldo II e as inscrições “LEOP.II R. D. BELG. SOUV. DE L’ETAT INDEP. DU CONGO”, e a face coroa tinha o ano de cunha abaixo e a quantia encimando o brasão da família real belga, que poderia, dependendo do ano de cunha, dividir seus espaços laterais com dois leões cobre (CONGO FREE STATE..., 2017). A composição dessas moedas era, geralmente, de prata, só havendo um conjunto dentre as de 5BEF que eram de cobre (5 FRANC – LÉOPOLD II..., 2017).

Portanto, não só os dois grupos de moedas citados eram bem distintos, mas também os grupos culturais centro-africanos que as aceitavam em troca de mercadorias. Essas descobertas demonstram que devemos sempre ter muito cuidado quando estudamos história. Os critérios compartilhados pelas sociedades centro-africanas não nos são diretamente acessíveis, por isso, só podemos aventar hipóteses, elaborar conjecturas, fazer aproximações. Isso é intrínseco do ofício de historiador(a) e, para nós, não há nada mais fascinante.

As conclusões às quais chegamos, mais uma vez, de certa forma, foram parciais. Prosseguiremos nossas investigações para constataremos se, (I) quanto mais interiorizadas as populações centro-africanas, mais profunda foi a presença da “forma de valor simples”, e se (I) a circulação de grupos afro-árabes na margem oriental do Estado Independente do Congo trouxe interferências significativas como a presença ocidental de longa data gerou na margem esquerda.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTAÇÃO ESCRITA PUBLICADA

STARR, Frederick. **Ethnographic notes from the Congo Free State**. La Vergne: Kessinger, 1909.

STARR, Frederick. **Congo natives**: an ethnographic album. Chicago: Lakeside, 1912.

DOCUMENTAÇÃO ESCRITA NÃO PUBLICADA⁹

UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY. Starr, Frederick: Papers. Research Materials: Field Notes, Africa,

9 Grande parte do material encontrado nos diários pode ser consultada no banco de dados da divisão de Antropologia do

1905-1912, caixa 10, pasta 1. 1905a.

UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY. Starr, Frederick: Papers. Research Materials: Field Notes, Africa, 1905-1912, caixa 10, pasta 2. 1905b.

UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY. Starr, Frederick: Papers. Research Materials: Field Notes, Africa, 1905-1912, caixa 10, pasta 3. 1905c.

UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY. Starr, Frederick: Papers. Research Materials: Field Notes, Africa, 1905-1912, caixa 10, pasta 4. 1906a.

UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY. Starr, Frederick: Papers. Research Materials: Field Notes, Africa, 1905-1912, caixa 10, pasta 5. 1906b.

REFERÊNCIAS ESCRITAS

5 FRANC – LÉOPOLD II, Pattern Style. **Numista**. 2017. Disponível em <<https://en.numista.com/catalogue/pieces99280.html>>. Acesso em 01 maio 2020.

ALMEIDA, Márcia C. P. F. Comércio, bens de prestígio e insígnias de poder: interfaces entre cultura material e as agências centro-ocidentais africanas nos relatos de viagem de Henrique de Carvalho em sua expedição à Lunda (1884-1888). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 2013. Natal, **Anais Eletrônicos**: Associação Nacional de História, 2013. Disponível em <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371336216_ARQUIVO_ANPUHMarcia.pdf>. Acesso em 30 abr. 2020.

ALMEIDA, Márcia Cristina Pacito Fonseca. *Comércio, bens de prestígio e insígnias de poder*: as agências centro-ocidentais africanas nos relatos de viagem de Henrique de Carvalho em sua expedição à Lunda (1884-1888). 231 p. Dissertação de Mestrado em História Social. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

CONGO FREE STATE – Franc (1887-1967). **Numista**. 2017. Disponível em <<https://en.numista.com/catalogue/index.php?r=congo+free+state&p=1&x=0&y=0>>. Acesso em 01 maio 2020.

CORNET, Joseph. **Art Royal kuba**. Milano: Sipel Milano, 1982.

CUHAJ, George S. (Ed.). Congo Free State. In: _____. **2014 Standard Catalog of World Coins: 1901-2000**. 41. ed. Wisconsin: Krause Publications, 2014, p. 555.

DIAS, Jill. Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico. In: BASTOS, Cristina; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (Orgs.). **Trânsitos coloniais**: diálogos críticos luso-brasileiros. Campinas: Ed. Unicamp, [2002] 2007, p. 315-43.

GONÇALVES, Rosana Andréa. *Sociedades africanas frente à situação colonial europeia*: o Estado Independente do Congo (1876-1908). 2016. 190 p. Tese de Doutorado em História Social. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.

HEINTZE, Beatrix. **Pioneiros africanos**: caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850-1890). Tradução de Marina Santos. Lisboa: Caminho, [2002] 2004 (Coleção Estudos Africanos).

HENRIQUES, Isabel de Castro. Armas de fogo em Angola no século XIX. In: _____. **Os pilares da diferença**: Portugal-África, séculos XV-XX. Lisboa: Caleidoscópio, 2003, p. 365-391.

MARX, Karl. A mercadoria. In: **O Capital**: crítica da economia política, livro I: o processo de produção do capital. 1. ed.; 1. reimp., São Paulo: Boitempo, tradução de Rubens Enderle, [1867] 2013, p. 113-158.

American Museum of Natural History em <https://anthro.amnh.org/starr_archive>. Acesso em 01 maio 2020.

OLIVEIRA, Paulo Roberto Marques de. Muito além do preço: algumas notas iniciais sobre a venda de “fetiches” entre os Bateke e Frederick Starr em Leopoldville (1905). In.: MACÊDO, Tania Celestino (Org.). **África: perspectivas – ensino, pesquisa e extensão**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2018, p. 199-216. Disponível em <http://cea.fflch.usp.br/sites/cea.fflch.usp.br/files/e-book_WORD_A%20-%2028%20NOVEMBRO%202018.pdf>. Acesso em 02 maio 2020.

OLIVEIRA, Paulo Roberto Marques de. O uso comercial do conhecimento tradicional: a venda de “fetiches” bateke à expedição de Frederick Starr em Leopoldville (1905). **Humanidades em Diálogo**, São Paulo, v. VIII, p. 187-198, 2017.

RIBEIRO, Elaine. “Os trabalhadores Loandas da expedição portuguesa ao Muatiânvua (1884-1888)”, **VARIA HISTORIA**. Belo Horizonte, v. 29, n. 51, 2013a, p. 697-719. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v29n51/v29n51a04.pdf>>. Acesso em 30 abr. 2020.

RIBEIRO, Elaine. **Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda, 1884-1888**. São Paulo, Alameda, 2013b.

RIBEIRO, Elaine. **Sociabilidades em trânsito: os carregadores do comércio de longa distância na Lunda (1880-1920)**. 335 p. Tese de Doutorado em História Social. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.

SHEPPARD, William Henry. **Presbyterian Pioneers in the Congo**. Richmond: Prebyterian Commitee of Publication, 1917.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário dos erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., [1978] 1981 (Coleção Biblioteca de Ciências Sociais – Sociologia).

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo, Companhia das Letras, [1991] 1998.

VANSINA, Jan. “Le royaume kuba”, in: **Annales**. Tervuren: Musée Royal de l’Afrique Centrale, Série IN. 8 – Sciences Humaines, n. 49, 1964.

WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. As feitorias de urzela e o tráfico de escravos: Georg Tams, José Ribeiro dos Santos e os negócios da África Centro-Occidental na década de 1840. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 43, p. 43-90, 2011.

WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. Dinâmicas históricas de um porto centro-africano: Ambriz e o Baixo Congo nos finais do tráfico atlântico de escravos (1840 a 1870). **Revista de História**, São Paulo, n. 172, p. 163-195, jan.-jun./2015.

O MARCO DE TOUROS: UM SÍMBOLO DA RELIGIOSIDADE POPULAR

Data de aceite: 01/06/2020

José Willians Simplicio da Silva

Instituto Federal de Roraima - IFRR

Rorainópolis-RR

<http://lattes.cnpq.br/8031696901777491>

RESUMO: O presente artigo visa discutir algumas nuances acerca do Marco de Touros como símbolo da religiosidade popular. Chantado no ano de 1501, por ocasião das “Grandes Navegações”, numa região que compreende atualmente o litoral norte do Rio Grande Norte, o marco de posse portuguesa, conhecido na história do Brasil como “Marco de Touros”, configurou-se num símbolo sagrado da religiosidade popular para as pessoas que viviam em seu entorno, as quais o cultuavam com o nome de “Santo Cruzeiro dos Marcos”. Enfatiza, ainda, a forma como o IPHAN-RN apropriou-se dos cultos religiosos exteriorizados ao marco colonial português mais antigo do Brasil, para produzir narrativas que, em tese, teriam sido responsáveis por afastar o marco de seus devotos, quais sejam, narrativas que, basicamente, dão conta do marco apenas como patrimônio histórico da cultura material, inviabilizando o legado cultural religioso que ele

representava para as pessoas devotas.

PALAVRAS-CHAVE: Padrão de Posse; Símbolo Religioso; Patrimônio Histórico Material.

TOUROS MILESTONE: A SYMBOL OF THE POPULAR RELIGIOSITY

ABSTRACT: This paper aims to discuss some nuances about the *Marco de Touros* as a symbol of popular religiosity. The Portuguese mark of possession known in Brazilian History as the “*Marco de Touros*” was planted in the year 1501, on the occasion of the “Great Sailings”, in a region that presently is the north littoral of Rio Grande do Norte. It turned to be a sacred symbol of popular religiosity to the people who lived around it, which used to worship the mark with the name of “*Santo Cruzeiro dos Marcos*”. This paper also emphasizes the way that IPHAN-RN have arrogated the religious cults made to the most antique Portuguese colonial mark in Brazil, in order to create narratives that, theoretically, would have been responsible for withdrawing the mark from its devotees. These narratives understand the mark only as a historical patrimony of material culture, thus restraining the cultural religious legacy that it represented to the devoted people.

KEYWORDS: Mark of Possession; Religious

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objeto de análise o Marco de Touros, sob a perspectiva da História Cultural. O Marco de Touros, como ficou conhecido na História política do Brasil, especialmente do Rio Grande do Norte, foi chantado em 1501 para legitimar a posse das terras *recém-descobertas* no decurso das Grandes Navegações portuguesas de expansão marítima pelo oceano Atlântico no século XVI. Nesse contexto, o intuito da discussão é abordar o Marco de Touros sob a ótica da religiosidade popular, pois ele se configurou em um símbolo *sagrado* de devoção pelos moradores da praia dos Marcos e vizinhanças.

Segundo consta nas oralidades dos mais antigos moradores, a ocorrência de adotar o Marco como referência religiosa, ou seja, prestando variados tipos de homenagens, como celebrações, novenas, ex-votos, romarias, fitas-votivas, promessas, procissões, edificação de capelas e nomeando-o *Santo Cruzeiro dos Marcos*, deu-se após a passagem de missionários naquela região praieira.

Assim, o Marco, que os intelectuais brasileiros (especialmente os potiguares) consideram um *patrimônio histórico* de valor inestimável e que, como diriam Moraes e Petrovich (2007), representava para os portugueses a autenticidade *jurídica* sobre as terras *recém-descobertas*, transformou-se para os moradores daquela espacialidade em um objeto simbólico da chamada religiosidade popular, uma vez que os populares remetem ao Marco valores religiosos e o têm como objeto sagrado capaz de atender às suas necessidades físicas e espirituais. Fato ocorrido até o ano de 1976, em virtude da retirada forçada do Marco de Touros para Natal-RN, isto é, para *Fortaleza dos Reis Magos*, pelo presidente do IPHAN-RN que condenava, veementemente tais práticas religiosas.

Ao longo das nossas pesquisas, observamos que essa ocorrência interferiu profundamente na vida da cultura religiosa das pessoas que construíram histórica e culturalmente, durante muito tempo, o Marco de Touros como símbolo sagrado de devoção, tendo em vista que a retirada do referido objeto levou ao fim do culto religioso, uma vez que os populares perderam uma das mais expressivas referências religiosas da comunidade.

Essa ocorrência é um fato que motiva aprofundar e conhecer parte da historicidade dos sujeitos envolvidos no culto religioso ao Marco de Touros, visto que nos estudos de parte da intelectualidade – acadêmicos, memorialistas, literatos – a respeito do tema, os devotos do Marco de Touros aparecem sempre como sendo os *agressores* do patrimônio histórico, isto é, do Marco de Touros. Atribui-se inclusive aos populares papel preponderante para a sua perda.

Nesse sentido, a partir dessa discussão, pretendemos olhar para o Marco de Touros

com uma visão plural, em vez de vê-lo *apenas* como *patrimônio histórico*, ou como símbolo do poder político administrativo que fez dele a posse da Metrópole portuguesa nas terras que vieram a se chamar Brasil. Pretendemos, sobretudo, verificar os significados do Marco de Touros para os diversos seguimentos sociais, especialmente para os devotos.

Com isso, pretende-se ainda examinar as manifestações culturais religiosas que eram feitas pelos devotos das comunidades próximas de onde o Marco foi fixado. Isso é importante para compreender as *representações* do povo sobre o Marco como um objeto sacro. Essa visão proporciona ao leitor um conhecimento histórico importante sobre as dimensões de poder que envolvem o âmbito religioso de uma história que sempre foi consumida e reproduzida como verdade absoluta e imutável.

Parte das reflexões aqui desenvolvidas ancorou-se em bibliografias históricas e memorialistas locais que abordam a história do Marco de Touros e no referencial teórico histórico dos livros de Patricia Seed (1999) e Mircea Eliade (1992). Além do embasamento teórico, metodologicamente foi realizada análise documental que envolveu pesquisa na Paróquia do Bom Jesus dos Navegantes, em Touros-RN; Pousada Arraial do Marco, na Praia dos Marcos, em São Miguel do Gostoso/RN; no IHG em Natal/RN e no IPHAN em Natal/RN; por último, apropriando-se da História Oral, foram realizadas entrevistas do tipo semi-estruturadas com as pessoas que vivenciaram o culto religioso ao Marco de Touros nas comunidades de Cauã, Praia dos Marcos, Morros dos Martins e Morros dos Paulos.

O texto organiza-se em três seções, além desta apresentação. Na primeira seção é traçada uma abordagem de como os portugueses faziam suas cerimônias de posse nas terras *recém-descobertas*, por ocasião das *Grandes Navegações*, utilizando-se de marcos de pedras e de métodos científicos de localização geográfica, como os graus de latitudes. Enfatiza-se também a Praia dos Marcos como *Porto Seguro*, escolhido pelos lusitanos para chantarem o Marco de pedra que legitimaria a soberania portuguesa de forma material nas terras de *Vera Cruz*. A segunda seção aborda como as pessoas transformaram o símbolo português de posse *profano* em um símbolo *sagrado*, como também as diversas formas de devoção exteriorizadas em homenagem ao Marco. Por fim a terceira e última seção dedica-se a analisar a política do IPHAN-RN em relação ao Marco de Touros, que, na visão do presidente Oswaldo Câmara de Souza, o sugere como *Patrimônio Histórico*. Também serão abordados os argumentos que esse intelectual destacou para conduzir o processo de retirada do Marco de Touros da comunidade.

2 | CERIMÔNIAS DE POSSE NA CULTURA PORTUGUESA NO NOVO MUNDO

De acordo com as narrativas históricas, as grandes *descobertas* portuguesas na navegação foram conduzidas, dentre outros fatores, graças ao empenho de dom Henrique, que ficou conhecido como *O Navegante*, tendo em vista que ele foi o patrono da aventura

metódica e científica, com a criação da *Escola de Sagres*. Para Sagres, o monarca português atraiu cosmógrafos, matemáticos, astrônomos, geógrafos, armadores, pilotos e outros profissionais para realizarem, na escola, os avanços tecnológicos em engenharia naval que possibilitaram aos portugueses navegar pelo Atlântico até o chamado *Novo Mundo*.

Nesse sentido, é sabido que, ao chegarem ao litoral da Bahia, em 1500, no espaço que *a posteriori* viria a se chamar Brasil, os portugueses – na pessoa do mestre João, chefe dos pilotos das embarcações, físico, astrólogo e astrônomo –, desembarcando na costa, fizeram a cerimônia de posse diferentemente de outros povos, à medição da altura do sol, de modo que a armada pudesse saber a latitude em que se encontravam. À noite, mestre João continuou a cerimônia, fazendo a observação das estrelas do Hemisfério Sul, que batizou de *Cruzeiro do Sul*.

Assim, os portugueses não fizeram discursos solenes, nem procissão, nem edificaram casas, nem pegaram retalhos de terras, como outras nações europeias faziam – quais sejam, ingleses, espanhóis, franceses e holandeses –, mas descreveram os céus sobre suas cabeças. Para eles, a palavra *descoberta*, por si só, já lhes dava o direito às terras encontradas e estava associada às observações astronômicas. Entretanto, em algumas ocasiões, eles chantavam nessas terras os pilares feitos de pedras, ou seja, marcos de mármore, como sinal da reivindicação política da posse de uma terra supostamente *descoberta*. Com isso, os padrões feitos de pedras tinham a finalidade de sancionar materialmente a posse dessas *novas terras*.

Para compreender como a ciência era importante na vida marítima dos portugueses, na semana de “Vera Cruz”, primeiro nome dado *ao Brasil*, Pedro Álvares Cabral, além dos relatos escritos a D. Manoel I pelo escrivão Pero Vaz de Caminha, transmitindo a boa nova, enviou também outro relato, escrito por Mestre João, que relatava justamente as observações astronômicas da localização geográfica, com base nos céus, por meio do posicionamento do sol e das estrelas. Cabral, como chefe principal da expedição, entrega a Gaspar de Lemos, capitão da embarcação de mantimentos, a incumbência de levar a Portugal a boa nova da descoberta do *Novo Mundo*.

O fato de os portugueses terem, basicamente, feito o ritual de cerimônia de posse do *novo mundo* através do céu e das estrelas, deu-se porque, assim, eles conseguiam medir com precisão a direção em que seus navegadores deveriam seguir quando chegassem aos portos do Atlântico Sul. Logo, os portugueses estavam descrevendo os lugares que haviam atingido, balizados nas descrições celestes, fixando novas localizações pelo emprego de números, ou seja, em graus de Latitude. Foi justamente isso que Mestre João fez na costa do Brasil em 1500, descrevendo que eles tinham chegado a um *Novo Mundo* a 17° graus.

O processo de latitude tornou-se a principal técnica observada pelos portugueses quando encontravam territórios e povos anteriormente desconhecidos. Assim, o

conhecimento científico garantiria supostamente a posse das terras *recém-descobertas*, porém, para outras nações, como França e Inglaterra, só isso não bastava. Daí a importância do uso de marcos de pedras. Nesse sentido, as diferenças culturais aparecem entre as nações da Europa, quanto à forma de posse, bem como em relação ao seu significado e contato com as populações *autóctones*.

De acordo com Patrícia Seed (1999), personalidades como os comandantes e intelectuais que estavam nas embarcações foram as que criaram pessoalmente autoridade para seus respectivos governantes. O intuito da missão tinha como objetivo principal garantir a posse política dos territórios, povos e bens, por meio das cerimônias de posse, e, com sentido eurocêntrico, impor suas culturas aos povos do Novo Mundo.

Os portugueses, a princípio, secundarizavam as outras formas de garantir a posse das terras novas que não fossem com os números. Como a técnica dos números ficou disseminada entre os navegadores e comerciantes, estes passaram a se valer dos instrumentos de medições, como o astrolábio e a balestrilha. Muitas cerimônias de posse dos portugueses eram feitas sem a tradição cristã, mas a autoridade colonial portuguesa se fazia através da ciência, devido ao pioneirismo de Portugal na astronomia marítima. Sendo assim, constata-se que muitos dos legados científicos e tecnológicos de que dispomos hoje, especialmente na navegação, devem-se aos esforços de Portugal durante o processo de expansão marítima.

Dessa forma, percebe-se que, para os portugueses, essa era a forma mais autêntica de estabelecer o direito de seu país governar o *Novo Mundo*. Entretanto, esses atos cerimoniais podem não ter sido homogêneos, visto que cada sociedade europeia tinha seus ritos cerimoniais e atos simbólicos de tomada de posse das terras de além-mar. Então, como a língua e também a vida cultural são elementos particulares, ou seja, seus termos de linguagens e manifestações culturais são distintos, variando de lugar para lugar, de país para país, os portugueses se valeram dos padrões de pedra para instaurar autoridade de forma material dos lugares por eles descobertos. Assim, as nações que porventura navegassem nesses espaços saberiam que ali, naquele local, em tese, tinha *dono*.

Essa perspectiva observada por Patriota (2000) se aproxima da análise feita por Luís da Câmara Cascudo, para quem Cabral, antes de ter chegado ao litoral baiano (em Porto Seguro, correspondente ao 17º), provavelmente tenha sido conduzido pela corrente marítima *Gulf-Stream*, a qual se biparte em direção ao sul do continente africano, com um braço no sentido Oceano Índico e outro rumo à costa ocidental da África, no sentido sul-norte, até o golfo da Guiné, bem como às regiões equatoriais, onde muda de direção, atravessando o Atlântico e indo diretamente para o cabo de São Roque, no *Rio Grande do Norte* (5º Latitude Sul).

O Marco de Touros, como ficou conhecido na história potiguar, está inserido no contexto político da expansão colonial e comercial de Portugal. Este parâmetro estilístico,

cujo material é feito de mármore português, da região de Lisboa, mede 1,28m de altura, 20cm de espessura e 30cm de largura; não contém inscrição alguma nem data, mas em uma de suas faces superiores está esculpida a Cruz de Copta da Ordem dos Cavaleiros Templários de Cristo e, logo abaixo, percebe-se a representação das armas de D. Manoel.

O Marco de posse foi trazido ao Brasil pelos portugueses no ano de 1501, na expedição chefiada pelo capitão-mor André Gonçalves, sendo que a bordo das embarcações estavam também experientes navegadores, como Gaspar de Lemos e o cosmógrafo Américo Vespúcio, ambos tripulantes da expedição de Cabral para as Índias no ano anterior.

De acordo com a epístola *Mundus Novus* (1502) e a Carta de Lisboa (1501), ambas correspondências enviadas a Lorenzo di Pier Francesco de Médici, a expedição manuelina de 1501, promovida para legitimar a posse das terras de *Vera Cruz* aos portugueses e afastar os rivais da região, era formada por uma pequena frota naval de apenas três embarcações, que conseguiram chegar depois de uma viagem de 64 dias à costa do atual Estado do Rio Grande do Norte.

A cerimônia de posse *jurídica* do *Rio Grande do Norte* e do *Brasil* aconteceu no litoral de Touros no dia 07 de agosto de 1501, com o chantamento do Marco Colonial mais antigo das Américas. É oportuno frisar que o local de fixação do padrão colonial, devido às emancipações políticas de outros municípios, constitui-se como área limítrofe das cidades de São Miguel do Gostoso e Pedra Grande.

Como parte da *nova* cerimônia de posse do *Brasil*, realizada no lugarejo que posteriormente foi chamado de praia dos Marcos, os portugueses, agora na pessoa de Américo Vespúcio, mediram a Latitude do local, que correspondia ao 5° de Latitude Sul e, para dar maior consistência e garantir o reconhecimento internacional da autoridade de Portugal sobre as terras *recém-descobertas*, chantaram o padrão de pedra - Marco de Touros. Essa providência foi necessária, visto que o termo *descoberta*, a cruz de madeira, as missas cantadas no litoral da Bahia, bem como o Tratado de Tordesilhas, não eram suficientes para que outras nações considerassem a soberania de Portugal sobre o *Novo Mundo*.

A prática de usar marcos de pedras para garantir a posse das terras conquistadas para os portugueses vinha de uma herança romana, da política de expansão territorial promovida pelo Império Romano para legitimar o poder do Imperador. Obviamente, para os portugueses, o conhecimento científico (cartografia) era superior à prática de legitimação de territórios feita com pilares de pedras. Partindo desse pressuposto, constata-se que, para a coroa portuguesa, essa prática tinha sentido político de expansão de território, e não religioso. Assim, para Portugal, o marco de posse não era sagrado.

O pioneiro a fazer uso dessas colunas de pedra fora da Europa como cerimônia de posse foi o navegador Diogo Cão, em 1483, no rio Zaire, na África, dando início ao costume, em substituição às cruzes de madeira que eram utilizadas em pontos de aguadas. Além do Marco plantado na costa de Touros, outros dois posteriormente foram chantados pela

mesma expedição no Brasil, sendo o segundo no litoral da Bahia e o terceiro na costa paulista, na praia da Cananeia – este último pode ser visto no Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Rio de Janeiro. Logo, o Marco de Touros é o mais antigo de todos os chantados no país.

Na carta acima citada – conhecida como “LETTERA” e enviada para Pier Soderine, homem rico de Florença, na Itália –, Américo Vespúcio informava que, na latitude 5º equacional sul, os portugueses haviam aportado numa praia e lá tinham tomado posse do país em nome do sereníssimo rei de Portugal e tinham chantado, de acordo com o costume, um Marco para autenticar, de forma material, a posse *jurídica* das terras *descobertas*. Seguindo a descrição geográfica de Vespúcio, o historiador pernambucano José de Vasconcelos, no final do século XIX, em sua obra *Datas Célebres e Fatos Notáveis da História do Brasil* (1890), revelou para o mundo acadêmico a existência do monumento histórico.

Esse historiador constatou *in locus* a existência do Marco de Touros no ano de 1875 e observou que este padrão colonial era na verdade um marco de posse, visivelmente igual ao colocado no litoral de São Paulo pela expedição de 1501. Junto à pedra principal foram fixadas duas outras pedras menores, por nome de *Testemunhas* ou *Tenentes*. Por isso o nome da praia é escrito no plural (praia dos Marcos) e ela é conhecida como o nosso *Porto Seguro*.

Ao ser chantado, o Marco de Touros comprova, ainda, o início do intervalo temporal em que o país passou a servir como colônia de exploração para Portugal, subsidiando e dando suporte à política econômica da sociedade portuguesa anos mais tarde. Faz-se necessário considerar que o Marco de Touros não ficou restrito ao plano político, uma vez que a ele foram atribuídos também contornos religiosos e de monumento da cultura material.

3 | MARCO DE TOUROS COMO SÍMBOLO RELIGIOSO DE DEVOÇÃO POPULAR

Ao longo do adensamento das nossas discussões, registramos que o Marco de Touros foi uma das formas utilizadas pelos portugueses no sentido de garantir a posse política de Portugal sobre as terras *recém-descobertas*. Contudo, ao longo dos tempos as pessoas adotaram esse mesmo Marco como um símbolo religioso de devoção popular.

As impressões registradas em conversas com os populares demonstram que o Marco de Touros era considerado *divino*, isto é, algo trazido pela providência de Deus, que utilizou da sabedoria dos portugueses para mandar o Marco de Touros para comunidade.

Nesse contexto, as pessoas começaram a externar ritos religiosos variados em homenagem ao Marco de Touros. Para elas, tais manifestações foram experiências religiosas importantes para a manutenção da fé no Marco, agora sacro. Dessa forma, o sagrado pode se manifestar, como enfatiza Mircea Eliade (1992, p. 18), em um objeto

qualquer, como uma pedra. Assim, o natural pode passar a ser, na mentalidade das pessoas, o sobrenatural. Enquanto que, na cerimônia portuguesa de posse do Brasil, o Marco era considerado um padrão de posse *jurídica* das terras *recém-descobertas*, esse mesmo marco passa a ter outro tipo de manifestação, ou seja, ele representa agora um sentido religioso, ou melhor, ele passa a estar no plano do *divino* para os devotos.

As homenagens ao Marco de Touros eram feitas periodicamente, pois a cada ano era realizada uma festa para ele, no dia 03 de novembro, promovida por algum morador que houvesse recebido uma graça do Marco.

As pessoas procuravam o Marco de Touros para curar suas doenças, como, por exemplo, dor de cabeça, feridas, dor no seio, dor nas pernas, dor no corpo, dentre outros problemas. Entre tantos relatos que ouvimos das pessoas sobre o *Marco*, observamos que era frequente, nos fragmentos da fala dos devotos, a atribuição de milagres operados pelo *Marco de Touros*, ou *Santo Cruzeiro dos Marcos*, como diriam os devotos, por meio de promessas feitas.

Segundo informações dos devotos do Marco de Touros, os rituais do sagrado se estenderam até a década de 1970. As manifestações religiosas ao Marco contemplavam: rezas do terço, romarias, promessas, ex-votos, novenas e fitas votivas. Tais práticas religiosas podem ser percebidas como questões de representações coletivas sobre o poder sobrenatural operado pelo Marco. Ademais, são vivências e representações constituintes da cultura, fornecendo importantes referências nas relações de sociabilidade da praia dos Marcos.

Nesse aspecto, Mircea Eliade (1992) acrescenta que os símbolos fazem parte da vida das pessoas; eles parecem ser algo inerente aos assuntos ligados à religiosidade. Isso significa dizer que a vida humana está repleta de símbolos e dos seus respectivos significados. Assim, o simbolismo criado em torno do Marco de Touros parecia sustentar as pessoas da praia dos Marcos e demais comunidades na espiritualidade. Pelo exposto, dado por alguns estudiosos, é possível inferir que os símbolos parecem ser uma necessidade humana, que é saciada quando acontece o encontro desses símbolos com os devotos.

Ao enfatizar o Marco de Touros como referencial religioso, podemos aproximá-lo dos santos canonizados, posto que a devoção ao Marco de Touros rendia gestos e significados tradicionalmente atribuídos ao culto dos santos da Santa Sé. Obviamente, as referências para os devotos daquelas espacialidades podiam estar em outra ordem.

As raízes históricas sobre a construção simbólica do Marco de Touros, ou seja, a respeito do poder sobrenatural com base no referencial teórico, nas oralidades dos devotos e no Livro Tombo da Paróquia do Bom Jesus dos Navegantes em Touros/RN, apontam que tal manifestação iniciou depois que missionários passaram no local em que a pedra colonial foi encontrada. Ao observar que na pedra estava esculpida a Cruz da Ordem dos Cavaleiros Templários de Cristo, logo disseram às pessoas daquela espacialidade que a pedra era santa e que deveria ser cultuada como símbolo religioso.

Ao cultuar o Marco, a cristianização romana transformou-se em uma espécie de catolicismo popular. Isso porque o fato de fazer cultos ao Marco *profano* transforma a pedra em um *símbolo de devoção*, mesmo sem ele ser um santo da Igreja.

Pensando nisso, observa-se que essas representações estão ligadas às concepções metafísicas do homem. Nesse sentido, estamos em consonância com as premissas defendidas pelo estudioso José D'Assunção Barros (2005), para quem “as práticas e as representações são sempre resultado de determinadas motivações e necessidades sociais” (BARROS, 2005, p.11). Ou seja, as motivações foram justamente feitas pelos missionários que viram a necessidade das pessoas em ter algo sagrado para cultuar.

Embora o Marco não fosse um santo como considera a Igreja Católica, ele recebeu dos devotos a honra de ser colocado em um altar oficial de uma capela. Isso atesta que a ele foram dirigidas honrarias dignas de um santo romano. Dessa forma, poder-se-ia dizer que o Marco Colonial não foi canonizado pelas bênçãos papais, mas pelas bênçãos do povo que lhe cultuava como símbolo sagrado.

O culto ao Marco era feito especialmente numa capela própria, para ele construída. Esse lugar configurou-se como um espaço *sacralizado* pelos fiéis; o intuito era para que os devotos pudessem habitar e fazer suas manifestações religiosas, ou seja, a igreja era, para o fiel devoto, o eixo que marca o limiar entre o *sagrado* e o *profano* - ligação entre o céu *sobrenatural* e a terra *humana* (ELIADE, 1992, p. 64). Nesse sentido, a capela foi lugar eleito de experiências sagradas para as pessoas expressarem sua fé no Marco.

Essa perspectiva contraria as falas dos intelectuais que escreveram sobre o Marco de Touros, como Oswaldo de Câmara de Souza, Marcus César Moraes, Enélio Petrovich, dentre outros, que afirmaram que o culto ao Marco nasceu fruto da ignorância, das superstições, do fanatismo e da insânia do povo da praia dos Marcos e comunidades vizinhas.

4 | A POLÍTICA DO IPAHN-RN, NA PESSOA DO SEU PRESIDENTE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA, EM RELAÇÃO AO MARCO DE TOUROS

Ao ser descoberto pelos pesquisadores no final do século XIX, o Marco de Touros tornou-se um objeto de desejo desses acadêmicos. Desde então, buscaram de várias formas retirá-lo da praia dos Marcos.

A partir desse episódio, a história do Marco de Touros e de seus devotos passou a ser escrita por historiadores, memorialistas, literatos, dentre outros profissionais. No entanto, quase sempre esses sujeitos eram membros da cultura intelectual dominante ou escreviam para tal classe. Ao discorrerem sobre o Marco de Touros, não se levou em consideração o contexto da cultura dos povos envolvidos onde o Marco estava inserido; ou seja, foi uma história construída de forma verticalizada, pois eles apresentaram em suas

obras aquilo que mais correspondia aos interesses dos próprios grupos que escreviam. Dessa forma, a partir de uma revisão historiográfica do texto do ex-presidente do IPHAN-RN, Oswaldo Câmara de Souza, intitulada *Acervo do Patrimônio Histórico e Artístico do estado do Rio Grande do Norte (1981)*, fica proposto verificar a visão desse intelectual em relação ao Marco de Touros e seus devotos.

Atuando como presidente do IPHAN, Oswaldo de Souza obteve o tombamento de vários objetos e monumentos históricos em nível nacional, entre eles o Marco de Touros. No livro sobre o *Patrimônio Histórico e Artístico do estado do Rio Grande do Norte*, convoca:

Os norte-rio-grandenses, não podem ficar indiferentes: seria até humilhante consentir no perecimento dos bens culturais do passado. O Rio Grande do Norte não é apenas um estado que produz sal, algodão e possui inesgotáveis jazidas de xilita. Porque ficarmos tão desvanecidos com a boniteza das nossas praias onde o forasteiro chega, chupa caju entre goles de “pinga”, e vai embora dizendo ter “conhecido” o Rio Grande do Norte? Os monumentos históricos e artísticos do Estado devem constituir, também, um atrativo para os que nos visitaram [...] (SOUZA *apud* CARDOSO, 2000, p. 600).

A citação acima demonstra que a proposta do Sr. Oswaldo de Souza era mostrar o Rio Grande do Norte pelo ângulo do *Patrimônio Histórico* e não tão somente pelas belezas naturais. Para tanto, na sua gestão junto ao IPHAN, ele garimpou objetos de estimado valor artístico e cultural, como, por exemplo, o Marco de Touros. Ao examinar o capítulo *O mais antigo marco colonial do Brasil*, da obra de Oswaldo de Souza, percebemos que esse estudioso mostra como ele conduziu o processo de retirada do Marco de Touros da praia dos Marcos em nome da suposta integridade física do monumento histórico.

Em visita ao Marco de Touros no ano de 1962, Oswaldo Câmara de Souza revelou que chegou à praia dos Marcos e encontrou o Marco Colonial de 1501, o qual as pessoas da comunidade chamavam de *Santo Cruzeiros dos Marcos*, dentro de uma capelinha, coberto por fitas votivas e com ex-votos aos pés. Oswaldo informa: “quando o examinamos, pela primeira vez, estava fincado numa base de alvenaria, à guisa de altar” (SOUZA, 1981, p. 19). Observamos, na fala de Souza, que, no primeiro contato com o Marco de Touros, esse estudioso, representando o IPHAN, percebeu que o Marco, para o povo local, estava na ordem do sagrado, ou seja, tinha um caráter religioso e não de monumento do *patrimônio histórico*.

Conforme Souza (1981), o Marco fixado na praia dos Marcos é idêntico ao encontrado na praia da Cananeia, no litoral de São Paulo. Aquele foi transladado para o Instituto Histórico Brasileiro do Rio de Janeiro, no ano de 1866, pelo barão de Capanema. Esse fato era uma campanha dos Institutos para obterem em seus acervos peças de estimado valor histórico patrimonial, com a finalidade de produzir uma História nacional. Para confeccionar uma suposta história indenitária do Brasil, além dos escritos publicados nas revistas do IHGB, seus membros garimpavam pelo interior do país todos os vestígios que eles considerassem símbolos de importância para escrever a história do Brasil.

Segundo Souza (1981), em sessão ordinária do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, em 10 de outubro de 1890, o conselheiro Tristão Alencar Araripe anunciava “a existência de um Marco colocado junto ao Cabo de São Roque, no Rio Grande do Norte, e propunha que o Instituto se interessasse com o Ministro da Instrução Pública para a sua remoção até as coleções do velho sodalício” (SOUZA, 1981, p. 26). Essa citação mostra que o desejo de retirar o Marco de Touros – *Cruzeiro dos Marcos* – das pessoas era muito antigo; “A despeito, portanto, da função social desempenhada pelo IHGB, é necessário destacar que o grêmio carioca procurou trazer para a história do Brasil um rigor documental até então inusitado” (SCHWARCZ, 1993, p. 108).

A respeito das manifestações religiosas ao Marco de Touros, Oswaldo de Souza enfatiza: “o culto popular chegava às raias do fetichismo, havendo a crença absurda de que um chá, preparado com fragmentos da pedra, tinha poderes milagroso, trazendo alívio e cura às mazelas do corpo e do espírito. E o povo, no seu fanatismo, ia tirando lascas da pedra, para tais tisanas [...]”. (SOUZA, 1981, p.19). Nesse trecho, Souza denuncia aquilo que chama de depredação do *patrimônio histórico*, ignorando mais de quatro séculos e meio em que a comunidade, supostamente por motivos religiosos, resolveu resguardar a pedra colonial da ação do homem e do tempo.

Sobre a prática do chá santo, é importante destacar que nem o historiador José de Vasconcellos (1890), nem Luis da Câmara Cascudo (1928), fazem referência a esse fato, embora eles já citem que o povo havia adotado o Padrão Colonial de Posse como algo sagrado, *Cruzeiro dos Marcos*. Nesse sentido, de acordo com a oralidade dos devotos que vivenciaram os cultos religiosos ao *santo Cruzeiro dos Marcos*, a prática do chá santo nunca existiu.

As práticas religiosas ao Marco foram amplamente condenadas pelos veículos culturais do Estado, a partir dos escritos de Oswaldo de Souza, como sendo uma aberração histórica. O acadêmico se coloca como aquele que irá salvar o Marco Colonial, quando afirma: “procuramos, por todos os meios, acabar com essa obsessão religiosa, sobretudo para evitar tais cenas de vandalismo, pondo em perigo a integridade dessa valiosa relíquia do nosso passado histórico” (SOUZA, 1981, p. 19). Ao se referir aos devotos dessa forma, Oswaldo de Souza não se preocupou em conhecer a cultura do povo a quem chamou de vândalos. Ele não observou que, para descobrir o significado de um símbolo, é necessário aprofundar-se e conhecer a cultura que o criou.

Com isso, “desde a primeira inspeção que fizemos ao monumento, verificamos, logo, a conveniência de trazê-lo para Natal, onde tão valiosa relíquia histórica poderia ser admirado e preservado, de maneira adequada” (SOUZA, 1981, p. 20-21). A concepção apontada por Oswaldo de Souza nos inclina a perceber que o seu objetivo principal era retirar o Marco de Touros dos devotos e conduzi-lo para um lugar onde a pedra tivesse apenas conotação de patrimônio histórico. Partindo desse ponto de vista, ele enfatiza:

“com habilidade e paciência, íamos doutrinando o povo cada vez que ali aparecíamos” (SOUZA, 1981, p. 21). E na sequência dá a última cartada:

[...] em janeiro de 1969, quando ali estivemos, fizemos uma proposta aos moradores da vizinhança, como solução conciliatória para o impasse: - 1) IPHAN promoveria uma reprodução do Marco, e essa réplica substituiria o original que seria trazido para o Forte dos Reis Magos, em Natal: - 2) como compensação, oferecíamos, ainda, uma imagem do santo que o povo considerasse mais milagreiro, entronizando-o na atual capelinha, cujas obras determinais ficariam a cargo do IPHAN (SOUZA, 1981, p. 21).

Ao rejeitar as visões de mundo que as pessoas tinham sobre o Marco, Oswaldo de Souza, descaracterizou uma cultura que não era a sua. Ademais, foi além, ao sugerir que o povo que tinha o Marco como um Santo na *longa duração* esquecesse ou tirasse de suas memórias aquilo que consideravam sagrado e *transferisse* esses sentimentos para uma réplica do Marco, sem nenhuma conotação religiosa. Isso é querer arrancar aquilo que é mais valioso nas pessoas, isto é, suas identidades, suas raízes, e, sobretudo, seus valores culturais.

Ao final, do texto, o autor diz que o povo que cultuava o Marco estava em estágio cultural inferior ao padrão civilizado. Essa perspectiva de cultura trabalhada pelo presidente do IPHAN é uma visão etnocêntrica, pois não podemos utilizar métodos de comparação para definir aspectos culturais de uma sociedade heterogênea.

Estudos como esses ignoram a diversidade cultural das pessoas da Praia dos Marcos e demais comunidades. Assim, essa história trabalhada por Souza é considerada preconceituosa e excludente, posto que não considera as identidades das pessoas e, de forma hegemônica, procura tornar-se verdade imutável.

Entretanto, o Marco de Touros tem uma história mais rica do que a que está nos arcabouços dos livros que consumimos como verdade, visto que esse monumento não representa somente um patrimônio histórico, mas, sobretudo, ele contempla vários aspectos, como o histórico, o cultural e o religioso.

Essas constituintes, são partes importantes que os intelectuais, ao discorrer sobre o Marco histórico, nublaram da real história do Marco de Touros, excluindo dessa forma as dimensões culturais que existiam por trás da pedra colonial. De acordo com *a Nova História Cultural*, o historiador deve engajar dentro dos acontecimentos com uma visão holística, pois, como bem diz Sandra Pensavento (2008), parafraseando Lynn Hunt, se a História é chamada de *Nova História Cultural*, é porque tem a ver com uma nova forma de a história trabalhar a cultura.

Nisso o Marco de Touros não pode ser visto apenas para escrever o histórico dos feitos da navegação portuguesa e nem como Patrimônio Histórico Nacional, como pensam os intelectuais, mas, também, para escrever a História de todos os sujeitos envolvidos nesse processo. Assim, escrever a história do Marco de Touros requer um olhar para uma *história vista de baixo*, uma vez que essa pedra está carregada de significados históricos, religiosos e culturais que não recebem a atenção necessária e, por isso, foram colocados

nos grilhões obscuros dos escritos fechados de parte de uma elite que escreveu para seus pares.

Nesse contexto, o Marco de Touros começou a representar símbolo de três dimensões: mágico-religiosa, histórico-patrimonial e como padrão de posse das terras *recém-descobertas*. No que se refere ao caráter religioso do Marco, era, para os moradores da Praia dos Marcos, de Cauã, Morros dos Paulos e Morros dos Martins, um símbolo sagrado de devoções; quanto ao segundo aspecto, o Marco representava para os intelectuais potiguaros um valor de patrimônio histórico importante para a constituinte da identidade histórica norte-rio-grandense e do Brasil, ou seja, sem nenhum valor espiritual sagrado; já para os portugueses, um autêntico padrão de posse das terras *descobertas* nas grandes navegações ultramarinas.

Infelizmente, Oswaldo de Souza, movido por uma política que buscava retirar o Marco de Touros, possivelmente não compreendeu que, da mesma forma que o Marco era para ele um patrimônio histórico, esse mesmo Marco para o povo devoto era um símbolo sagrado. Por isso, sua presença na comunidade era de grande significância para manutenção do culto religioso.

Ao adentrar na historicidade do Marco, percebe-se que era mais conveniente para o IPHAN tirar o Marco de Touros do seu povo, sem se importar com as dimensões culturais religiosas, e dar ao Marco colonial português conotação de patrimônio histórico. Assim, o IPHAN, na pessoa de seu presidente Oswaldo de Souza, promoveu a retirada do Marco de Touros, no ano de 1974, para a Fortaleza dos reis Magos, em Natal, onde permanece até os dias atuais. “Um monumento, deslocado do seu universo histórico e social, está destinado ao esquecimento. A importância de mantê-lo no lugar de sua origem significa uma ligação entre o histórico e o social”. (SILVA, 1999, p. 11). Concordando com a referência acima, Roberto Azevedo indaga:

Assim, podemos perguntar até que ponto tantos tombamentos não terão efeito semelhante ao da destruição [...] Mas a conservam como os embalsamadores faziam. Separados da vida e do cotidiano pela gravidade que assumem ao serem declarados intocáveis, os prédios também morrem, embora de morte diferente que a provocada pelas picaretas (AZEVEDO, 1987, p. 80).

Mediante os aspectos elencados, percebemos que o Marco de Touros foi retirado da praia dos Marcos pelo IPHAN, por interesses exógenos, e não pelas práticas religiosas ao Marco. Por isso, destacamos que o principal interesse do IPHAN era escrever a História local e, com isso, fornecer ao povo potiguar argumentos concretos sobre a identidade histórica do Rio Grande do Norte a partir do tombamento do Marco de Touros.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz das considerações finais, afirmamos que a proposta do trabalho foi evidenciar, através da *Nova História Cultural*, um aspecto colocado de maneira deformada na história

potiguar no que se refere ao Marco de Touros, qual seja, o aspecto religioso.

Ao fazer essa referência, foi necessário contextualizar como os portugueses faziam suas cerimônias de posse das terras *recém-descobertas* no período das Grandes Navegações. Nesse entendimento, constatamos que os lusitanos, diferentemente de outros europeus, faziam suas cerimônias de posse através do processo de *latitude*, bem como com marcos de pedras.

No que concerne ao processo de medição por *latitude*, esse era importante, pois servia de base para os demais navegadores poderem se localizar geograficamente no espaço com precisão. Já os marcos de pedras, por sua vez, atestavam provas materiais da presença portuguesa nas terras do *Novo Mundo*. Assim, para dar solidez à cerimônia de posse feita por Mestre João em 1500, em *Porto Seguro*, uma vez que essa cerimônia não era reconhecida pelos demais europeus, foi chantado na atual Praia dos Marcos, em 07 de agosto de 1501, o Marco que garantiria a posse da terra de Vera Cruz - Marco de Touros.

Dessa maneira, foi verificado que os boatos sobre a existência de cultos religiosos feitos pelos moradores da Praia dos Marcos, de Cauã, Morros dos Martins e Morros dos Paulos ao Marco de Touros – ou *Santo Cruzeiro dos Marcos*, como esses devotos o chamavam – de fato existiram, como as promessas, os ex-votos, as novenas, as romarias, as fitas-votivas, dentre outros. Possivelmente foram esses atos religiosos que protegeram o Marco de Touros durante muito tempo, até a sua remoção para Natal/RN, no ano de 1974, o que contraria a visão de Oswaldo de Souza, que, ao discorrer sobre o Marco de Touros, atribuiu aos devotos do Marco papel de *agressores do patrimônio histórico*. O artigo mostra ainda que, o ato de leva-lo para a Fortaleza dos Reis Mago, em Natal/RN, interferiu na mentalidade das pessoas que tinham o Marco como *santo de devoção*.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Roberto Marinho. **Algumas divagações sobre o conceito de tombamento**. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 22, Rio de Janeiro, p. 80-81, 1987.

BARROS, José D'Assunção. A História Cultural Francesa - Caminhos de Investigação. in: **FENIX- Revista de História e Estudos Culturais**. v. 2, n. 4, p. 1-17. Out/Nov/Dez, 2005. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br/PDF5/ARTIGO%201%20-%20JOSE%20BARROS.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

CASCUDO, Luis da Câmara. **O mais antigo Marco Colonial do Brasil**. Natal: Centro de Imprensa, 1934.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: A essência das religiões. [Tradução Rogério Fernandes]. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org). **Usos e abusos da história oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A história de muitas cabeças**: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. [Tradução Berilo Vargas]. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LIVRO-TOMBO. Nº 4. Paróquia do Bom Jesus dos Navegantes. Touros-RN, 2000.

MORAIS, Marcus César Cavalcante de; PETROVICH, Enélio Lima. **O Brasil nasceu juridicamente no Rio Grande do Norte**. Natal: Foco, 2007.

O'BRIEN, Patrícia. A história da cultura de Michel Foucault. in: HUNT, Lynn (Org). **A nova história cultural**. [Tradução Jefferson Luiz Camargo]. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PATRIOTA, Nilson. **Touros - uma cidade do Brasil**. Natal: Departamento de Imprensa, 2000.

PENSAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SOUZA, Oswaldo Câmara de. **Acervo do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal: CERN, 1981.

SCHWARCZ, Lília Mortz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SILVA, Ana Maria Castro da. **O Rio Grande do Norte na Rota das Grandes Navegações**. Natal, 1999.

SEED, Patrícia. **Cerimônias posse na conquista europeia do novo mundo**. [Tradução Lenita R. Esteves]. São Paulo: UNESP, 1999.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra; ALBUQUERQUE, José Geraldo de. **Subsídios para o Estudo da História do Rio Grande do Norte**. 2. Ed. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. 16. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

TERRITORIALIDADE, IDENTIDADE E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO SUDOESTE PARAENSE

Data de aceite: 01/06/2020

Data de submissão: 04/05/2020

Karina Andréa Tarca

Universidade do Estado de Mato Grosso –
Unemat

Cáceres - Mato Grosso

<http://lattes.cnpq.br/0255617392909323>

RESUMO: A partir da década de 1970, o estado Brasileiro – então sob a ditadura militar – estimulou processos de avanço da fronteira agrícola e ocupacional sobre o território amazônico. Sabemos que esse processo, viabilizado pelo Estado, a partir da construção de novas estradas federais, como a BR-163 (Cuiabá-Santarém), teve como um dos seus objetivos estabelecer uma “contra-reforma agrária”, especialmente no sul do país, processos problematizados e estudados por diversos pesquisadores ao longo das últimas décadas. Destarte o passar do tempo e suas contradições, o certo é que os processos de avanço da fronteira sobre a Amazônia continuam em curso, notadamente no estado do Pará sob a área de influência da BR-163. Se dando de forma semelhante, mas também específica, em

relação aos processos de ocupação da fronteira no norte do estado de Mato Grosso - já que se torna uma extensão desses avanços a partir da década de 2000 -, as áreas sob influência da BR-163 paraense emergem como territórios cheios de disputas e conflitos fundiários, ambientais, políticos e sociais. A partir de dados de campo obtidos em estudo etnográfico realizado entre os anos de 2012 e 2014 numa pequena cidade recém colonizada situada no sul da BR-163 no Pará, chamada Cachoeira da Serra, apresento e refletir sobre alguns fatores envolvidos nestes processos mais recentes de ocupação e avanço da fronteira e o modo como os atores locais deste estudo de caso vivenciaram e compreendem suas experiências, trajetórias e expectativas.

PALAVRAS-CHAVE: fronteira amazônica, conflitos sociambientais, identidade, BR-163.

TERRITORIALITY, IDENTITY AND SOCIAL-ENVIRONMENTAL CONFLICTS IN THE SOUTHEAST OF PARÁ

ABSTRACT: From the 1970s onwards, the Brazilian state – that was under the military dictatorship - encouraged the agricultural frontier advancing processes over the Amazon territory. These processes, that the State made

possible, from new federal roads construction, such as BR-163 (Cuiabá-Santarém), had as one of its objectives to establish a “agrarian counter-reform”, especially in the south of the country, processes problematized and studied by several researchers since the 1970s. Thus, the time passage and contradictions, the truth is that the advancing frontier processes over the Amazon are still underway, notably in the state of Pará under the BR-163 influence area. Taking place in a similar but also specific way in relation to the frontier occupation processes in the Mato Grosso northern region - since it became an extension of these advances from the 2000s onwards - the areas under Pará BR-163 influence emerge as territories full of land, environmental, political and social conflicts and disputes. Based on field data obtained in an ethnographic study carried out between the years 2012 and 2014 in a small recently colonized city located in the south of BR-163, named Cachoeira da Serra, I aim to present and reflect on some factors involved in these more recent occupation and advancing the frontier processes in the southwest of Pará and the way in which the local citizens of this study were experiencing and understanding their experiences, trajectories and expectations.

KEYWORDS: Amazonian frontier, social and environmental conflicts, identity, BR-163.

1 | INTRODUÇÃO

O avanço da fronteira agrícola, extrativista, ocupacional ou fundiária na amazônica conformam uma história permeada de conflitos, especialmente no que tange a existência e os direitos das populações indígenas profundamente violentadas e silenciadas nestes processos. Como sabemos, essa história tem um passado longínquo que ocorre desde a colonização do Brasil, porém foram em décadas mais recentes, especialmente a partir da década de 1970, que o estado brasileiro passou integrar de forma mais sistemática o território amazônico dentro de um plano de desenvolvimento nacional.

Permeado por uma ideologia “desenvolvimentista”¹, este projeto de expansão da fronteira amazônica, elaborada e colocada em prática durante a Ditadura Militar, teve como um dos seus objetivos lidar com as tensões agrárias que vinham se configurando em outras partes do país, notadamente nas regiões sul e nordeste. Estas regiões passaram por uma acelerada concentração e transformação fundiária – provocados por processos de modernização no campo - levando à expulsão dos “camponeses marginais” (VELHO, 1979) que, sem terras e perspectivas, tanto no campo como nas cidades, passaram a reivindicar direitos e provocar conflitos. No nordeste, tal processo já se mostrava articulado, com a formação de organizações de luta camponesa tendo como bandeira

1 A política “desenvolvimentista” esteve intimamente relacionada a uma ideologia “integralista” elaborado pelo Governo Militar (VELHO, 1979; IANNI, 1979; BECKER, 1990), tendo como objetivo incentivar processos de ocupação da fronteira amazônica através de um conjunto de ações do Governo como abertura de estradas, implementação de projetos de colonização públicos e privados, concessão de créditos e incentivos fiscais para empresas que se deslocassem para a região, assim como investimentos em infraestrutura em determinados lugares da Amazônia. Muitas propagandas foram veiculadas no período pelo Estado, visando estimular processos migratórios para a região, considerado então “espaço vazio” (BECKER, idem). Como sabemos, esses projetos foram permeados por violência e corrupção, tanto pública quanto privada, em relação à formas de ocupação territorial e grilagem de terras públicas, apropriação de recursos naturais e uso de dinheiro público (TORRES, 2017).

a reforma agrária como, por exemplo, a existência e as ações das Ligas Camponesas e suas reivindicações.

Visando contornar tais problemas, o Governo Militar buscou desarticular essas tensões mitigando-as e direcionando-as para outras regiões, como para a ocupação de terras na Amazônia, considerado então espaço “vazio” e pouco “integrado” à Nação. Estas iniciativas foram identificadas por alguns autores como uma autêntica “contra-reforma agrária” (IANNI, 1979). Desta forma, a “colonização” da Amazônia, inclusive do ponto de vista militar, teria entrado indiscutivelmente na pauta nacional. Conforme afirma Otávio Velho (1979), esta colonização adquiriu um “sentido real concreto”, pois estariam oficializadas as condições efetivas de articulação de um programa de ocupação e controle da fronteira amazônica.

A efetivação dessa política colonizadora envolveu camadas poderosas de ideologia, expressas por *slogans* da época tais como “ocupar para não entregar” ou “terra sem homens para homens sem terra”. Milhares de pessoas, sobretudo camponeses, foram incentivados pelo Estado à emigrar em direção ao território coberto pela vegetação “selvagem” e à “espera de colonos” (BECKER, 1990).

Para que o projeto fosse possível, foi necessário que o Governo Federal procedesse à abertura de novas estradas que interligassem as outras regiões do país ao território amazônico, principalmente ao centro-sul. Foi neste contexto que a BR-163 (Cuiabá-Santarém) foi construída na década de 1970, assim como a rodovia *Transamazônica* (ligando o Nordeste à Brasília, e esta à Belém, Rondônia e Acre), previstas no âmbito do *Programa de Integração Nacional*, o PIN², tornando-se um marco das políticas integralistas de ocupação da Amazônia.

Como atestam o passar dos anos, este processo de abertura da fronteira amazônica vem nos legando uma história permeada de profundas contradições econômicas, fundiárias, políticas, sociais e, ambientais. Neste sentido, o estado do Pará, desde os anos 2000, tem se colocado como uma das regiões mais conflituosas dos processos recentes de expansão da fronteira amazônica, estimulados pelo desenvolvimento do agronegócio e o esgotamento dos processos de colonização no centro-oeste, aliadas às pressões de setores hegemônicos destes estados pelo asfaltamento da BR-163 até os portos de Santarém e Itaituba, localizados no estado do Pará, e requisitados a se transformarem em novos pólos de escoamento dos produtos para exportação (OLIVEIRA, 2005; TORRES, 2017).

O avanço de fluxos migratórios e frentes de expansão em direção ao sudoeste do estado do Pará foi, assim, intenso entre os finais da década de 1990 e durante os anos 2000. Podemos identificar que os fluxos migratórios em direção à lugares no eixo da BR-163 tiveram origem em diversos estados do país, tendo sido mais acentuado entre os estados do centro-oeste, nos estados do sul como Paraná e Santa Catarina, no nordeste o estado

² Decreto-lei nº 1.106 de 16 de junho de 1970.

do Maranhão e, inclusive, um importante fluxo migratório vindo do Paraguai, onde um contingente significativo de *brasiguaios*³, buscando retornar ao Brasil (ALBUQUERQUE, 2009) se deslocaram para lugares como o sudoeste do Pará onde encontrassem acesso barato à compra de terras e cidades em crescimento que oferecessem oportunidades de empreender outros negócios (TARCA, 2014).

Esses fluxos migratórios e a busca pela aquisição de terras e novas perspectivas de vida trouxeram como consequência o crescimento populacional e o maior desenvolvimento econômico de cidades ao longo do eixo da BR-163 no Pará, ou, mesmo, viram ocorrer tentativas de criação de novos povoados ou “projetos de colonização”, como foi o caso da cidade de *Cachoeira da Serra*, fundada no ano de 2000, e localizada entre as cidades de Guarantã do Norte-MT e a cidade de Castelo de Sonhos-PA⁴, distrito do município de Altamira-PA.

Neste sentido, o lançamento do empreendimento de colonização da cidade de *Cachoeira da Serra* esteve diretamente relacionado à este contexto de expansão. Caracterizado por um forte crescimento populacional já nos primeiros anos de sua existência, tendo contado com uma forte estratégia de divulgação da fundação da cidade - realizada pela Imobiliária de Guarantã do Norte-MT responsável pelo projeto - em vários municípios de médio e pequeno porte de perfil agrícola em estados como Paraná, Santa Catarina, interior de São Paulo, Mato Grosso do Sul, norte de Mato Grosso e, também, em regiões habitadas por *brasiguaios* no Paraguai (TARCA, 2014).

Este crescimento populacional verificado ao longo das áreas sob influência da BR-163 paraense, sobretudo a partir dos anos 2000, acompanhou portanto a configuração dos ciclos econômicos de expansão da fronteira nesta região, tendo sido os mais importantes o ciclo do garimpo, nas décadas de 1980 e 1990, o ciclo da madeira, nas décadas de 1990 e anos 2000, e os processos mais recentes relacionados às pressões pela difusão do agronegócio e da produção pecuária por agentes agroexportadores sobretudo do estado de Mato Grosso (OLIVEIRA, 2005).

Apesar dos processos de expansão no estado do Pará se assemelharem àqueles vivenciados em décadas anteriores na fronteira do estado de Mato Grosso, ele apresenta, no entanto, diversas particularidades, principalmente às que se referem hoje à chamada “questão ambiental” (RIBEIRO, 1992), caracterizando diversos conflitos e tensões

3 São conhecidos como “*brasiguaios*” os brasileiros que emigraram para o Paraguai ou que nasceram no país, filhos de brasileiros. A partir de fins da década de 1990 e durante a década de 2000, muitos *brasiguaios* passaram a buscar retornar ao país motivados pelos atuais conflitos por terras envolvendo paraguaios e estes grupos, nas regiões colonizadas por brasileiros (ALBUQUERQUE, 2009). A região sudoeste do Pará tem sido um destino procurado por estes grupos por conta da oferta de terras, fazendo-se presentes em quanto grupos migrantes em muitos municípios da região (TARCA, 2014).

4 O perfil das cidades ao longo da BR-163 no Pará são diferenciados, apesar de sua nítida situação de exclusão pelo poder público (TORRES, 2005). Temos cidades que nasceram do garimpo e viram retornar processos de crescimento como Castelo de Sonhos, distrito do município de Altamira, e Novo Progresso, um dos municípios mais dinâmicos da região (LACERDA, 2015). Por outro lado, temos o desenvolvimento de novos núcleos urbanos, como é o caso de Cachoeira da Serra, que contou com fluxos migratórios e processos de ocupação de terras acelerados até os primeiros anos de 2010, tendo sido propagada como o “mais novo pólo de desenvolvimento do sudoeste do Pará” e com uma população que chegou a ter mais de 6.000 habitantes no início dos anos de 2010 (TARCA, 2014).

políticas, sociais e econômicas na região.

Estes conflitos e tensões, portanto, emergem relacionados ao contexto de expansão acelerada vivenciado nas últimas duas décadas no sudoeste paraense, cujos agentes estão, hegemonicamente, direta ou indiretamente, vinculados à diversos tipos de atividades - tanto de sobrevivência quanto de acumulação de capital - que impõem exploração sobre os recursos naturais da floresta, como a exploração madeireira e a ocupação de novas áreas de terras por fazendeiros ou posseiros, gerando altos índices de desmatamento, queimadas, abertura de garimpos e formas de grilagem sob novos territórios⁵.

Assim, ao se verem confrontados às demandas e discursos cada vez mais intensos em prol de políticas ambientais de preservação e combate às formas de exploração e destruição da floresta, ocupação de novos territórios e expansão de atividades agrícolas e pecuárias na Amazônia - introduzidas de maneira mais sistemáticas em meados da década de 2000 pelo Governo Federal - , tais agentes e setores passam a reivindicar direitos e se contrapor de modo crítico ao Governo e aos agentes que são relacionados à tais políticas e discursos, considerados por eles como contrários aos “interesses, sobrevivência e desenvolvimento do povo da região”⁶.

Logo, é possível situar a emergência desse novo contexto a partir da implementação do *Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da BR-163*, mais conhecido como “Plano BR-163 Sustentável”⁷, no ano de 2006, e do posterior *Zoneamento Ecológico-Econômico* realizado no eixo da rodovia, entregue no ano de 2009, concomitante às obras – bastante controversas – de asfaltamento da 163 até o porto de Santarém (ROCHA, 2006; PINTO, 2006).

Deste modo, embora o “Plano BR-163 Sustentável” tenha sido considerado na época um projeto “inovador”, ao ter buscado aliar diretrizes de “desenvolvimento econômico” com “preservação ambiental”, criando novas Reservas Ambientais ao longo da área de influência da rodovia e implementar novas políticas de combate ao desmatamento e exploração desenfreada do território, é possível analisar que as intenções “teóricas” estiveram muito longe dos seus reais efeitos “práticos”, como atestam a existência atualmente de uma série de disputas entre interesses e discursos da população, de um

5 Não à toa a região da BR-163, no estado do Pará, apresenta um dos maiores índices de desmatamento, queimadas, processos de grilagem de terras e conflitos fundiários de toda a Amazônia brasileira (OLIVEIRA, 2005; TORRES, 2017) .

6 É possível encontrar um conjunto de reportagens e matérias na internet e jornais sobre os conflitos e falas de lideranças, defendendo estes pontos de vista e discursos contrários ao governo e as políticas ambientalistas considerados pelos agentes locais formas de “atacar” o desenvolvimento que estava em curso na região. Para análise de formas de mobilização no sudoeste paraense, ver os trabalhos monográficos indicados na bibliografia deste artigo.

7 O “Plano BR-163 Sustentável” apresenta conteúdo e diretrizes políticas complexas, tendo sido elaborado e implementado em meio às controvérsias a respeito do asfaltamento da BR-163 até Santarém-PA e suas possíveis consequências, sobretudo, ambientais (BRASIL, 2010). Considerado um “marco” em relação a construção de políticas públicas anteriores para a rodovia, ao ter buscado incorporar demandas de movimentos sociais e participação da população, elaborando um “planejamento transversal” entre metas socioculturais, econômicas e ambientais (OLIVEIRA, 2010; ROCHA, 2006), no entanto, seus resultados práticos têm se apresentado contraditórios e distantes dos objetivos teóricos previstos. Assim, podemos dizer que a área sob influência da BR-163 no Pará configura-se como arena de conflito, ao incorporar num mesma situação social interesses diversos, conflitantes e antagônicos entre si (SWARTZ, 1968)

lado, e as ações do Governo e suas políticas públicas, de outro (OLIVEIRA, 2006; PINTO, 2006; TARCA, 2014; LACERDA, 2015).

Desta forma, podemos apontar que um dos efeitos práticos gerados pela implementação do “Plano BR-163 Sustentável” foi fomentar um determinado tipo de antagonismo e organização coletiva nos municípios situados ao longo do eixo da BR-163 no Pará contrários ao “Programa BR-163 Sustentável” e as políticas consideradas “ambientalistas”, portanto, “prejudiciais à população”, na medida em que eles afetam interesses majoritários e atividades econômicas locais, levando setores importantes da sociedade competir politicamente por representações específicas acerca dos projetos de desenvolvimento e de ocupação da região.

Podemos dizer que, se por um lado, essas novas políticas não impediram a expansão e exploração de novas áreas florestais, por outro, elas têm impactado e gerado transformações significativas, a ponto da população se mobilizar e acionar discursos sobre a existência de uma “crise na região” como vetores de organização de movimentos contrários às ações do Governo e as chamadas políticas “ambientais” (LACERDA, 2015, 2019; TARCA, 2014; TORRES, 2017).

2 | FRONTEIRAS EM DISPUTA: A NOÇÃO DE “CRISE” E NARRATIVAS IDENTITÁRIAS EMERGENTES NO SUDOESTE DA BR-163 NO PARÁ

As questões relacionadas aos processos de construções identitárias dentro de contextos socioculturais específicos constituem tema importante para a análise social, na medida em que elas se constituem em fatores de conflito ou envolvem a construção de fronteiras e discursos sociais entre grupos mobilizando categorias e as acionando como “substrato para o processo de imaginação criadora da comunidade local” (PINTO, 2005).

Deste modo, é possível analisar que dinâmicas de construção de identidades ou criação de valores unificadores dentro de uma comunidade específica podem ser pensados como *atos políticos* (ERICKSEN, 1993), já que são construídos de maneira situacional e estimulados por processos de mudanças em seus contextos. Assim, comunidades e grupos desenvolvem estratégias de mobilização, valorizando determinadas categorias e narrativas, como formas de reivindicar direitos, interpretar situações vividas coletivamente ou mesmo se contrapor à processos considerados injustos ou prejudiciais aos seus interesses e trajetórias de vida (CARDOSO, 2006).

É por isso que podemos incluir a questão da *territorialidade* como elemento mobilizador de identidades, pois os atores não agem dentro de um “contexto genérico e abstrato” mas, pelo contrário, suas experiências, práticas, saberes, trajetórias e relações se desenvolvem dentro de uma “interação que é processada dentro de um quadro político específico, cujos parâmetros estão dados pelo Estado-Nação” (OLIVEIRA, 1998).

Portanto, não podemos excluir a questão da *territorialidade* como um dos fatores relacionados à dinâmicas de emergência de fenômenos étnicos e identitários (CARDOSO, 2006), na medida em que estes “parâmetros políticos” afetam contextos sociais vivenciados por grupos específicos, estabelecidos em um determinado espaço, considerado não só como espaço geográfico, mas como “uma série de outros espaços: sociais, de trocas, colonial, pós-colonial, do Estado-Nação, linguísticos, culturais e religiosos” (O'DWYER, 2011).

Assim, se torna bastante problemático considerar que as dinâmicas sociais relacionadas às experiências concretas ligadas à *territorialidade* possam ser reduzidas apenas à uma questão de “espaço geográfico”. E, apesar desses processos serem reconhecidos como centrais pelas Ciências Sociais, o mesmo não ocorre, via de regra, quando o Estado ou os Governos formulam e impõem determinados projetos políticos, ignorando vivências socioculturais específicas, cujas ações têm poder de afetar grupos inteiros ou setores subalternizados e vulneráveis da sociedade (O'DWYER, 2014).

Desta forma, talvez fique mais fácil compreender porque muitas políticas governamentais que vêm afetando e construindo experiências de territorialização específicas na Amazônia brasileira têm sido hoje geradoras de tantos conflitos, assim como as configuradas ao longo do eixo da BR-163 paraense, expressando de forma prática os reais efeitos contraditórios das diferentes ações do Estado na região ao longo das últimas décadas.

Portanto, não podemos dizer que a região da BR-163 no Pará apresenta-se como espaço “neutro” relativo à determinados efeitos pretendidos por políticas públicas atuais, mas, pelo contrário, emerge como território caracterizado por profundas disputas econômicas, políticas e sociais. Logo, torna-se bastante problemático “generalizar” tais processos sem levar em consideração as contradições geradas, tanto no passado quanto no presente, pelos processos “modernizadores de construção da nação e estratégias de redefinição do Estado e suas margens” (O'DWYER, 2014).

Assim, discriminar com maior profundidade as diferentes trajetórias de vida dos grupos sociais mobilizados no interior destes processos torna-se questão fundamental para compreender o porquê de determinadas reivindicações e formas de luta serem organizadas pela população no eixo da BR-163 paraense, disputando portanto o poder de “circunscrever a região” e “impor a definição legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de di-visão legítima do mundo social” (BOURDIEU, 2011, p.114)

De acordo com Pierre Bourdieu, esta dinâmica ocorre dentro de um “campo de lutas”, cujo “discurso regionalista como discurso performativo” opera pela capacidade de mobilizar categorias de reconhecimento e impor “princípios de visão e de divisão comuns” conformando uma “visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade” (*idem*, p.117). Podemos afirmar que a emergência de determinadas narrativas entre a

população dos municípios do sudoeste paraense – mobilizadas em torno da revalorização de noções de “pioneirismo”, “desbravamento” e “progresso” -, obedece à uma lógica social de construção política que tem servido como estratégia unificadora de interesses entre os grupos sociais que, no entanto, têm como experiência e interesse comum o sentimento de descontentamento e crítica às atuais “políticas ambientalistas” pautadas pelas ações do Governo e defendidas de modo hegemônico em outros espaços sociais, como, por exemplo, na “mídia”, consideradas por estes grupos discursos estigmatizados e ações “criminalizadoras” de suas identidades e trajetórias de vida (LACERDA, 2015; SELUCHINESK, 2008, TARCA, 2014).

Assim, desde que a implementação do “Plano BR-163 Sustentável”, seguido pelo Zoneamento Ecológico-Econômico da rodovia, teve como consequência prática intensificar ações cada vez mais repressivas de combate ao desmatamento, às queimadas, à grilagem de novas áreas de floresta, a imposição de novas legislações ambientais para exploração e transporte de madeira, regularização de projetos de manejo sustentável assim como regularização fundiária e, especialmente, leis relativas à criação de novas Reservas Ambientais. Estas políticas geraram impactos econômicos e sociais significativos nos municípios, situados no eixo da BR-163, que estavam em rápido crescimento econômico. Vemos assim a emergência destes discursos e novas formas de luta sendo organizadas contra os agentes públicos acusados de gerar “crise na região” e estigmatizar as identidades da população como “grileiros, bandidos e desmatadores de floresta.”⁸.

Assim, ao realizar o trabalho etnográfico na localidade de Cachoeira da Serra, no período já informado acima, em que órgãos como IBAMA, ICMBio, Força Nacional e ONGs se faziam cada vez mais presentes atuando no cotidiano de vida da população e, inclusive, a própria mídia, ao veicular diversas reportagens em cadeia nacional sobre o combate ao desmatamento e aos “crimes ambientais” praticados no sudoeste do Pará, que se contextualizam narrativas e falas dos moradores que transcrevo abaixo, em que é possível observar os informantes tecendo um conjunto de críticas à estes agentes e relatando algumas experiências vividas de enfrentamento às ações consideradas repressivas dos agentes públicos e as contradições de suas políticas na região:

Informante A: [...] eles (IBAMA)⁹ já vêm pra multar mesmo!

Informante B: multa, prende, leva algemado, vixi! Parece que eles tão lutando numa guerra! Eles chegam de helicóptero, com aquele bando de caminhoneta, tudo armado, chega ai e vai prendendo todo mundo, parece que tá numa guerra... queima barraco, queima tudo...

8 Tais falas foram muito recorrentes no âmbito do meu trabalho de campo em Cachoeira da Serra, especialmente a que se referia a repetição da frase “bandidos, grileiros e desmatadores de floresta”, atribuída à uma fala do presidente Lula quando este se referia à região da BR-163 no Pará e governo à época em que o “Plano BR-163 Sustentável” foi formulado e aprovado. Por isso, foi possível registrar o quanto os governos Lula e Dilma, assim como a mandato de Marina Silva à frente do Ministério do Meio Ambiente, eram criticados e repudiados de maneira hegemônica pela comunidade local (TARCA, 2014).

9 Coloco entre parênteses informações para facilitar a compreensão do leitor em relação às falas dos informantes, ocorridas algumas vezes em formas de diálogos em que mais de uma pessoa/informante estavam presentes.

Informante A: queima tudo o que tem, queima barraco, motorzinho pra gerar energia, levam as motosserras...

Informante B: então o povo trabalha muito *massacrado*, depois que o povo entrou é massacrado mesmo, pode conversar com qualquer um ai da região que ninguém tá contente com isso não... você tá trabalhando bem mas daqui a pouco chega os caras na sua casa, algema, que nem o *Seu B* (posseiro antigo na localidade) ali também né, só porque mexia com aquelas madeiras que serraram e largaram lá, chegaram em seis, sete caminhonetas na casa dele, com Força Nacional, mais IBAMA e os militares ainda.... acho que tinha mais de duzentos homens na casa do homem ali, algemaram ele lá, levaram ele humilhado [...].

Informante C: [...] tão apertando! Fechando! Você já imaginou Mato Grosso... nós estamos daqui até lá estamos uns 170 km... Você viaja aqui pra cima mais 600 km (para Santarém), atravessa a Transamazônica e vai dentro da Amazônia, e ali pra baixo só Base Aérea (do Cachimbo). Pra que fim isso? Pra que tão grande essa área? Aqui você anda pra dentro 400 km só de mato! Não tem outra coisa lá no meio [...] ai você vai mais tem a *Flona* lá no meio, lá pra frente! Pra quê? Então é demais, demais de Reservas... Que nem o Sarney, o Sarney botou todas as rodovias federal pra *não botar Reserva*, cem quilômetros... cinquenta quilômetros dos dois lados não é pra existir Reserva. Que nem tu anda aqui pra cima 100 km é só Reserva, Base Aérea, que nem um dia ou outro podia *produzir*... agora tão *fechando*! Não sei pra quê tanta Reserva!

Informante D: [...] começou mesmo foi em 2006 (a “crise”), mais ou menos quando criou essas Reservas ai, teve muita gente que perdeu as posses...

Informante E: é, foi de 2006, 2007...

Informante F: foi quando também começou o povoamento né, uma coisa tá meio conciliada com a outra, foi bem na época que estava vindo muita, mas muita gente, dá impressão que eles fizeram tipo “*cortar*” pra não povoar, sendo que antes, muitas décadas antes, *o governo fez questão de trazer*, porque *as terras eram abandonadas*, não tinha ninguém, com medo de perder até pra outro país né, fizeram questão. Até na internet têm aqueles montes de maquinários, exército trabalhando, derrubando árvores pra abrir a BR né, eu vi na internet outro dia, e depois, depois de todo esse trabalho pra trazer o pessoal e quando o pessoal começa a se interessar em vir e não ficar com medo, ele pega e faz o “corte”, põe o IBAMA! [...] foi muita gente embora... foram queimados veículos, caminhões, tratores que foram queimados, incendiados né, com maior desrespeito! [...] agora você imagina! Uma pessoa sofreu tanto pra comprar um caminhão, pra puxar uma torinha de madeira, pra tratar de sua família, ter uma vida mais decente, porque não tem outro meio de ganho por aqui né, e ver o seu caminhão queimado? Isso é muito doído, né!

Informante G: na verdade eles não pensam (os órgãos governamentais), eles não conhecem as leis que eles mesmos fizeram. Porque se existe um Código Florestal votado [...] então cumpri esse código. Se existe um Zoneamento Ecológico-Econômico votado pela SEMA (Secretaria Estadual de Meio-Ambiente do Pará), que é quem cuida das coisas do estado, do meio ambiente do estado, se ele foi votado e aprovado é lei. Se existe um Código Florestal então já existe dois parâmetros de lei, “isso você pode, isso você não pode”, “você fez? Fez” (desmatamento) então vamos nos adaptar à realidade [...] Se o cara quer continuar ilegal, tira a terra dele. Agora, a burocracia, a dificuldade, a criação de empecilhos governamentais é que joga o produtor na ilegalidade! Porque se pela legalidade você não tem acesso, você demora, você não consegue, ele vai ser obrigado a ir pela ilegalidade. Ele vai ser obrigado a ir pela ilegalidade, ou ele vai passar fome, ou ele vai passar dificuldade. Porque pra você legalizar você tem que facilitar para aquele que tá na terra [...] Porque se ele cumprir as normativas do INCRA, ele se arrebenta perante as normativas do IBAMA, se ele cumpre as normativas do IBAMA ele

se arrebenta perante as normativas do INCRA, e vice-versa perante a Receita Federal, e perante todo esse tipo de coisa!

Portanto, as experiências comuns de enfrentamento e crítica às formas de ação e políticas do Governo, tão frequentes e cotidianas entre a população da BR-163, somadas ainda às contradições burocráticas e legislativas encontradas para se regularizar situações fundiárias ou viabilizar outros tipos de atividades econômicas importantes para a sobrevivência ou desenvolvimento local, mobilizam diversos tipos de descontentamentos direcionadas ao Governo, acusado de não promover “alternativas” mas sim um contexto de “crise” e medidas alheias à “realidade do povo”.

Desta forma, os agentes do governo são tratados em geral como “inimigos” e as ações dos agentes públicos no eixo da BR-163 no Pará como profundamente autoritárias, levando os diversos grupos sociais a se unificarem em torno de determinadas lutas em comum e disputar os sentidos e os projetos de desenvolvimento que devem prevalecer em regiões de expansão da fronteira como no eixo da BR-163 paraense.

No entanto, podemos ainda ressaltar que, por outro lado, tais conflitos revelam e envolvem outras dimensões, por vezes esquecidas ou silenciadas, que se voltam para as trajetórias e aspirações de vida dos agentes que se mobilizam no interior destes processos, estimulados por narrativas oficiais de Governo ou contradições inerentes da nossa sociedade. Tais dimensões buscam se fazer presentes, no cotidiano e nos sentidos atribuídos às lutas, colocando em jogo interesses e mobilizando formas de ressignificar identidades marcadas por expectativas, dores e silenciamentos específicos¹⁰.

Neste sentido, revalorizar narrativas de “pioneirismo” e “desbravamento” como estratégias de contraposição à discursos homogeneizadores de “bandidos, grileiros e desmatadores de floresta” não revelam uma rejeição absoluta à políticas que pautem a necessidade de preservação ambiental da Amazônia, como pode parecer à primeira vista, o que seria generalizador, mas sim demarcar existências e revelar trajetórias que não querem se fazer apagadas nem negligenciadas mais uma vez pelas políticas do Estado¹¹.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As “fronteiras”, estes espaços nem “naturais nem absolutos”, mas sim “relativos, problemáticos e construídos”, como sinaliza o antropólogo Ulf Hannerz (1996), têm

10 Cabe dizer que, no trabalho etnográfico realizado na localidade de Cachoeira da Serra, registrei um conjunto de relatos de vida em que um grupo significativo de posseiros, moradores da região desde a década de 1970 e início da década de 1980, era formada por pequenos agricultores ou camponeses removidos de suas terras no âmbito da construção da Usina de Itaipu, no Paraná e Santa Catarina, ou eram caracterizados por outras trajetórias de vida em que a perda de seus lugares sociais no campo, envolvidos em contextos específicos de ação estatal, se faziam presentes (TARCA, 2014).

11 Cabe sinalizar que os moradores em geral fazem uma distinção importante entre agentes considerados “grandes” e “pequenos” e, também, “verdadeiros desmatadores e grileiros”, que seriam atores - políticos, empresários, etc. - que não residem na região, mas são apontados como os maiores responsáveis pelos crimes ambientais e processos de grilagem de terras. Estes atores seriam responsabilizados de modo diferente dos grupos que residem na região e são diretamente “penalizados” e “criminalizados” pelo Governo.

se colocado como problemática importante na Amazônia, não só relativo aos projetos governamentais que têm o poder de introduzir determinadas políticas territoriais e fomentar imaginários específicos, mas também por aquilo que as pessoas e os grupos fazem delas ao “atravessá-las”, “manipulá-las”, “questioná-las” e “simbolizá-las” (HANNERZ, *idem*), ou seja, quando fazem parte das suas histórias e experiências de vida.

Por isso, pautar hoje a problemática da “fronteira” na Amazônia não é somente se perguntar pela pertinência da sua atualidade enquanto questão histórica ou mesmo conceitual (TORRES, 2017), mas sobretudo compreender também como estas questões são pensadas e simbolizadas pelas pessoas e os grupos envolvidos nestes processos de territorialidade, isto é, nos espaços que são ou foram representados enquanto tais.

Neste sentido, não podemos generalizar situações e grupos sociais que vivem na Amazônia brasileira. Sem dúvida, as experiências históricas que vêm conformando os processos de territorialização específicos na região envolvem dimensões sociais, políticas, econômicas e ambientais complexas e que se colocam além de dicotomizações absolutas entre visões “ambientalistas”, de um lado, e aquelas consideradas “desenvolvimentistas” ou “modernizadores”, de outro (BECKER, 2009; TORRES, 2017).

Logo, encontrar maneiras de mediar interesses e combater de fato processos devastadores da floresta, preservando seus recursos naturais e diversidade sociocultural, exigirá muito mais do que políticas “repressivas” ou que não promovam amplo diálogo com a sociedade. Exigirá um planejamento complexo e que leve em consideração todas essas diferenças e contradições desenvolvidas ao longo do tempo por diferentes políticas públicas e projetos autoritários do Estado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A dinâmica das fronteiras**: deslocamentos e circulação de “brasiguaios” entre os limites nacionais. In: Horizontes Antropológicos, 15 (31), Porto Alegre, 2009.

BECKER, Bertha. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios).

_____. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A identidade e a representação**. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Caminhos da identidade**: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006.

BRASIL. **Plano de desenvolvimento regional sustentável para a área de influência da BR-163 (Cuiabá-Santarém)**. Versão Final. Brasília: Presidência da República/Casa Civil, junho de 2006, 185 p.

ERIKSEN, Thomas H. **Ethnicity Nationalism**. Anthropological Perspectives. London: Pluto Press, 1993.

HANNERZ, Ulf. **Fronteras**. In: Unesco: Educacion Superior y Sociedad. Vol 15 (2), Buenos Aires, 1996.

IANNI, Octávio. **Colonização e contra reforma agrária na Amazônia**. Coleção Sociologia Brasileira, vol 11. Petrópolis: Vozes, 1979.

LACERDA, Renata B. **Fazer Movimentos**: mobilidade, família e Estado no sudoeste paraense. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (242 p.). Programa de Pós-Graduação UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

_____. **Brigar junto contra o Governo**: alianças e disputas na implementação de um plano de desenvolvimento sustentável. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais (online), vol. 34, n. 100, São Paulo, 2019.

O'DWYER, Eliane C. **Projeto modernizador de construção da nação e estratégias de redefinição do Estado e suas margens**. In: ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma (orgs). Formas de matar, de morrer e de resistir: limites a resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

_____. **Etnicidade e direitos territoriais no Brasil contemporâneo**. In: Revista Iberoamerica, vol. 42, Madrid, 2011.

OLIVEIRA, Arioaldo U. de. **Integrar para não entregar**: Políticas na Amazônia. Campinas: Papirus, 1988.

_____. **BR-163 Cuiabá-Santarém**: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, Maurício (org). Amazônia Revelada: os caminhos ao longo BR-163. Brasília: CNPq, 2005, p.67-183.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos índios misturados?** Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: Mana: estudos de Antropologia Social. Vol. 4 (1), p. 47-77. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.

PINTO, Mariana Oliveira. **Entre sonho e a realidade**: desafios da política ambiental na Amazônia. Dissertação de Mestrado apresentada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (179 p.). Programa de Pós-Graduação UNB. Brasília, 2006.

PINTO, Paulo Gabriel da R. **Etnicidade e nacionalismo religioso entre curdos da Síria**. In: Antropolítica: revista contemporânea de Antropologia, n. 19, Niterói: EDUFF, 2005.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado**. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. In: Série Antropologia, n.23, Brasília, 1992.

ROCHA, Vanessa José da. **Gestão Ambiental no setor rodoviário brasileiro**: o caso da pavimentação da BR-163 no estado do Pará. Dissertação de mestrado em Geografia (115 p.). Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

SELUSHINESK, Rosane Duarte R. **De heróis à vilões**: imagem e auto-imagem de colonos da Amazônia mato-grossense. Tese de Doutorado apresentada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (263 p.). Programa de Pós-Graduação UNB. Brasília, 2008.

SWARTZ, Marc. **Introduction**. In: Local Level Politics: social and cultural perspectives. Chicago, Illinois: Aldine Publishing Company, 1968.

VELHO, Otávio G. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2 ed. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

TARCA, Karina Andréa. **“Entre tempos bons e ruins”**. Processos de expansão e fechamento na fronteira amazônica: o caso de Cachoeira da Serra no sul do Pará. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (157 p.). Programa de Pós-Graduação UFF. Niterói, 2014.

TORRES, Maurício (org.). **Amazônia Revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005.

_____; DOBLAS, Juan; ALARCON, Daniela. **Dono é quem desmata**: conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense. São Paulo: Urutu-Branco, Altamira: Instituto Agronômico da Amazônia, 2017.

RESTAURANTES E CAFÉS: OS LUGARES DE SOCIABILIDADES E GASTRONOMIA NO RECIFE DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Data de aceite: 01/06/2020

Data de submissão: 27/02/2020

Eliza Brito Santos

Mestre em História pela Unicap

Recife – Pernambuco

<http://lattes.cnpq.br/1330446806623374>

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de apresentar os principais restaurantes e cafés do Recife da segunda metade do século XIX e a relação que estes espaços de convivência possuíram com o processo de modernização da cidade. A capital pernambucana passava por um momento de crescimento, baseado nos moldes europeus de modernização como sinônimo de progresso, desde o primórdios do Oitocentos. Em meados do século XIX, os restaurantes e cafés começaram a surgir na cidade como espaços de sociabilidades “modernos”, adequados aos novos tempos. Estudar estes espaços de gastronomia e sociabilidades nos ajuda a entender o Recife do período, além de resgatar a memória afetiva da cidade, partindo do princípio de que a gastronomia é um importante indício para o estudo sociocultural de um povo.

PALAVRAS-CHAVE: História. Gastronomia. Recife. Sociabilidades. Memória

RESTAURANTS AND COFFES: THE PLACES OF SOCIABILITIES AND GASTRONOMY IN RECIFE DURING THE SECOND HALF OF THE 19TH CENTURY

ABSTRACT: This paper aims to present the main restaurants and cafes in Recife during the second half of the 19th century and the relationship between them and that the modernization process of the city. The capital of Pernambuco was going through a period of growth, based on the European's logic of modernization as a synonym for progress, since the early nineteenth century. In the middle of the 19th century, restaurants and cafes began to appear in the city as spaces of “modern” sociability, adapted to the new times. Studying these spaces of gastronomy and sociability helps us to understand how was the city and to rescuing the affective memory of it, assuming that gastronomy is an important indication for the sociocultural study of a people.

KEYWORDS: History. Gastronomy. Recife. Sociabilities. Memory

O Recife da segunda metade do

Oitocentos passava por transformações que modificavam o espaço urbano e os hábitos dos moradores da cidade. A ideia de uma capital moderna, adequada aos novos tempos, começa a se desenhar no começo do século XIX, e vem baseada numa lógica europeia de civilidade, na qual o moderno era sinônimo de ordem, progresso, cientificidade.

O conceito de moderno, até a Idade Média, era relacionado ao que é novo, no sentido de recente. Mas, as revoluções burguesas (Revolução Industrial inglesa e Revolução Francesa) e a lógica capitalista vão trazer a concepção de moderno como sinônimo de civilidade e de progresso, conceito que vai ser utilizado pelas elites mundiais para justificar as reestruturações urbanas de cidades da Europa e das Américas.

A ideia do progresso, construída no século das luzes, modificava a própria concepção de tempo. A história parecia avançar, linearmente, decifrando enigmas, tendo o destino nas suas mãos, esquecendo-se de Édipo. Estamos aqui navegando por entre as fantasias e as afirmações daqueles inventores do discurso vitorioso e suas interpretações, às vezes, alucinadamente otimistas com relação às metamorfoses presentes e futuras. (REZENDE, 2016, p.146)

A Revolução Industrial e o sistema capitalista iriam determinar novas formas de produção econômica, consumo, e divisão social do trabalho, gerando também novas necessidades econômicas e um novo modelo de sociedade. Os avanços técnicos e científicos do final do século XVIII e início do século XIX, com as revoluções burguesas e a filosofia do iluminismo, passam a ser norteadores de um pensamento que pregava a progressão contínua da humanidade, na qual não haveria retrocessos. Os avanços tecnológicos, símbolos do progresso, eram um termômetro do grau de civilidade de uma sociedade.

O sociólogo alemão Norbert Elias, em seu livro *O Processo Civilizador*, traz a concepção de que o conceito de civilização está vinculado a uma vasta gama de aspectos sociais, como nível de tecnologia, maneiras, conhecimentos científicos, religiosidade, costumes. Para ele, o conceito de civilização expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. O Ocidente sendo entendido como a Europa. Elias (2011) defende que o conceito de civilização resume tudo em que a sociedade ocidental moderna, dos últimos dois ou três séculos, se julga superior a sociedades antigas ou a sociedades contemporâneas que ele batizou de “mais primitivas”. “Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo, e muito mais.” (ELIAS, 2011, p.23). Essa concepção civilizadora seria justificativa para a dominação de outros povos “menos civilizados” por parte do “mundo civilizado”, ou seja, europeu. Para Elias, o processo civilizatório estaria em constante evolução.

Na verdade, nossos termos “civilizado” e “incivilizado” não constituem uma antítese do tipo existente entre o “bem” e o “mal”, mas representam, sim, fases de um desenvolvimento que, além do mais, venham despertar em nossos descendentes um embaraço semelhante ao que, às vezes, sentimos ante o comportamento de nossos ancestrais. (ELIAS, 2011,

Essa busca do novo, da ruptura com o passado, será mais forte nas cidades, local onde o sistema capitalista consegue imprimir sua lógica modernizadora com mais veemência. A ascensão da burguesia na Europa, no final do Setecentos, com o desenvolvimento do capitalismo e o domínio da razão - a partir do momento que o conhecimento se desprende do campo religioso - vai constituir o que chamamos de modernidade. Para o filósofo estadunidense Marshall Berman, o mundo moderno é representado pelo modernismo, no âmbito cultural, e pela modernização, no plano econômico e político. O pesquisador defende que um dos fatos mais marcantes da vida moderna é exatamente a fusão das forças materiais e espirituais “a interdependência entre o indivíduo e o ambiente moderno” (BERMAN, 1992, p.129). Para Berman, a ideia de Baudelaire de que os grupos mais dinâmicos e inovadores na vida econômica e política serão os mais abertos à criatividade intelectual e artística, é uma visão que “encara as mudanças econômicas e culturais como progresso humano sem obstáculos” (BERMAN, 1992, p.133). Mas a necessidade de mudança constante, trazida com a noção de modernização revestida de conceitos glamorosos como progresso, civilização, e cientificidade, veio acompanhada de perigos e atrocidades. Culturas foram massacradas com a justificativa de que eram anacrônicas e, por isso, representavam um empecilho à modernização. Equívocos como a negação do passado e a destruição da tradição foram benéficos para os povos imperialistas, “os vencedores que inventavam e consagravam o novo, mas não se desfizeram das suas próprias tradições” (REZENDE, 2016, p.146). Mesmo assim, no século XIX, será esta visão eurocêntrica de progresso e civilidade, como quase sinônimos do moderno, benéfica para os povos “civilizados”, europeus, que precisavam desse conceito para garantir seu domínio sobre tantos outros povos “incivilizados”, que irá garantir as transformações urbanas modernizadoras na Europa e nas Américas.

As mudanças no espaço urbano do Recife, na segunda metade do século XIX, vão ser realizadas por meio desta lógica higienista, cientificista e de progresso, e estão relacionadas a questões políticas, sociais e culturais. Em meados dos Oitocentos, as transformações estruturais pelas quais o Recife passava estavam relacionadas a questões de higiene e de saúde pública, na busca por uma cidade limpa e ausente de epidemias. “Esgotamento e drenagem sanitária, transporte coletivo e redesenho da cidade à luz de tais melhoramentos eram ideias que chegavam com os formandos em medicina e engenharia na Europa.” (MENEZES, 2015, p.109). A paisagem urbana se modificava, com obras modernizantes que, na prática, tinham o objetivo de higienizar e branquear a urbe, afastando os pobres e os negros dos centros urbanos, colocando-os cada vez mais nas áreas periféricas, como explica o historiador Frederico Toscano:

O novo arranjo político e social clamava por intervenções na paisagem urbana, com os engenheiros como símbolos desse avanço pragmático, pondo em prática teorias higienistas que visavam a livrar as grandes cidades de uma insalubridade tanto física

quanto moral. Buscava-se não apenas drenar, aterrar, derrubar e construir, mas também “branquear” a urbe, movendo os pobres, os desvalidos, os loucos, os boêmios, os bêbados, os pretos e outros personagens “perigosos” para uma crescente periferia, abrindo espaço para uma cidade verdadeiramente moderna. (TOSCANO, 2014, p.83)

O processo de modernização do Recife, dessa forma, caminhava junto com a ampliação da área urbana. A capital crescia para o subúrbio e as distâncias entre o centro e as áreas periféricas aumentavam. Na primeira metade do Oitocentos, o Recife era formado pelos bairros: do Recife, região do porto; de Santo Antônio, também conhecido como Ilha de Antônio Vaz; e da Boa Vista. “Esse três bairros são três ilhas, ou quase isso. O Recife propriamente dito (onde fica o porto) estava unido a Olinda por um istmo de areia de praia, que nos anos de ressaca braba era atravessado pelo mar”. (CARVALHO, 2010, p.22). A cidade era formada por estes três bairros e todo o resto eram povoações, os arredores do Recife. Como é possível perceber, a própria configuração geográfica da capital pernambucana transformou os rios, principalmente o Capibaribe - que unia a cidade aos seus subúrbios -, em um caminho importante, por onde eram transportadas pessoas e mercadorias, como o açúcar produzido nos engenhos, materiais para aterros e edificações, e até água potável, que vinha do rio Beberibe. Dessa forma, os transportes fluviais, como a canoa, eram de suma importância para o cotidiano da cidade. Mas, o crescimento da capital e sua expansão territorial foram exigindo o uso de novas formas de circular na urbe, com a abertura de estradas e o melhoramento dos transportes. Quanto à expansão física do Recife, o historiador Raimundo Arrais explica:

Foi seguindo aquele mesmo eixo delineado no momento do nascimento da cidade, descrevendo um desenho radical, articulando o porto à região próxima e ao interior. Formando-se ao longo das margens do Rio Capibaribe e Beberibe, sobretudo, mas também de outros menores, como Afogados e Jordão, os povoados iam-se ligando mais firmemente à capital para constituir-se no que se chamaria arrabalde, originando-se do dilaceramento das áreas dos primitivos engenhos que cobriam toda a região que circundava o Recife, a partir da área da Boa Vista. (ARRAIS, 2004, p.118)

Mensurar com exatidão o crescimento da capital pernambucana, da primeira para a segunda metade do Oitocentos, é tarefa difícil. Os censos do período eram imprecisos. As contagens eram realizadas por padres, juízes de paz, subdelegados, agentes dos aparelhos administrativos e repressivos e seus prepostos. Não faltaram reconfigurações das unidades políticas e judiciais, no período do Império, o que modificava, constantemente, o tamanho das freguesias e atrapalhava as estatísticas. As declarações para os censos também não eram precisas, já que muitas famílias não declaravam com exatidão o número de escravos que possuíam, com medo de pagar muitos impostos, nem o número de filhos homens, receando o recrutamento pelo serviço militar, como explica o historiador Marcus Carvalho:

Nenhum lugar, todavia, escapa dos erros mais frequentes nos censos do século dezenove. O primeiro deles era subestimar a população escrava – fato óbvio, ninguém

queria dizer quantos tinha, temendo ter que pagar algum imposto. Isso se agravaria depois de 1831, quando o tráfico tornou-se ilegal. O segundo é subestimar a população masculina livre, pois as famílias evitavam enumerar corretamente os filhos varões, temendo o recrutamento para o serviço militar – o imposto de sangue, como se dizia na época. (CARVALHO, 2010, p. 46)

Em decorrência das fragilidades dos censos do Oitocentos, é impossível medir o tamanho do crescimento da capital pernambucana, mas é possível analisar essa realidade, confrontando dados de censos publicados nos anos de 1828 e 1856. A população do Recife (bairros do Recife, Santo Antônio e Boa Vista), em 1856, cresceu quase 60% em relação ao ano de 1828. O número de escravizados permaneceu estável, mas a população livre teve um crescimento de mais de 80%, segundo Carvalho:

De acordo com aqueles dados de 1856, a população dos três bairros somados subiu para 40.977 habitantes, contra 25.678 listados em 1828. Isso significa um aumento populacional de 59,5 por cento em menos de trinta anos. Desse total de 1856, 33.270 habitantes eram “livres”, e 7.707, escravos, enquanto que, em 1828, havia 17.743 “livres”, e 7.935 escravos, distribuídos entre os três bairros. (CARVALHO, 2010, p.73)

O aumento expressivo da população do Recife é decorrente do fluxo de imigrantes do interior em busca de oportunidades econômicas na cidade, trajeto comum ao longo da história, mas que teve fatores que influenciaram seu aumento no século XIX. Após a abertura dos portos, em 1808, as cidades portuárias, como o Recife, ganharam mais dinamismo. O comércio varejista da capital pernambucana cresceu, além do fato de que, após a Independência, mais empregos surgiram nas cidades, em consequência da nova configuração política, jurídica e administrativa. Estes fatores, além do magnetismo natural da urbe, ajudaram a intensificar a migração de pessoas da zona rural para a urbana. (CARVALHO, 2010, p. 76). O crescimento do Recife, como dito, começa a exigir a utilização de novos meios de locomoção. Antes mesmo do século XIX, a cadeirinha de arruar - cadeira coberta, conduzida por negros escravizados - era uma forma comum de transporte individual na cidade, que se mantém no Oitocentos. Meio de transporte exclusivo dos mais ricos, assim como as carruagens, a cadeirinha de arruar era a escolha preferida das damas recifenses da alta sociedade da época, que podiam circular pela cidade sem terem sua privacidade invadida. Mas, além dos transportes individuais da elite, o transporte coletivo começa a ganhar reforços no período, com as já citadas aberturas de vias terrestres. Assim, as canoas deixam de ser a única forma de deslocamento possível para a maior parte da população da cidade, que não podia arcar com os custos das cadeirinhas de arruar nem das carruagens. “No Recife do século 19 assistimos o aparecimento daquele ônibus puxado por animais, com rodas de madeira, e paralelamente o bonde de burros, correndo sobre trilhos. Eram transportes coletivos.” (MENEZES, 2015, p.111). Os bondes puxados pela força animal circulavam dentro dos limites da cidade, mas as distâncias maiores eram realizadas pelo trem urbano.

A máquina a vapor nos levou ao trem urbano, usado para vencer distâncias entre as cidades e do centro da cidade do Recife para os seus subúrbios mais distantes. Era responsável por tal tipo de transporte a Companhia de Trilhos Urbanos. A concessão para instalar trilhos urbanos nesse gênero de transporte foi concedida inicialmente ao referido Cláudio Dubeux e a Manuel Buarque de Macedo. Não conseguiram cumprir a concessão. O barão do Livramento, Antônio Luís dos Santos, e José Bernardino Guedes Alcoforado obtiveram tal privilégio em 1863. A linha inicial foi do Recife até a povoação dos Apipucos. (MENEZES, 2015, p.114)

Conhecidos como “maxambombas”, os trens foram modificando o traçado da capital pernambucana. Os terrenos por onde passavam iam sendo valorizados e o que era o distante “mato” começava a se transformar em acessível arrabalde. As pessoas queriam morar nestes lugares, antes negligenciados pela população. E os sítios deixavam de ser locais de veraneio e de festas para se transformarem em bairros residenciais. O centro da cidade também ganhava mais dinamicidade, já que a facilidade de transporte permitia o aumento na freguesia, no caso do comércio. E os teatros e as festas ganhavam maior número de frequentadores. As ruas, que eram locais de encontro e de atividades diversas dos moradores da cidade, passavam a ser dominadas pelos transportes. As novidades nos meios de locomoção pela cidade eram encaradas como sinônimo de progresso e ajudavam na mudança de hábitos antigos, não só no que diz respeito à circulação dos transeuntes, mas também no tocante a questões morais, como o confinamento das mulheres dentro de casa. Sobre o assunto, o cronista Mário Sette comenta:

O hábito de sair de casa para compras, para consultas ao médico, para tratamento dos dentes, mesmo a passeio, seria restrito depois de haver sido por longos séculos proibido e pecaminoso. Mas o século XIX, já de início, se prometia revolucionário pelas terras do Brasil, mormente pelas de Pernambuco, até nas usanças e na guerra aos preconceitos. (SETTE, 1978, p.16)

As mudanças de hábitos não se restringiam à maior liberdade para as mulheres. Os sepultamentos em igrejas começavam a ser condenados pelos médicos do Recife, já que eram creditados pelos profissionais de saúde, na época, como um dos hábitos responsáveis por diversas epidemias que acometiam os recifenses, em especial o cólera. O ano de 1856, quando a maioria dos pesquisadores afirma ter sido o da chegada da epidemia na cidade, foi marcado pela morte de 3.336 pessoas pela cólera asiática. A epidemia teria irrompido em Garanhuns, em dezembro de 1855, por intermédio de dois homens vindos da vila de Pão de Açúcar, em Alagoas. A propagação foi se dando pela migração terrestre de indivíduos acometidos pelo cólera, pelo interior de Pernambuco, e, em janeiro de 1856, chegou à cidade de Jaboatão para, logo depois, explodir no Recife. Segundo o historiador Orlando Parahym, o Recife do século XIX foi a capital brasileira que reuniu os maiores índices de mortandade do país. “Chegou-se, em 1856, no tempo em que grassou a terrível epidemia de cólera, a proibir o dobre de finados nos sinos das igrejas a fim de não espavorir mais ainda a população acometida pelo terror pânico despertado pela pavorosa mortandade” (PARAHYM, 1978, p.189).

Dentro das novas perspectivas sanitárias, mesmo com a rejeição de grande parte

da população devido à força da tradição religiosa, o cemitério público de Santo Amaro começou a ser construído em 1850, sendo aberto em março de 1851. Além do fim dos sepultamentos em igrejas, outras regras de convivência passavam a ser impostas, com a justificativa de fazer a urbe progredir. Foram determinados pontos específicos para os despejos, as casas passaram a ser numeradas, os divertimentos tornaram-se mais diversos. As novas edificações e as transformações que vão sendo vividas pelos recifenses vão fazendo com que a cidade vá ganhando novas formas. Medidas de estética exigiam largura nas ruas e travessas novas: 40 palmos para as ruas e 60 palmos para as travessas. Começaram a serem abertas novas comunicações, como a da Esperança, na Boa Vista, que hoje é a Conde da Boa Vista. As mudanças estruturais pelas quais passavam o Recife foram apenas um dos fenômenos do processo de modernização da cidade. O “progresso” podia ser observado pelo uso de água encanada, com a instalação de chafarizes pela cidade; pela iluminação mais eficiente, com o uso de gás carbônico, ao invés do azeite de peixe; e pela utilização do ferro e do vidro nas construções, como no caso das pontes e de prédios hoje históricos da capital. O ferro era um material novo, ligado à revolução industrial, que representava o progresso buscado pelas elites recifenses, por isso, o uso do ferro nas edificações da cidade oitocentista ajudava a construir a fisionomia de urbe do progresso.

No ano de 1859, o velho sistema de iluminação pública por meio de lampiões a óleo de peixe ou azeite de carrapateira vai sendo substituído pelas lâmpadas a gás carbônico. De acordo com Parahym, a primeira rua recifense iluminada a gás carbônico foi a rua Nova, no bairro de Santo Antônio, que foi seguida das ruas do bairro do Recife e das primeiras ruas da Boa Vista, em agosto do mesmo ano. “Os subúrbios continuavam com os lampiões a óleo de peixe ou azeite de carrapateira (mamona)” (PARAHYM, 1978, p.83). Em novembro do mesmo ano, a então província de Pernambuco recebeu a visita do imperador Dom Pedro II, que veio com a imperatriz Teresa Cristina e uma comitiva imperial. O monarca ficou sediado no Recife, por 32 dias, e passou por várias cidades da região. A viagem para as províncias do Norte do país (nesse período o Brasil era dividido apenas em Norte e Sul) tinha o intuito de conhecer a região e evitar o enfraquecimento político da monarquia e trouxe conseqüências positivas, principalmente, para o Recife, como a melhoria da iluminação pública e a aceleração de obras na cidade. O imperador tinha interesse em conhecer mais sobre o nosso passado holandês e inspirou, pela sua curiosidade, a criação do atual Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

A fundação do Instituto Arqueológico resultou, pode-se dizer sem falsear a história, do interesse demonstrado pelo Imperador Pedro II, quando visitou Pernambuco no ano de 1859, em conhecer alguns fatos ligados ao passado glorioso desta terra. Assim foi que, em 1862, criou-se a Sociedade Arqueológica que logo passou a denominar-se Instituto Arqueológico e Geográfico, tendo sido escolhido presidente o Monsenhor Francisco Muniz Tavares, um dos bravos revolucionários de 1817. (PARAHYM, 1978, p.87-88)

O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, no entanto, não é a

única obra relacionada à área da educação que foi realizada no período da segunda metade do Oitocentos. No ano de 1852, criou-se a Biblioteca Pública, cuja primeira localização foi no Liceu Provincial, que deu origem ao Ginásio Pernambucano, onde funcionava o Hospital Paraíso, situado na atual Avenida Dantas Barreto. A construção foi de suma importância para o desenvolvimento da tradição literária em Pernambuco, já que com a criação da Biblioteca Pública Provincial, através da Lei nº 293 de 1852, as tipografias eram obrigadas a lhe remeterem um exemplar de todas as publicações editadas na província.

O Curso Jurídico, que funcionava em Olinda, instalado inicialmente no Mosteiro de São Bento, no ano de 1828, foi transferido, em 1854, para o Recife. Os Cursos Jurídicos, que surgiram concomitantemente em Olinda e na cidade de São Paulo, representaram as primeiras instâncias de Ensino Superior no país. O Brasil já era independente, mas culturalmente ainda não tinha se desvincilhado de Portugal, a partir do momento em que os filhos da terra ainda precisavam estudar em Coimbra. A vinda da Academia para o Recife é, portanto, de grande valor para o fortalecimento da cidade como a mais importante da província. “Em 30 de maio de 1854, traslada-se a Academia para um velho casarão (o ‘pardieiro’, como diziam na época) na rua do Hospício, no Recife. Passou a chamar-se, desde então, Faculdade de Direito.” (PARAHYM, 1978. P.74).

As mudanças intelectuais, culturais e estruturais da cidade irão influenciar no desenvolvimento de novas formas de diversão e de interação social, e novos espaços de sociabilidades e gastronomia farão parte desse Recife em formação. Utilizado genericamente como a capacidade humana de viver em sociedade, de interagir, o termo sociabilidades ganha caráter histórico e sociológico com o historiador francês Maurice Agulhon, no seu estudo sobre a burguesia francesa do século XIX. Agulhon analisa a reunião de homens da burguesia ascendente, pós Revolução Francesa, em cafés, ainda no século XVIII, e no que ele chama de círculos burgueses, que são as associações de funcionários, profissionais liberais e políticos, no século XIX. Estes espaços seriam os “substitutos” dos salões aristocráticos, em que as famílias nobres desfrutavam de momentos de ócio, cultura e discussões literárias e políticas antes do período revolucionário, quando o país era governado por uma monarquia poderosa.

Nos salões franceses, os aristocratas ricos recebiam familiares e amigos próximos, da mesma situação social, com regularidade, assumindo todos os gastos desses encontros. A burguesia não podia prover esse tipo de reunião e os cafés e as livrarias eram os locais para a discussão literária e política dos homens burgueses do século XIX. A partir de 1830, os círculos burgueses começam a florescer, com a formalização desses debates e encontros, informais, realizados nos cafés. Esses círculos darão origem às associações profissionais, tão comuns nos dias atuais. “La diferencia – como ya hemos dicho e incluso repetido - entre el grupo de habitués de un café y el grupo de abonados de un círculo no es más que la que hay entre lo ‘informal’ y lo ‘formal’” (AGULHON, 2009, p.106). Assim, enquanto nos cafés os encontros eram informais, mesmo que os clientes fossem

habituais, nos círculos havia uma formalização dos participantes, que não eram apenas frequentadores, mas também sócios das associações.

As diferenças entre os cafés e os círculos, como espaços de socialização, era apenas estrutural, de informalidade e formalidade, respectivamente, contando com as mesmas características sociológicas de representarem locais de encontro para discussões literárias, culturais, políticas, ou ainda, espaços de ócio da burguesia contemporânea. Mesmo mais democráticas do que as dos salões aristocráticos, onde o anfitrião era rico o suficiente para receber os convivas e arcar com todos os gastos, as sociabilidades dos cafés e círculos burgueses eram reservadas aos homens, excluindo as mulheres e as crianças, que tinham lugar nos salões da nobreza europeia. Segundo Agulhon, essa realidade também pode ser explicada pela nova formação burguesa da sociedade, que aposta na educação masculina como forma de garantir o progresso rápido da sua situação econômica. Segundo ele:

El auge de los burgueses, en cambio, en esa época suele implicar el auge de las familias que construyen su fortuna y que, para construirla lo más rápido posible, educan primero a los hijos. Esa desigualdad intelectual entre hermano y hermana se reproducirá entre los cónyuges (AGULHON, 2009, p.103).

Dessa forma, Agulhon defende que as famílias burguesas apostavam na educação dos filhos, para construir mais rapidamente suas fortunas, gerando uma desigualdade intelectual entre irmãos e irmãs, que será reproduzida entre os cônjuges. Mesmo com a separação entre os sexos, as sociabilidades burguesas em públicos como os cafés, permitiam um avanço no acesso mais democrático dos convivas.

No Brasil, apenas o Rio de Janeiro contou com uma vida palaciana sólida, com a instalação da família real, no ano de 1808. As festas, os bailes e as reuniões da corte tiveram lugar nesse Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Em Pernambuco, a elite rural, da monocultura da cana de açúcar, é o que temos de mais aproximado a essa lógica aristocrática, onde os senhores de engenho recebiam os convidados, em suas casas, e arcavam com todos os gastos dessas sociabilidades. Mas, diferentemente dos salões europeus, as mulheres ficavam excluídas desses momentos de convivialidade, como afirma o sociólogo Gilberto Freyre:

A senhora de engenho quase nunca aparecia aos estranhos, é verdade; era entrar homem estranho em casa e ouvia-se logo o ruje-ruje de saias de mulher fugindo, o barulho de moças de chinelo sem meia se escondendo pelos quartos ou subindo as escadas. O que se dava tanto nos sobrados das cidades como nos engenhos. (FREYRE, 2004, p.144)

No século XIX, com a valorização do espaço urbano e a crise açucareira, algumas áreas onde se plantava cana vão sendo incorporadas à cidade, já que a terra valia mais para a moradia do que para o plantio (CARVALHO, 2010, p.48). Alguns dos antigos engenhos vão se transformando em bairros, em meados do Oitocentos, e muitas famílias abastadas possuíam seus sítios nestas localidades, onde reuniões luxuosas como as dos

antigos engenhos eram realizadas. Mas, nos bairros centrais da capital pernambucana (bairros do Recife e de Santo Antônio), os sobrados estreitos exigiam outros espaços para a convivência social. Neste contexto de modernização, de ampliação de área urbana do Recife, e de mudanças de hábitos pelos quais passavam os moradores da cidade, novos locais de sociabilidades, mais “modernos” e “adequados” ao novo tempo, passavam a ocupar as ruas da cidade. Entre eles, o restaurante. O historiador Frederico Toscano lembra que este tipo de espaço de sociabilidade já podia ser encontrado no Recife de meados do século XIX:

Essa invenção parisiense já podia ser encontrada no Recife mesmo em meados do século 19, mais precisamente em 1858, trazida pelo cozinheiro francês conhecido como Auguste, que abriu, na capital pernambucana, o seu Restaurant Français, no Cais da Lingueta, área da cidade onde se concentravam hotéis e casas de pasto francesas e inglesas. (TOSCANO, 2014, p.68)

A invenção parisiense do restaurante surgiu das ideias iluministas e cientificistas que faziam com que a sociedade se preocupasse cada vez mais com a saúde. Os caldos restauradores, os *restaurants*, que poderíamos classificar como consomês, são os responsáveis pelo surgimento de estabelecimentos que hoje conhecemos como restaurantes. O historiador Frederico Toscano explica que, na França do século XV, uma das formas mais indicadas para se tratar doenças como indisposição, fraqueza, apatia, e também para nutrir estômagos sensíveis, era o consumo de caldos restauradores. As receitas incluíam carnes diversas, tais como presunto e vitela, além de alguma ave como capão, galinha, perdiz ou faisão, cozidos lentamente junto com improváveis pedras preciosas que o médico responsável pudesse, porventura, requerer no preparo do caldo. Os séculos XVII e XVIII barateariam as receitas, dispensando o uso de joias em sua cocção, mas mantendo o caráter medicinal da preparação. Explica Toscano:

Criava-se assim um serviço altamente específico, que visava a restaurar, através da alimentação, as forças dos combatidos comensais. Essa nova modalidade de estabelecimento, que prezava pela manutenção física dos seus clientes, exigia ambiente e serviço diferenciados daqueles das ruidosas tavernas, coloridas sobreviventes dos tempos medievais, com mesas longas, bancos coletivos, conversas ao pé da lareira e escassas opções de alimentação. Ao redor de uma pequena xícara de concentrado semilíquido de carne, mudanças profundas se faziam sentir, inaugurando uma nova faceta da urbanidade parisiense. (TOSCANO, 2014, p.71)

O surgimento do estabelecimento restaurante foi vinculado a questões de saúde, mas, com o tempo, as casas foram se especializando de acordo com o alimento que serviam para atrair e garantir a fidelidade do seu público. O espaço passou a garantir sociabilidades distintas e o público feminino, antes aprisionado nas casas, começou a ter, nos restaurantes, um local de socialização. As mesas menores, com a individualização do serviço e a valorização da privacidade dos frequentadores, foram importantes atrativos para as mulheres e, também, para as famílias. O público que, inicialmente, procurava os estabelecimentos pelos caldos, começou a buscar experiências gastronômicas e um

privilegiado espaço de sociabilidades. As bodegas, as tabernas e os cafés, com seus espaços abarrotados, onde políticos e intelectuais discutiam política, notícias e fofocas, e bebiam, eram espaços de sociabilidades não apropriados para uma verdadeira dama francesa. Dessa forma, os restaurantes, com suas mesas menores, seus serviços individualizados, onde se comia em público, mas com a garantia de ter a privacidade preservada, passam a ser o recinto “adequado” para as damas e as famílias européias.

No Recife da segunda metade do Oitocentos, os restaurantes passavam a ser uma realidade cada vez mais comum, já que a cidade crescia e a praticidade de fazer refeições sem precisar voltar para casa, nem cumprir horários tão rígidos, começou a ser uma necessidade cada vez mais frequente. O espaço também permitia sociabilidades diversas e muitos estabelecimentos prezavam pela preocupação em manter um ambiente apropriado para as famílias da elite local. Este tipo negócio, que é também um espaço de gastronomia e de sociabilidades que passou a ganhar um público crescente na segunda metade do século XIX, dividia lugar com os estabelecimentos dedicados ao café, não só no Recife, mas no mundo inteiro.

A descoberta do café é rodeada de lendas, mas a versão mais difundida é a de que Kaldi, um pastor de cabras da Etiópia, no Nordeste da África, teria observado o efeito estimulante que as folhas e frutos de um determinado arbusto produzia em suas cabras. O pastor teria provado o fruto e descoberto o café. A lenda está registrada em manuscritos do Iêmen, datados de 575 (MARTINS, 2008, p.18). O descobrimento foi na África, mas o domínio da técnica de plantio e de preparação do café é mérito dos asiáticos. A infusão da bebida só seria realizada no ano 1000, já na Península Arábica, e o processo de torrefação, essencial para a bebida que conhecemos hoje, só foi desenvolvido no século XIV. Já o hábito de tomar a bebida como forma de bem-estar ganha vez apenas no século seguinte, como explica a historiadora Ana Luiza Martins:

O hábito de tomar café como bebida prazerosa, em caráter doméstico ou em recintos coletivos, deslancharia a partir de 1450. O produto era apropriado para a cultura árabe-islâmica, pois vinha ao encontro dos preceitos religiosos do islamismo ditados pelo Alcorão, que condenava bebidas alcoólicas (MARTINS, 2008, p.21)

O surgimento do café como estabelecimento acontece apenas no final do século XV, com a abertura do Kiva Han, considerado a primeira cafeteria do mundo. O local teria sido aberto em 1475, na Turquia, país responsável pela popularização da bebida como um “ritual de sociabilidade”. O século XVII será responsável pela chegada do café na Europa, cuja porta de entrada foi a cidade de Veneza, no ano de 1615, já que a cidade era o grande mercado de especiarias e artigos de luxo, centro difusor de produtos finos distribuídos para as cortes europeias da época. “Já se conhecia então a prática da torrefação e da moagem, e, dessa forma, o café passou a ser consumido.” (MARTINS, 2008, p.25). A Inglaterra será a pioneira no hábito dos cafés públicos. Na Londres da segunda metade do século XVII, as coffeehouses já eram locais de reunião de homens

de negócios e intelectuais. Mas, com o desenvolvimento da cultura do chá na Inglaterra, o protagonismo dos cafés como importantes espaços de sociabilidades passará a ser realizado pela França. “Sabe-se que, em 1720, só Paris possuía 380 estabelecimentos, que chegariam a 900 no final daquele século, ocasião em que a França concentrava 27 milhões dos 175 milhões de habitantes europeus.” (MARTINS, 2008, p.30).

No Brasil, um dos maiores exportadores atuais de café do mundo, a chegada do grão deve-se à Francisco de Melo Palheta, funcionário do império português, que teria trazido as primeira sementes de café, no ano de 1727, para o Pará. Durante boa parte do século XVIII, a propagação do cultivo de café limitou-se às regiões Norte e Nordeste do país, onde os solos e as altitudes não eram os mais adequados. Mas o incentivo à produção viria mais tarde, com a crise da mineração e da indústria açucareira, que vinha sofrendo forte concorrência externa. No ano de 1760, o desembargador do Maranhão, João Alberto de Castelo Branco, teria distribuído mudas do grão, no Rio de Janeiro, quando foi iniciado o cultivo do café nessa região. (MARTINS, 2008, p.35-47). A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808, foi essencial para a propagação da cultura do café no país. Com o evento histórico, o Brasil deixou de ser uma colônia e passou a integrar o Reino Unido de Portugal e Algarves e os portos do país foram abertos para o comércio exterior. “E foi através do café que o Brasil se apresentou ao mundo” (MARTINS, 2008, p.52).

Os primeiros estabelecimentos voltados para a venda do café, no país, surgiram ainda no período da colônia, em meados do século XVIII, no Rio de Janeiro. Eram locais com má fama, vistos como primos dos botequins, onde imperavam bebidas alcoólicas e frequência duvidosa. Foram se difundindo e diversificando com o crescimento da vida urbana. São Paulo, a atual capital brasileira do café, demorou mais a conhecer o estabelecimento, que foi sendo introduzido pelos quiosques, cópia dos modelos cariocas, portáteis, armações de madeira que, por vezes, se moviam sobre rodas. “Desde 1872, requeria-se da Câmara licença para esses pontos-de-venda, que se estabeleceram nos largos da Memória, da Misericórdia, da Cadeia, na Estação da Luz, áreas de maior movimento” (MARTINS, 2008, p.181).

Mais comuns no século XX, os cafés começam a fazer parte da cena social recifense ainda no século anterior. Estes estabelecimentos eram espaços eminentemente masculinos, nos quais eram discutidos os assuntos da ordem do dia, as notícias, as fofocas. Políticos, homens de negócios e profissionais liberais, como médicos, advogados, jornalistas e comerciantes tinham nos cafés um local de encontro, divertimento e de bebedeira. Os espaços integravam, juntos aos restaurantes, importantes locais de sociabilidades e de gastronomia da cidade. Esses espaços fizeram parte do processo de modernização do Recife e fazem parte da memória da cidade.

REFERÊNCIAS

- AGULHON, M. **El Círculo burguês: La sociabilidad em Francia, 1810-1848**. Buenos Aires: SigloVeintiuno Editores Argentina, 2009.
- ARRAIS, R. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CARVALHO, M J M. **Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo no Recife, 1822-1850**. Recife: Editora UFPE, 2010.
- ELIAS, N. **O Processo Civilizador, Volume 1: Uma História dos Costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos: decadência e desenvolvimento do urbano**. São Paulo: Global, 2003
- MARTINS, A. L. **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2008
- MENEZES, J. L. M. **Mobilidade urbana no Recife e seus arredores**. Recife: Cepe Editora, 2015
- PARAHY, O. **Traços do Recife – ontem e hoje**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1978.
- REZENDE, A. P. **(Des)encantos Modernos - Histórias da cidade do Recife na década de vinte**. Recife: Ed. UFPE, 2016.
- SETTE, M. **Arruar – História pitoresca do Recife Antigo**. Rio de Janeiro: Livraria-Editôra da Casa do Estudante do Brasil, 1978.
- TOSCANO, F.O. **À Francesa - A Belle Époque do comer e do beber no Recife**. Recife: Cepe Editora, 2014.

UMA PROPOSTA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL DA *COMPANHIA TÊXTIL BRASIL INDUSTRIAL* EM PARACAMBI - RJ

Data de aceite: 01/06/2020

Angelissa Tatyane de Azevedo Silva

angelissa.silva@ifrj.edu.br

Instituto Federal do Rio de Janeiro-Campus
Paracambi

Davi Pereira Romeiro Neto

Instituto Federal do Rio de Janeiro-Campus
Paracambi

davi.neto@ifrj.edu.br

RESUMO: O Campus Paracambi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro localiza-se na antiga fábrica de tecidos *Companhia Têxtil Brasil Industrial* (CBTI) cuja construção remonta ao final do século XIX. Sua arquitetura e preservação impressionam funcionários e alunos que fazem parte da Instituição. Não apenas pelo que é visível e notório – trata-se de um conjunto de prédios em estilo inglês da era vitoriana –, mas por revelar que a história do município de Paracambi está diretamente vinculada ao funcionamento da fábrica. A *Companhia Têxtil Brasil Industrial* foi considerada a primeira grande fábrica de tecidos de algodão do Brasil, na década de 1880. Autorizada a funcionar pelo decreto 4.552, de 23 de julho de 1870, as instalações ficaram prontas em 1874. A

Companhia, uma das onze fábricas de tecidos do Estado do Rio de Janeiro, empregava, em 1882, quatrocentos operários e operava com 400 teares. Está localizada na cidade de Paracambi que integra a região metropolitana do Rio de Janeiro. O ponto de partida deste trabalho baseia-se na hipótese de que a história da cidade de Paracambi se confunde com a história da fábrica. É importante destacar que, em grande medida, o crescimento da cidade, seu desenvolvimento econômico-comercial, seu crescimento populacional e sua importância política tiveram na fábrica um fator catalisador. E junto com os tecidos produzidos na fábrica em escala industrial, foram tecendo-se as vidas, vivências e o cotidiano de muitas famílias estabelecidas em Paracambi. O tombamento provisório do conjunto arquitetônico, decretado em 16 de dezembro de 1985, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural-INEPAC foi uma das ações no sentido de preservar o a estrutura do antigo complexo industrial. Com o encerramento das atividades em 1996, o conjunto fabril foi comprado pelo Governo Municipal para instalar o Centro Universitário Tecnológico de Paracambi, hoje denominada “Fábrica do Conhecimento”, composta de diversas instituições públicas das três esferas de poder, totalizando em média 5100 alunos.

Apesar da exuberância deste espaço, o desconhecimento do poder público local e da comunidade sobre a importância histórica e material deste patrimônio tem corroborado para sua alteração e depredação, colocando em risco não só a preservação, mas também a conservação da história da indústria nacional e da cidade de Paracambi. O projeto de criação do “Centro de Memória da Indústria do Trabalho Têxtil e do Museu da Indústria Têxtil de Paracambi” pode ser traduzido como uma tarefa de construção de um lugar de preservação de relatos, narrativas, imagens e vestígios que participam da construção e reconstrução das memórias sobre a *Brasil Industrial* e sobre a própria cidade de Paracambi.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil Industrial, História, Memória, Fábrica, Paracambi.

A PROPOSAL FOR THE PRESERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE OF *COMPANHIA TÊXTIL BRASIL INDUSTRIAL IN PARACAMBI - RJ*

ABSTRACT: The Paracambi Campus of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio de Janeiro is located in the former fabric factory *Companhia Têxtil Brasil Industrial* (CBTI) whose construction dates back to the end of the 19th century. Its architecture and preservation impress employees and students who are part of the Institution. Not only for what is visible and notorious - it is a set of buildings in the English style of the Victorian Age - but for revealing that the history of the municipality of Paracambi is directly linked to the operation of the factory. *Companhia Têxtil Brasil Industrial* was considered the first large cotton fabric factory in Brazil, in the 1880s. Authorized to operate by decree 4,552, of July 23, 1870, the facilities were ready in 1874. The Company, one of eleven fabric factories in the state of Rio de Janeiro, employed, in 1882, four hundred workers and operated with 400 looms. It is located in the city of Paracambi, which is part of the metropolitan region of Rio de Janeiro. The origin of this work is based on the hypothesis that the history of the city of Paracambi is confused with the history of the factory. It is important to highlight that, to a large extent, the city's growth, its economic-commercial development, its population growth and its political importance had a catalytic factor in the factory. And along with the fabrics produced at the factory on an industrial scale, the lives, experiences and daily lives of many families established in Paracambi began to be woven. The provisional heritage listing of the architectural complex, decreed on December 16, 1985, by the State Institute of Cultural Heritage-INEPAC was one of the actions aimed at preserving the structure of the old industrial complex. With the closure of activities in 1996, the factory was purchased by the Municipal Government to install the Technological University Center of Paracambi, now called “Knowledge Factory”, made up of several public institutions from the three spheres of power, totaling an average of 5100 students. Despite the exuberance of this space, the ignorance of the local public power and the community about the historical and material importance of this heritage has corroborated its alteration and depredation, putting at risk not only the preservation, but also the conservation of the history of the national industry and the city of Paracambi. The project to create the “Textile Work Industry Memory Center and

the Paracambi Textile Industry Museum” can be translated as a task of building a place to preserve reports, narratives, images and trace elements that participate in the construction and reconstruction of memories about *Brasil Industrial* and about the city of Paracambi itself.

KEYWORDS: Industrial Brazil, History, Memory, Factory, Paracambi.

Olhar para o passado é sempre interessante. Nos leva a lugares inesperados, labirintos de sentimentos, ideias e afetos que estão relacionados ao que nós somos no presente.

Este movimento fica ainda mais intenso quando partimos de lugares que “falam” muito do que nós fomos, e que estão diretamente relacionados à nossa identidade. Esses *lugares de memória*¹, como definiu Pierre Nora, são compreendidos como espaços de vivências afetivas e simbólicas e dialogam o tempo todo com a História.

Paracambi, no Estado do Rio de Janeiro, é um exemplo disto. Basta caminhar um pouco pelos arredores desta simpática cidade para conhecer o lugar que desperta orgulho, alegria e nostalgia nos habitantes – a *Companhia Têxtil Brasil Industrial*. Um prédio imponente cuja construção data do século XIX, incrivelmente preservado, que teve o Imperador Pedro II como visitante e que levou prosperidade, cenário de grandes alegrias e também tristezas para os moradores. Atualmente, a produção de tecidos dá lugar à produção de outro tipo de bem – o conhecimento. Seu espaço é agora ocupado por diferentes Instituições de Ensino, entre elas o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

A região conhecida hoje como Paracambi faz parte do antigo povoado de Ribeirão dos Macacos, que era, no período colonial, caminho obrigatório para a região de Minas Gerais e São Paulo. Da fazenda Nacional de Santa Cruz (antiga Fazenda dos Padres Jesuítas), formaram-se os povoados de Taireté (7º Distrito de Vassouras) e Paracambi (3º Distrito de Itaguaí), divididos pelo Rio dos Macacos. Em 08 de agosto de 1960, através da Lei 4.426, os distritos foram transformados no município fluminense “Paracambi”. Portanto, foi em seus primórdios, quando ainda era um pequeno povoado que Paracambi viu surgir a *Companhia Têxtil Brasil Industrial*.

A Fábrica iniciou suas atividades em 1874, modificando o panorama da região. Empregou mestres e operários ingleses, bem como famílias alemães vindas de Santa Catarina. O início do funcionamento da fábrica de tecidos foi marcado pela crise do Estado Imperial no Brasil e o advento da República. E o período de vigência se deu durante a

¹ NORA, P. “*Les lieux de mémoire*”. In: *Entre mémoire et histoire – La problématique des lieux*. Para Nora, assistimos hoje ao fim das “sociedades-memórias”, e o que evidenciamos hoje como uma revalorização retórica da memória (o boom da história oral, das biografias e autobiografias; a obsessão comemorativa que tomou conta de todas as sociedades contemporâneas nas últimas décadas do século XX; o acúmulo de falas de memória, o direito e o dever de memória reivindicados por inúmeros grupos sociais e políticos) esconde, na verdade, um vazio. “Fala-se tanto de memória precisamente porque ela não existe mais.” Para Nora, a memória encontra-se, assim, prisioneira da história ou encurralada nos domínios do privado e do íntimo, transformou-se em objeto e trama da história, em memória historicizada. É neste sentido que Pierre Nora nos fala em lugares de memória. Se toda memória hoje em dia é uma memória exilada que busca refúgio na história, restam-lhe, assim, os lugares de memória como seu grande testemunho.

experiência republicana, no século XX.

Sua implantação na região conhecida como Fazenda do Ribeirão dos Macacos remonta ao ano de 1870. Essas terras, no entanto, só se tornaram, de fato, propriedade da Companhia em 1897. Tratava-se de um lugar estratégico, pois próximo ao local foi inaugurada, em 1861, uma estação da Estrada de Ferro D. Pedro II. Este fato contribuiu para a implantação de fábricas de tecidos nesta região do Estado do Rio de Janeiro. A nascente indústria fluminense deveria estar ligada ao centro comercial e financeiro do país. Além da *Companhia Têxtil Brasil Industrial* foram instaladas outras fábricas na região: a Companhia Tecelagem Santa Luisa (1891) e a S. A. Fábrica de Tecidos Maria Cândida (1924), todas com vilas operárias.

“Outro fator importante foi a abundância de rios e quedas d’água na região” (Keller, 1997, p. 25) que se explica pelas suas características geográficas, um sopé, a base das montanhas da região serrana do centro sul fluminense e o fim da baixada fluminense. A *Companhia Têxtil Brasil Industrial*, a Companhia Tecelagem Santa Luisa e a Fábrica de Tecidos Maria Cândida se utilizaram amplamente dos recursos naturais dos rios locais. “A *Companhia Têxtil Brasil Industrial* foi instalada num sopé próximo da Serra do Mar, abrangendo em suas terras as quedas d’água do Ribeirão dos Macacos e outros rios próximos” (Idem, 1997, p. 25).

Sob a direção de Francisco de Assis Vieira Bueno Zeferino de Oliveira Silva e Joaquim Dias Custódio, considerados os fundadores da *Companhia Têxtil Brasil Industrial*, iniciou-se o processo de instalação. A utilização do transporte ferroviário, através da Estrada de Ferro D. Pedro II, foi considerada de suma importância para a concretização do empreendimento.

O sociólogo Paulo Keller², ao estudar a vida dos operários têxteis da cidade de Paracambi, apresenta os principais tempos administrativos da *Companhia Têxtil Brasil Industrial*. O primeiro, sob comando do Coronel Dominique Level que foi eleito Diretor-presidente em 1889, deixando o cargo em 1917, após a sua morte. De 1917 a até 1919, o referido cargo é ocupado pelo Doutor Antônio Cândido de Azambuja, sendo substituído, por motivo de falecimento por Victor Augusto de Azambuja. Em 1928, assume o cargo de diretor industrial o Doutor Antonio Botelho Junqueira que permanece até a venda, em 1955, para o Grupo Othon. De acordo com Keller, esta última administração implementa uma série de mudanças no processo produtivo ao mesmo tempo em que promove uma desestruturação do sistema assistencialista, transformando as relações entre o operariado e os seus gestores.

A finalização de suas atividades, em 1996, marcou profundamente a cidade de

2 **KELLER**, Paulo Fernandes. *Fábrica e Vila Operária: operários têxteis em Paracambi/RJ*. Solon Ribeiro, 1997. Em sua pesquisa, Paulo Keller investigará as relações de poder que atravessavam o complexo industrial *fábrica com vila operária*, mostrando que o paternalismo industrial que a fábrica encarnava tinha por base toda uma rede de serviços ofertados ao operariado. Serviços que acabavam por estender os elos de controle e dominação do operário para além do tempo de trabalho. “Contudo, os operários se apropriam dos aparatos institucionais, colocando neles seus próprios sentimentos”, p.105.

Paracambi. São relatos de tristeza, decepção e angústia tamanha era a importância material e simbólica da fábrica para esta região. A partir do ano 2000, começaram a ser instaladas instituições de ensino em parte do conjunto arquitetônico da antiga fábrica e, atualmente, a produção de tecidos dá lugar à produção de conhecimento, fazendo com que mais uma vez a cidade tenha os “os olhos voltados para a fábrica”.

Partindo do pressuposto de que o que faz a região não é o simples espaço físico, mas sim, o tempo e a história, a fábrica *Companhia Têxtil Brasil Industrial* pode ser compreendida como um *lugar de memória*. A memória que se atualiza e que se exprime através destes lugares. Mais do que expressar fisicamente um tempo que já se passou, a fábrica é um locus privilegiado de irrupções afetivas e simbólicas; síntese de afetos, de experiências que falam de um tempo em que a vida e a dinâmica da cidade se confundiam com o funcionamento da fábrica. Os tijolos não são apenas partes constituintes dos admiráveis prédios que formam o conjunto arquitetônico; são ainda “testemunhos” das diferentes narrativas - imagens, documentos e falas – do passado (o vivido) e do presente (a experiência compartilhada).

Além de produzir, preservar e difundir a memória e a cultura da indústria e do trabalho fabril têxtil, buscando paralelos com os casos clássicos de industrialização, particularmente o caso inglês – de onde vieram o próprio projeto arquitetônico do prédio da fábrica, a tecnologia industrial e os primeiros técnicos que organizaram o processo produtivo –, o “Centro de Memória da Indústria Têxtil, bem como o Museu da Indústria e do Trabalho Fabril Têxtil” pretendem valorizar a cultura local e regional, buscando nossa especificidade cultural e histórica, propiciando uma maior diversidade cultural na região. Acreditamos que o desenvolvimento turístico na cidade e região passa por um olhar mais apurado sobre este passado que guarda profunda relação com a construção indenitória da cidade de Paracambi.

A missão básica do Centro de Memória da Indústria Têxtil será a promoção de ações educacionais e culturais de preservação e de difusão da cultura e da memória do patrimônio industrial fabril, têxtil vinculado ao sítio fabril da antiga *Companhia Têxtil Brasil Industrial*. Sua importância histórica pode ser destacada por sua representatividade na virada do século XIX para o século XX e pelo seu papel na tentativa de industrialização do Brasil.

A preservação da memória da indústria e do trabalho têxtil, proposta por meio da criação do Centro de Memória da Indústria Têxtil, significa empreender ações no sentido da produção de memórias da indústria e do trabalho fabril têxtil no Brasil, através das mais diversas formas, como a organização de um acervo fundamental, a promoção de um espaço aberto de reflexão e de referência internacional em estudo sobre a indústria e sobre as mais variadas manifestações culturais do operariado fabril têxtil, bem como apresentar o cotidiano de vila operária na formação de identidade do município.

A importância da preservação destes espaços está estabelecida na carta de Nizhny

Tagil (Rússia), promovida pela Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (O TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage), que foi realizada em 17 de julho de 2003, o qual foi posteriormente apresentado ao ICOMOS (International Council of Monuments and Sites) para ratificação e eventual aprovação definitiva pela UNESCO. O ICOMOS adotou na sua 17ª Assembleia Geral, ocorrida em 28 de novembro de 2011, “Os Princípios de Dublin” definindo que:

O patrimônio industrial compreende sítios, estruturas, complexos, áreas e paisagens assim como maquinaria, objetos ou documentos relacionados que fornecem evidências dos processos de produção industrial passados ou em desenvolvimento, da extração de matéria-prima, de sua transformação em bens de consumo das infraestruturas de transporte e de energia relacionadas. O patrimônio industrial reflete a profunda conexão entre o ambiente cultural e natural, uma vez que os processos industriais – sejam antigos ou modernos – dependem de fontes naturais de matéria-prima, energia e redes de transporte para produzir e distribuir produtos para outros mercados. Esse patrimônio contempla tanto os bens materiais – imóveis e móveis – quanto as dimensões intangíveis, tais como o conhecimento técnico, a organização do trabalho e dos trabalhadores e o complexo legado social e cultural que moldou a vida de comunidades e provocou grandes mudanças organizacionais em sociedades inteiras e no mundo em geral”. (ICOMOS -2011).

A partir destes parâmetros, o projeto de estruturação de um “Centro de Memória da Indústria do Trabalho Têxtil e do Museu da Indústria Têxtil de Paracambi” objetiva ainda afirmar a importância da preservação do patrimônio industrial no Brasil. Um esforço que se orienta em dois sentidos. Em primeiro lugar, a conservação destes espaços físicos como fontes da história do trabalho e da produção industrial brasileira e, em segundo, porque conhecer um pouco desta fábrica, sua construção e seu funcionamento e os afetos relacionados à sua existência material e simbólica, constitui uma tarefa importante para compreendermos a relação mais que estreita entre esta e a construção identitária de Paracambi.

Existem inúmeras experiências exitosas de propostas similares. É o caso do premiado New Lanark Visitor Centre, localizado na Escócia, que conta a história fascinante da vila de New Lanark, fundada no século XVIII. A história desta fábrica está diretamente associada à história do empresário galês, educador autodidata e reformista social Robert Owen³, considerado o “pai da cooperação” em sua tentativa de implementar os princípios do cooperativismo nas suas indústrias e lojas, revolucionando a educação escolar, adulta e infantil. Os prédios da antiga fábrica de tecidos (1820) tornaram-se um museu com visitantes de todo o mundo, sendo que em 2001 foi incluída na lista de locais de Patrimônio Mundial da UNESCO.

3 Em 1797, quando adquiriu a fábrica têxtil no remoto vilarejo escocês de New Lanark, o então jovem empreendedor pretendia realizar uma façanha aparentemente digna de figurar num conto fantástico: transformar radicalmente a existência física e espiritual da população miserável aí empregada, criando ex nihilo um paraíso social, onde segurança no emprego, aumento substancial das horas de lazer e do salário, eliminação do trabalho infantil e instrução gratuita e integral aos filhos dos operários convivessem com a alta rentabilidade da empresa. Pretendia, desta forma, criar uma espécie de balão de ensaio do futuro, uma prova visível- e indelével- da possibilidade de se cobrir a superfície do globo por unidades produtivas modelo, habitadas por uma “população racional, inteligente, rica e superior” (Owen, 1971, p.129), extinguindo progressivamente as formas “inferiores” de existência então predominantes. (Piozzi, 1999)

Outro exemplo é o do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, fundado em 1987, em Portugal. Iniciado como um projeto de investigação em arqueologia industrial, a proposta de criação seguiu um longo caminho até fevereiro de 1998, quando o Museu foi instalado em um antigo armazém da antiga Fábrica de Fiação e Tecelagem de Lã – Lanifício do Outeiro, Ltda –, fundada em 1920, na freguesia de São Julião do Calendário, com uma exposição permanente, um centro de arquivos empresariais e uma área de exposições temporárias.

No Brasil, o Museu Têxtil Décio Mascarenhas foi instalado em 1983. A *Cedro Têxtil* é atual mantenedora. O Museu está situado em Caetanópolis, com um acervo de mais de 1.000 peças, hoje consagrado como o mais completo museu têxtil do país. Uma referência para estudantes, historiadores, além da comunidade local, o espaço recebe aproximadamente 1.500 visitantes por ano, cumprindo o papel de preservar a história da indústria têxtil nacional (CEDRO).

O Conjunto Fabril da antiga *Companhia Têxtil Brasil Industrial* se enquadra perfeitamente nesse perfil de patrimônio industrial, por sua relevância histórica para o município de Paracambi, além de sua importância para os estudos e pesquisas sobre a história do trabalho e de produção industrial no Brasil. Neste sentido, esta proposta caminha no sentido de ratificar a importância da preservação deste patrimônio histórico e cultural, que ainda possui o seu tombamento em caráter provisório decretado em 16 de dezembro de 1985 pelo INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Processo Número E-18/300.031/84). O conjunto tombado pelo INEPAC em 1985 inclui: o edifício central, a usina de força, a casa do diretor, a capela de Nossa Senhora da Conceição (1880) e edificações complementares.

Apesar do grande valor histórico, arquitetônico e cultural de todo o conjunto fabril desta primeira grande fábrica de tecidos brasileira e a maior do Império do Brasil na década de 1890, a ausência de uma definição quanto ao tombamento significa um ameaça real à sua preservação. Desta forma, este valioso patrimônio industrial demanda não apenas um tombamento estadual definitivo, como ainda um reconhecimento e tombamento nacional pelo IPHAN.

A construção do “Centro de Memória da Indústria do Trabalho Têxtil e do Museu da Indústria Têxtil de Paracambi” é defendida então como mais um dos esforços na preservação da história da indústria têxtil nacional e da própria cidade de Paracambi. Junto a Companhia Têxtil foram crescendo na cidade diversos outros espaços destinados aos mais variados fins. Espaços e tempos de lazer e de convívio como as “domingueiras” no Cassino (Clube Social da Fábrica), os festejos religiosos organizados pela Capela de N^a Senhora da Conceição (construção também envolvida diretamente com a Companhia Têxtil), o futebol de várzea, o carnaval, os banhos de açude e diversas outras atividades que compunham o tempo livre do operariado. “Momentos fundamentais de convivência e de solidificação de relações de amizade, abrindo, na fábrica de Vila Operária, um espaço

relativamente autônomo que momentaneamente desvencilhava-se do poder patronal”⁴. Até hoje, a *Brasil Industrial* é lembrada por seus antigos operários com um olhar de saudade e nostalgia. Saudade do tempo que a sirene tocava bem alto anunciando a todos que estava na hora de se iniciar mais um dia de trabalho, em um lugar que se encontravam homens, mulheres e crianças. Crianças que – pelo menos até as primeiras décadas do século XX, na falta de uma legislação que garantisse os mínimos direitos de resguardo e proteção à infância e adolescência – trabalhavam e estudavam na escola da fábrica. Homens e mulheres operários que muitas vezes vinham de longe, de até mesmos outros estados da federação (muitas famílias de origem italiana e alemã foram recrutadas na região sul do país para trabalhar na fábrica, dentro de uma lógica de valorização do trabalho livre assalariado praticado pelo homem branco descendente de europeu em detrimento e marginalização do trabalho escravo, agrário associado à população de matriz afrodescendente). Isso porque, a Companhia foi fundada / instalada no ano de 1870, portanto, precede cronologicamente a Abolição da Escravatura, de 1888, bem como, a Proclamação da República, no ano subsequente. Famílias inteiras que migravam para Paracambi na perspectiva de adquirir emprego e moradia (as casas de vila operária cedidas pela administração da fábrica) e tentar uma vida melhor naquela que era a primeira fábrica brasileira a confeccionar tecidos em escala industrial.

Por último, ressalta-se que mais do que a simples apropriação de elementos e de símbolos da memória fabril e operária por parte do poder público municipal e de outras instituições, faz-se necessário a promoção de ações educativas (educação patrimonial com foco no patrimônio industrial – aspectos tangíveis e intangíveis) que possam conduzir a uma apropriação reflexiva da memória social da indústria e do trabalho também por parte da própria comunidade local de origem operária fabril.

1 | UM POUCO DA COMPANHIA TÊXTIL BRASIL INDUSTRIAL

Pelo Decreto nº 4.552, de 23 de julho de 1870, a *Companhia Têxtil Brasil Industrial (CBTI)* foi autorizada a funcionar. Sua primeira Diretoria foi composta por José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho (depois Visconde de Tocantins), Barão de S. Francisco Filho, Joaquim Antônio Fernandes Pinheiro, Evaristo Juliano de Sá e José Corrêa D’Aguiar. No ano seguinte, esta Diretoria foi dissolvida, sendo substituída por Francisco de Assis Vieira Bueno, (Presidente), Zeferino de Oliveira e Silva (Tesoureiro) e Joaquim Dias Custodio de Oliveira (Secretário). O decreto nº 4.786, de 06 de setembro de 1871, assinado pela Princesa Imperial Regente, aprovava os estatutos da nova *Brasil Industrial* e autorizava o seu funcionamento. Em 1874 iniciou-se a produção de tecidos.

4 KELLER, Paulo Fernandes. *Fábrica e Vila Operária: operários têxteis em Paracambi/RJ*. Solon Ribeiro, 1997. Em sua pesquisa, Paulo Keller investigará as relações de poder que atravessavam o complexo industrial *fábrica com vila operária*, mostrando que o paternalismo industrial que a fábrica encarnava tinha por base toda uma rede de serviços ofertados ao operariado. Serviços que acabavam por estender os elos de controle e dominação do operário para além do tempo de trabalho. “Contudo, os operários se apropriam dos aparatos institucionais, colocando neles seus próprios sentimentos”, p.105.

A *Companhia Têxtil Brasil Industrial* foi a “primeira grande (e até o final da década de 1880 a maior) fábrica de tecidos de algodão do Brasil” (Suzigan, 1986, p. 134) e a “mais importante do Império” (Weid & Bastos, 1986, p. 41). Paulo Keller ressalta essa importância ao relatar as visitas realizadas pela família imperial. “Segundo os Diretores da Companhia, a primeira visita se deu em julho de 1879, [...] a segunda foi a reinauguração da fábrica em 3 de novembro de 1885 (após o incêndio de 21 de dezembro de 1883).” (Keller, 1997, p. 32).

Estes são dados extraídos do Primeiro Relatório da *Cia. Têxtil Brasil Industrial* de 1874.

Fábrica de tecidos montada com 400 teares, construindo-se para ella o competente edifício, com 500 pés de comprimento sobre 50 de largura, com 3 andares, além das lojas, com alicerces de pedra e grossas paredes de pedra rústica até o vigamento do 1.º andar; e com paredes de tijolos d'hai para cima. Aproveitar para motor de todo o machinismo da fábrica um dos ribeiros que banham a supra- mencionada fazenda; sendo para esse fim derivadas as águas a considerável distância, e canalizadas até a cima da montanha próxima ao local do edifício para h'ai descenderem para as turbinas, por um rápido declive, e de uma altura de 268 pés, em encanamento de ferro. Utilizar as mesmas águas assim empregadas para motor do machinismo em um vasto e poderoso aparelho para extincção dos incêndios. Construir um kilometro de via-férrea para ligar a Fábrica com a Estrada de Ferro D. Pedro II, na estação de Macacos. Todas estas obras foram orçadas em 630:000\$000, não entrando n'este cálculo nem o preço da aquisição da fazenda, nem o custo de outras obras accessorias indispensáveis, nem as despesas de administração. (Keller, 1997, p. 29/30).



Foto 1 – Prédio principal da Cia. *Têxtil Brasil Industrial*. Data desconhecida. Acervo: Octacílio Lima

Esta outra fotografia datada de 1908 ilustra numa visão panorâmica o complexo fábrica e vila operária. Estão presentes ainda, a construção do antigo Casino, a Casa Grande onde residia o diretor, a Capela de Nossa Senhora da Conceição e os coretos.



Foto 2 – Área do Conjunto fabril (Fotografo anônimo, 1908)

Há um grande número de fotografias de trabalhadores na *Companhia Têxtil Brasil Industrial*, além de fichas cadastrais que percorrem todo o século XX.



Foto 3 – Trabalhadores diversos (Fotógrafo anônimo, sem data)



Foto 4 – Funcionários da sala de Tecelagem – 11º e 12º quarterões. Ano 1950. Acervo do Sr. Marcelo Armond

As imagens de trabalhadores e trabalhadoras da *Brasil Industrial* nos conduz ao questionamento: O que é uma cidade? Uma cidade são prédios, casas, ruas, pontes, escolas, hospitais e, sobretudo, uma cidade é constituída por pessoas. São homens, mulheres, crianças, idosos que formam famílias, que vivem, escolhem, desejam, consomem, participam de experiências comuns e de expectativas sobre o futuro individual e coletivo. A situação “fábrica e vila operária” implicam em um espaço social onde o operariado e suas famílias construíam, cotidianamente, relações de amizade e ajuda mútua, que não se confundiam unicamente as relações de dominação e produção.

Nesse sentido, interessa aqui pensar particularmente os aspectos sociais e culturais presentes nos processos de implantação e de desenvolvimento desta “primeira grande fábrica de tecidos do Brasil” (SUZIGAN, 1986). Desde o auge do sistema social e fabril (1870/1960) até seu posterior declínio com a crise provocada pelos processos de desindustrialização e acirramento da competição, o que levará ao fechamento da fábrica na década de 1990. Denomina-se declínio, o processo de desagregação dos elementos que compunham o antigo complexo fábrica e vila operária: a rede de serviços coletivos é desmontada gradativamente (escola, clube, armazém, posto de saúde), alguns serviços são desativados e outros transferidos para o poder público (estadual ou municipal); e as casas da fábrica são vendidas aos operários na década de 1970.

O declínio do complexo envolve outros processos sociais: como o transbordamento das vilas operárias e – a partir de seu núcleo urbano - o surgimento da cidade de Paracambi (dois distritos – um de Vassouras e outro de Itaguaí – que se emanciparam em 1960), o fim do “governo local de fato” dos industriais sobre a comunidade operária e o surgimento do poder público municipal e, também de uma ação sindical legal, a partir da década de

1960.

Os estudos e pesquisas recentes de SANTOS (2017, p. 105/106) sobre a antiga fábrica da *Companhia Têxtil Brasil Industrial* e sua reconversão em “Fábrica do Conhecimento” (slogan adotado pela administração municipal desde 2001) confirmam as hipóteses do desconhecimento do tombamento, da falta de ações efetivas de preservação do patrimônio industrial (principalmente educação patrimonial) e da ausência de investimento na preservação da memória dos trabalhadores e de sua cultura fabril. Essa tese é reforçada pelo Instituto do Patrimônio Estadual: “Entre as principais causas apontadas pelo INEPAC que dificultam qualquer ação do órgão nos bens culturais tombados no Estado, sobretudo no caso de Paracambi, é a falta de comunicação, e, em alguns casos, de interesse dos gestores municipais e/ou detentores do bem” (SANTOS, 2017, p. 106).

(...) ocorre um desconhecimento, por parte dos gestores das instituições, dos detalhes do processo de tombamento do sítio fabril, assim como, a abrangência da área tombada. Os atores sociais que ocupam os espaços tombados conhecem que há um tombamento, mas ignoram quais estruturas são tombadas, o que é um processo de tombamento e sua finalidade. Desconhecem, também, quais caminhos percorrer para que se efetive a patrimonialização destas estruturas fabris (...) O desconhecimento do tombamento e a não preservação da memória fabril da cidade por parte destes atores sociais acarretam consequências para o processo de patrimonialização deste bem cultural (...) A memória dos trabalhadores não está presente nos ambientes educacionais e culturais. Não foi pensado um espaço para que os ex-trabalhadores da fábrica tivessem suas memórias representadas, e pelo que se observou, há preocupações neste sentido, mas ações efetivas mesmo, até o momento desta pesquisa, não havia nenhuma, salvo alguns murais e fotos em determinados locais.

A intervenção do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro na elaboração do projeto está relacionada a um clamor por parte de antigos trabalhadores da *Brasil Industrial* em preservar a memória do trabalho fabril e a história de Paracambi bem como a manutenção desse patrimônio tombado.

A ausência de diretrizes e orientações da Prefeitura que é proprietária do imóvel aos usuários do espaço produz consequências desastrosas na preservação. O uso do local por empresários – Projeto de Incubadoras de Empresas em parceria com a Prefeitura – e as instituições de ensino ali instaladas desconhecem os procedimentos adotados para a manutenção e utilização do complexo industrial, que possui tombamento atestado pelo Instituto Estadual de Patrimônio Artístico e Cultural do Rio de Janeiro – INEPAC. Vale ressaltar ainda, a omissão das Secretarias de Cultura do Estado e do Município no acompanhamento das intervenções feitas. Essas imagens refletem a urgência de ações de preservação da integridade arquitetônica.



Foto 5 – Uma das torres principais com vegetação.



Foto 6 – Torre com vidros quebrados e telhado danificados



Foto 7 – Instalação de ar condicionado e dutos de escapamentos de gases laboratórios das unidades de ensino.



Foto 8 – Remoção de janelas e seu fechamento com tijolos.



Foto 9 – Depósito de sucata de gabinetes de computadores de uma antiga em presa incubadora.



Foto 10 – Ruínas da antiga Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregado da *Cia. Têxtil Brasil Industrial*



Foto 11 – Estado de abandono do acesso ao segundo pavimento pelos fundos do prédio.



Foto 12 – Alteração da pintura do barramento do prédio.



Fotos 13 – Intervenção dentro do prédio para a construção de laboratórios e salas de aula, com alteração das características construtivas original.

As condições apresentadas nas imagens são uma pequena amostra e preocupa não só os atuais usuários, mas também os paracambienses que tiveram sua trajetória de vida atrelada a fábrica. A proposta do futuro “Centro de Memória da Indústria Têxtil de Paracambi”, a ser instalado nas dependências da antiga *Companhia de Tecidos Brasil Industrial*, é a de implantação de uma entidade permanente da estrutura orgânica da Prefeitura Municipal de Paracambi, vinculada à Secretaria Municipal de Cultura. A parceria do IFRJ – Campus Paracambi será articulada através de um Núcleo de Estudos que irá subsidiar com o suporte técnico o Centro de Memória e os esforços para a criação do Museu da Indústria e do Trabalho Têxtil.

Atualmente um grupo de professores envolvidos no projeto tem realizado reuniões nas escolas, clube de serviço, associações, igrejas, redes sociais e no próprio Campus Paracambi, com objetivo de sensibilizar a população e instigar o poder público municipal a analisar a proposta. Apesar de uma grande manifestação de apoio de diversas entidades ainda não houve uma posição oficial da Prefeitura na definição de uma área dentro da área da fábrica para a realização da presente proposta.

REFERÊNCIAS

CEDRO. *Institucional. Museu*. Disponível no site. <http://www.cedro.com.br/Institucional/Institucional>. Consultado em 23 de agosto de 2019

CIAVATTA, Maria (org) *Memória e Temporalidades do Trabalho e da Educação*. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2007.

FURTADO, Cristiane Silva. *Tecendo as redes do paternalismo: lazer e identidade entre os trabalhadores da fábrica Paracambi (1874-1918)*. Dissertação (Mestrado) PPHSC / PUC-RIO, 2012.

ICOMOS – TICCIH para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens do Patrimônio Industrial. «Os Princípios de Dublin». Adotados pela 17ª Assembleia Geral do ICOMOS em 28 de novembro de 2011, disponível no site <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/os-principios-de-dublin/>. Consultado em 02 de agosto de 2019.

KELLER, P.F. *A formação dos trabalhadores têxteis em Paracambi-RJ e o sistema de fábrica com vila operária*. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro-RJ, NUPES-LPS-IFCS-UFRJ, 1992 (datilografado)

_____. *Fábrica & Vila Operária: a vida cotidiana dos operários têxteis em Paracambi-RJ*. Engenheiro Paulo de Frontin-RJ: Sólton Ribeiro, 1997 (Prefácio do Prof. José Ricardo Ramalho – PPGSA/IFCS/UFRJ).

_____. *Apropriação da memória operária*. In: CIAVATTA, Maria (org) *Memória e Temporalidades do Trabalho e da Educação*. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2007.

LEITE LOPES, J.S. *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”*. SP: Marco Zero; Brasília: UnB, 1988.

_____. *Memória e transformação social*. Rio de Janeiro / São Luís: Casa 8, 2016 (Coleção Aulas Inaugurais – PPGCSPA-UEMA).

NEW LANARK Visitor Centre, disponível no site <https://www.newlanark.org/visitorcentre/index.shtml>.

Consultado em 28 de julho de 2019.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In *Lês lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984;

PEREIRA, Gilmara R. da C. *Escola Operária da Companhia Brasil Industrial de Paracambi: reminiscências de educação e trabalho*. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Católica de Petrópolis, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Petrópolis, 2014.

Piozzi, Patrizia. Robert Owen em New Lanark: Um laboratório do futuro?. In: *Pro-posições*, Vol. 10 N° 1 (28). Sp: Unicamp. Março de 1999

SANTOS, Joanilda M. dos. *Paracambi: Estudo de caso do processo de reconversão de uma fábrica de tecidos em “Fábrica de Conhecimento”*. Dissertação de Mestrado – Escola de Ciências Sociais da FGV / PPG em História, Política e Bens culturais. Rio de Janeiro, 2017 (121 f.)

SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira, origem e desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense, 1986. STEIN, Stanley. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850/1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TICCIH - *CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL*. *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH), disponível no site <http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>. Consultado em 02 de agosto de 2019

THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

TÊXTEL, *Museu da Indústria*, Apresentação, disponível no site <http://www.museudaindustriatextil.org/txx.php?tp=3&co=37&cr=1&LG=0&SID=&mop=40>. Consultado em 08 de agosto de 2019.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME - Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3996555421882005>

ÍNDICE REMISSIVO

A

África 114, 115, 117, 119, 123, 124, 129, 130, 163

Annales 9, 63, 96, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 124

Autoridade 1, 26, 28, 66, 129, 130

B

Bakuba 114, 117, 119, 120, 121

Baluba 114, 119, 120, 121

Biografia 61, 64, 70, 105, 111

Bonpland 58, 61, 62, 63

Brasil Industrial 7, 9, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 181, 182

C

Casamento 1, 2, 3, 5, 6, 7, 10

Cidadania 7, 9, 28, 31, 66, 76, 81, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

Colonização 7, 8, 1, 2, 13, 100, 105, 141, 142, 143, 151

Cultura Política 64, 65, 73

E

Eduardo Suplicy 7, 9, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94

Esquecimento 8, 44, 58, 59, 60, 61, 63, 75, 77, 83, 137

Europa 3, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 51, 62, 81, 98, 99, 101, 108, 129, 130, 154, 155, 163

F

Fábrica 73, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 181, 182

Família 1, 2, 5, 6, 10, 17, 50, 51, 55, 65, 91, 92, 121, 122, 148, 151, 161, 174

Famílias Livres 8, 12, 15, 18, 20

Frederick Starr 7, 9, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 124

G

Gastronomia 9, 153, 160, 163, 164

Gustavo Barroso 7, 8, 64, 68, 72

H

História 2, 7, 1, 10, 14, 21, 26, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 82, 85, 86, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105,

106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 153, 154, 157, 159, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 177, 182, 183
Historicismo 9, 96, 97, 99, 102, 103, 109, 111

I

ideal ascético 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47
Identidade 9, 26, 30, 31, 64, 65, 68, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 82, 83, 84, 94, 96, 105, 137, 140, 146, 150, 168, 170, 181
Iluminismo 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 154
Integração 8, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 52, 83, 89, 142
Intelectual 9, 49, 50, 55, 68, 69, 86, 87, 88, 89, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 105, 107, 109, 110, 112, 127, 133, 134, 155, 161

L

Lei 7, 8, 6, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 61, 79, 87, 88, 90, 92, 93, 94, 142, 148, 160, 168

M

Memória 7, 8, 8, 58, 59, 60, 61, 63, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 106, 153, 164, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 177, 181
Mestiçagem 1, 6, 7, 8, 9
Militares 32, 64, 68, 70, 81, 83, 148

N

Nacionalismo 7, 64, 67, 72, 151
Nada 6, 16, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 47, 48, 55, 122

O

Ocupação Territorial 12, 20, 141

P

Paracambi 7, 9, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 181, 182
Patrimônio 9, 13, 69, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 116, 125, 126, 127, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 177, 181
Pobres 7, 8, 12, 15, 16, 18, 20, 21, 89, 155, 156

Q

Querer 35, 38, 39, 40, 41, 47, 48, 136

R

Razão 4, 5, 36, 39, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 65, 73, 87, 94, 101, 155

Recife 7, 9, 12, 85, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165

S

Senador 7, 9, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94

Sérgio Buarque de Holanda 7, 9, 96, 98, 99, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112

Sociabilidades 9, 65, 86, 88, 124, 153, 160, 161, 162, 163, 164

Sociedade Civil 34, 49, 51, 53, 89

Sufrimento 7, 8, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47

T

Tempo 8, 2, 10, 14, 15, 21, 44, 51, 53, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 77, 97, 99, 101, 106, 107, 112, 117, 120, 126, 135, 138, 140, 150, 154, 158, 162, 168, 169, 170, 172, 173

Terras 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 79, 98, 103, 115, 119, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 148, 149, 158, 169

Tolerância Religiosa 49

U

União Europeia 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34

V

Voltaire 7, 8, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

Vontade 4, 27, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 99

 **Athena**
Editora
2 0 2 0